

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**VICTOR CECCHINI FARIAS**

**O BRASIL E A REPÚBLICA ÁRABE UNIDA: O NACIONALISMO ÁRABE E SUA  
PRESENÇA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO**

**SÃO PAULO**

**2020**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

**VICTOR CECCHINI FARIAS**

**O BRASIL E A REPÚBLICA ÁRABE UNIDA: O NACIONALISMO ÁRABE E SUA  
PRESENÇA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO**

Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Árabe e Judaicos (na área de concentração de Estudos Árabes) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Árabes

Orientador: Prof. Dr. Paulo Daniel Elias Farah

**SÃO PAULO**

**2020**

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e  
Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

DE FARIAS, Victor

Db

O Brasil e a República Árabe Unida: O nacionalismo árabe e sua presença no território brasileiro. / Victor DE FARIAS ; orientador Paulo Daniel Elias Farah. - São Paulo, 2020.

188 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Orientais. Área de concentração: Língua, Literatura e Cultura Árabe.

1. República Árabe Unida. 2. Nacionalismo Árabe.  
3. Brasil. 4. Gamal Abdel Nasser. 5. Partido Baath.  
I. Farah, Paulo, orient. II. Título.

VICTOR CECCHINI DE FARIAS

**O BRASIL E A REPÚBLICA ÁRABE UNIDA**  
O nacionalismo árabe e sua presença no território brasileiro

Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Árabe e Judaicos (na área de concentração de Estudos Árabes) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como exigência à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos Árabes.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) Dr. (a) \_\_\_\_\_  
Instituição:

Prof. (a) Dr. (a) \_\_\_\_\_  
Instituição:

Prof. (a) Dr. (a) \_\_\_\_\_  
Instituição:

## **Agradecimentos**

À Mathias, meu filho, que trouxe uma confusão ordenadora no meio do caos pandêmico.

À Camila, minha esposa, por todo o suporte, amor, auxílio e compreensão nos momentos de pesquisa e produção.

A Gislene e Antônio, meus pais, que me mostraram desde muito cedo a importância do estudo e dedicaram-se no meu desenvolvimento humanístico, pessoal e profissional.

A Paulo Farah, meu orientador, que foi muito mais que uma autoridade acadêmica, mas um verdadeiro amigo que contribuiu enormemente para que este trabalho pudesse ser confeccionado e concluído.

A Arpad Molnar, amigo, que sendo responsável pelo setor documental do Esporte Clube Sírio, auxiliou na captação dos materiais analisados. Além disso, tornou-se um grande companheiro de ótimas histórias e conversas.

Ao Esporte Clube Sírio, que me recebeu com as portas abertas, muita cortesia, carinho e de que compartilho algum de seus periódicos.

A Samira Osman e Paulo Hilu, professor, que contribuíram com tantos apontamentos pertinentes em busca de um trabalho mais significativo.

A todos os pesquisadores, estudiosos e interessados que resistem diante do retrocesso nacional.

## Resumo

O presente trabalho analisa as influências e os contatos estabelecidos pela República Árabe Unida em terras brasileiras. A nação surgiu mediante a união da República da Síria e da República do Egito em fevereiro de 1958. O Estado composto não era apenas uma delimitação geográfica habitada por indivíduos, mas o primeiro passo para a concretização das aspirações pan-arabistas. Almejando uma melhor compreensão do contexto que possibilitou a unificação, um capítulo foi concebido para ter enfoque na realidade egípcia e outro na experiência síria. Para atingir o objetivo proposto pela pesquisa, a análise foi empreendida utilizando-se de documentos iconográficos, reportagens, entrevistas e do “Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida” concebido em 1960 pelas partes envolvidas.

**Palavras-Chave:** República Árabe Unida; Nacionalismo Árabe; Brasil; Gamal Abdel Nasser; Partido Baath.

## Abstract

The aim of this research is to analyze the contacts established by the United Arab Republic in Brazil. The nation was born upon the union between the Syrian Republic and the Egyptian Republic in February 1958. The new State was not just a geographic delimitation but also the first step to the concretization of Pan-Arabism aspirations. In order to achieve a better understanding of the context that made unification possible, a chapter was designed to focus on the Egyptian reality and another one on the Syrian experience. To achieve the objective proposed by the research, the analysis was undertaken using iconographic documents, reports, interviews and the “Cultural Agreement between the United States of Brazil and the United Arab Republic” conceived in 1960.

**Keywords:** United Arab Republic; Arab Nationalism; Brazil; Gamal Abdel Nasser; Baath Party.

## Sumário

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 1    | INTRODUÇÃO.....                                     | 7   |
| 2    | MIŞR - EGITO.....                                   | 11  |
| 2.1  | Conjuntura Pré-revolucionária.....                  | 11  |
| 2.2  | O Movimento dos Oficiais Livres.....                | 16  |
| 2.3  | Ações Revolucionárias.....                          | 21  |
| 2.4  | Os Primeiros Anos dos Oficiais Livres no Poder..... | 30  |
| 2.5  | Controle Civil.....                                 | 35  |
| 2.6  | Mohammed Naguib e Gamal Abdel Nasser.....           | 41  |
| 2.7  | O Nacionalismo Árabe.....                           | 45  |
| 2.8  | O Não-alinhamento.....                              | 55  |
| 2.9  | O Socialismo Árabe.....                             | 61  |
| 3    | SURYA – SIRÍA.....                                  | 65  |
| 3.1  | A criação do Baath.....                             | 65  |
| 3.2  | O Trato Triplo Britânico.....                       | 67  |
| 3.3  | A Partição.....                                     | 71  |
| 3.4  | O Mandato Francês.....                              | 76  |
| 3.5  | A Escalada de Tensão em Jabal al-Druze.....         | 80  |
| 3.6  | A Grande Revolta Síria de 1925.....                 | 83  |
| 3.7  | Cooperação Honrosa.....                             | 85  |
| 3.8  | Vislumbres de um Novo Dissenso.....                 | 87  |
| 3.9  | O Confronto Externo e a Luta Interna.....           | 89  |
| 3.10 | Novos pensamentos.....                              | 93  |
| 3.11 | O Nacionalismo Árabe.....                           | 94  |
| 3.12 | O Socialismo Árabe.....                             | 100 |
| 3.13 | O Não-alinhamento.....                              | 103 |
| 4    | AI-BARAZIL – BRASIL.....                            | 110 |
| 4.1  | O Contato entre o Brasil e o Levante.....           | 110 |

|     |                                       |     |
|-----|---------------------------------------|-----|
| 4.2 | A “barganha” de Vargas.....           | 112 |
| 4.3 | Transição com Café, Luz e Ramos ..... | 119 |
| 4.4 | O Esforço Conciliatório .....         | 121 |
| 4.5 | O Retorno à “Barganha” .....          | 125 |
| 4.6 | Atuação diplomática .....             | 131 |
| 4.7 | Contatos se estreitam .....           | 137 |
| 4.8 | O Acordo Cultural.....                | 145 |
| 5   | CONSIDERAÇÕES FINAIS .....            | 155 |
|     | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....      | 164 |
|     | FONTES DOCUMENTAIS .....              | 170 |
|     | ANEXO .....                           | 171 |

## 1 INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 1958 um novo Estado emergia no cenário internacional. A aceleração e a intensificação dos movimentos anticoloniais após a Segunda Guerra Mundial resultaram na conquista da independência de diversas localidades no continente africano e asiático. A República Árabe Unida (RAU) nascia não somente em decorrência da obtenção da soberania e da independência, mas da concretização efetiva das perspectivas pan-arabistas. “A união do Egito e da Síria anunciou uma nova era de unidade árabe, gerando um enorme apoio público em todo o mundo árabe”<sup>1</sup> (ROGAN, 2017, p. 308).

O Brasil possui elevada aproximação cultural e histórica com o território levantino, pois parte de sua sociedade é composta por indivíduos que migraram de localidades sírias, libanesas ou palestinas ou descendem de pessoas que o fizeram. Mostra-se possível constatar esta integração por meio, entre outros exemplos, de políticos de diferentes espectros ideológicos que atuaram e ainda agem nos cargos mais elevados da administração pública nacional.

Existem diferentes trabalhos que se propõem a estudar as imigrações de “sírios” e “libaneses” no final do século XIX e início do século XX<sup>2</sup>. Entretanto são esparsas as pesquisas que evidenciam o contato entre o Brasil e a Síria após a Segunda Guerra Mundial, dando a impressão de que houve uma ruptura e um distanciamento.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a atuação do nacionalismo árabe empreendido pela República Árabe Unida no Brasil, explorando suas relações

---

<sup>1</sup> Do original: “The union of Egypt and Syria heralded a new age of Arab unity, generating tremendous public support across the Arab world”.

<sup>2</sup> Para mais informações sobre os processos migratórios: OSMAN, Samira Adel. *Entre o Líbano e o Brasil: Dinâmica Migratória e História Oral de Vida*. 2006. 288f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. FARAH, Paulo Daniel (ed.) *Presença Árabe na América do Sul*. São Paulo: Edições BibliASPA, 2010. PINTO, Paulo G. H. da R. *Árabes no Rio de Janeiro: Uma Identidade Plural*. 1ª Ed. Editora Cidade Viva, 2010. GATTAZ, André. *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*. 3ª edição, Salvador: Editora Pontocom, 2015. GREIBER, B.L.; MALUF, L.S.; MATTAR, V.C. *Memória da imigração: libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998. KHOURI, Juliana Mouawad. *Pelos Caminhos de São Paulo: a Trajetória dos Sírios e Libaneses na Cidade*. 2013. 281f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. KNOWLTON, Clark S. *Sírios e Libaneses: Mobilidade social e espacial*. Anhembi. 1960. TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*. 2ª edição ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

diplomáticas e a interação com a comunidade migrante que habitava e ainda reside em território brasileiro. A documentação utilizada nesta pesquisa ajudou a desconstruir esta ideia de afastamento e evidenciar como uma ideologia que vivia seu apogeu estabeleceu contatos e influências no maior país da América Latina.

No trabalho serão analisados documentos oficiais que contemplem as relações diplomáticas entre o Estado brasileiro e a República Árabe Unida, como o “Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida” concebido no ano de 1960. A intenção desta pesquisa é estudar as características do documento e analisar se este chegou a seu pleno funcionamento ou se foi interrompido por alguma das partes.

Ainda se utilizarão registros que explicitem e comprovem o contato entre o Estado brasileiro e a RAU, como uma entrevista com o criador da Área de Estudos Árabes da USP, Helmi Nasr; além de fotos e artigos que expressem a atuação do nacionalismo árabe no Brasil.

A dissertação foi dividida em três capítulos, um destinado ao Egito, outro à Síria e um último ao Brasil. O primeiro capítulo aborda os eventos que permearam o Estado egípcio com a tomada de poder pelos Oficiais Livres após a Revolução do 23 de julho de 1952 até o momento da criação da República Árabe Unida em 1958.

A derrubada da monarquia e a manutenção do controle administrativo nacional pelo grupo elevaram uma de suas lideranças, o coronel Gamal Abdel Nasser, à posição de destaque não apenas em seu território, mas ante todo o “mundo árabe”. O mesmo soube trazer à sua órbita os elementos e a capacidade de comoção e convocação existentes no nacionalismo árabe, sendo parte crucial para a associação *de facto* do Egito e da Síria

Para conseguir empreender uma exposição e análise concreta do período se mostra necessário efetuar uma reconstituição histórica, traçando uma apresentação da resistência egípcia à colonização britânica, pois as ações revolucionárias perpetradas pelo corpo de oficiais encontram suas raízes nas condições anteriormente dadas pelo panorama político, econômico e social. Durante o desenvolvimento do capítulo serão evidenciadas as diferentes correntes ideológicas que se assentavam no território abordado, assim como os grupos que as encarnavam,

expondo a heterogeneidade de agrupamentos existentes em grupos aparentemente coesos, como os redutos militares.

O segundo capítulo é focado no Estado sírio, primordialmente a partir da criação do Partido Baath, em 1943, até a união nacional com o Egito em 1958, momento de formação da República Árabe Unida. O partido soube utilizar com maestria a retórica e a capacidade de arregimentação presentes no nacionalismo árabe, sendo fundamental para a concretização da comunhão e nascedouro da RAU.

A Síria, com as delimitações geográficas que se conhecem, é o resultado do neocolonialismo e das ações imperialistas da França e da Grã-Bretanha na Ásia. Desta forma, para que se mostre possível um entendimento efetivo da política e da sociedade em que o Partido Baath surge e pretende atuar também há a necessidade de efetuar uma reconstituição histórica, observando as correntes filosóficas e os agrupamentos que permearam o território.

O terceiro capítulo é dedicado ao Brasil, onde efetivamente é feita a análise das documentações supracitadas (como o “Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida”), expondo a ação do nacionalismo árabe representado pela República Árabe Unida em território brasileiro. O contato ocorre dentro do contexto de Guerra Fria, polarização que também atingiu o maior país latino-americano, ainda mais por sua proximidade física e histórica com os Estados Unidos da América, aspecto que afetou profundamente as políticas internas e externas da nação brasileira.

A República Árabe Unida teve uma presença no território brasileiro que se vinculou aos aspectos internos e externos que marcaram a política nacional. Nesse contexto, o terceiro capítulo desta dissertação analisa as influências e os contatos estabelecidos pela República Árabe Unida no Brasil.

Por mais que tenha seu enfoque no final da década de 50 e início de 60 do século XX (devido ao tempo de existência da RAU, que surge em 1958 e finda-se em 1961), a pesquisa remete aos anos iniciais de 1950 para destrinchar o desenvolvimento das ações internas e da política externa brasileira que possibilitaram o contato mais profundo com a RAU.

A pesquisa ainda pretende atuar como um material de apoio para estudantes que estejam se iniciando nos estudos relacionados ao Egito e à Síria na contemporaneidade. Há esta intencionalidade não apenas mas também devido à realidade da sociedade brasileira, que encontra dificuldades em ter acesso à literatura produzida no exterior em função dos preços elevados do material, como também do domínio de outro idioma que possibilite o contato com conteúdos e temáticas pouco exploradas dentro da escolaridade existente no país.

Além disso, é importante que perspectivas brasileiras possam ser desenvolvidas para integrar esse campo de estudos. Nesse sentido, esta dissertação aborda um tema que se vincula ao Brasil por meio de uma pesquisa realizada por um brasileiro em São Paulo, o que a diferencia de outras pesquisas realizadas em contextos por vezes eurocêntricos.

Por fim, todas as obras que atuem com comprometimento, rigor científico e explorem assuntos não tão usuais ou que são marginalizados em decorrência da colonialidade devem compreender sua relevância frente a uma nova geração e produção acadêmica brasileira.

## 2 MIŞR - EGITO

Esse capítulo propõe-se a apresentar e discutir os eventos ocorridos no Egito desde a eclosão do movimento dos Oficiais Livres em 1952 até a união egípcia com a Síria em 1958, momento de criação da República Árabe Unida. Partindo deste recorte temporal será necessário fazer uma breve contextualização, explicitando os fatos decorridos anteriormente à Revolução de 23 de julho que levaram à sua deflagração.

### 2.1 Conjuntura Pré-revolucionária

Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, por meio de fortes pressões da Grã-Bretanha, o rei Farouk I do Egito foi obrigado a solicitar que o Partido Wafd compusesse o governo; isto ocorreu porque os britânicos observavam no grupo político a capacidade de administrar o país, ao mesmo tempo em que se manteria comprometido com a potência que os tutelava, pelo menos, mais do que o monarca (HOURANI, 2006, p. 465).

O Partido Wafd foi fundado logo após o fim da Primeira Guerra Mundial por Saad Zaghlul (1857 – 1927), considerado um dos grandes nacionalistas egípcios, conjuntamente com Mustafá Kamil. O líder wafdistas já era político de longa data, havia assumido o Ministério da Educação no governo de ‘Abbas, em 1906, através das ordens de Lord Cromer.

“(…) perto do fim do conflito, quando os egípcios começaram a discutir a possibilidade de formar algum tipo de delegação representativa para apresentar sua argumentação pela independência do Egito na Conferência de Paz, foi natural que ele assumisse a liderança. As primeiras discussões parecem ter ocorrido na sua casa no campo, entre ele, Lutfi al-Sayyid e mais alguns. Após estabelecer contato com outros que tinham a mesma idéia, inclusive vários ministros, ele e seus colegas decidiram formar uma delegação (*Wafd*).” (HOURANI, 2005, p. 227).

A citação acima apresenta a criação do Partido Wafd – arrematado logo após o término da Primeira Guerra Mundial – e o significado de seu nome. O grupo político elevava a sua voz acima do governo central e buscava a sua legitimidade no povo: “Era uma parte permanente da estrutura política do Egito, era a nação egípcia

organizada para fins políticos. A função do governo era governar, a do Wafd e seu líder era representar a opinião pública.” (HOURANI, 2005, p. 236).

A estrutura apresentada por Hourani pode causar estranheza, pois evidencia a separação expressa entre o governo e a população. O rei agia conjuntamente com a aristocracia, que o apoiava e compunha as principais posições administrativas (Civil e Militar). Por sua vez, o vácuo deixado pela falta de políticas públicas que beneficiassem as camadas mais pobres da sociedade, somado ao sentimento de esparsa representatividade nos cargos de chefia do país, permitiu que o Wafd ocupasse a posição de representante do povo. Ainda se mostra necessário ressaltar que o Egito era uma monarquia submetida à Grã-Bretanha.

Com o fim da guerra, Zaghlul solicitou uma visita à capital do Império Britânico para apresentar-lhes diversas questões que tinham como produto final o desejo de independência do Egito, porém teve seu pedido recusado e logo em seguida foi enviado ao cárcere, causando grandes agitações e desordens; estas, por sua vez, haviam sido premeditadas pelos partidários de Zaghlul, que conseguiram com eficiência mobilizar as camadas populares do país.

“O Egito explodiu em revolução quando greves e manifestações abalaram as principais cidades. Os camponeses cortaram as ferrovias e queimaram as delegacias rurais. Segundo Bimbasha Mac Pherson, chefe da inteligência britânica da polícia do Cairo, os estudantes lideraram as primeiras manifestações anti-britânicas. Os bondes foram parados e danificados e o depósito de Shubra atacado. O xeque de Al-Azhar, a universidade islâmica, fez um sermão conclamando as pessoas a se livrarem do jugo do tirano. Trabalhadores dos transportes participaram dos protestos e logo alunos das escolas, eletricitas, tipógrafos e varredores de rua estavam todos em greve.”<sup>3</sup> (ALEXANDER, 2005, p. 12)

Mesmo com a revolta generalizada que se desenvolveu, a sublevação foi duramente reprimida pelas tropas britânicas que ocupavam o país.

Apesar da grande capacidade de mobilização e da evocação à representatividade popular, o Wafd não era o único partido existente no Egito e muito menos ímpar na defesa da independência, aspecto presente nos diversos grupos

---

<sup>3</sup> Do original: “Egypt exploded into revolution as strikes and demonstrations shook the major cities. Peasants cut the railways and burnt out rural police stations. According to Bimbasha Mac Pherson, the British intelligence chief of the Cairo police, students led the first anti-British demonstrations. Trams were stopped and demaged and the depot at Shubra attacked. The Sheikh of Al-Azhar, the Islamic university, gave a sermon calling on the people to throw off the tyrant’s yoke. Transport workers joined the protests, and soon school pupils, tram workers, printers and road sweepers were all on strike.”

políticos do período. “O Partido Nacional (*al-hizb al-watani*) fundado em 1900, o *Wafd* (1919) e o Partido Constitucional (*al-hizb al-dasturi*) (1922), e outros grupos menores, estavam principalmente preocupados com a luta de independência do Egito e do Sudão.” (CHEJNE, 1957, p. 256)<sup>4</sup>.

Em resposta às revoltas que se apresentaram, a Grã-Bretanha decidiu libertar Zaghlul e permitir que apresentasse seus argumentos às potências europeias na Conferência de Paz, ao mesmo tempo em que convocou uma missão com o objetivo de visitar as terras egípcias e estudar as solicitações evidenciadas.

“A missão Milner chegou ao Egito em dezembro de 1919 e foi boicotada por quase todo o país. Esse boicote, organizado pelos seguidores de Zaghlul, não só demonstrou a sua influência como a aumentou; era realmente o meio pelo qual ele impunha a sua autoridade sobre o país. Muito impressionada com isso, a missão, no seu retorno à Inglaterra em março de 1920, começou a negociar privadamente com Zaghlul, que ainda estava na Europa.” (HOURANI, 2005, p. 228).

Com o apelo às camadas populares, o Partido Wafd ganhou força política não por sua legalidade (como representantes do governo), mas por sua legitimidade entre as massas. “No Egito havia três fôrças políticas principais: o rei, o Uafd e os ingleses, com êste último ainda dominando.” (MANSFIELD, 1967, p. 19).

As conversas fracassaram, e durante os próximos dois anos a Grã-Bretanha negociou tanto com o Governo Oficial, representado pela figura do primeiro-ministro ‘Adli Yakan Paxá como com Zaghlul e seus companheiros, porém a questão continuava inconclusa; deste modo, em 1922 a metrópole acabou por quebrar a oposição de forças declarando unilateralmente a independência do Egito.

O Estado, apesar de nominalmente independente em 1922, ainda se encontrava sob tutela do governo britânico. Este ato acabou por restaurar, em certa medida, o poder do monarca, levando a sucessivas alternâncias de poder. Tendo em alguns momentos o Wafd e pequenos partidos no governo, e em outros a autoridade Real.

Mansfield defende que, de aproximadamente 1922 a 1952, o Partido Wafd era o único do país que possuía números de adeptos significativos (MANSFIELD, 1967,

---

<sup>4</sup> Do original: “The National Party (*al-hizb al-watani*) founded in 1900, the Wafd (1919) and the Constitutional Party (*al-hizb al-dasturi*) (1922), and other lesser groups, were mainly concerned with the struggle for independence of Egypt and the Sudan”.

p. 20). Deste modo, justifica-se a predileção pelo Wafd em 1942, quando o governo da Grã-Bretanha lançou um ultimato a Farouk I, que se mostrou favorável a 'Ali Maher Paxá - Indivíduo acusado pelos ingleses de ser simpático ao Eixo - para compor o seu gabinete.

O Wafd aparentava ser aquele que conseguiria governar o Egito com maior eficácia, em função de sua adesão e legitimidade perante a população, ao mesmo tempo que colaboraria com os britânicos.

“Este ato desastroso mas que, no momento, parecia essencial para o govêrno inglês, no final das contas destruiu o Uafd, a monarquia e os remanescentes do poder britânico no Egito.” (MANSFIELD, 1967, p. 21). A ação britânica de intrometer-se tão incisivamente nos assuntos egípcios - a ponto de ter tanques apontados para o palácio habitado por Farouk I, obrigando-o a colocar um representante do Wafd no poder - fez com que o ressentimento pelos ingleses aumentasse em grande medida; sucessivamente apresentou o partido com maior apelo popular como um “fantoche”, submisso à potência europeia e o monarca como um indivíduo fraco e sem prestígio.

Mesmo após as humilhações de 1942 o Partido Wafd ainda continuava com certa popularidade: “Apesar de sua incapacidade e da evidência sempre crescente de sua corrupção, o Uafd permanecia popular entre as classes desfavorecidas do país. Era ainda a expressão do Egito político.” (MANSFIELD, 1967, p. 21). Com o fim da guerra e a vitória dos aliados, o governo egípcio reclama a revisão do Tratado Anglo-Egípcio<sup>5</sup> ratificado em 1936 - que possibilitou maior autonomia em sua política externa.

“As negociações entre os dois governos se deram de 1946 em diante, mas fracassaram em dois pontos; principalmente, a pretensão egípcia de soberania sobre o Sudão, que o governo britânico não aceitava, na crença de que a maioria dos sudaneses não aceitaria e que a Grã-Bretanha tinha obrigações com eles; e, segundo, a questão da posição estratégica britânica no país.” (HOURANI, 2006, p. 473).

Apesar da retirada do Delta do Nilo e do Cairo, o grande problema apresentava-se na região do Canal de Suez. Localidade estratégica política, econômica e militarmente; manter a posição na Zona do Canal significava preservar as rotas

---

<sup>5</sup> O Tratado Anglo-Egípcio foi firmado entre o Reino Unido e o Reino do Egito no ano de 1936, o documento tinha como perspectiva a retirada das tropas britânicas das terras egípcias, exceto pela região do Canal de Suez. Além disso, os europeus deveriam preparar os exércitos do Egito, como também auxiliar em possíveis guerras. Farouk I e a Grã-Bretanha ambicionavam resguardar o país de uma possível invasão italiana, em reflexo do segundo confronto Ítalo-Etíope deflagrado em 1935.

comerciais como também os interesses ingleses nos países da Península Arábica, no Sul da Ásia, na África e no Oceano Índico.

A derrota na Guerra Árabe-Israelense de 1948 e o escândalo dos armamentos defeituosos fizeram com que o sentimento de humilhação e a desordem política se agravassem com maior intensidade.

“O preço a ser pago por esses governantes pela falência política, econômica e ideológica de seus regimes foi a sua substituição por uma nova geração de líderes árabes, numa sucessão de golpes militares em Estados-Chave da região – Síria, 1949; Egito, 1952; Iraque, 1958. Esses novos nacionalistas, formados nos quadros das classes civis e militares que emergiram no período entreguerras, tinham objetivos mais grandiosos do que os anteriores: queriam o poder, sim, mas não com a condescendência europeia. Exigiam o fim do controle britânico e francês sobre seus territórios e chamavam por uma nova ordem regional, na qual os Estados árabes seriam verdadeiramente livres para usufruírem de seus recursos e para agirem politicamente.” (FERABOLLI, 2013, p. 31).

O fracasso das negociações com a Grã-Bretanha, a desordem política e o surgimento de novas ideologias trazidas por uma nova geração evidenciaram indivíduos que não aceitariam mais a tutela de antigas metrópoles e que vislumbravam a possibilidade de um real gerenciamento do país e de seus recursos em prol de sua comunidade. “Diante dessa fragmentação de forças políticas, houve várias tentativas de criar novos tipos de movimentos que combinassem todos os elementos importantes. Dois foram de particular importância nas décadas de 1950 e 1960.” (HOURANI, 2006, p. 527).

Os movimentos que surgiam tendiam a mesclarem elementos religiosos, nacionalistas e de justiça social, alguns destes podem ser exemplificados por meio dos grupos comunistas, socialistas e da Irmandade Muçulmana. No entanto, como abordado por Hourani, durante os anos de 1950 e 1960, foram particularmente dois outros movimentos que obtiveram maior protagonismo.

Um deles foi o Partido Baath, que irrompe na política síria opondo-se ao grupo dominante do país, para que assim conseguisse se inserir em suas esferas administrativas; baseava-se nas ideologias de um filósofo cristão oriundo de Damasco, Michel 'Aflaq. Este movimento será abordado com profundidade no segundo capítulo, destinado a analisar os eventos ocorridos na Síria anteriormente à criação da RAU.

“Em 1951, irrompeu uma séria luta entre forças britânicas e guerrilheiros egípcios, e em janeiro de 1952 isso detonou um movimento popular no Cairo em que instalações ligadas à presença britânica foram destruídas; o colapso da ordem, por sua vez, deu a oportunidade para a tomada do poder, em julho de 1952, por uma sociedade secreta de oficiais egípcios de patente média, a princípio uma liderança corporativa e depois sob o domínio de Gamal ‘Abd al-Nasser (1918-70)”. (HOURANI, 2006, p. 473 – 4).

O segundo movimento proeminente foi identificado através dos anos com a figura de Gamal Abdel Nasser, porém, no ano de execução da Revolução (1952), perpetrada pelos Oficiais Livres, a principal figura do grupo era a do General Mohammad Neguib, que possuía grande carisma entre os militares e os civis.

## 2.2 O Movimento dos Oficiais Livres

Os acontecimentos de 1942 ocorreram de tal modo que auxiliaram na falência política do país. No entanto é importante destacar o Tratado Anglo-Egípcio de 1936, que possibilitou a existência dos Oficiais Livres e, posteriormente, da Revolução.

“O exército egípcio era então, teoricamente, um aliado dos britânicos e, portanto, a Inglaterra estava ansiosa por cultivá-lo. Ao mesmo tempo, o Uafd precisava desesperadamente angariar popularidade. A Academia Militar, pela primeira vez, foi aberta para rapazes que viessem de outras classes que não a dos aristocráticos latifundiários.” (MANSFIELD, 1967, p. 27)

Esta medida fez com que jovens de classes mais baixas observassem a carreira militar como uma forma de ascensão social, conseqüentemente acabou por abalar a lealdade da instituição com a aristocracia egípcia; desta forma, a desigualdade social existente somada às humilhações de 1942 e posteriormente de 1948 tornaram o corpo militar um ambiente propício para a formação de movimentos revoltosos contra o *status quo*.

“Não somente Gamal Abdel Nasser, como Abdel Hakim Amer, Abdel Latif el-Baghdadi, Anuar el-Sadat, Gamal e Salah Salem, Hussein Shafei, Hassan Ibrahim, Zakariya Muhieddin e Kemal el-Din Hussein, todos que representaram papéis importantes na Revolução e posteriormente no govêrno, foram capazes de se tornar oficiais, como resultante dessa mudança política.” (MANSFIELD, 1967, p. 27 – 8).

Gamal Abdel Nasser nasceu em 1918, provindo de uma família do Alto Egito. Por seu pai ser um funcionário dos correios, acabou percorrendo diversas localidades do país, no entanto, o seu estabelecimento na cidade do Cairo durante sua adolescência auxiliou em seu engajamento político.

Apesar da tênue idade durante a sublevação de 1919, Nasser se informou posteriormente sobre os fatos e os objetivos pelas obras de Tawfiq al-Hakim. “Nasser devorou o primeiro romance de Al-Hakim, *Return of Spirit*, que foi publicado com grande aclamação em 1933. Ele se identificou com o herói de Al-Hakim, Muhsin, jovem sensível, mas solitário, apanhado pela emoção da revolução de 1919.” (ALEXANDER, 2005, p. 16)<sup>6</sup>

Durante sua juventude, vivida na década de 1930, as influências europeias se mostraram presentes em solo nacional apesar da “independência” do país. O jovem consumiu obras que abordavam os caminhos percorridos por personalidades como Churchill, Bismark, Alexandre O Grande e Garibaldi (ALEXANDER, 2005, p. 16).

Além de Tawfiq al-Hakim, que havia cativado o futuro líder militar com suas obras, a figura de Zaghlul ainda se revelava proeminente na sociedade egípcia, marcando diversas gerações. Outra personalidade contemporânea a Nasser e que também deve ser lembrada é Taha Husayn.

O pensador foi um profundo defensor do nacionalismo egípcio (de inspiração faraônica<sup>7</sup>), afastando o país do continente africano e do Oriente Médio, expressando sua unicidade e o aconselhando a aproximar-se da Europa, para assim “se tornar parte do mundo moderno” (HOURANI, 2005, p. 342). Taha Husayn ainda argumentava que uma característica da modernidade era a distinção estabelecida entre a religião e o Estado, no entanto, a separação não era possível apenas no cristianismo, podendo ser aplicada no Egito, país majoritariamente muçulmano, detentor de diversas localidades sagradas e de uma das universidades islâmicas mais importantes do mundo, al-Azhar.

Portanto, Nasser cresceu em um período de grande efervescência ideológica e política, fator que influenciou em seu engajamento e atuação em movimentos políticos estudantis.

---

<sup>6</sup> Do original: “Nasser devoured Al-Hakim’s first novel, *Return of Spirit*, which was published in 1933 to wide acclaim. He identified with Al-Hakim’s hero, Muhsin, sensitive but lonely young man, caught up the excitement of the revolution of 1919.”

<sup>7</sup> O movimento faraonista (ou o faraonismo) ganhou proeminência no Egito especialmente nas décadas de 1920 e 1930, celebrando o Egito como uma unidade geográfica e política cujas origens remontam à unificação do Alto e do Baixo Egito em cerca de 3100 a.C. O principal adepto desse movimento foi Taha Husayn.

Devido ao Tratado anglo-egípcio de 1936, foi beneficiado com a possibilidade de entrar para as forças armadas, pois era pertencente a uma família de classe média-baixa, assim efetivamente adentrou as fileiras do exército um ano após o acordo.

A guerra de 1948, entre alguns países árabes e o recém-criado Estado de Israel, foi um ponto de inflexão na vida daqueles que vieram a participar concretamente do combate; os inimigos tinham armamentos e condições superiores aos dos soldados egípcios: “Em contraste com as tropas israelenses, que eram supridas com armas tchecas, soldados egípcios lutavam para sobreviver com fuzis e granadas não confiáveis” (ALEXANDER, 2005, p. 33)<sup>8</sup>.

No entanto, não foi propriamente a modernidade das armas que causou a revolta e os sentimentos de traição e humilhação nos combatentes egípcios, mas a sua natureza. “Tanto no front como no Cairo, rumores começaram a se espalhar de que políticos corruptos estavam fazendo uma matança, abastecendo o exército egípcio com armas defeituosas” (ALEXANDER, 2005, p. 33)<sup>9</sup>.

Com as lembranças de 1942 e a vivência efetiva dos eventos e dos rumores relacionados à derrota da Guerra Árabe-Israelense de 1948, seus participantes voltaram às suas casas profundamente marcados; Nasser e seus colegas não foram exceções.

“De acordo com Khaled Mohi-al-Din, eram cinco na primeira reunião: Nasser, Abd-al-Muni’im Abd-al-Ra’ul, Kamal-al-Din Hussein, que eram ambos próximos da Irmandade Muçulmana, Hasan Ibrahim, e ele próprio. Nasser também incluiu o nome de seu amigo próximo, Abd-al-Hakim Amer. No início a discussão variou sobre as queixas do movimento nacionalista – os governos fracos, a corrupção do Rei, a arrogância dos britânicos. Mas a experiência da guerra na Palestina tinha jogado estas questões em maior relevo. Nasser perguntou a seus colegas, *se nós fomos derrotados por grupos de voluntários israelenses, como devemos enfrentar os britânicos? Como libertaremos o país?*” (ALEXANDER, 2005, p. 35)<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Do original: “In contrast to Israeli troops, who were supplied with Czech arms, Egyptians soldiers struggled to make do with ancient rifles and unreliable grenades.”

<sup>9</sup> Do original: “Both at the front and Cairo, rumours began to fly that corrupt politicians were making a killing by supplingthe Egyptian army with defective arms.”

<sup>10</sup> Do original: “Accoording to Khaled Mohi-al-Din, there were five at the first meeting: Nasser, Abd-al-Muni’im Abd-al-Ra’uf, Kamal-al-Din Hussein, who were both close the Muslim Brotherhood, Hasan Ibrahim, and himself. Nasser also added the name of his close friends, Abd-al-Hakim Amer. At first the discussion ranged over the grievances of the nationalist movement – the weak government, the corruption of the King, the arrogance of the British. But the experience of war in Palestine had throw these questions into sharper relief. Nasser asked his colleagues, *if we were defeated by groups of Israeli volunteers, how shall we face the British? How we liberate the country?*”

O relato de Mohi-al-Din apresenta a primeira reunião do grupo, que foi composta por cinco pessoas, tendo o nome do sexto sido incluso apesar de sua ausência; comprovando que o movimento foi criado posteriormente à guerra, aproximadamente em 1949; como também que agregava e relacionava-se com indivíduos que faziam parte de outras organizações, como a Irmandade Muçulmana.

Por possuir uma pauta inicialmente genérica, o movimento dos Oficiais Livres manteve relações amistosas com grupos com os quais entraria em confronto futuramente, como a Irmandade Muçulmana e as diferentes organizações comunistas. Com o passar dos meses angariou novos adeptos - dentro do corpo militar - que também se mostravam insatisfeitos.

“Os Oficiais Livres sobreviventes da guerra começaram novamente a se encontrar no Cairo formando um comitê executivo que, com pequenas alterações, viria a se tornar o Conselho da Revolução. Em 1950 Gamal Abdel Nasser foi formalmente eleito presidente do comitê, segrêdo êste rigorosamente guardado.” (MANSFIELD, 1967, p. 32).

Tanto Mansfield como Mohi-al-Din evidenciam o protagonismo que Nasser possuía dentro do grupo revolucionário, sendo assim, um de seus principais nomes, conjuntamente com Abdel Hakim Amer (com quem Nasser cultivava uma amizade de longa data).

Antes de entrar propriamente em ação, o movimento agia e comunicava-se com a população através de panfletos (ALEXANDER, 2005, p. 36), que denunciavam a corrupção do governo. Um dos aspectos mais trabalhados foram os armamentos defeituosos da Guerra de 1948 contra o Estado de Israel, já que causavam fortes sentimentos de indignação e humilhação perante a população. “A fraqueza egípcia tinha sido exposta com o resultado da derrota palestina, e o Egito, por si só, não permaneceu sem cicatrizes aos olhares de muitos egípcios, especialmente entre aqueles que tinham lutado com armas defeituosas na Palestina”. (CHEJNE, 1957, p. 256)<sup>11</sup>.

Mansfield, em sua obra *Nasser e a Revolução Egípcia*, explana que o General Mohammed Neguib foi escolhido por Nasser, pois este previu a necessidade de um

---

<sup>11</sup> Do original: “*Egyptian weakness had been exposed as the result of the Palestine defeat, and Egypt itself did not remain without blemish in the eyes of many Egyptians, especially among these who had had to fight with defective arms in Palestine.*”

militar de patente elevada, para dar maior volume e legitimidade interna e externa ao movimento (MANSFIELD, 1967, p. 32 – 3).

“Abd-al-Hakim Amer apresentou Nasser ao general, que estava sofrendo ligeiramente uma afronta no palácio: ele tinha sido preterido para promoção. Naguib posteriormente recordou, ‘foi uma reversão estranha de papel para um oficial sênior ser examinado, porém respeitosamente, por dois de seus subalternos, mas eu não estava descontente. Eu estava chegando à conclusão de que a salvação do Egito dependia de seus jovens oficiais’.” (ALEXANDER, 2005, p. 37 – 8)<sup>12</sup>

Mohammad Neguib possuía o carisma necessário para as ambições dos Oficiais Livres, era visto como um dos grandes combatentes de 1948, além de apresentar uma explícita oposição ao palácio.

O General vislumbrava a necessidade de mudança no quadro político do país (MANSFIELD, 1967, p. 33) e fitou no movimento a juventude, a organização e a capacidade necessária para “salvar” o Egito. “Neguib tornou-se um Oficial Livre e em janeiro de 1952 foi feito presidente; demasiadamente conhecido, e para não ser descoberto como conspirador, nunca fêz parte da organização secreta e nada teve que ver com o planejamento ou a execução da revolta do exército, quando ela se deu.” (MANSFIELD, 1967, p. 33).

As primeiras explanações sobre o General Neguib apresentam-no como uma figura representativa, que “emprestaria” o seu rosto e histórico ao movimento; tendo a função de trazer carisma ao grupo, legitimá-lo perante a sociedade.

“O Rei Farouk o temia e não gostava de sua influência no exército. Ficou furioso quando Neguib foi eleito, contra sua expressa oposição, presidente do Comitê dos Oficiais, em janeiro de 1952.” (MANSFIELD, 1967, p. 33). Acima evidencia-se como, apesar de Neguib não participar “efetivamente” do Movimento dos Oficiais Livres e de suas reuniões, o papel que desempenharia seria de grande importância - talvez até mais do que previam e do que pretendiam - já que, embora mantivesse uma clara oposição à figura do monarca, continuava a somar altos cargos e enorme prestígios dentro do exército egípcio.

---

<sup>12</sup> Do original: “Abd-al-Hakim Amer introduced Nasser to the general, who was smarting from a slight at the hands of the palace: he had been passed over for promotion. Naguib later recalled, ‘it was a strange reversal of roles for a senior officer to be examined, however respectfully, by two of his juniors, but I was not displeased. I was coming to the conclusion that Egypt’s salvation depended on its junior officers.’.” Naguib, *Egypt’s Destiny*, p29. In: ALEXANDER, Anne. *Nasser: His Life and Times*. The American University in Cairo Press: Cairo, 2005. p. 37-8.

Desta maneira, parece provável que foi subestimado o papel que haviam atribuído a este indivíduo que conseguia fazer frente e amedrontar a figura monárquica. A aversão do rei por Mohammed Neguib era tão proeminente que tentou movê-lo para longe e impor seu homem de confiança, Sirry Amer, no Ministério da Guerra, para assim estabelecer um ponto de segurança na estrutura militar, pois Farouk I já desconfiava do que estava por vir.

“O Rei foi bastante realista para ver que havia possibilidade de uma revolução vitoriosa e providenciou para que maior quantidade de suas reservas pessoais fôsse enviada à Suíça. Ao mesmo tempo, porém, parece ter acreditado que a grande maioria do exército permaneceria fiel. Recusou desdenhosamente fazer concessões, quando seus ministros lhe aconselharam moderação.” (MANSFIELD, 1967, p. 34).

Apesar das medidas tomadas pelo monarca - as quais garantiriam seu futuro financeiro em outro país –, este acreditava em sua capacidade de transpor as dificuldades e os diferentes grupos revoltosos, no entanto, ainda pode-se supor que Farouk I depositava a crença de que em caso de uma revolta mais exacerbada, na qual a sua queda fosse iminente, os britânicos tomariam alguma medida para controlar a situação e manter sua influência.

### 2.3 Ações Revolucionárias

“Em 19 de Julho, Mohammad Naguib ouviu de um dos ministros de gabinete que o governo tinha uma lista dos líderes dos Oficiais Livres e estava planejando prendê-los. Ao mesmo tempo notícias vazaram que um novo gabinete estava sendo formado com o inimigo dos oficiais, Hussein Sirri Amer, como Ministro da Guerra.” (ALEXANDER, 2005, p. 41)<sup>13</sup>. Com a iminência de um expurgo aos membros do movimento por parte dos homens de confiança de Farouk I, a ação contra sua figura e a ordem vigente foi adiantada do início de agosto. Ocorrendo conforme organizado, no dia 23 de julho de 1952, que aproveitou a estadia do Rei em Alexandria.

“Às 6 da manhã os amotinados também tinham tomado o controle dos céus, com unidades da Força Aérea leais à causa dos Oficiais Livres decolando dos campos de pouso ao redor do Cairo. Ao acordarem na manhã de 23 de Julho,

---

<sup>13</sup> Do original: “On 19 July Muhammad Naguib heard from one of the cabinet ministers that the government had a list of the leaders of the Free Officers and was planning to arrest them. At the same time news leaked out that a new cabinet was being formed with the officers’ enemy Hussein Sirri Amer as Minister of War.”

os egípcios ligaram o rádio para ouvirem a voz de Anwar Sadat, lendo uma proclamação em nome de Muhammad Naguib, anunciando o golpe para o mundo.” (ALEXANDER, 2005, p. 42)<sup>14</sup>

A Revolução havia transcorrido com êxito, as principais localidades do país foram tomadas com rapidez e pouca objeção; Mansfield até compara a cidade do Cairo no momento da ação a uma manga, que ao amadurecer cai subitamente sem grande resistência (MANSFIELD, 1967, p. 35).

“De manhã cedo, no dia 23 de julho, Neguib, que não havia tomado parte no golpe propriamente dito, foi chamado em sua casa de campo para tornar-se Presidente do Conselho Revolucionário.” (MANSFIELD, 1967, p. 35). Tanto Mansfield quanto Alexander evidenciam como o General Muhammed Naguib pouco participou das ações “concretamente”. Confirmando o papel que este desempenharia durante a revolução, de figura representativa, o rosto do movimento, assim, a sua convocação para assumir a Presidência do Conselho Revolucionário e a mensagem transmitida em seu nome aos egípcios iam ao encontro de confirmar suas atribuições.

No dia seguinte, Áli Maher foi convidado a formar o governo e enviado a Alexandria com uma lista de exigências ao Rei Farouk, entre as quais se incluíam a indicação de Neguib como Chefe das Forças Armadas e a demissão de todos os favoritos da corte do Rei. Áli Maher voltou ao Cairo com a concordância do monarca. Os revolucionários, porém, não queriam que permanecesse no trono.” (MANSFIELD, 1967, p. 35).

‘Ali Maher era membro da aristocracia egípcia, um político de longa data que estava envolvido nas humilhações de 1942; desta forma, pode parecer um paradoxo por parte dos Oficiais Livres tentarem destruir a ordem vigente colocando outro representante desta estrutura política no poder, mesmo que interinamente.

“Uma vez no poder, os Oficiais Livres tiveram que agir rapidamente para assegurar sua posição precária. Eles concordaram em pedir a Ali Maher, ex-Primeiro Ministro, para chefiar um governo interino.” (ALEXANDER, 2005, p. 48)<sup>15</sup>. É justamente pelo seu histórico de figura aristocrática e conservadora que este foi escolhido para compor o governo temporário, pois a sua nomeação tentava acalmar

---

<sup>14</sup> Do original: “By 6 a.m. the mutineers had taken control of the skies as well, as Air Force units loyal to the Free Officers’ cause took off from the airfields around Cairo. Waking up on the morning of 23 July, Egyptians turned on the radio to hear the voice of Anwar Sadat, reading a proclamation in the name of Muhammed Naguib announcing the coup to the world.”

<sup>15</sup> Do Original: “Once in power the Free Officers had to act quickly to secure their precarious position. They agreed to ask Ali Maher, a former prime minister, to head an interim government.”

as camadas mais altas da sociedade egípcia, detentoras dos meios de produção, procurando evitar um movimento reacionário e uma fuga do capital nacional e estrangeiro para outras localidades.

Inicialmente, após a execução da Revolução, o Egito não havia deixado de ser uma monarquia, Farouk I continuava no “poder”, gerando um impasse dentro do movimento em relação a sua figura. Qual deveria ser o seu destino?

“O Comandante da Aeronáutica, Gamal Salem, que havia sido enviado para Alexandria com Naguib, voou de volta ao Cairo com uma proposta de que o rei fosse julgado e executado. De acordo com o que conta Naguib, depois de falhar em convencer seus colegas em Alexandria, Gamal Salem esperava ganhar o apoio de Nasser e de outros membros da liderança dos Oficiais Livres. Ele retornou poucas horas depois com a resposta de Nasser: *Deixe-nos poupar Farouq e mandá-lo ao exílio. A história irá sentenciá-lo à morte.*” (ALEXANDER, 2005, p. 47)<sup>16</sup>

A citação expressa claramente as diferenças existentes dentro dos Oficiais Livres. Enquanto alguns queriam julgar e executar Farouk, outros tencionavam mandá-lo para o exílio. Ainda deve-se ressaltar o protagonismo dado a Nasser e sua influência dentro do movimento.

Imagem 1 - Reportagem do Jornal O Estado De São Paulo 24/07/1952

---

<sup>16</sup> Do original: “Wing Commander Gamal Salem, who had been sent to Alexandria with Naguib, flew back to Cairo with a proposal that the King be tried and executed. According to Naguib’s account, after failing to convince his colleagues in Alexandria, Gamal Salem hoped to win the backing of Nasser and the others members of the Free Officers’ leadership. He returned a few hours later with Nasser’s answer: *Let us spare Farouq and send him to exile. History will sentence him to death.*” Naguib, *Egypt’s Destiny*, p 132. In: ALEXANDER, Anne. *Nasser: His Life and Times*. The American University in Cairo Press: Cairo, 2005. p.47.



escolha empreendida. Esta dissertação traz um exemplo, entre outros, já que durante todo o seu desenvolvimento, o “23 de julho” e a tomada de poder pelos Oficiais Livres foi denominado de “Revolução”, enquanto que “O Estado de São Paulo” os caracterizou como um “Golpe de Estado”. Assim, mostra-se necessário contextualizar a escolha empregada na pesquisa.

“Enquanto a palavra *inqilab* chegou a ser exclusivamente utilizada em Árabe para golpes (militares), o desenvolvimento paralelo em Persa e Turco quer dizer que a palavra *inqilab* significa ‘revolução’ em ambas as línguas. Em Árabe, a palavra *thawra* é geralmente reservada para este propósito. No entanto, *inqilab* em Árabe passou por suas próprias mudanças semânticas e pode ser usado para se referir à mudança revolucionária ou transformação em um sentido mais amplo, por exemplo, em um caso de um *inqilab fikri*, significando uma mudança intelectual ou de paradigma”. (BISHARA, 2018, p. 8)<sup>18</sup>

Azmi Bishara apresenta duas palavras do vocabulário árabe: *inqilab*, utilizado para descrever um “golpe”, principalmente aquele perpetrado pelos militares; e o termo *thawra*, significando “revolução” e também empregado como uma expressão com sentido aproximado a insurreição (intifada) e levante (*qawma*). “Mas em seu uso como termo significa principalmente ação popular em larga escala para derrubar o regime dominante.” (BISHARA, 2018, p. 8)<sup>19</sup>.

No entanto, a complexidade se acentua, pois *inqilab* passou a ser usado para representar alterações e transformações revolucionárias. Já em relação à *thawra* (revolução), há uma divergência entre autores sobre se a palavra deveria ser aplicada para descrever movimentos populares que, apesar de obstinarem mudar o regime, fracassaram. (BISHARA, 2018, p. 8).

“(…), os conceitos de “golpe” e “revolução” começaram a se entrelaçarem. A tomada de poder pelos militares foi vista como prelúdio para um processo de mudança socioeconômica (revolução ou *thawra*). Este padrão pode ser visto na tomada de poder pelos Oficiais Livres egípcios em julho de 1952 e depois no golpe de 14 de julho de 1958 liderado por Abdulkarim Kassem no Iraque - que se descreveu como uma “revolução” desde o início - bem como mais tarde,

---

<sup>18</sup> Do original: “While the word *inqilab* has come to be used exclusively for (military) coups in Arabic, the parallel development of Persian and Turkish means that the word *inqilab* signifies “revolution” in both of these languages. In Arabic, the word *thawra* is usually reserved for this purpose. Nonetheless, *inqilab* in Arabic has gone through its own semantic shifts and can be used to refer to revolutionary change or transformation in a broader sense, for example in the case of an *inqilab fikri*, meaning an intellectual or paradigm shift.”

<sup>19</sup> Do original: “But in its use as a term it mostly means large-scale popular action to bring down the ruling regime”.

tomadas de poder ideologicamente motivadas por oficiais alinhados ao Baath na Síria e no Iraque”. (BISHARA, 2018, p. 13)<sup>20</sup>

As citações evidenciadas e que cercam as definições de “golpe” e “revolução” em árabe nos mostram a dificuldade em estabelecer rótulos. O autor acima destaca algo fundamental para compreender a relação entre sociedade, política e forças armadas no “contexto árabe” (termo utilizado por Bishara); os militares eram vistos como agentes de mudança socioeconômica e as forças armadas como a instituição mais moderna, organizada e forte do período pós-independência, em função de sua estruturação pelas metrópoles exploradoras.

No Egito, o Tratado Anglo-Egípcio de 1936 possibilitou quebrar a hegemonia e a fidelidade da aristocracia no quadro militar ao permitir a incorporação de indivíduos provindos da classe média-baixa, que se encontrava fora do governo e sentia-se oprimida por suas medidas. Desta forma, a tomada de poder por este grupo significou uma efetiva mudança da classe governante e das políticas públicas e econômicas, que começaram a favorecer com maior intensidade as populações mais fragilizadas do país, como os camponeses através de reformas agrárias.

A pesquisa defende que “julho de 1952” foi uma Revolução, pois os Oficiais Livres empreenderam mudanças sociais, econômicas e políticas no país, além de derrubar a classe dominante da estrutura mais elevada da organização social. Diferentemente, por exemplo, do Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil, onde não houve mudanças nas relações sociais e o *establishment* permaneceu dentro do mesmo círculo de poder, assim como o favorecimento e o protecionismo perante os empresários nacionais.

Bishara traz em uma de suas citações um ponto presente em *Complete Works of Yanis Al-Hafez: On some issues of the Arab revolution*, que deve ser abordado. Para Al-Hafez, “julho de 1952” foi uma revolução, pelos mesmos fatores expostos

---

<sup>20</sup> Do original: “(...), the concepts of “coup” and “revolution” became entwined. Military takeovers of power were viewed preludes to a processe of socio-economic change (revolution or thawra). This pattern could be seen in the takeover of power by Egypt’s Free Officers in July of 1952 and later to the 14 July 1958 Abdulkarim Kassem-led coup in Iraq- which described itself as a “revolution” from the very outset- as well as the later, ideologically motivated takeovers of power by Baath-aligned officers in both Syria and Iraq.”.

acima, mas sem a participação popular, deste modo, não foi uma revolução popular e sim realizada de cima para baixo, guiada pelo Comando Revolucionário.<sup>21</sup>

“No dia 26 de julho, de manhã cedo, tanques cercaram o palácio Rase el-Tin. Alguns dos Guardas Reais resistiram e houve uma escaramuça, resultando em sete feridos. Por essa ocasião o Rei temia por sua vida e assinou, com mão trêmula, o ato de abdicação, em favor de seu filho Ahmed Fuad. Na noite do mesmo dia partiu para Nápoles no seu iate *Mahroussa*, com a Rainha Narriman, o menino Ahmed Fuad e 204 peças de bagagem. Teoricamente o Egito permaneceria uma monarquia por mais onze meses. Na realidade, a dinastia de um século e meio de Mohammad Áli chegara ao fim.” (MANSFIELD, 1967, p. 35 – 6).

A posição de Farouk mostrava-se insustentável, era malvisto pelos revolucionários que o queriam morto ou fora do trono egípcio. Desta maneira, foi forçado a abdicar em nome de seu filho Ahmed Fuad.

Imagem 2 – Reportagem do Jornal O Estado De São Paulo 27/07/1952

**Forçado a abdicar, Faruk deixa o Egito**

... e se perolado, que privaram as tropas de armas e munições adequadas.

Entretanto há seis meses ocorriam graves distúrbios no Cairo, quando manifestantes antibrítanos, chefiados pelos membros do Partido Wafdista, queimaram vários estabelecimentos comerciais e saquearam residências e armazéns. Hoje, militares e civis destruíram apenas os restos de Faruk. Ao mesmo tempo, soldados de infantaria, as autoridades transmittiam estas palavras: "O povo egípcio deve tomar os estrangeiros como amigos, se eles deixam o bem de sua pátria".

O marechal Mohamed Nagib declarou aos jornalistas que tudo está em ordem. Outrossim, assegurou aos estrangeiros que suas pessoas e seus bens seriam protegidos, ressaltando-lhes que o governo agiu com toda energia contra qualquer violência.

**Proclamação de Nagib**  
CAIRO, 26 (UPI) — O seguinte é texto da declaração em que o marechal Nagib anunciou a abdicação do rei Faruk:

"Confedisco: para completar o movimento empreendido por nós, pela nossa causa, conferenciei com o primeiro-ministro Ali Maher para a manhã de hoje. Entreguei-lhe uma mensagem, dirigida à Sua Majestade o rei Faruk, contendo duas exigências: pela primeira, deveria abdicar em favor do sr. Filho; pela segunda, abandonar o país antes das dezesseis horas de hoje. Sua Majestade aceitou ambas as decisões. Tu-

de sua primeira esposa, princesa Farid, Fawzia e Fadla, de quatorze, duas e nove anos de idade respectivamente. Ao subir no iate "Faid el Behar", Faruk foi saudado pelo primeiro-ministro Ali Maher, que, por estranha coincidência, era também primeiro-ministro quando chegou para ocupar o trono egípcio em abril de 1936. Precisamente às dezesseis horas e cinco minutos o pavilhão egípcio foi levado ao iate, que se afastou imediatamente. Faruk levava uma bagagem de 204 malas. No momento em que o iate soltava as âncoras, o presidente do Conselho Maher declarou aos jornalistas: "A crise, que se prolongou por três dias, foi resolvida graças ao patriotismo e à prudência do soberano. Sua decisão será profundamente agradecida pelo Conselho da Engenharia".

**Mensagem de Faruk a Nagib**  
CAIRO, 26 (AFP) — De bordo de seu iate, o ex-rei Faruk dirigiu o seguinte telegrama ao marechal Mohamed Nagib-bei, comandante das forças armadas: "Deixo-me-vos hoje no cumprimento de vossa difícil missão".

**Faruk seguirá para os Estados Unidos**  
CAIRO, 26 (AFP) — Informantes autorizados revelaram que o ex-rei Faruk se dirige para Marselha, onde tomará um avião, com destino aos Estados Unidos.

**Ahmed Fuad II**  
CAIRO, 26 (UPI) — O Conselho de Ministros proclamou o príncipe Ahmed Fuad rei do Egito e do Su-

Antes de concordar em ceder completamente em suas prerrogativas e inclinar-se diante das reivindicações do Exército, o rei Faruk hesitou bastante tempo. Inicialmente, foi obrigado a aceitar a demissão do Ministro, que Hlali para acobarda de formar, e no qual ele havia incluído, como ministro da Guerra e da Marinha, seu cunhado, coronel Ibrahim Ismail Cheryn bei, casado com a antiga imperatriz da Pérsia, Fawzia. Para o posto de primeiro-ministro, Faruk teve de aceitar Ali Maher passá, que o Exército designara. Era o começo das concessões.

O novo Ministério apresentou ao rei um programa de reivindicações do Exército, que incluía a renúncia à primeira segunda até agora. O rei Faruk deveria concordar em retirar seu governo. Deveria também renunciar a qualquer intervenção nos assuntos do governo e do Exército, seu título de comandante supremo das forças armadas devendo ser considerado puramente honorário.

O Exército apresentou em seguida ao soberano, a lista das pessoas das quais deveria ele separar-se. Essa relação compreendia os nomes de todos os conselheiros do rei, dos que sempre foram seus amigos pessoais e confidentes, e que formavam uma espécie de ministério do palácio.

Ontem à noite, tendo assinado as demandas de todos os seus conselheiros e auxiliares, o rei Faruk permaneceu sozinho no Palácio Kasr, em companhia da rainha Narriman e de seu filho de seis meses de idade.

<sup>21</sup> AL-HAFEZ, Yanis. *Complete Works of Yanis Al-Hafez: On some issues of the Arab revolutio*. Beirut: Center for Arab Unity Studies, 2005, pp. 110-204. In: BISHARA, Azmi. *The Army and Political Power in the Arab Context: Theoretical Issues*. Al Muntaga, v.1, n° 1, pp. 11-37. April 2018. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.31430/almuntaga.1.0011>>. Acessado em: 26 de Novembro de 2018. p. 21.

Fonte: Acervo O Estado De São Paulo<sup>22</sup>

No dia 27 de julho de 1952, mais uma vez o jornal, “O Estado de São Paulo”, cobriu os eventos que estavam ocorrendo no Egito, noticiando a abdicação de Farouk I e o abandono do país. O Monarca deixou o território egípcio em direção à Itália, local o qual também veio a falecer.

Imagem 3 - Reportagem do Jornal O Estado De São Paulo 29/07/1952



Fonte: Acervo O Estado De São Paulo<sup>23</sup>

Em 29 de julho o meio de comunicação evidencia a proclamação do novo monarca, denominado de Fuad II; no entanto, ele nunca chegou a ser coroado. Tinha poucos anos de vida no momento da renúncia de seu pai, com o qual partiu para a Itália. Porém, a inexistência de um rei em uma monarquia constitucional acarretou problemas legais. Mostra-se interessante notar que o Egito ainda proclamava as terras do Sudão como parte de seu território, sendo este um dos pontos que mais causaram divergência entre o governo egípcio e o britânico nas negociações de 1946.

<sup>22</sup> Matéria do Jornal O Estado de São Paulo do dia 27/07/1952. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,golpe-no-egito-reforca-protagonismo-dos-militares,9140,0.htm>. Acessado em: 21/05/2018.

<sup>23</sup> Matéria do Jornal O Estado de São Paulo do dia 29/07/1952. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,golpe-no-egito-reforca-protagonismo-dos-militares,9140,0.htm>. Acessado em: 21/05/2018.

Apesar de o Egito e o Sudão serem possessões inglesas, predominantemente muçulmanas (exceto a região do atual Sudão do Sul, que tem maioria animista) e utilizarem-se do árabe como língua oficial, os britânicos as observavam como regiões separadas; já os egípcios fitavam a região como parte de seu território, e o General Mohammed Neguib era sudanês de origem.

“A abdicação do rei gerou um problema constitucional. A liderança dos Oficiais Livres foi informada por juristas de que um Conselho Regencial teria de ser formado para governar em nome do filho de Farouq, exigindo assim a volta do parlamento e novas eleições dentro de dois meses.” (ALEXANDER, 2005, p. 48 – 9)<sup>24</sup>. As informações transpassadas sobre a necessidade da volta do parlamento (afastado pela Revolução), conjuntamente com a convocação para novas eleições, causou um desentendimento dentro do grupo.

O parlamento era observado pelos membros do movimento como uma peça dentro do antigo sistema, que o legitimava e sustentava; assim as eleições trariam novamente ao poder aqueles que haviam caído no dia “23 de julho”. “Enquanto a estrutura social do país continuasse inalterada, o Uafd ainda seria capaz de vencer qualquer eleição livre dentro dos preceitos constitucionais de 1923. O partido estava vazio e desacreditado.” (MANSFIELD, 1967, p. 37).

Apesar do receio da volta do antigo regime e do fim da revolução, Alexander apresenta que Nasser defendeu a realização de novas eleições, mas, observando-se sozinho nas reivindicações feitas a seus colegas, renunciou à Presidência do Conselho de Comando do movimento dos Oficiais Livres (ALEXANDER, 2005, p. 48 – 9). Fato que na realidade durou poucas horas.

“No seu retorno, Nasser concordou com a formação do Conselho Regencial sem o retorno do parlamento.” (ALEXANDER, 2005, p. 49)<sup>25</sup>. Alexander prossegue afirmando que as reivindicações democráticas perante o grupo foram mais no sentido de evidenciar sua autoridade; aspecto que parece plausível pela velocidade em aceitar a formação do Conselho com a inexistência do poder legislativo.

---

<sup>24</sup> Do original: “The abdication of the King raised a constitutional problem. The leadership of the Free Officers was told by legal experts that a Regency Council would have to be formed to rule in the name of Farouq’s infant son, thus requiring the recall of parliament and new elections within two months.”

<sup>25</sup> Do original: “On his return, Nasser agreed to the formation of the Regency Council without the recall of parliament.”

A decorrência da Revolução, a abdicação do Rei e a formação do Conselho Regencial podem levar a um entendimento no qual a sociedade e os demais grupos políticos permaneciam imóveis, observando os eventos e ações perpetrados pelos militares. Compreensão que se mostra enganosa.

#### **2.4 Os Primeiros Anos dos Oficiais Livres no Poder**

“Os primeiros anos do novo regime – nem mesmo uma república até 1953 - foram cheios de conflitos.” (ALEXANDER, 2005, p. 43)<sup>26</sup>. Até a consolidação de Nasser como a principal força do movimento em 1954, os Oficiais Livres disputaram a permanência no poder tanto com outras organizações políticas como também entre os membros de suas próprias fileiras.

Os opositores advindos de fora do movimento eram indivíduos que compunham a antiga aristocracia política e econômica que caíra em “23 de julho”; além do Partido Wafd, das organizações comunistas e posteriormente da Irmandade Muçulmana. Internamente, o grupo que mais apresentou aversão às políticas de Nasser e seus colegas vinha da artilharia e da cavalaria.

As objeções provenientes dos setores aristocráticos e do Partido Wafd mostravam-se com mais força, já que haviam perdido suas hegemonias e privilégios políticos. No entanto, a mudança das organizações aliadas - grupos comunistas e da Irmandade Muçulmana - para o campo da oposição é mais “delicada”, já que ambos os grupos mantinham relações amistosas com os Oficiais Livres.

Nasser chegou a imprimir panfletos nas prensas comunistas do Movimento Democrático por Libertação Nacional (MDLN) (ALEXANDER, 2005, p. 44), assim como pediu apoio de ambos para a realização da revolução: “Depois de um último encontro naquela tarde na casa de Khaled Mohi-al-Din, os membros do Comitê de Comando saíram para se prepararem para a zero hora. Nasser contactou a Irmandade Muçulmana e o MDLN para perguntar por seu apoio.” (ALEXANDER, 2005, p. 41)<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Do original: “The early years of the new regime – not even a republic until 1953 – were full of conflict.”

<sup>27</sup> Do original: “After a final meeting at Khaled Mohi-al-Din’s house that afternoon, the members of the Command Committee left to prepare for zero hour. Nasser contacted the Muslim Brotherhood and the DMNL to ask for their support.”

O contato entre Nasser (um dos líderes do movimento dos Oficiais Livres) e a Irmandade Muçulmana e grupos comunistas como o MDLN evidenciam como a Revolução e a sua manutenção não obtiveram apenas o empenho e a participação dos militares, trazendo à luz a confluência existente inicialmente entre as “associações”, sendo assim, é apenas *a posteriori* que se dá a cisão e os confrontos entre os mesmos. Desmistificando, assim, a unicidade dos Oficiais Livres no “23 de julho”.

A inesperada tomada de poder de um país por um grupo que “desmancha” a antiga estrutura política desencadeia insegurança na economia, principalmente entre os investidores estrangeiros (a não ser que o ato fôra orquestrado por estes, o que não foi o caso egípcio). E conseqüentemente a fuga deste capital acaba por ressoar na arrecadação dos cofres públicos, como também no crescimento do número de desempregados.

“(…), os Oficiais Livres tentaram tranquilizar os investidores estrangeiros de que a cruzada do novo regime contra os privilégios da antiga elite não era o precursor de um programa de esquerda dirigido a empresas egípcias. Uma lei que restringia a propriedade estrangeira de cooperação egípcia de 49% foi mudada para permitir aos investidores estrangeiros uma participação de 51%.” (ALEXANDER, 2005, p. 51)<sup>28</sup>

Logo após a promulgação da lei, manifestações de trabalhadores ocorreram em Alexandria, gerando mortes nos confrontos entre os manifestantes e as forças policiais. O governo reagiu ferozmente, realizando diversas prisões, como também o enforcamento de suas lideranças. Foram as medidas em favor do capital estrangeiro, as confrontações e a repressão por parte dos Oficiais Livres que levaram os movimentos comunistas para sua ferrenha oposição, com exceção do MDLN. No entanto, a influência soviética desempenhou certo papel na mudança de prisma.

“Mas a atitude da URSS também foi crucial. Depois de um período de hesitação, a imprensa soviética começou a atacar os Oficiais Livres, e comunistas egípcios foram instruídos a romper todos os laços com o movimento dos soldados. Oponentes do MDLN intensificaram seus ataques à organização, enquanto o próprio MDLN estava rachado com dissensões internas.” (ALEXANDER, 2005, p. 53)<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Do original: “(...) The Free Officers attempted to reassure foreign investors that the new regime’s crusade against the privileges of the old elite was not the precursor of a left-wing programme directed at Egyptian businesses. A law restricting the foreign ownership of Egyptian corporations to 49 percent was changed to allowed foreign investors a 51 percent stake.”

<sup>29</sup> Do original: “But the attitude of the URSS was also crucial. After a period of hesitation, the Soviet press began to attack the Free Officers, and Egyptian Communists were told to break all ties with the

O governo percebeu que a repressão acabaria por fomentar maior animosidade com os trabalhadores. Desta forma, observaram na integração a capacidade de aproximar estes indivíduos ao novo governo. Um dos caminhos foi o incentivo à criação de novos sindicatos, que quebravam o monopólio e a capacidade de organização e protesto dos antigos.

“No Egito, a posição dos grandes proprietários rurais permaneceu forte até 1952. Os quatrocentos e tantos membros da família real eram coletivamente os maiores proprietários de terra, e cerca de duzentos estrangeiros, que possuíam mais de cem *feddans* cada; juntos, esses grandes proprietários detinham 27% da terra cultivada. Praticamente controlavam o governo; em média, metade dos ministros, senadores e deputados vinham dessa classe. Podiam obter vantagens em irrigação e manter o sistema de impostos favorável a eles. Devido a seu capital acumulado e acesso a crédito, puderam comprar terra quando foi posta à venda, e seu controle da melhor terra tornou possível impor aluguéis aos rendeiros que cultivavam a maior parte dela.” (HOURANI, 2006, p. 496 – 7).

A maioria da população egípcia em 1952 vivia no campo; um levantamento feito em 1960 (oito anos após a revolução) observou que 40% dos cidadãos residiam nas cidades, sendo 13% apenas na cidade do Cairo (HOURANI, 2006, p. 490). Estes números mostram a predominância do campo pela cidade, como também a capacidade de atração que a capital possuía para os habitantes do país.

Hourani evidencia como os grandes proprietários controlavam o país em seu setor econômico e político, detendo as melhores terras em suas mãos. O Egito possuía uma economia baseada na agricultura, principalmente no cultivo e na exportação do algodão, sua principal cultura. A inacessibilidade às terras ou a qualquer solo de qualidade, como também os altos preços dos aluguéis impostos pelos arrendatários levavam os camponeses a uma precária condição de subsistência, fatores que desencadearam diversos processos de imigração para os centros urbanos.

Com a maior parte população do país vivendo no campo, uma economia basicamente agrária e um campesinato altamente explorado, os Oficiais Livres observaram nesta realidade a possibilidade de uma ação imediata que traria melhores condições de vida, como também produziria conseqüentemente uma imagem positiva ao grupo, contrapondo as cenas de perseguições e execuções perpetradas.

---

soldiers' movement. Opponents of DMNL intensified their attacks on the organization, while the DMNL itself eas rent with internal dissension.”

“Em setembro, o Conselho de Comando Revolucionário, como a Junta então se chamava, tomou a única medida interna radical importante dos primeiros anos da Revolução. O decreto, minutado às pressas, pois os Oficiais Livres tinham apenas esboçado o plano anteriormente, limitava as propriedades rurais a 200 *feddans* (1 *feddan* = 1,038 acres), com mais 100 extra, caso o proprietário tivesse dois ou mais filhos, e providenciava a redistribuição das terras confiscadas aos *fellahin*, em lotes de 2 a 5 *feddans*.” (MANSFIELD, 1967, p. 38).

A reforma agrária, por consequência, acabou afetando os grandes latifundiários, como também os membros da família real. Seu verdadeiro alcance foi pequeno, afetando apenas 10% das terras cultiváveis do país (MANSFIELD, 1967, p. 39)<sup>30</sup>. Mas, apesar da baixa efetividade da reforma, sua importância pode ser observada nos aspectos psicológicos do campesinato, como também em termos econômicos e propagandísticos.

“Em um nível superficial, o programa de reforma agrária apareceu como uma ruptura radical com o passado. O slogan dos oficiais – ‘a erradicação do feudalismo’ – conjurou imagens de coletivização a estilo soviético da agricultura. Na realidade, no entanto, a reforma agrária continuou o ato de equilíbrio dos Oficiais Livres. Provou que havia mais em sua retórica de justiça social que apenas slogans – num momento em que o novo regime estava enforcing grevistas como um aviso para os sindicatos. Outro objetivo da reforma foi para desbloquear parte da riqueza amarrada nas grandes propriedades incentivando os proprietários a investir na indústria.” (ALEXANDER, 2005, p. 54)<sup>31</sup>

Psicologicamente, a reforma mostrou aos camponeses, como também para todo o país, que a antiga estrutura estava sendo desmontada e em benefício das comunidades mais necessitadas, aspecto que trouxe credibilidade ao Conselho de Comando Revolucionário. Pode-se levantar a suposição de uma tentativa de reaproximação com os sindicatos e partidos comunistas, já que apropriaram-se de uma imagem de “coletivização de estilo soviético” sobre a agricultura.

Alexander prossegue abordando que a reforma também objetivava desbloquear a concentração de capital existente na agricultura egípcia, tentando deslocá-la para a indústria. Porém é difícil conceber como algum investidor que teve suas terras repartidas pelo programa agrário se sentiria confortável para aplicar na

<sup>30</sup> Ver também em ALEXANDER, Anne. *Nasser: His Life and Times*. The American University in Cairo Press: Cairo, 2005. p.54.

<sup>31</sup> Do original: “At a superficial level, the land reform programme appeared a radical break with the past. The officers’ slogan – ‘the eradication of feudalism’ – conjured up images of soviet-style collectivization of agriculture. In reality, however, land reform continued the Free Officers’ balancing act. It proved that there was more to their rhetoric of social justice than mere slogans – at a time when the new regime was hanging strikers as a warning to the trade unions. Another aim of the reforms was unlock some of the wealth tied up in the great estates by encouraging landlords to invest in industry.”

indústria, que futuramente poderia ser - como realmente foi - alvo de nacionalizações. Além do que, se o sentido é romper com o passado, torna-se um paradoxo deslocar a elite econômica para desenvolver outro setor, ao menos que houvesse a intenção de tutelá-la, mas mesmo assim não é um rompimento em sua configuração plena. Porém a questão é complexa já que romper completa e subitamente com esta elite poderia significar a fuga de investimento. Talvez por esta preocupação e pelo pouco estudo em relação à aplicação do plano, a medida tenha atingido apenas poucas localidades, chegando a 10% das terras cultiváveis.

“Restam alguns dados importantes sobre Zaki el Dessuqi: era o filho mais novo do paxá Abdel Aal el Dessuqi, famoso chefe do partido Wafd que fora ministro diversas vezes e outrora, antes da revolução, constituía um dos homens mais ricos do país. À época, sua família possuía mais de cinco mil *feddan* das melhores terras agrícolas. (...) De repente, porém, veio a revolução, e a situação se modificou: as terras do paxá Abdel Aal foram expropriadas e ele foi levado ao tribunal da revolução, mas as acusações de corrupção política não foram comprovadas. Apesar disso, Abdel Aal permaneceu detido durante algum tempo, e suas terras foram distribuídas como parte do programa de reforma agrária.” (ASWANY, 2009, p. 8 – 9).

As obras literárias têm a capacidade de representar em seu enredo a sociedade e as questões que as permeiam, como em: *Os Miseráveis*, de Victor Hugo; *Germinal*, de Emile Zola; *Crime e Castigo*, de Dostoiévski, entre muitos outros; *O edifício Yacubian*, de Alaa Aswany, não foge deste prisma e é através de Zaki el Dessuqi que deparamo-nos com a perseguição realizada pelos Oficiais Livres aos membros mais poderosos do antigo regime. Seu pai Aal el Dessuqi era uma das lideranças Wafd, uma figura política conhecida e influente. A expropriação de suas terras veio acompanhada de um encarceramento, que se estendeu até mesmo após sua declaração de inocência. Desta forma, se conjectura que o pretense objetivo de deslocar o investimento do campo para a indústria através da reforma agrária apresentou-se muito mais como uma desculpa do que um plano com resultados reais.

“Os Oficiais Livres tomaram cada oportunidade para realçar o contraste entre os latifundiários ‘feudalistas’ e os camponeses em suas batas galabiyyahs, que apareciam em dezenas de fotografias da imprensa e noticiários, sorrindo de orelha a orelha, enquanto a figura afável e gentil do General Naguib entregava títulos de propriedade para a terra que cultivavam havia gerações.” (ALEXANDER, 2005, p. 56)<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Do original: “The Free Officers took every opportunity to highlight the contrast between the ‘feudalist’ landowners and the peasant farmers in their smock-like galabiyyahs, who appeared in dozens of press photographs and newsreels, beaming from ear to ear, as the bluff, affable figure of General Naguib handed over title deeds to the land they had tilled for generations.”

Apesar de a reforma agrária ter alcançado apenas 10% das terras cultiváveis do Egito, a sua realização mostrou-se valiosa e rentável em seus efeitos propagandísticos. Contrabalanceou as críticas às repressões praticadas pelo governo, apresentou o seu líder, o General Muhammed Naguib, como uma figura que se solidarizava com as camadas menos favorecidas, sendo representado e descrito (como visto na citação acima) de forma paterna, cuidando de sua população.

Como se observou, a população egípcia do período era predominantemente agrária, assim como sua economia; no entanto, Alexander defende a concepção de que estava longe de ser feudal. “Esta era altamente capitalizada, mecanizada e bem integrada à economia mundial.” (ALEXANDER, 2005, p. 55)<sup>33</sup>

Deste modo, a pesquisa cria a hipótese de que o termo “feudalismo” é utilizado no sentido de aproximar o campesinato egípcio, oprimido pelo latifundiário e arrendatário, com o servo e sua sujeição ao senhor feudal, estabelecendo no discurso dos Oficiais Livres uma linha evolucionista tendo como molde o processo europeu. Assim, “erradicar o feudalismo” poderia significar retirar o país da subordinação a outros e levá-lo à contemporaneidade como uma nação soberana. O slogan ainda poderia revelar que o movimento não era contra a aproximação com a Europa, pois se utilizava de conceitos advindos desta localidade.

Apesar das conjecturas, pode-se afirmar que a “erradicação do feudalismo” foi uma propaganda que tinha como interesse cativar as massas, diminuindo as críticas em relação às repressões que vinham infligindo; colocando-se ao lado da mais numerosa classe egípcia, a dos camponeses.

Acompanhando a redistribuição de terras, o movimento dos Oficiais Livres reduziu os aluguéis provenientes dos arrendamentos. Mansfield acredita que esta medida foi mais “profunda”, já que também atingiu proprietários médios e pequenos, além dos latifundiários. (MANSFIELD, 1967, p. 38).

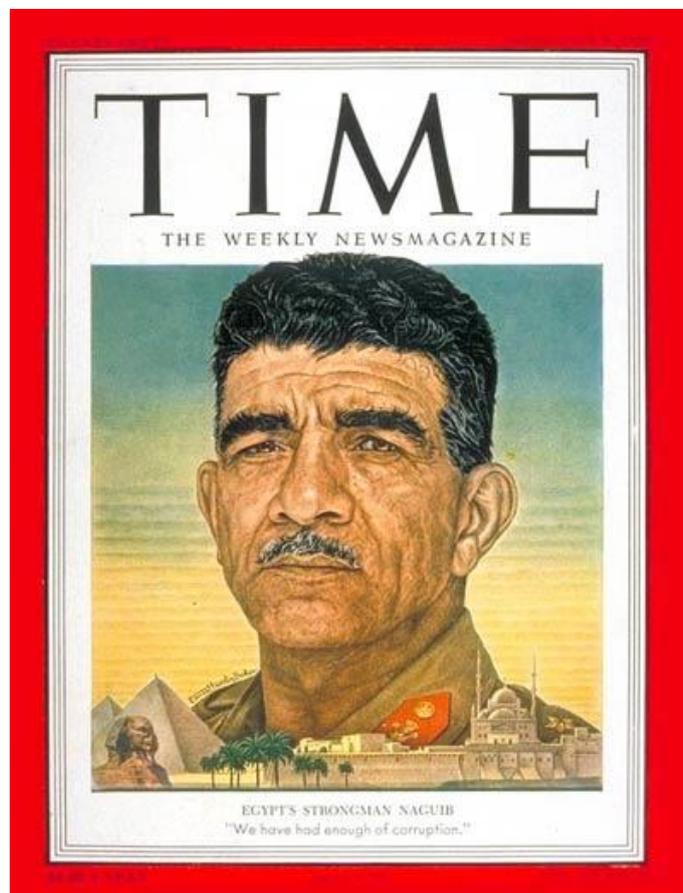
## 2.5 Controle Civil

---

<sup>33</sup> Do original: “It was highly capitalized, mechanized and well-integrated into the world economy.”

“Quando o Primeiro Ministro propôs elevar para 500 *feddans* o máximo em extensão das propriedades rurais, a Junta forçou a sua resignação no dia 7 de setembro. Substituindo-o pelo General Neguib.” (MANSFIELD, 1967, pg. 39). O aumento acarretaria uma conseqüente diminuição na quantidade de terras disponíveis para reforma agrária, como também na manutenção de maiores recursos para as elites. ‘Ali Maher, que ocupava a posição de Primeiro-Ministro desde o “23 de julho”, durou poucos dias no cargo; era político de longa data, sendo um dos representantes do passado que se tentava superar.

Imagem 4 – Revista Times 8 de Setembro de 1952



O título: Naguib, o homem forte do Egito: “Nós tivemos o suficiente de corrupção”.<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Capa da Revista Times de 8 de Setembro de 1952. Trazendo o título Egypt's Strongman Neguib: "We have had enough of corruption". Disponível em: <<http://content.time.com/time/covers/0,16641,19520908,00.html>>. Acessado: 29/05/2018.

Muhammed Naguib assume como Primeiro-Ministro, expondo mais uma vez o poder e a influência que sua figura possuía perante os militares e a população. Assim, no dia 8 de setembro de 1952, a revista Times o apresentou em sua capa como o principal expoente do Egito, uma figura colossal (como visto na imagem 4). Sua fala expressa a intolerância que o país sentia em relação à corrupção, frase que imbrica na ideia de que trará a honestidade em seu governo, rompendo com o passado. Nasser ainda permanece desconhecido pelas massas egípcias, apesar de integrar e chefiar a equipe pessoal do recém-empossado Primeiro-Ministro (ALEXANDER, 2005, p. 54).

Não se deve esquecer que a década de 1950 foi marcada pela Guerra Fria, polarizando o mundo em dois blocos, um capitalista e outro socialista, representados pelas duas grandes potências mundiais do período (Estados Unidos e União Soviética), que disputavam zonas de influências, mesmo que indiretamente.

Como observado anteriormente, a URSS fez severas críticas ao governo dos Oficiais Livres, que vinha reprimindo trabalhadores em manifestações, como também prendendo e executando lideranças sindicais e de grupos comunistas.

“Em agosto de 1952, o Departamento de Estado telegrafou à embaixada no Cairo para informar à nova liderança que os Estados Unidos estavam dispostos a apoiar a reforma agrária. Estudiosos encontraram evidências da oposição americana ao apelo de Mohammed Naguib (um conspirador e um Oficial Livre que foi empurrado para fora por Nasser desde o início) por uma democracia pluralista (apesar do aparente oportunismo de Naguib), por causa dos riscos indeterminados mantidos por essa possibilidade. Lidar com um grupo organizado de policiais era mais fácil do que lidar com parlamentos eleitos.” (BISHARA, 2018, p. 22)<sup>35</sup>

Os EUA mostraram-se mais favoráveis à reforma agrária em uma tentativa de impedir a propagação do socialismo soviético, principalmente a regiões onde o campesinato compunha a maior camada social e possuía dificuldade em manter sua subsistência devido à exploração dos latifundiários e arrendatários. O exemplo da Revolução Chinesa de 1949 ainda era presente no imaginário norte-americano. Assim, estabeleceria uma localidade capitalista, com um governo modernizante,

---

<sup>35</sup> Do original: “In August 1952, the State Department cabled the Embassy in Cairo to inform the new leadership that America was willing to support agrarian reform. Scholars have found evidence of American opposition to Mohammed Naguib’s (a fellow coup plotter and Free Officer who was pushed out by Nasser early on) call for pluralist democracy (the apparent opportunism of Naguib notwithstanding), because of the indeterminate risks held out by that possibility. Dealing with an organized group of officers was easier than dealing with elected parliaments”.

sendo um ponto de influência em uma região estratégica do globo, que ao mesmo tempo quebraria as ingerências das antigas potências sem conduzir o país a um bloco rival. (BISHARA, 2018, p. 21 - 2).

Azmi Bishara defende que os estadunidenses, diferentemente da URSS, apoiaram o movimento dos Oficiais Livres e sua política de reforma agrária para assim tentar impedir um levante camponês que tivesse resultado semelhante ao chinês, conduzindo um importante território aos soviéticos de Moscou. Ainda se ressalta a oposição a Naguib e ao sistema democrático, pois influenciar um grupo é muito mais simples do que todo um parlamento.

“Uma razão pela qual ‘o povo’ nunca alcançou a vanguarda militar foi que, para consolidar seu poder, os próprios oficiais sistematicamente minaram essas instituições, destruindo suas habilidades para mobilizarem-se independentemente do Estado. Nasser desempenhou um papel fundamental neste processo enquanto liderava os esforços para criar um novo mecanismo de cima para baixo para mobilizar as pessoas por trás do projeto revolucionário ainda ambíguo do exército: O Comício de Libertação. Em outubro de 1952, uniões de estudantes foram abolidas, levando a confrontos entre estudantes de esquerda e nacionalistas, que se opuseram ao movimento e membros de grupos estudantis da Irmandade que o apoiaram. Líderes dos sindicatos independentes foram presos, e apoiadores do novo governo foram eleitos em seus lugares. E em janeiro de 1953, todos os partidos políticos foram dissolvidos, com uma exceção: a Irmandade.” (ALEXANDER, 2005, p. 59)<sup>36</sup>

Alexander apresenta como o movimento dos Oficiais Livres impediu o funcionamento de organizações estabelecidas e que tinham a capacidade de convocar e conduzir atos numerosos em prol de suas pautas; eram principalmente os grupos estudantis, os sindicatos e os partidos políticos.

As abolições dos partidos políticos e das uniões de estudantes ocorreram no sentido de suprimir as críticas e as movimentações públicas contra o governo dos militares; ao mesmo tempo em que a manutenção da aliança com a Irmandade Muçulmana significou a possibilidade de continuar utilizando-se de sua popularidade,

---

<sup>36</sup> Do Original: “One reason that the ‘people’ never caught up with the military vanguard was that in order to consolidate their own power, the officers themselves systematically undermined these institutions by destroying their ability to mobilise independently of the state. Nasser played a key role in this process as he led efforts to create a new, top-down mechanism for mobilising the people behind the army’s still-ambiguous revolutionary project: Liberation Rally. In October 1952, student unions were abolished, leading to clashes between left-wing and nationalist students who opposed the move and members of the Brotherhood’s student groups who supported it. Independent trade unions leaders were arrested, and supporters of the new government elected in their place. And in January 1953, all political parties were dissolved, with one exception: the Brotherhood.”

força e dos recursos que disso provinham, como evidenciado a partir dos escolares que se somavam a suas fileiras.

Os sindicatos independentes não poderiam ser dissolvidos com tanta simplicidade, havia pouco tempo que o governo tinha conseguido atenuar a imagem das perseguições, prisões e execuções decorrentes dos confrontos contra os trabalhadores. Desta forma, a intenção de incorporar esta força popular às suas fileiras explica a ação de posicionar indivíduos favoráveis ao governo nessas associações.

Em seu panfleto produzido em 1953, "*A Filosofia da Revolução*"<sup>37</sup>, Gamal Abdel Nasser expõe suas interpretações sobre os momentos que cercaram o "23 de julho de 1952". Abordando de seus antecedentes até o estabelecimento dos Oficiais Livres no comando, na obra ele também apresenta a ideologia que o guiava.

O autor afirma que o papel do movimento dos Oficiais Livres era servir apenas como "guarda-avançada" para a população que o acompanharia subsequentemente (NASSER, 1963, p. 72). No entanto, Nasser expressa sua frustração ao deparar-se com diversas dificuldades. "Queríamos a disciplina, mas na retaguarda das nossas tropas reinava o caos. Queríamos a unidade, mas diante dos nossos olhos só havia discórdia. Queríamos a ação, e encontrávamos baixeza e preguiça." (NASSER, 1963, p. 73)

Evidencia-se acima o estado de caos e desunião que se mostrava no país aos olhos do líder dos oficiais. Ao mesmo tempo este chega à conclusão de que a situação decorre da excepcionalidade do país, que estaria efetuando dois processos revolucionários simultaneamente. O primeiro seria de natureza política, onde o povo recuperaria sua autodeterminação do despotismo interno e externo. Enquanto que o segundo tinha bases sociais e caracterizava-se pela luta de classes. Seria nessa contradição (aos olhos de Nasser) que se depararia a dificuldade da população em se unir para governar.

"Para que uma revolução política tenha êxito, são indispensáveis a união e a solidariedade, tal como é necessário pôr-se o bem do país acima do bem do indivíduo.

---

<sup>37</sup> NASSER, Gamal Abdel. *A Revolução no Mundo Árabe*. 1ª edição, São Paulo: Editora Edarli, 1963.

Um dos primeiros sinais de uma revolução social é a derrocada dos valores existentes, e o enfraquecimento da lei; os habitantes do mesmo país, tanto na qualidade de indivíduos como na de integrantes de uma classe, combatem uns contra outros.” (NASSER, 1963, p. 77)

A ambiguidade entre a necessidade de união para a realização da revolução política e a dos combates e rancores internos existentes na luta de classes presentes em uma revolução social, de acordo com Nasser, acabava por gerar uma grande ineficiência, onde se perpetuava o ciclo de violência.

“A situação exigia que a preocupação da unidade prevalecesse sobre as lutas de indivíduos e de classes. Era preciso que essa preocupação penetrasse no coração do povo. Era também necessário que se possuíssem os meios materiais que garantissem uma ação rápida e decisiva. Essas condições existiam somente no exército.

Como já disse, não foi o exército quem determinou o seu papel nos acontecimentos. O contrário seria mais próximo da verdade. Os acontecimentos e sua evolução, eis o que decidiu a função do exército, na luta formidável para a libertação do país.” (NASSER, 1963, p. 78).

Nasser coloca que o exército era a única instituição do país com coesão, preparo e eficiência para derrubar o governo vigente e ao fazê-lo observou o “despreparo” e a desunião entre os egípcios. Assim, ele se utilizou deste suposto “estado de caos” para ressaltar que a casualidade fez com que os militares prosseguissem no poder, comandando o processo revolucionário, guiando o Egito através das sublevações. “No próprio dia em que nos lançamos na revolução, fazendo Farouk abdicar, lançamo-nos na revolução social, limitando os direitos de propriedade das terras.” (NASSER, 1963, p. 79).

A explanação dada legitimava as ações opressivas contra a sociedade e as medidas para desmobilizar os movimentos sindicais e estudantis, pois apelava à libertação do país e à segurança da revolução em vigor. No entanto, Alexander apresentou que o “povo” tentava tomar a liderança do processo, mas via-se minado pelos militares que dificultavam a sua capacidade de mobilização, consolidando a posição de comando que possuíam.

Nasser aponta a casualidade do destino e a segurança da revolução, enquanto Alexander indica medidas bem definidas e planejadas, como também o apoio da Irmandade Muçulmana, para guiar o processo revolucionário em prol de suas demandas.

Ainda é interessante observar como Nasser apresenta o exército em sua obra, retratando uma instituição coesa - não era o movimento dos Oficiais Livres, um grupo formado por oficiais de média patente dentro do corpo militar, mas todo um segmento -, aspecto que não condiz com a realidade, porém esta imagem dá sustentação ao argumento de que eram os únicos preparados e capazes de realizar as ações necessárias, enquanto a sociedade se fragmentava em desordem.

## 2.6 Mohammed Naguib e Gamal Abdel Nasser

No dia 18 de junho de 1953, aproximadamente um ano após a Revolução, o Egito tornou-se oficialmente uma República, pondo fim à monarquia no país. Naguib assumiu como Presidente e Primeiro-Ministro enquanto Nasser fez sua estreia no governo como Ministro do Interior e Vice Primeiro-Ministro. (ALEXANDER, 2005, p. 60).<sup>38</sup>

“Com um controle mais firme sobre o país que os governantes anteriores, os governantes militares puderam retomar as negociações com os britânicos. Dos dois pontos principais, o do Sudão foi retirado quando o governo egípcio chegou a um acordo com os principais partidos sudaneses em 1953” (HOURANI, 2006, p. 474).

As negociações entre egípcios e britânicos começaram após a Segunda Guerra Mundial, mas fracassaram em duas questões de grande importância para ambas as nações. Uma delas era a do Sudão, território visto pelos egípcios como pertencente à sua extensão.

Hourani expressa como a centralização de poder no governo dos Oficiais Livres possibilitou a resolução de uma questão que se mostrava pendente. Inicialmente pode parecer que os egípcios saíram em desvantagem em relação a este assunto, pois cederam um território anteriormente reivindicado. No entanto, a concordância com a independência do Sudão (acordada em 1953 e concluída em 1955 após a realização de eleições) possibilitou a retomada das discussões da segunda questão que ainda se apresentava inconclusa e que era de maior interesse para as autoridades egípcias, a posição da Grã-Bretanha no país.

---

<sup>38</sup> Ver também em: MANSFIELD, Peter. *Nasser e a Revolução Egípcia*. Civilização Brasileira, 1967. p. 40.

Em 1954 as autoridades de ambas as localidades chegaram a um acordo. “As forças britânicas seriam retiradas da Zona do Canal, e mais de setenta anos de ocupação britânica chegaria ao fim; mas combinou-se que a base podia ser posta em uso ativo se houvesse um ataque ao Egito, a outro Estado árabe ou à Turquia” (HOURANI, 2006, p. 474 - 5). A região estratégica do Canal de Suez seria entregue à administração egípcia, possibilitando maior remanejamento de seus recursos. A eventual ativação da base vinha no sentido de prevenir e estabelecer pontos estratégicos em uma possível invasão da URSS ao Oriente Médio e a Turquia.

Não demorou para que Nasser e Naguib entrassem em conflito, a figura do General havia sido subestimada e o papel relegado a seu personagem era demasiado pequeno para sua envergadura e capacidade de comoção entre as esferas militares e sociais. “Em 23 de Fevereiro, Naguib anunciou sua renúncia como Presidente. De acordo com seu próprio relato, isto foi motivado pela frustração de que seu poder no regime não correspondia ao seu papel público. Ele propôs que Nasser deveria aprender o ofício de governar como seu aprendiz” (ALEXANDER, 2005, p. 62)<sup>39</sup>.

Alexander evidencia como Naguib encontra-se frustrado por continuar sendo apenas uma figura representativa, enquanto Nasser comanda o país mesmo ocupando um cargo inferior dentro da hierarquia do governo. O General havia erguido sobre a sua personalidade a imagem de um homem que ambicionava a volta do poder legislativo, com eleições diretas para a escolha dos próximos representantes parlamentares, assim aqueles cidadãos que acreditavam num processo democrático ou que faziam parte das antigas elites políticas e que haviam sido expulsas pela Revolução de 1952, observavam em Naguib a esperança do retorno à vida pública.

Em uma citação de Bishara anteriormente apresentada neste trabalho, o autor mostra a predileção dos EUA pelo autoritarismo de Nasser do que pela democracia de Naguib, já que seria muito mais fácil manter a influência diante de um seleto número de militares no poder do que um parlamento composto por diversos políticos. No entanto, isto não quer dizer que os estadunidenses foram ativos na queda do General.

---

<sup>39</sup> Do original: “On 23 February Naguib announced his resignation as President. According to his own account, this was prompted by frustration that his power in the regime did not match his public role. He proposed that Nasser should learn the craft to ruling as his apprentice”.

Naguib conseguiu com certa eficiência se associar à imagem de defensor da democracia parlamentar. Essa vinculação, por sua vez, não necessariamente correspondia a uma real dedicação aos preceitos democráticos.

A renúncia do primeiro Presidente do Egito pós-monárquico conturbou o país, como também o governo. Nasser era pouco conhecido, enquanto Naguib era observado como o líder da Revolução, o rosto do movimento, o personagem que aparecia diante dos camponeses para presentear-los com terras provenientes da reforma agrária; desta forma, seu apelo diante das massas era grande.

“Pela primeira vez, a oposição estava unida: a cooperação entre o regime dos oficiais e a Irmandade tinha se rompido meses antes. Nasser ordenou a dissolução da Irmandade em janeiro de 1954, depois provocou uma série de confrontos com membros da Irmandade nas mesquitas em todo o país e na Universidade do Cairo. Agora, ativistas da Irmandade estavam unidos nas ruas pelo Wafd e pela esquerda. Os manifestantes exigiam não apenas a reintegração de Naguib, mas também a retirada da censura e a reintegração do parlamento. A oposição ao Conselho de Comando Revolucionário trouxe temporariamente juntos uma coalizão extremamente diversa: variando dos latifundiários que esperavam pôr fim à revolução dos oficiais, à Irmandade Muçulmana e aos comunistas, agora unidos contra Nasser” (ALEXANDER, 2005, p. 63-4)<sup>40</sup>.

A Irmandade Muçulmana, anteriormente uma aliada poderosa, havia rompido com o governo dos oficiais após as negociações com os britânicos que conferiram um período (variando de 2 a 7 anos) para a sua retirada do Egito, mas que ao mesmo tempo possibilitava o seu retorno em caso de ataque soviético ao país ou às regiões vizinhas. Além dos grupos mencionados acima, setores militares dentro do movimento mostraram-se insatisfeitos, como a Cavalaria.

Frente a diversas forças que ameaçavam o futuro do establishment representado pelo Conselho de Comando Revolucionário, Naguib foi reintegrado à Presidência, além da instauração do fim da censura, da libertação de prisioneiros políticos e da formação de uma Assembleia Constituinte.

---

<sup>40</sup> Do original: “For once the opposition was united: cooperation between the officers’ regime and the Brotherhood had broken down the previous month. Nasser ordered the dissolution of the Brotherhood in January 1954, after provoking a series of clashes with Brotherhood members at mosque across the country and in Cairo University. Now activists from the Brotherhood were joined on the streets by the Wafd and the left. The demonstrators demanded not only the reinstatement of Naguib, but also the lifting of censorship and the restoration of parliament. Opposition to the Revolution Command Council temporarily brought together an extremely diverse coalition: raging from the landowners who hoped to bring a halt to the officers’ revolution, to the Muslim Brotherhood, and to the Communists, by now united against Nasser.”

Gamal Abdel Nasser não estava completamente desarmado, enquanto Naguib tinha apoio de diversos setores da sociedade, o Capitão comandava o Comício de Libertação, instituição que detinha o poder sobre os sindicatos de trabalhadores e sua capacidade de manifestação e greves. Assim, se utilizou desta ferramenta, paralisou o país e “(...) adiaram as eleições indefinidamente e reintroduzindo a censura. Seguiram-se rapidamente prisões em massa de líderes e jornalistas opositores. Nasser também expurgou o exército, prendendo 16 oficiais da cavalaria que mais tarde foram julgados” (ALEXANDER, 2005, p. 66)<sup>41</sup>.

“Em 26 de outubro de 1954, um membro da Irmandade Muçulmana chamado Mahmoud Abd al-Latif tentou assassinar Nasser usando um método mais tradicional. Ele disparou oito balas contra Nasser durante um discurso para celebrar o acordo de evacuação com os britânicos. Abd al-Latif era um atirador muito ruim - nenhuma das balas atingiu o alvo. Mas com balas zunindo ao redor dele, Nasser se apresentou heroicamente. Ele não vacilou sob o fogo e apenas parou brevemente em seu discurso. Quando ele retomou com grande emoção, ele eletrizou uma plateia que se estendia por transmissão de rádio através do Egito e do mundo árabe: "Meus compatriotas", gritou Nasser ao microfone, "meu sangue derrama para você e para o Egito. Vou viver para o seu bem, morrer em prol da sua liberdade e honra. "A multidão gritou em aprovação. 'Deixe-os me matar; isso não me preocupa desde que eu tenha incutido orgulho, honra e liberdade em você. Se Gamal Abdel Nasser morrer, cada um de vocês deve ser Gamal Abdel Nasser'." (ROGAN, 2017, p. 288)<sup>42</sup>

A sobrevivência de Nasser à tentativa de assassinato e sua sagacidade em utilizar-se do momento para continuar e inflamar o discurso aumentaram a sua popularidade, possibilitando a derrubada definitiva de Mohammed Naguib da Presidência (já havia caído como Primeiro-Ministro alguns meses antes). Com a saída do governo, foi conduzido à prisão domiciliar pela acusação de se relacionar e colaborar com membros da Irmandade. O atentado ainda permitiu um expurgo na Irmandade Muçulmana, assim o grupo observou vários membros encaminhados a prisões e outros tantos à força. Desse modo, Nasser se consolidava formalmente como Presidente do Egito.

---

<sup>41</sup> Do original: “(...) postponed elections indefinitely, and re-introduced censorship. Mass arrests of opposition leaders and journalists quickly followed. Nasser also purged the army, arresting 16 cavalry officers who were later put on trial.”

<sup>42</sup> Do original: “On October 26, 1954, a member of the Muslim Brotherhood named Mahmoud Abd al-Latif tried to assassinate Nasser using a more traditional method. He fired eight bullets at Nasser during a speech celebrating the evacuation agreement with the British. Abd al-Latif was a very bad shot – none of the bullets so much as grazed their target. But with bullets whizzing around him, Nasser performed heroically. He did not flinch under fire and only briefly paused in his speech. When he resumed with great emotion, he electrified an audience that extended via radio broadcast across Egypt and the Arab world: ‘My countrymen,’ Nasser shouted into the microphone, ‘my blood spills for you and for Egypt. I will live for your sake, die for the sake of your freedom and honor.’ The crowd roared their approval. ‘Let them kill me; it does not concern me so long as I have instilled pride, honor, and freedom in you. If Gamal Abdel Nasser should die, each of you shall be Gamal Abdel Nasser’.”

## 2.7 O Nacionalismo Árabe

O historiador Albert Hourani, no livro *Uma história dos povos árabes*<sup>43</sup>, emprega a expressão “Nacionalismo Popular” para apresentar um conceito que caracterizou os países árabes nas décadas de 1950 e 1960 e que foi utilizado por vários grupos em países distintos e com diferentes abordagens. O conceito reunia três elementos fundamentais que tinham grande apelo à população: o não-alinhamento, a unidade árabe (nacionalismo árabe) e o socialismo (socialismo árabe) (HOURANI, 2006, p. 524-5).

No período abordado, a personalidade que conseguiu empregar com maior eficiência a noção acima foi o líder egípcio Gamal Abdel Nasser, que deixaria de ser uma referência a seus nacionais e tornar-se-ia um líder do “Mundo Árabe”.

O Islã não foi abandonado completamente, ainda era um componente dentro do nacionalismo popular, uma linguagem poderosa diante das massas, assim, Nasser e seus companheiros não negaram a importância do Islã nas sociedades locais, na realidade utilizaram-no para obter maior influência e legitimidade em relação às massas; no entanto, seu governo defendia a necessidade de uma secularização. “A linguagem do Islã era a língua natural que os líderes usavam nos apelos às massas. Em geral, eles defendiam uma versão reformista do Islã, que não se opunha, mas antes endossava os tipos de secularização e mudança modernizante que estavam introduzindo” (HOURANI, 2006, p. 529-30).

O Egito era e ainda é um país predominantemente islâmico, tendo locais sagrados para a religião, como também uma das escolas religiosas mais importantes da região, a universidade de Al-Azhar. Deste modo, a utilização do Islã possuía certa importância, principalmente nos primeiros anos de seu governo, com o propósito de legitimar e solidificar seu poder.

O primeiro elemento a que devemos olhar com maior atenção é o da unidade entre os árabes, o pan-arabismo, ideologia que ganhou maior visibilidade no Egito a

---

<sup>43</sup> HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

partir da década de 1940, não que necessariamente tenha adquirido o status majoritário neste período. Concorria com outra corrente ideológica, a do nacionalismo egípcio, que tinha como representantes figuras proeminentes como Mustafa Kamil e Sa'd Zaghlul.

Os intelectuais defensores desta linha ideológica viam o país como uma localidade ímpar na região, porém devemos lembrar que havia divergências interpretativas entre os defensores deste movimento ideológico. 'Abd Allah al-Nadim (1844 – 1896) - observado como um dos primeiros nacionalistas egípcios com maior apelo popular – foi um dos oradores do Partido Nacional, criado em 1879 por Ahmed 'Urabi paxá, líder do movimento contra a ocupação britânica do Egito no final do século XIX (HOURANI, 2005, p. 211-3).

“Essa unidade incluía os coptas bem como os muçulmanos, mas excluía – o que não acontecera com Tahtawi<sup>44</sup> – alguns daqueles que viviam na terra do Egito: os estrangeiros, em particular os sírios, a quem atacava com particular violência como estrangeiros (*dukhala*), agiotas exorbitantes e instrumentos do conquistador estrangeiro. Colocava também a ênfase na importância da educação nacional, ensinando os homens a preservar aquela cultura nacional que era seu bem comum. Os jovens egípcios que iam a Paris, dizia, voltavam muito frequentemente como estrangeiros separados de sua própria nação. Atacava igualmente os missionários estrangeiros cuja educação era perigosa para a língua e a cultura de seus alunos, não menos do que para as crenças religiosas herdadas” (HOURANI, 2005, p. 212-3).

Nadim apresenta que a unidade nacional era composta por muçulmanos e coptas, mas excluía os considerados “estrangeiros”; a rotulação dos sírios como provindos e pertencentes a outra localidade, com uma cultura diferente, realça o particularismo de seu país; desta forma, o Egito não pertenceria ao “Mundo Árabe”. O estrangeiro, sendo este sírio ou europeu, era perigoso para a cultura da nação, principalmente quando se utilizavam da educação, já que apresentavam sua língua, cultura e ideologia aos estudantes, aspecto que poderia ser danoso, segundo essa visão; a importância da educação se sobressai, pois é onde se pode embutir ostensivamente o conceito defendido e perpetuá-lo por gerações.

Considerado um dos grandes heróis nacionais, Mustafa Kamil (1874 – 1908), assim como Nadim, alimentava o seu movimento nacionalista através da oposição à ocupação britânica da região, evocando por sua total evacuação sem indagações ou exigências. Chegou a solicitar o apoio de nacionalistas franceses que defendiam o

---

<sup>44</sup> Riffa Rafi Badawi al Tahtawi foi um intelectual egípcio do século XIX que se dedicou a pesquisar e escrever sobre a relação com o Ocidente.

direito de liberdade e autodeterminação, mas via na “unidade” a real chance de alcançar seu objetivo.

“Como a unidade poderia ser alcançada? Kamil acreditava, como outros nacionalistas da sua era, que a unidade podia se basear no ‘sentimento’: a sensação de pertencer à nação e a responsabilidade pelo país. (...), o objeto desse sentimento não é a língua, nem a religião, é a terra do Egito. A beleza e o grande passado do Egito são invocados; não são ‘os egípcios’, é o ‘Egito’, o ‘meu país’ (*biladi*) que constitui o deus do culto de Kamil (...).” (HOURANI, 2005, p. 222).

Kamil foca as suas atenções no Egito, este é o seu protagonista; formam a sua “Unidade” todos aqueles que se sentem pertencentes a este espaço, assim não está condicionado à língua, à religião ou ao local de nascença, mas a um fidedigno sentimento de pertencimento, diferentemente de Nadim, que delimita ao nascimento a capacidade de pertencer a localidade. “Não havia limitação de língua, religião ou status para aqueles que poderiam ser incluídos nos laços de *wataniyya* (espírito patriótico). Em princípio, poderiam ser incluídos todos os que viviam no Egito” (HOURANI, 2005, p. 222).

O líder político ao abordar sobre as terras do Egito está inserindo conjuntamente o atual Sudão, desta forma, vislumbrava as duas localidades como inseparáveis. A religião, por sua vez, tem uma grande importância dentro do país, mas era pertencente a outro âmbito, separado da vida nacional, diz respeito a uma esfera específica, que não deveriam entrar em conflito, mas endossar o sentimento patriótico (HOURANI, 2005, p. 223).<sup>45</sup>

A eclosão da Primeira Guerra Mundial desencadeou mudanças nos movimentos nacionalistas egípcios, deixando de cativar principalmente uma elite educada que se sentia excluída e passando a alcançar as camadas populares que observavam de forma latente a ocupação que se tornava mais ostensiva.

Sa’d Zaghlul (1857 – 1927) aparece como o grande representante do nacionalismo egípcio pós-Primeira Guerra Mundial. Sua luta pela independência foi destacada anteriormente nesta dissertação.

“(…) Em 1918, ele se encontrou com delegados árabes do Crescente Fértil na Conferência do Palácio em Paris, que estavam presentes para discutir por sua independência. Eles se aproximaram de Zaghlul para sugerir que seus esforços fossem unidos na luta comum pela independência. Mas Zaghlul foi rápido em

---

<sup>45</sup> Rafi’i, pp. 147 e 492. In: HOURANI, Albert. *O Pensamento Árabe na era liberal: 1798-1939*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 223.

afirmar que 'nosso problema é um problema egípcio e não um problema árabe'." (CHEJNE, 1957, p. 253)<sup>46</sup>

O líder do Wafd destaca a unicidade do Egito, uma região particular, separada do "Mundo Árabe", assim a única forma de resolver as suas questões era através de suas próprias ações. Seu partido político inicialmente apelava para a união acima das concepções religiosas, como também para as mulheres educadas do país. A libertação diante da "maior potência mundial" pedia este "esforço".

"Eles nos perguntaram: 'Onde está o seu programa?'. E respondemos, não somos um partido, somos uma delegação autorizada pela nação a expressar a sua vontade sobre uma questão que nos foi atribuída: essa questão é a independência completa, e lutamos apenas por esse fim. (...) Quanto às questões internas – se a educação deve ser obrigatória, se deve ser livre, se juros devem ser pagos sobre a Dívida, se o algodão deve ser semeado num terço ou na metade da área registrada -, essas são questões que deixo a cargo de homens que sabem mais a respeito do que eu. Mas no que diz respeito à independência, somos uma nação, e não um partido. Quem disser que somos um partido que exige a independência é um criminoso, pois isso implica que haja outros partidos que não desejam a independência. Toda a nação deseja a independência, somos os porta-vozes da nação ao exigí-la, somos os curadores da nação." (HOURANI, 2005, p. 236)<sup>47</sup>

Como salientado, o Wafd consegue deter grande apoio popular, no entanto, a organização política deixa de evocar a união e demandas como educação e economia, para tornar-se o próprio povo focado na luta contra a colonização britânica. Zaghlul coloca a luta pela independência como a maior preocupação nacional. Todos tinham a mesma demanda e buscavam o mesmo objetivo: a liberdade.

O nacionalismo defendido passou a ser ao redor de sua figura, pois só este seria capaz de atender aos apelos do povo, já que era o próprio povo. A força desta concepção foi tamanha que o Wafd só veio perder o seu protagonismo com a Revolução de 1952.

"A meta da vida humana é a civilização, e isso significa o controle da natureza e da vida pela razão. Alcançar esse objetivo é um processo gradual, dividido em várias fases. Nas primeiras, a religião e a fé cega dominam toda a vida do homem; mais tarde, a razão afirma sua independência da religião, e por algum tempo há um conflito entre as duas. No final atinge-se um equilíbrio, e cada uma domina suprema na sua esfera: é tarefa da razão dirigir as ações humanas, a da religião é preencher o coração do homem, satisfazer as suas

---

<sup>46</sup> Do original: "(...): In 1918, he met Arab delegates from the Fertile Crescent at the Palace Conference in Paris who were present to argue their case for Independence. They approached Zaghlul to suggest that their efforts be united in the common struggle for independence. But Zaghlul was quick to state that 'Our problem is an Egyptian problem and not an Arab problem'."

<sup>47</sup> Sa'd Zaghlul, *Majmu'at khutab*, p. 27. In: HOURANI, Albert. *O Pensamento Árabe na era liberal: 1798-1939*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 236.

emoções, inspirá-lo a realizar ações nobres, consolá-lo na aflição.” (HOURANI, 2005, p. 341).

A citação acima apresenta o conceito de civilização de Taha Husayn (1889 – 1973). Para o filósofo e defensor do nacionalismo egípcio, a meta da vida humana só pode ser alcançada com a separação entre razão e religião; no entanto, não há a sobreposição entre os setores, o autor defende que cada um destes possuía a sua área de atuação. A ação dos indivíduos deve ser guiada pela razão (científica), enquanto o sofrimento humano, suas aflições, empatia, humildade, devem ser regidos pela religião.

Deve-se destacar que a fala não é concebida para desmoralizar a crença religiosa, mas para evidenciar que sua atuação deve ocorrer em uma área específica, a dos sentimentos e ações que não podem ser aplacados pela utilização da lógica. Ainda se mostra imprescindível destacar que está se falando sobre religiões e não necessariamente sobre o islamismo, o catolicismo ou qualquer outra prática. O filósofo ainda observava na crença a capacidade de fomentar sentimentos nacionalistas; desta forma, deveria ser utilizada nesse sentido.

Assim como para Kamil, Husayn observava no sentimento de pertencimento um aspecto fundamental para a formação da nação egípcia. Em suas ideias sobre a composição de sua população não havia diferenciações religiosas, apesar de ressaltar uma separação entre indivíduos de outras localidades (europeus e levantinos<sup>48</sup>) - que detinham terras ou setores importantes na economia nacional - e os egípcios (HOURANI, 2005, p. 346).

A Europa era o grande exemplo civilizacional para Taha Husayn, havia chegado neste patamar, pois suas nações eram independentes e democráticas. “Definida nesse sentido, a Europa é o mundo moderno; e Husayn acredita que o Egito independente deve se tornar parte da Europa, pois essa é a única maneira de se tornar parte do mundo moderno.” (HOURANI, 2005, p. 342). O Egito não fazia e não deveria fazer parte do mundo africano, árabe ou asiático, mas sim do europeu, pois era a estrada da civilização a ser seguida.

---

<sup>48</sup> Indivíduos provenientes da região do Levante (que corresponde aos atuais Síria, Líbano, Jordânia, Palestina, Israel e em algumas interpretações o Chipre, Sul da Turquia, oeste do Iraque e Península do Sinai).

Outro conceito agregador que se mostrava presente em terras egípcias era o pan-islâmico, que apesar de ter perdido certo espaço nos setores educados ainda preservava grande influência diante da população e tinha sua ideologia utilizada por um grupo de grande capacidade organizacional, a Irmandade Muçulmana. A ordem se utilizou de ideias de grandes pensadores como al-Afghani e 'Abduh para fundamentar a sua ideologia pan-islâmica. Ambos os pensadores tiveram grande influência perante a sociedade, como também nas gerações que os sucederam. Zaghlul havia sido inicialmente discípulo de al-Afghani e de 'Abduh, mas se destacou por evocar o nacionalismo egípcio.

Diante de tantas forças conceituais e ideológicas que permeavam o Egito desde o início do século XX - as diferentes interpretações e concepções sobre o nacionalismo egípcio e o ideal pan-islâmico da Irmandade Muçulmana -, como o pan-arabismo ou o nacionalismo árabe adentrou e galgou proeminência?

Existiram revoltas contra o regime colonial que geraram forte apoio popular de diferentes países árabes. “Mas a única questão que consistentemente encontrou eco entre as populações urbanas e educadas de fala árabe do Oriente Médio foi o crescente perigo da imigração judaica na Palestina. Ali estava uma preocupação que uniria os nacionalistas árabes, os islamistas e os crentes na Grande Síria<sup>49</sup>.” (DAWISHA, 2016, p. 107)<sup>50</sup> A questão Palestina foi desde muito cedo um catalisador de fortes sentimentos, seja para a população judia, para os árabes ou para as metrópoles coloniais. Questão difundida devido a capacidade de propagação dos novos meios de comunicação, como o rádio e os jornais.

“(...) a revolta árabe na Palestina, que começou como uma greve geral em 1936, ganhou ímpeto para se tornar uma revolta generalizada que durou grande parte dos três anos e custou a vida de três mil árabes, dois mil judeus e seiscentos britânicos, trazendo o conflito totalmente para a consciência árabe, tornando a Palestina uma questão árabe. A pressão popular levou os governos árabes e as lideranças políticas a se manifestar publicamente em apoio aos árabes palestinos, a intervir com os britânicos nos planos de dividir o país e finalmente a cooperar para falar como uma voz oficial em conferências internacionais.” (DAWISHA, 2016, p. 108)<sup>51</sup>

<sup>49</sup> Local que corresponde a atual Síria, Jordânia, Palestina, Líbano, Israel e dependendo do posicionamento ideológico, algumas regiões do Iraque.

<sup>50</sup> Do original: “But the one issue that consistently found an echo among the urban, educated Arabic-speaking populations of the Middle East was the increasing danger of Jewish immigration into Palestine. Here was a concern that would unite the Arab nationalist, the Islamist, and the believer in Greater Syria”.

<sup>51</sup> Do original: “(...), the Arab revolt in Palestine, which began as a general strike in 1936, then gathered momentum to become a full-fledged revolt that lasted the best part of three years, and claimed the lives

A revolta ocorrida contra a ocupação britânica da região foi duramente reprimida pelas forças metropolitanas, deixando um alto saldo. A ampla comoção gerada pelo confronto pressionou as personalidades políticas para que atuassem em favor dos palestinos. Em 1939, a Conferência de Londres, ficou marcada como a primeira reunião internacional em que os países árabes uniram seus esforços e ressaltaram a ideia de que os árabes possuíam interesses e perspectivas comuns (DAWISHA, 2016, p. 108).

Inicialmente pode parecer algo simples, no entanto, para um país como o Egito, significou a sua aproximação dos demais países árabes, de suas questões e de um reconhecimento indireto de que também integrava esta realidade, a do “Mundo Árabe”. Sua participação tornou públicas ideias pan-arabistas em uma localidade na qual prevalecia o nacionalismo egípcio e que tentava se distanciar do Oriente Médio.

Por mais que se possam questionar as reais intenções dos políticos egípcios, que estavam agindo devido à reação popular, como também se utilizando do sentimento contra os britânicos e da Irmandade Muçulmana que tentava influenciar a população com perspectivas pró islâmicas; ainda se pode evidenciar como as ideias da existência de uma perspectiva geral entre os árabes, de um esforço coordenado em prol de um objetivo comum, conseguiram acessar de tal força as camadas populares do país, que a fizeram pressionar o establishment para atuar a favor de suas demandas.

A questão Palestina também trazia perspectivas territoriais e econômicas ao Egito. A imigração constante e volumosa de judeus para a região significaria o aumento sucessivo das terras de um futuro Estado, o qual por sua vez consumiria localidades pertencentes a outros países árabes; já em relação à economia, uma nova nação poderia criar uma barreira à entrada de mercadorias egípcias no Oriente Médio.

“(...) o envolvimento do Egito nos assuntos árabes havia crescido constantemente, de modo que, na década de 1940, os líderes do Egito ficaram bem sintonizados com seu ambiente árabe e com a centralidade do Egito nesse meio. Isso não sugere que o nacionalismo árabe tenha se tornado a ideologia dominante no Egito nos anos 1940. Longe disso. Para a maioria dos cidadãos,

---

of three thousand Arabs, two thousand Jews, and six hundred British, brought the conflict fully into Arab consciousness, making Palestine a foremost Arab issue. Popular pressure compelled Arab governments and political leaderships to come out publicly in support of the Palestinian Arabs, to intervene with the British on the latter's plans to partition the country, and finally to cooperate so as to speak with one official voice in international conferences”.

a lealdade ao Egito e ao Islã ainda era um impulso mais poderoso do que a lealdade ao nacionalismo árabe. Mas a resposta do Egito à revolta palestina, apesar de ter uma forte dimensão islâmica, ressaltou os laços culturais e históricos do Egito com outros árabes.” (DAWISHA, 2016, p. 121)<sup>52</sup>

Dawisha reforça a importância da revolta da Palestina como um catalisador para a propagação da solidariedade entre os países árabes, como também das ideias do nacionalismo árabe, no entanto, ressalta como na década de 1940 este ainda não era o conceito predominante no Egito, que ainda observava a primazia do nacionalismo egípcio e das ideias pan-islâmicas.

O Egito ainda fitou positivamente a possibilidade de atuar nesta esfera como um ponto de referência. “O aumento do interesse egípcio no pan-arabismo é atestado pelo seu papel ativo no estabelecimento da Liga Árabe em 1945, ‘Abd al-Rahman ‘Azzam tornou-se o Secretário Geral da Liga” (CHEJNE, 1957, p. 259)<sup>53</sup>. A formação do grupo concretizou oficialmente o embrião que havia se formado um ano antes em uma reunião proposta pelo governo egípcio e que contou com presença da Síria, da Transjordânia, do Líbano, do Iraque, da Arábia Saudita, do representante dos árabes da Palestina, do Iêmen, além dos anfitriões; tinham como objetivo abordar a cooperação entre os países envolvidos. A integração do Egito a uma Liga Árabe ressaltava assim, mesmo que indiretamente, seu pertencimento a este grupo e realidade.

Enquanto a formação da Liga Árabe estabeleceu uma maior cooperação entre os países árabes no estabelecimento de objetivos comuns, a derrota na Guerra Árabe-Israelense de 1948-1949 acabou por gerar grande descrédito às ideias pan-arabistas ao redor do “Mundo Árabe”. No Egito, inicialmente, a derrota acabou por reforçar o nacionalismo egípcio e a necessidade de focar em seus assuntos internos – como o exército, que observou o resultado como uma resposta da corrupção do governo e da ingerência britânica -, havendo aqueles que evocassem a saída da Liga (DAWISHA, 2016, p. 132-3).

---

<sup>52</sup> Do original: “(...), Egypt’s involvement in Arab affairs had grown steadily, so that by the 1940s, Egypt’s leaders had become well attuned to their Arab milieu, and to the centrality of Egypt in that milieu. This not to suggest that Arab nationalism had become the dominant ideology in Egypt in the 1940s. Far from it. For most citizens, loyalty to Egypt and Islam was still a more powerful impulse than loyalty to Arab nationalism. But Egypt’s response to the Palestinian revolt, even though it might have had a strong Islamic dimension, underscored Egypt’s cultural and historic bonds with other Arabs”

<sup>53</sup> Do original: “The increasing interest of Egypt in pan-Arabism is attested by its active role in the establishment of the Arab League in 1945. ‘Abd al-Rahman ‘Azzam became secretary-General of the League”.

“As ironias históricas, no entanto, são a base do desenvolvimento humano. Apesar de seu impacto negativo no nacionalismo árabe no curto prazo, a guerra na Palestina acabou sendo um grande catalisador para o ressurgimento dramático do nacionalismo árabe na década de 1950” (DAWISHA, 2016, p. 133)<sup>54</sup>. Devemos nos lembrar, como exposto acima na dissertação, que os Oficiais Livres se utilizaram dos eventos ocorridos na guerra para expor a corrupção do governo.

“Combatíamos em Eretz-Israel, mas era só com o Egito que sonhávamos. As nossas balas eram dirigidas contra o inimigo que nos espreitava de suas trincheiras, mas o nosso coração estava na pátria distante que, nesses dias, era vítima daqueles que a saqueavam”. (NASSER, 1963, p. 64). A fala de Nasser sobre a Guerra Árabe-Israelense evidencia, assim como o defendido por Adeed Dawisha, que o autor tem seu foco na questão nacional, propriamente do território egípcio e não no nacionalismo árabe.

É uma realidade que este foi o principal líder do pan-arabismo, que conheceu o seu apogeu por meio de seu governo e em função das medidas tomadas para influenciar o sentimento árabe diante de suas demandas e seus objetivos. No entanto, inicialmente, apresenta-se como mais um defensor da causa nacional.

“Chegamos a esse ponto, meus pensamentos lançavam-se súbitamente para além da frente de batalha, para além das fronteiras, até o Egito. Dizia a mim mesmo: “A minha pátria é como uma Faloudja mais vasta. O que aconteceu agora em Eretz-Israel não é senão uma cópia em miniatura do que se passa no Egito. A nossa pátria também está cercada. É vítima da rapina dos inimigos” (NASSER, 1963, p. 65-6).

A pátria mencionada, não é a “nação árabe”, mas o Egito, o seu interesse localiza-se em sua terra natal, em livrar-se de inimigos que estavam roubando, pilhando suas riquezas e esperanças. Nasser não se mostra diferente dos demais militares e civis que reforçaram o sentimento nacional egípcio após a Guerra Árabe-Israelense de 1948. Assim como os demais, observou na derrota o reflexo da corrupção de um governo que enriquecia às custas da população, um *establishment* submetido ao imperialismo, à opressão metropolitana.

“E foi nessa postura essencialmente anti-imperialista que o nacionalismo árabe encontrou sua voz mais vibrante. Quase ficamos tentados a dizer que Nasir

---

<sup>54</sup> Do original: “Historical ironies, however, are the staple of human development. Despite its negative impact on Arab nationalism in the short term, the war in Palestine ended up being a major catalyst for the dramatic resurgence of Arab nationalism in the 1950s.”

entrou no nacionalismo árabe pela porta dos fundos do anti-imperialismo. Nasir não tinha pensado seriamente no nacionalismo árabe como uma categoria autônoma na maneira como Sati 'al-Husri<sup>55</sup> concebeu” (DAWISHA, 2016, p. 139)<sup>56</sup>.

Dawisha apresenta como o líder se apropria do nacionalismo árabe, não era um filósofo que analisou o conceito e o idealizou em sua peculiaridade e unicidade, mas fitou na ideologia a capacidade de arregimentar contra o imperialismo e sua influência na região.

Em a “Filosofia da Revolução” é possível observar a flutuação entre a preocupação com a pátria, o Egito, e a defesa da cooperação entre os países árabes devido a aspectos históricos e culturais semelhantes. “Tinha, então, o sentimento de que defendia o meu lar. Esse sentimento reforçou-se pelo contato com os filhos dos refugiados que tinham tido suas casas destruídas e que tinham perdido todos os seus haveres.” (NASSER, 1963, p. 108). As menções à unidade árabe não são poucas e mostram-se claras em grande parte da obra. Podemos notar, nesta passagem, como o presidente do Egito utilizava-se do confronto, explanando sobre a sensação de pertencimento àquela localidade, cultura e realidade a um ponto tão elevado que o identificou como seu ‘lar’, havia deixado de ser um egípcio e assumido a identidade de um árabe lutando por seu território, sua liberdade e a de seus conterrâneos.

“Também via lá embaixo nossos irmãos de armas da grande Nação Árabe, que se tinham lançado na batalha pela Palestina. Esses exércitos dos países irmãos estavam tão prejudicados quanto os nossos e sentiam-se avassalados pelos mesmos problemas que nós, isto é, pela situação política em que se encontravam os respectivos governos.” (NASSER, 1963, p. 108).

Inicialmente, Nasser suprime as nacionalidades existentes e cria um novo Estado, ignorando as lideranças e as elites dominantes de cada região, direcionando sua voz, seu discurso, às camadas populares. No segundo momento, o autor retorna às divisões existentes, não para ressaltá-las, mas sim para estabelecer as similaridades culturais e históricas dos países árabes, que estavam à mercê de elites governantes corruptas e se sentiam oprimidos pela dominação colonial e a influência imperialista que se perpetuava após a independência.

---

<sup>55</sup> Sati 'al-Husri foi um intelectual do final do século XIX defensor do nacionalismo árabe.

<sup>56</sup> Do original: “And it was in this essentially anti-imperialist stance that Arab Nationalism found its most vibrant voice. One is almost tempted to say that Nasir slid into Arab nationalism through the back door of anti-imperialism. Nasir had not seriously thought of Arab nationalism as an autonomous category in the way Sati' al-Husri conceived of it”.

Gamal Abdel Nasser debruça-se sobre a incapacidade destas elites locais em gerir eficientemente seus países, acusando-as de agirem por puro egoísmo, abandonando as massas e aliando-se às nações imperialistas do Ocidente. Este é o principal inimigo apresentado pelo líder egípcio, para, desse modo, fomentar a unidade dos povos árabes (sentimento nacionalista): o imperialismo, que era desencadeado pelas potências mundiais.

“Depois do cerco e dos combates, ao regressar à pátria, via claramente que toda zona árabe constituía, na verdade, uma só unidade e que não devíamos mantê-la separada e dividida em diversas seções. A evolução dos acontecimentos reforçou a minha convicção de que o Cairo, Amã, Beirute e Damasco constituíam uma só zona, que sofreu os mesmos acontecimentos, e que tem o mesmo obstáculo a transpor: o imperialismo.” (NASSER, 1963, p. 108-9)

Nasser tenta aproximar o Egito de outros países árabes, opondo-se ao regime anterior, que defendia certo afastamento, alegando diferenciações culturais e históricas, além de uma aproximação às potências europeias. A Síria, a Transjordânia, o Iraque e o Líbano passaram pela experiência do imperialismo de forma similar à do Egito e, para tornar possível a criação de uma única “zona árabe”, todos deveriam superar esse acontecimento.

## 2.8 O Não-alinhamento

O segundo elemento que compõe o “Nacionalismo Popular” defendido por Albert Hourani é a ideia do “Não-Alinhamento”, que foi utilizada durante a Guerra Fria para definir os países que não compunham nem o bloco capitalista – tendo como líder os Estados Unidos – e nem o bloco socialista – liderado pela União Soviética.

“Essa foi a época em que se tornou importante a ideia de países do ‘Terceiro Mundo’: quer dizer, a idéia de uma frente comum de países em processo de desenvolvimento, sobretudo pertencentes aos ex-impérios coloniais, mantendo-se descomprometidos com qualquer dos dois blocos, o do ‘Ocidente’ e o do ‘Oriente’ comunista, exercendo um certo poder coletivo pela ação conjunta, e em particular pelo domínio de uma maioria na Assembleia Geral das Nações Unidas” (HOURANI, 2006, p. 524).

O “não-alinhamento” não significava que todas as relações seriam encerradas entre qualquer um dos blocos, mas, ao contrário, implicava que era possível negociar abertamente com qualquer um dos grupos ou com outros países que também pregavam a neutralidade.

“John Foster Dulles, o secretário de Estado dos EUA, trouxe a ideia de uma aliança de defesa contra as ambições soviéticas na região para o Cairo em maio de 1953. Mas os objetivos dos americanos contrastavam nitidamente com os dos egípcios. Nasir e os outros membros da junta militar não estavam nem um pouco preocupados com as ameaças da União Soviética, que, como Nasir lembrava a Dulles, estavam "a cinco mil quilômetros de distância". Em vez disso, eles tentaram sublinhar em Dulles que foi a "ocupação" britânica do Canal de Suez, que em seus cálculos, representou a principal ameaça não apenas à estabilidade do Egito, mas também à legitimidade e possível sobrevivência dos líderes militares do país. Quando Dulles deixou o Cairo, ele levou consigo o que era, na melhor das hipóteses, uma resposta morna do Egito à sua iniciativa” (DAWISHA, 2016, p. 141)<sup>57</sup>.

Dawisha expressa com clareza a preocupação egípcia: a ocupação dos britânicos em seu território. A realização de um pacto com as lideranças estadunidenses poderia implicar a manutenção das forças imperialistas no Egito, ou até mesmo um aumento em seu contingente, mascarando a verdadeira ameaça em função de protegê-los de outra nação a milhares de quilômetros de distância. Assim, a citação não ressalta o interesse da Junta Militar em agregar a um ou a outro bloco, mas a luta contra os interesses metropolitanos que ainda se mostravam presentes mesmo após 30 anos da proclamação da “independência” nacional.

A região do Oriente Médio e a do Nordeste Africano eram demasiadamente importantes estrategicamente para permanecerem desintegradas à influência capitalista. Em 1954 o Primeiro-Ministro Iraquiano, Nuri Said, apresentou-se simpático às ideias dos EUA em compor um bloco pró-Ocidente. O Premiê foi ao encontro de Nasser para tentar estabelecer parâmetros que trouxessem o Egito para o acordo.

“O problema era que, enquanto Nasir enfatizava a neutralidade árabe na luta ideológica e política entre as superpotências, Nuri não conseguia conceber um caminho político para os árabes que se divorciasse do Ocidente” (DAWISHA, 2016, p. 162)<sup>58</sup>. A criação do Pacto de Bagdá em 1955, composto inicialmente por Iraque e Turquia, marcou o ápice das tensões e rivalidades entre Nasser e Nuri. Descontente,

---

<sup>57</sup> Do original: “John Foster Dulles, the U.S. secretary of state, brought the idea of a defense alliance against Soviet ambitions in the region to Cairo in May 1953. But the American’s goals contrasted sharply with those of the Egyptians. Nasir and the other members of the military junta were not in the least concerned about threats from the Soviet Union, which, as Nasir reminded Dulles, was ‘five thousand miles away’. Rather, they tried to impress on Dulles that it was the British ‘occupation’ of the Suez Canal that in their calculation represented the main threat not just to Egypt’s stability, but also to the legitimacy and possible survival of the country’s military leaders. When Dulles left Cairo, he took with him that what was at best a lukewarm Egyptian response to his initiative”.

<sup>58</sup> Do original: “The problem was that while Nasir emphasized Arab neutrality in the ideological and political struggle between the superpowers, Nuri could not conceive of a political path for the Arabs that was divorced from the West”.

o líder egípcio ambicionava isolar o Iraque no Oriente Médio; desta forma, estabeleceu Pactos defensivos com a Arábia Saudita, a Síria e o Iêmen.

Apesar do estabelecimento de alianças políticas com outras regiões, a principal arma de Nasser contra o Pacto de Bagdá foi a propaganda. “A pedido da liderança do Egito, a ‘Voz dos Árabes’ lançou uma investida contra o governo do Iraque sobre o Pacto de Bagdá e outras supostas infidelidades à causa nacionalista, e passou a chamar Nuri al-Sa'id de ‘traidor’.” (DAWISHA, 2016, p. 165)<sup>59</sup>

Inicialmente, a utilização de propagandas contra ações políticas concretas pode aparentar pouca efetividade, porém a prevalência cultural do Egito era de tal modo proeminente que se mostrava como uma das armas mais poderosas a serviço de Nasser.

“Grande parte dos programas transmitidos por todas as estações – entrevistas, músicas e peças – organizava-se no Cairo, e também disseminara um conhecimento do Egito e sua maneira de falar. A estação mais influente dessa época foi “A Voz dos Árabes”, transmitida do Egito para os países vizinhos, expressando em tom estridente as aspirações dos árabes na ótica do Egito. Algumas vozes egípcias tornaram-se conhecidas em toda parte – a do governante do país, Gamal ‘Abd al-Nasser, e a da mais famosa das cantoras egípcias, Umm Kulthum; quando ela cantava, todo o mundo árabe ouvia.” (HOURANI, 2006, p. 513).

A citação expressa o protagonismo exercido pelo Egito em relação às transmissões de rádio, todavia a influência cultural egípcia no mundo árabe não se dava apenas por esse meio de comunicação, mas em inúmeras áreas como: literatura, programas de televisão, jornais, teatro, cinema e materiais didáticos. Essa diversificação foi o que possibilitou que Nasser transmitisse em larga escala as ideias que estavam sendo discutidas e que eram defendidas pelo seu governo aos países árabes que consumiam sua “produção cultural”.

“Embora o Egito precisasse de seus professores para atender à enorme expansão da educação, o governo continuou e, de fato, aumentou a tradicional exportação de professores para escolas de outros países árabes. Os professores egípcios não eram apenas um testemunho vivo da primazia do Egito, mas também das políticas e princípios de Nasser.”<sup>60</sup> (DAWISHA, 2016, p. 150)

<sup>59</sup> Do original: “At the prompting of Egypt’s leadership, the ‘Voice of the Arabs’ launched an onslaught against Iraq’s government over the Baghdad Pact and other alleged infidelities to the nationalist cause, and took to calling Nuri al-Sa'id ‘a traitor’.”

<sup>60</sup> Do original: “Even though Egypt needed its teachers to service the huge expansion in education, the government continued, indeed increased, the country’s traditional export of teachers to schools of other Arab countries. Egyptian teachers were now not just a living testimony to Egypt’s primacy, but also to Nasir’s policies and principles.”

Uma das táticas de Nasser, a da exportação de professores a outros países árabes, ainda deve ser mencionada, pois era a propaganda governamental em carne e osso, que transmitiria com eficiência e constância as ideias do líder egípcio, cativando pessoas desde o ensino básico até o superior. Um bom exemplo, e em escala ampliada (uma vez que envolvia a América do Sul), é o do professor Helmi Nasr, enviado ao Brasil e fundador do Departamento de Estudos Árabes da Universidade de São Paulo.

O presidente do Egito utilizava-se constantemente do alcance da principal rádio do país, “A Voz dos Árabes”, como também de outros veículos de informação, para apresentar e propagar suas ideologias para além do povo egípcio através de discursos calorosos e eloquentes. Em seu artigo escrito em 1957, Chejne demonstra como a utilização da rádio para fomentar sentimentos de unidade entre os árabes era evidente: “(...) ‘A Voz dos árabes’, transmitiu constantes apelos à emancipação e à unidade árabe. É amplamente ouvida no mundo árabe e tem sido um dos instrumentos mais poderosos para a disseminação de esperanças e aspirações pan-arabistas.” (CHEJNE, 1957, p. 265).

O nome da principal rádio do país, “A Voz dos Árabes”, vem ao encontro deste sentido de transpassar limites nacionais, assim Nasser, como os locutores, perdem suas identidades nacionais e adquirem outra; sendo um ou mais árabes discursando e apelando a outros árabes.

Nuri Said tenta responder utilizando as ondas de rádio para defender o seu ponto de vista à população iraquiana, no entanto a capacidade de alcance egípcio era inigualável e imbatível. Seu poder era tão proeminente que impediu a entrada da Jordânia no Pacto de Bagdá por meio de pressões populares ao seu *establishment*, fator que fez com que mais nenhuma nação tentasse adentrar o acordo (DAWISHA, 2016, p. 170-1).

O ano de 1955 também foi marcado pela Conferência de Bandung, primeira reunião de países não-alinhados, que tentavam mostrar a possibilidade de ação mesmo não estando associados a nenhum dos dois grandes blocos. Estavam presentes a Iugoslávia de Tito, a Indonésia de Sukarno, Gana de Nkrumah, a Índia de Nehru, a China de Chou Em-Lai, entre muitos outros. “(...) as palavras de Nasir foram

tratadas pelos outros líderes, assim como pela mídia, como representando não apenas o Egito, mas o mundo árabe. Quando ele falou foi com a confiança e comportamento de alguém que sabia que ele tinha a população árabe atrás dele” (DAWISHA, 2016, p. 166)<sup>61</sup>.

É em Bandung que Nasser apresenta mais efetivamente ao bloco capitalista que suas demandas não ficariam sujeitas aos interesses e concordâncias do Ocidente. Nesse sentido, estabeleceu um acordo de compra de armamentos com a Tchecoslováquia, devido à recusa de britânicos e americanos em vender armas em larga escala para o Egito. Dawisha argumenta que a obtenção significou a quebra do monopólio do Ocidente, como também expressou uma aproximação à URSS, já que estes seriam os reais vendedores, tendo os tchecos como intermediários (DAWISHA, 2016, p. 167-8).

“As pessoas que tomaram as ruas em Damasco, Bagdá, Amã e até mesmo nas cidades dos conservadores e menos desenvolvidos protetorados do Golfo viram no acordo de armas tcheco não apenas uma afirmação da independência do Egito, mas uma vitória árabe sobre o 'imperialismo' e sua 'descendência ilegítima', Israel. Não por um eufemismo, a 'Voz dos Árabes' anunciou o acordo por meses como uma conjuntura importante na marcha histórica do nacionalismo árabe” (DAWISHA, 2016, p. 169)<sup>62</sup>.

A popularidade de Nasser subia exponencialmente. Em poucos anos o líder oculto de uma organização secreta militar do Egito, país que observava a si próprio como uma exceção diante do “Mundo Árabe”, havia sido catapultado ao posto de indivíduo indubitavelmente mais influente e poderoso do pan-arabismo e da localidade. Com sua ascensão meteórica, o Ocidente não poderia desistir facilmente de sua figura.

Desta forma, no final de 1955, os EUA e a Grã-Bretanha ofereceram auxílio à construção da Barragem de Assuã, obra que possibilitaria o aumento das terras cultiváveis do Egito, fator que melhoraria a economia nacional. “Esta oferta foi acompanhada, no entanto, por várias condições, incluindo a supervisão do Banco

---

<sup>61</sup> Do original: “(...), Nasir’s words were treated by the other leaders as well as the media as representing not just the Egypt, but the Arab world. When he spoke, he spoke with the confidence and demeanor of someone who knew that he had Arab population behind him”.

<sup>62</sup> Do original: “The people who took to the streets in Damascus, Baghdad, Amman, and even the cities of the conservative and less developed Gulf protectorates, saw in the Czech arms deal not just an assertion of Egyptian independence, but an Arab victory over ‘imperialism’ and its ‘illegitimate offspring’, Israel. Not one for an understatement, the ‘Voice of Arabs’ trumpeted the deal for months afterward as a momentous juncture in the historical march of Arab nationalism”.

Mundial do orçamento do Egito e sua balança de pagamentos, bem como um compromisso egípcio de não buscar ajuda de fontes comunistas” (DAWISHA, 2016, p. 175)<sup>63</sup>.

A construção era uma ocasião ideal para captar Nasser ao Bloco Ocidental, pois atrelaria a economia egípcia ao Banco Mundial, portanto, às potências capitalistas, fazendo com que mais uma vez afastassem a ameaça da União Soviética da região. Além do fracasso em atrair Nasser, o financiamento resultou em uma nova crise potencialmente poderosa.

No início de 1956, o Primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Anthony Eden, culpou Gamal Abdel Nasser pela demissão de John Glubb do exército jordaniano em função das constantes acusações das rádios egípcias que apresentavam o Reino Hachemita do Iraque<sup>64</sup> como um servente dos interesses britânicos. O segundo evento que foi periclitante para a retirada do financiamento da Barragem de Assuã pelo bloco capitalista foi o reconhecimento da República Popular da China em maio do mesmo ano.

“Em resposta a isso, o governo egípcio não menos de repente nacionalizou a Companhia do Canal de Suez e assumiu a administração do Canal.” (HOURANI, 2006, p. 481). Por sua vez, em razão da nacionalização, França, Grã-Bretanha e Israel arquitetaram um plano para retomar o domínio sobre o Canal, como também para derrubar Nasser do poder. A invasão dos três países causou grande incômodo tanto à União Soviética, que observou uma região de extrema importância comercial e uma nação com a qual tinha relações econômicas ser tragada pela zona capitalista; bem como aos Estados Unidos, que não foram informados das ações de seus aliados e se atentaram à possibilidade de serem arrastados para uma guerra que tentavam evitar.

“A assinatura do acordo sob o qual as forças britânicas deviam deixar a Zona do Canal na verdade não levava à entrada do Egito no sistema de defesa ocidental. Ao contrário, dava-lhe a liberdade de seguir uma política de não-alinhamento, e de formar em torno de si um bloco de países árabes igualmente não alinhados com o qual o mundo externo teria de lidar como um todo. Uma expressão desta política foi a estreita relação estabelecida com os principais defensores da idéia de não-alinhamento, Índia e Iugoslávia (...).” (HOURANI, 2006, p. 480).

---

<sup>63</sup> Do original: “This offer was accompanied, however, by several conditions, including World Bank supervision of Egypt's budget and its balance of payment, as well as an Egyptian commitment not to seek aid from Communist sources.”

<sup>64</sup> Nomenclatura utilizada, pois o Iraque vivia sobre a Dinastia Hachemita.

À primeira vista, a intervenção norte-americana no confronto pelo controle do Canal de Suez em favor do Egito pode aparentar o estreitamento dos laços entre os dois Estados, no entanto, ocorreu no sentido de evitar um futuro confronto ou maiores tensões com a União Soviética, que se mostrou insatisfeita e contra a ação direta dos países do bloco capitalista no Egito. Os eventos relatados acima acabaram por aproximar as relações entre o Estado egípcio e a URSS, pois o primeiro sofreu um pesado boicote econômico por parte do bloco capitalista. “O boicote, acima de tudo, forçou o Egito a se voltar para o bloco comunista e levantou o prestígio da União Soviética entre os árabes.” (MANSFIELD, 1967, p. 52).

As políticas de não-alinhamento e as nacionalizações empreendidas representavam politicamente a tentativa de afastar-se das influências de sua antiga metrópole, ter maior raio de ação internamente e a conquista de uma “independência definitiva”, além de mostrar aos demais países árabes a possibilidade de se posicionarem de modo coeso contra as forças globais.

## 2.9 O Socialismo Árabe

A terceira dimensão no “Nacionalismo Popular” é o socialismo. A utilização desta terminologia pode levar à compreensão equivocada de que o não-alinhamento egípcio era relativo, sendo muito mais um aspecto discursivo do que uma realidade. Porém, este elemento não implica necessariamente que o Egito integrava o bloco Oriental, sob influência da URSS.

“Muitos árabes ... estão muito distantes das idéias comunistas. No Egito, muitos Comunistas são mantidos na prisão ...Nasser é um comunista? Certamente não. Mas, no entanto, apoiamos Nasser. Nós não queremos transformá-lo em comunista e ele não quer nos transformar em nacionalista’. A exclusão da influência ocidental da área através do reforço das lideranças populistas nacionalistas existentes, e não a construção de sistemas políticos e sociais de estilo soviético, era a maior prioridade de Moscou durante esse período.” (DAWISHA, 1982, p. 11)<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> Do original: “Many Arabs... are very remote from Communist ideas. In Egypt, many Communists are held in prison...Is Nasser a Communist? Certainly not. But nevertheless, we support Nasser. We do not want to turn him into a Communist and he does not want to turn us into a nationalist’. The exclusion of Western influence from the area through bolstering existing nationalist populist leaderships, and not the erection of Soviet-style political and social systems, was Moscow’s highest priority during this period”. In: DAWISHA, Adeed. *The Soviet Union in the Arab World: The Limits to Superpower Influence*. In: DAWISHA, Adeed (Ed.); DAWISHA, Karen (Ed.) et al. *The Soviet Union in the Middle East: Policies and Perspectives*. Heinemann for the Royal Institute of International Affairs, 1982. p. 11.

A fala de Nikita Khrushchev, líder soviético e do bloco Oriental, apresenta o líder egípcio como um nacionalista e não como um comunista ou socialista. Deve-se lembrar que os grupos comunistas foram perseguidos no Egito. Desta forma, o socialismo defendido por Nasser não era igual ao utilizado e defendido pelos partidos ao redor do globo, nem mesmo com o comunismo da União Soviética. Em uma visita de Khrushchev ao Egito após um desentendimento entre ambos os países em 1961, Anwar Sadat explicita as diferenças do “socialismo árabe”.

“O socialismo em que acreditamos é baseado ... na libertação e liberdade do indivíduo. Visamos à destruição da exploração e o trabalho para a eliminação das diferenças de classe ... (Nós) Acreditamos que o caráter sangrento da luta interclasses pode ser evitado e que a eliminação imperativa das anomalias sociais pode ser alcançada dentro da estrutura da unidade nacional. Acreditamos também que há uma série de fatores espirituais, incluindo a religião, que têm seus efeitos, além do desenvolvimento material da base aceita”. (PODEH; WINCKLER, 2009, p. 241)<sup>66</sup>.

Sadat expressa que o “socialismo árabe” age no sentido de eliminar as diferenças entre as classes; desse modo, implicitamente não nega a luta entre estas e não apresenta interesse na destruição dos diferentes extratos sociais, mas sim a erradicação da exploração de uma sobre a outra, preservando assim a sua existência; diferentemente do socialismo científico que clamava por uma sociedade sem classes, onde a eliminação da exploração significava a extinção das classes, abolidas pela tomada de poder do proletariado.

O apela à possibilidade de evitar um acirrado embate gerado pela luta de classes baseado na união nacional e sua capacidade em eliminar as distinções entre os extratos, caminha ao encontro da luta anti-imperialista no Egito e na fomentação de sentimentos nacionalistas.

“A situação exigia que a preocupação da unidade prevalecesse sobre as lutas de indivíduos e de classes. Era preciso que essa preocupação penetrasse no coração do povo. Era também necessário que se possuíssem os meios materiais que garantissem uma ação rápida e decisiva. Essas condições existiam somente no exército.

---

<sup>66</sup> Do original: “The socialism we believe in is based...on the liberation and freedom of the individual. We aim at the destruction of exploitation and work for the elimination of class differences...(W)e believe that the bloody character of the inter-class struggle can be avoided and that the imperative elimination of social anomalies can be accomplished within the framework of national unity. We also believe that there are a number of spiritual factors, including religion, which have their effects in addition to the accepted basis material development.” In: GINAT, Rami. *Egypt's Incomplete Revolution: Lutfi al-Khuli and Nasser's Socialism in the 1960s*. London: Frank Cass, 1997. p. 41. In: PODEH, Elie; WINCKLER, Onn. *Rethinking Nasserism: Revolution and Historical Memory in Modern Egypt*. p. 241.

Como já disse, não foi o exército quem determinou o seu papel nos acontecimentos. O contrário seria mais próximo da verdade. Os acontecimentos e sua evolução, eis o que decidiu a função do exército, na luta formidável para a libertação do país.” (NASSER, 1963, p. 78).

Unindo os diferentes setores da sociedade e fomentando em suas fileiras fortes sentimentos nacionais, Nasser consegue canalizar as energias contra o imperialismo e a antiga política que se faziam presentes na região. Este é o grande objetivo do líder egípcio: conquistar a independência definitiva e utilizar-se verdadeiramente de sua soberania nacional.

No raciocínio do governo egípcio, não há sentido em uma luta entre os extratos sociais, pois a opressão interna já estava sendo desintegrada desde a Revolução de 1952 e necessitava-se da união de toda a nação para continuar o embate contra o inimigo externo.

Esta linha de pensamento leva a um fortalecimento da figura do Estado, pois este é o responsável direto pela luta contra a dominação colonial e o esfacelamento da exploração presente na antiga estrutura social que se dizia querer eliminar.

“O programa de reforma social era justificado em termos da idéia de um ‘socialismo árabe’ específico, um sistema a meio caminho entre o marxismo, que representava o conflito de classes, e o capitalismo, que significava o primado dos interesses individuais e a dominação das classes que possuíam os meios de produção. No ‘socialismo árabe’, achava-se que toda a sociedade se formava em torno do governo que defendia os interesses de todos” (HOURANI, 2006, p. 530).

A fala de Hourani expressa o empoderamento do Estado devido à sua centralidade no processo; é o guia para alcançar os objetivos, detendo indústrias médias, pesadas e bancos, adquiridos por meio de estatizações, além de tutelar os setores que julgasse necessário o incentivo privado. Assim, o socialismo árabe revela suas características peculiares.

“O nasserismo repudiava as estruturas e ideologias liberais. No entanto, não o fez repudiando metas liberais de acessibilidade e responsabilização, mas prometendo atingir esses objetivos de maneira mais eficaz. A liderança política e econômica do país deveria ser mais responsiva aos interesses e desejos populares. O Egito não se tornaria uma sociedade sem classes, mas sim uma sociedade em que nenhuma classe poderia dominar a outra. Em vez de perder a voz, o povo do Egito estava adquirindo novas maneiras de expressar e realizar seus desejos” (PODEH; WINCKLER, 2009, p. 131)<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> Do original: “Nasserism repudiated liberal structures and ideologies. Yet it did so not by repudiating liberal goals of accessibility and accountability but by promising to meet those goals more effectively. The political and economic leadership of the country was supposed to be made more responsive to

A dissertação demonstra, também através de citações, a peculiaridade do socialismo árabe – defendido por Nasser -, que mescla elementos presentes tanto no capitalismo como no socialismo; como também tem no Estado o principal agente para impedir a dominação de uma classe sobre a outra e que orienta a organização social, política e econômica da nação.

Sadat finaliza sua fala a Khrushchev ressaltando a importância das questões espirituais, referindo-se mais precisamente à religião. Como abordado, o elemento islâmico era profundamente relevante, sendo um forte catalisador; desta forma, não poderia ser ignorado ou rechaçado simplesmente como um aspecto danoso à sociedade.

“(...) o socialismo árabe de Nasser era uma fusão de idéias nacionalistas e islâmicas com o socialismo. Era um socialismo nacionalista no sentido de que se acomodava a determinadas circunstâncias árabes e egípcias. O socialismo árabe rejeitou o internacionalismo proletário e enfatizou a distinção da nação árabe”. (PODEH; WINCKLER, 2009, p. 244)<sup>68</sup>

Deve-se ressaltar com maior afinco o objetivo de Nasser de se desvencilhar das influências e da dominação concreta das potências mundiais. O socialismo árabe foi mais um elemento que agiu para fortalecer o seu poder, gerado pelo consequente aumento da envergadura do Estado, arregimentando fileiras contra as nações estrangeiras que tencionava expulsar.

---

popular interests and desires. Egypt was to become not a classless society but rather a society in which no class could dominate another. Rather than losing their voice, the people of Egypt were gaining new ways by which to express and effect their desires”.

<sup>68</sup> Do original: “(...), Nasser’s Arab socialism was a fusion of nationalist and Islamic ideas with socialism. It was a nationalist socialism in the sense that it accommodated itself to particular Arab and Egyptian circumstances. Arab socialism rejected proletarian internationalism and emphasized the distinctiveness of the Arab nation.”

### 3 SURYA – SIRÍA

Esse capítulo propõe-se a apresentar e discutir os eventos ocorridos na Síria desde 1943, com a criação do Partido Baath, até a união nacional com o Egito, em 1958, momento da formação da República Árabe Unida. Concomitantemente será necessário fazer um breve recuo temporal para contextualizar e evidenciar a nação e a sociedade em que o Partido vislumbrava atuar.

#### 3.1 A criação do Baath

Em 1940, dois movimentos estavam associados ao termo “A Ressurreição Árabe” (*al-Ba'th al-'Arabi*): um organizado por Zaki al-Arsuzi e outro por Michel Aflaq e Salah al-Din al-Bitar.

“No final de novembro de 1940, al-Arsûzi, com apenas cinco de seus discípulos, organizou outro partido, *al-Ba'th al-'Arabi* (a Ressurreição Árabe). Sâmi al-Jundi, um membro fundador desse grupo diminuto, registra como ele e al-Arsûzi descobriram incidentalmente a existência de outro partido muito semelhante que se chamava *al-Ihyâ' al-'Arabi* e, alternativamente, *al-Ba'th al-'Arabi*. Seus líderes eram Michel 'Aflaq e Salah al-Din al-Bitar, e todos os membros dos dois Ba'ths, com uma ou duas exceções, eram seus alunos na escola *Tajhîz Dimashq*. O Ba'th de Al-Arsuzi acabou se dissolvendo e seus membros se juntaram a *al-Ihyâ' al-'Arabi*, que se tornou um protagonista vocal da unidade e do socialismo árabe no país.”<sup>69</sup> (KAYLANI, 1972, p.4).

Ambos os grupos possuíam ideias semelhantes e se comunicavam inicialmente a um setor intelectualizado proveniente do mesmo reduto estudantil. Os primeiros três anos foram utilizados por Aflaq e al-Bitar para desenvolverem e aprofundarem suas ideias e teorias. Prontamente em 1943 estavam atuantes na luta contra a dominação francesa na região; porém é apenas em 1947 que há a realização da Primeira Convenção Nacional do Partido, onde são estabelecidas, por um pequeno grupo de intelectuais, suas normas e filosofia.

---

<sup>69</sup> Do original: “At the end of November 1940 al-Arsûzi, with only five of his disciples, organized another party, *al-Ba'th al-'Arabi* (the Arab Resurrection). Sâmi al-Jundi, a founding member of that diminutive group, records how he and al-Arsûzi incidentally learned of the existence of another, very similar, party which called itself *al-Ihyâ' al-'Arabi* and alternatively *al-Ba'th al-'Arabi*. Its leaders were Michel 'Aflaq and Salah al-Din al-Bitar, and all the members of the two Ba'ths, with one or two exceptions, were their students the *Tajhîz Dimashq* high school. Al-Arsuzi's Ba'th eventually disbanded, and its members joined *al-Ihyâ' al-'Arabi*, which became a vocal protagonist of Arab unity and socialism in the country.”

As figuras mais proeminentes de suas fileiras, Michel Aflaq e Salah al-Din al-Bitar, provinham de famílias pertencentes à classe média da cidade de Damasco e se graduaram na Universidade de Sorbonne, em Paris. Foi durante o estudo superior que ambos apropriaram-se dos trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels.

Michel Aflaq cresceu em um ambiente tomado por ideais nacionalistas, já que seus pais simpatizavam com seus princípios. No entanto, foi apenas no exterior que se tornou adepto do nacionalismo árabe. “Lá ele fundou uma União de Estudantes Árabes, e através do encontro com estudantes de outros países árabes seu nacionalismo sírio se expandiu para o nacionalismo árabe”<sup>70</sup> (ABU JABER, 1966, p. 10-1).

Salah al-Din al-Bitar provinha de uma família muçulmana sunita e desde cedo mostrou simpatia pelo nacionalismo árabe, porém foi na universidade francesa e não na Síria que conheceu e iniciou sua amizade com Aflaq. “Tanto ele como Aflaq tinham certeza de que era inútil esperar a simpatia por sua causa vinda da França, independentemente de quem estivesse no poder ali. Isso os convenceu da ‘natureza imperialista’ do socialismo da Europa Ocidental”<sup>71</sup> (ABU JABER, 1966, p. 12).

O entendimento de que os socialistas franceses não se mostrariam simpáticos ao nacionalismo árabe se apresentou de forma mais veemente no governo do Primeiro-ministro socialista Léon Blum (1936 – 1937), evidenciando um paradoxo, onde há a defesa da igualdade, mas também a manutenção do sistema de mandato, da tutela e da política imperialista.

Com outros colegas, foi criado o Partido Árabe Baath. O termo “Ba‘th” significa “ressurreição” e era empregado no sentido de ressuscitar os árabes politicamente, que estavam sob jugo do imperialismo estrangeiro, das classes tradicionalistas internas; como também em aspectos espirituais.

“Desde a sua criação, o partido trouxe novos conceitos para a política árabe. Embora tenha se originado na Síria, ele se recusou a reconhecer as fronteiras nacionais e ‘artificiais’ traçadas por ‘estrangeiros’. Que é um partido árabe e não sírio foi enfatizado desde o início. Quase desde os primórdios foi visto com

---

<sup>70</sup> Do original: ““There he founded an Arab Students’ Union, and through meeting with students from other Arab countries his Syrian nationalism expanded to Arab nationalism”.

<sup>71</sup> Do original: “Both he and Aflaq were certain that it was futile to hope for sympathy for their cause from France, regardless of who was in power there. This convinced them of the ‘imperialist nature’ of Western European socialism.”

desconfiança pelas autoridades. Esses não eram os políticos árabes comuns que as autoridades conheciam. Estes eram homens jovens com emoções intensas e com um profundo senso de responsabilidade de ‘salvar’ os árabes”<sup>72</sup> (ABU JABER, 1966, p. 23).

A oposição do partido às resoluções políticas determinadas pelo imperialismo europeu mostra-se na recusa em aceitar as fronteiras traçadas arbitrariamente, como também em sua atuação em diferentes países como: Síria, Iraque e Líbano; reforçando sua evocação à identidade “árabe” e não “síria”.

### 3.2 O Trato Triplo Britânico

O neocolonialismo e as políticas imperialistas das potências europeias não partilharam apenas o continente africano, mas também a Ásia que similarmente passou por este processo ostensivo, agressivo e traumático. Uma das regiões em que isto se mostra com nitidez é o Oriente Médio, mais precisamente a Grande Síria<sup>73</sup>, localidade integrada ao território do Império Turco-Otomano e que, após à Primeira Guerra Mundial, foi fracionada e repartida entre Grã-Bretanha e França.

De julho de 1915 a março de 1916 (em plena guerra), estabeleceu-se uma correspondência, por meio de uma série de cartas, entre o Xerife<sup>74</sup> de Meca, Hussein Ibn Ali e o Alto Comissário Britânico localizado no Egito, Sir Henry McMahon. Nestas negociações denominadas de Correspondências Hussein-McMahon, a Grã-Bretanha almejava fomentar um movimento revoltoso oriundo dos habitantes das províncias árabes do Império Turco-Otomano, mais precisamente do Hejaz<sup>75</sup>, contra o governo central turco.

---

<sup>72</sup> Do original: “Since its establishment the party has brought new concepts into Arab politics. Although it originated in Syria, it refused to recognize the national and ‘artificial’ frontiers drawn by ‘foreigners’. That it is an Arab rather than a Syrian party has been emphasized from the beginning. Almost from the start, it was viewed with suspicion by the authorities. These were not the ordinary Arab politicians that the authorities knew. These were young men with intense emotions and with a deep sense of responsibility to ‘save’ the Arabs”.

<sup>73</sup> Local que corresponde a atual Síria, Jordânia, Palestina, Líbano, Israel e, dependendo do posicionamento ideológico, algumas regiões do Iraque.

<sup>74</sup> Título honorífico dado a líderes muçulmanos que descendam do Profeta Mohammed.

<sup>75</sup> O Hejaz é uma região da Península Arábica, mais precisamente à margem Oeste do atual Reino da Arábia Saudita, que tem contato com as águas do Mar Vermelho e engloba as cidades de Meca e Medina, ambas sagradas para a comunidade islâmica.

O contato se apresentava de suma importância, pois o Império Alemão nutria um plano que poderia desestabilizar o Império Britânico. Este consistia em utilizar o Sultão Otomano como uma liderança religiosa, um Califa<sup>76</sup>, que apelaria à Umma (comunidade) islâmica na luta contra a Tríplice Entente<sup>77</sup> durante a Primeira Guerra Mundial. Devemos recordar que as possessões inglesas e francesas na África e na Ásia contavam com uma grande quantidade de muçulmanos, principalmente na Índia (ainda unida aos atuais territórios conhecidos como Paquistão e Bangladesh) e no Norte africano. Desta forma, precisavam da capacidade organizacional e de arregimentação de Hussein para a luta contra a Tríplice Aliança<sup>78</sup>, além de seu potencial em fazer frente ao Sultão em perspectivas religiosas, já que os Hachemitas (clã liderado por Hussein) também poderiam evocar o título de Califa, pois se diziam descendentes do Profeta Muhammad.

Em troca da realização da revolta e do auxílio na luta contra o exército otomano, McMahon comprometeu-se em estabelecer um reino árabe independente sob liderança Hachemita. Ao tentar demarcar este território Hussein expressou interesse em praticamente toda a Península Arábica; desta forma, o reinado teria como fronteira ao norte: a Turquia, alcançando a Cilícia e os montes Taurus localizados na Anatólia (atual território turco), ao sul: o Oceano Índico, a Oeste: o Mar Vermelho e o Sinai e a Leste: o Golfo Pérsico e a própria Pérsia. O único território que permaneceria como uma exceção era a região de Áden (atual Iêmen), localidade que interessava aos britânicos e seria disposta à sua colonização (ROGAN, 2017, p. 151).

“Em sua famosa carta de 24 de outubro de 1915, Sir Henry McMahon confirmou os limites propostos por Sharif Husayn, com duas exclusões. Ele descartou a Cilícia e as partes da Síria que ficavam a oeste do distrito de Damasco, Homs, Hama e Aleppo, onde a França havia declarado seus interesses, e sustentou as reivindicações britânicas às províncias de Bagdá e Basra, que poderiam ser satisfeitas por uma administração conjunta anglo-árabe”<sup>79</sup> (ROGAN, 2017, p. 152)

---

<sup>76</sup> Guia político e espiritual que descende do Profeta Muhammad.

<sup>77</sup> A Tríplice Entente foi uma aliança militar composta pelo Império Britânico, Francês e Russo anteriormente ao início da Primeira Guerra Mundial.

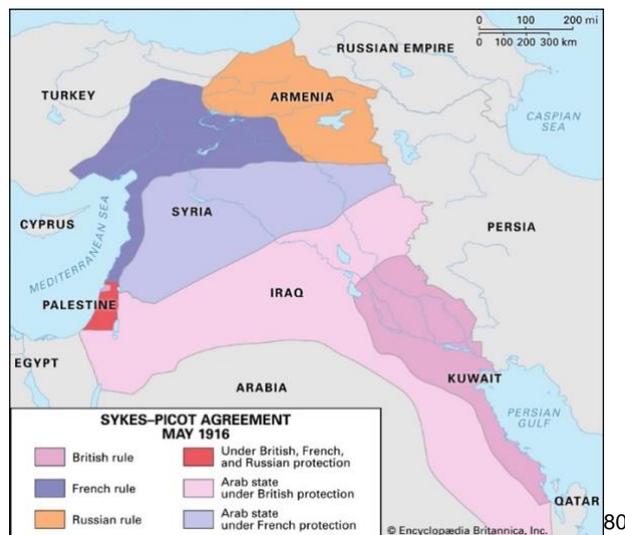
<sup>78</sup> A Tríplice Aliança foi uma aliança militar composta pelo Império Alemão, Austro-húngaro e o Reino da Itália anteriormente ao início da Primeira Guerra Mundial.

<sup>79</sup> Do original: “In his famous letter of October 24, 1915, Sir Henry McMahon confirmed the boundaries proposed by Sharif Husayn, with two exclusions. He ruled out Cilicia and those ‘portions of Syria lying to the west of the district of Damascus, Homs, Hama and Aleppo’ in which France had declared its interests, and upheld British claims to the provinces of Baghdad and Basra, which could be satisfied by a joint Anglo-Arab administration.”

Os britânicos aceitaram as solicitações com poucas alterações, enquanto que Hussein assentiu para as exclusões propostas pela Grã-Bretanha. No entanto, o Xerife de Meca ainda pretendia deter as posições francesas, dado que esperava conseguir negociar estas localidades após o estabelecimento de seus exércitos na Síria. Assim, em junho de 1916, iniciaram-se as agitações contra as forças otomanas.

No mesmo ano, enquanto negociava com Hussein através de McMahon, os britânicos e os franceses iniciaram conversações sobre a divisão dos territórios pertencentes ao Império Turco-Otomano. Em outubro havia-se concluído o acordo, que ficou conhecido como Sykes-Picot devido a seus representantes, Mark Sykes (britânico) e Georges-Picot (francês).

Imagem 1 – Acordo Sykes-Picot 1916



A resolução estabelecia uma região sob comando russo, que na imagem corresponde à cor laranja; a Palestina possuía uma condição especial devido à sua importância política e religiosa, sendo considerada uma zona internacional (vermelho); as possessões francesas e britânicas dividir-se-iam em duas localidades cada. A primeira sob o controle direto Francês e da Grã-Bretanha (violeta escuro e rosa escuro, respectivamente) e uma segunda área onde seria composto um Estado Árabe sob a proteção francesa (violeta claro) e inglesa (rosa claro). “(...), o Acordo Sykes-Picot não respeitava nem o espírito nem a literatura da correspondência Husayn-

<sup>80</sup> Mapa disponível em: <https://www.britannica.com/event/Sykes-Picot-Agreement/media/577523/205635>. Acessado em: 23/04/2019.

McMahon. Foi, nas palavras de um observador palestino, ‘um assombroso trato duplo’.<sup>81</sup> (ROGAN, 2017, p. 153).

A Grã-Bretanha não se limitou a fazer dois tratados pela mesma região. Em 1917 o Ministro do Exterior, Arthur Balfour declarou “(...) que o governo britânico via com bons olhos o estabelecimento de um lar judeu na Palestina, contanto que não prejudicasse os direitos civis e religiosos dos outros habitantes do país”. (HOURANI, 2006, p. 418). A Declaração Balfour era a resposta aguardada por Chaim Weizmann – líder da Organização Mundial Sionista – após intenso lobby diante das lideranças inglesas.

“A Grã-Bretanha, escreveu Clayton, estava comprometida com três políticas distintas, mas incompatíveis: os acordos com Hussein contidos nas cartas Hussein-McMahon, que comprometeram os britânicos em apoiar um estado árabe ou uma confederação de tais estados; o Acordo Sykes - Picot, no qual a Grã-Bretanha reconheceu o predomínio da França na Síria e no Líbano; e a Declaração Balfour, que comprometeu a Grã-Bretanha a apoiar o projeto sionista na Palestina.” (ALLAWI, 2014, p. 196)<sup>82</sup>

O General e membro da inteligência do Império Britânico Gilbert Clayton expressou a inviabilidade da aplicação das determinações, destarte, os três compromissos firmados evidenciam como a Grã-Bretanha se utilizou da diplomacia para conquistar seus objetivos. Na correspondência Hussein-McMahon foi possível estabelecer um grupo revoltoso dentro das fronteiras inimigas que detinha a capacidade de fazer frente ao Sultão Otomano como liderança religiosa. No Acordo Sykes-Picot agiu para proteger a sua possessão sobre a Índia (principal colônia do Império), controlando o Golfo Pérsico e grande parte de territórios que faziam fronteira com a Pérsia; conseguiu também o acesso tanto ao Mar Mediterrâneo como ao Golfo e o status internacional da Palestina. Na Declaração Balfour a potência adquiriu o apoio de judeus espalhados pela Europa e América, aspecto que possibilitou maior ação ante outros Estados, já que evocava estar agindo em suporte a uma comunidade numerosa e influente em diferentes regiões, como os Estados Unidos.

---

<sup>81</sup> Do original: “(...), the Sykes-Picot Agreement respected neither the spirit nor the letter of the Husayn-McMahon correspondence. It was, in the words of one Palestinian observer, ‘a startling of double-dealing’”.

<sup>82</sup> Do original: “Britain, Clayton wrote, was committed to three distinct but incompatible policies: the agreements with Hussein encompassed by the Hussein – McMahon letters, which committed British to support an Arab state or confederation of such states; the Sykes – Picot Agreement, in which Britain acknowledge France’s predominance in Syria and Lebanon; and the Balfour Declaration, which committed Britain to support the Zionist project in Palestine”

### 3.3 A Partição

A Conferência de Paz de Paris de 1919 recebeu a presença dos vencedores da Primeira Guerra Mundial, que se reuniram para deliberar sobre as medidas que seriam impostas diante das nações derrotadas. Hussein enviou o seu terceiro filho à reunião, Amir Faysal, que havia comandado a revolta árabe contra o Império Turco Otomano. O líder almejava conquistar as promessas concedidas por McMahon a seu pai, assim como o apoio da Grã-Bretanha para permanecer na Síria, localidade que despertava interesse francês, como evidenciado através do Acordo Sykes-Picot.

“Ele pretendia ser realista, chegando ao ponto de atenuar muitas das exigências originais de seu pai estabelecidas em sua correspondência com McMahon três anos antes. Em seu memorando, Faysal escreveu que ‘o objetivo dos movimentos nacionalistas árabes era unir os árabes em uma única nação’. Ele baseou sua reivindicação na unidade étnica e linguística árabe, nas supostas aspirações dos partidos nacionalistas árabes pré-guerra, na Síria e na Mesopotâmia, e no serviço árabe para o esforço de guerra dos Aliados. Ele reconheceu que as diferentes terras árabes eram ‘muito diferentes econômica e socialmente’ e que seria impossível integrá-las em um único estado de uma vez”.<sup>83</sup> (ROGAN, 2017, p. 157).

Como apresentado na citação, Faysal compreendia a dificuldade de abarcar imediatamente em um único Estado árabe todas as regiões almeçadas por seu pai; o próprio líder reconhece as diferenças sociais e econômicas existentes. Este buscava a independência imediata da Grande Síria e do Hijaz, respeitando o interesse britânico pela Mesopotâmia (atual Iraque) e a administração internacional sobre a Palestina, responsável por atender e preservar as demandas de judeus e árabes na região.

Apesar de entender as limitações e dificuldades de suas solicitações, o líder da “Revolta Árabe” não estava abrindo mão de possuir toda a Península Arábica (requerida por Hussein), mas só vislumbrou sua impossibilidade momentânea. “Ele concluiu: ‘Se nossa independência for concedida e nossa competência local

---

<sup>83</sup> Do original: “He intended to be realistic, going so far as to tone down many of his father’s original demands set out in his correspondence with McMahon three years earlier. In his memo, Faysal wrote that ‘the aim of the Arab nationalist movements... is to unite the Arabs eventually into one nation’. He based his claim on Arab ethnic and linguistic unity, on the alleged aspirations of prewar Arab nationalist parties in Syria and Mesopotamia, and on Arab service to the Allies’ war effort. He acknowledged that the different Arab lands were ‘very different economically and socially’ and that it would be impossible to integrate them into a single state at once.

estabelecida, as influências naturais de raça, idioma e interesses em breve nos atrairão para um único povo'.<sup>84</sup> (ROGAN, 2017, p. 157).

Os interesses iniciais da Grã-Bretanha e da França foram expostos através do Acordo Sykes-Picot, e estes não se mostravam favoráveis à composição de um Estado Árabe independente de tutela ou influências, desta forma, as demandas de Faysal não encontraram apoiadores em ambas as potências.

O fim da Primeira Guerra Mundial vislumbrou o nascimento de uma nova potência mundial, os Estados Unidos da América; embora ainda não possuíssem a mesma envergadura dos impérios europeus que ditavam a política global havia séculos. Porém, os norte-americanos usufruíram da “Grande Guerra” de diversas formas, como: os lucros diante da venda de armas e mantimentos durante o confronto; os empréstimos para a reconstrução da Europa; e a inexistência de batalhas e avarias em seus territórios causadas pelas lutas constantes entre exércitos.

“A ideia de que os EUA manteriam o equilíbrio entre os interesses da França e da Grã-Bretanha no Oriente Médio e a imensa autoridade moral do presidente Wilson, sob cujos princípios de autodeterminação o edifício da conferência de paz deveria ser construído, tornaram os americanos o aliado mais desejável para o caso árabe.” (ALLAWI, 2014, p. 206)<sup>85</sup>.

Faysal viu em Woodrow Wilson o “aliado” perfeito para contrabalancear os interesses franceses e britânicos na região, fator que possibilitaria um maior raio de ação e possivelmente a conquista de seus objetivos. O líder da Revolta Árabe se utilizou do conceito de autodeterminação (que estava em alta na Conferência de Paz) fortemente defendido pelos EUA e pela possibilidade do estabelecimento de um mandato norte-americano sobre a Síria para propor aos estadunidenses a formação de uma comissão que investigasse a pretensão da população síria. Desta forma, Wilson em uma reunião dos “Quatro Grandes” – David Lloyd George (Grã-Bretanha), Georges Clemenceau (França), Vittorio Emanuele Orlando (Itália) e o próprio Woodrow Wilson (EUA) –, propôs a formação de uma Comissão composta pelos aliados para inquirir sobre os interesses sírios, demanda que foi aceita pelos demais

---

<sup>84</sup> Do original: “He concluded, ‘If our independence be conceded and our local competence established, the natural influences of race, language, and interests will soon draw us into one people’.”

<sup>85</sup> Do original: “The idea that the US would hold the balance between the interests of France and Britain in the Middle East, and the immense moral authority of President Wilson upon whose principles of self-determination the edifice of the peace conference was supposed to be constructed, made the Americans most desirable ally for the Arab case”.

membros presentes (ALLAWI, 2014, p. 211-2). O movimento ficou conhecido como Comissão King-Crane, devido ao nome de seus líderes, Charles R. Crane e Henry Churchill King, ambos nomeados pelo presidente norte-americano.

Para a Grã-Bretanha e a França a ação possuía um lado positivo e outro negativo. O prejuízo implicaria a legitimidade que a comissão poderia adquirir, desta forma, não indicaram nenhum funcionário de seus Estados para acompanharem o estudo, fazendo com que conseqüentemente esse perdesse a sua condição internacional, tornando o seu resultado questionável. Pelo lado positivo "(...) a comissão de investigação adiaria a consideração das reivindicações Hachemitas por meses, durante os quais eles estariam livres para dispor de terras árabes como bem entendessem.<sup>86</sup>" (ROGAN, 2017, p. 158).

"Nos bastidores de Paris, os Estados Unidos eram o único poder que apoiava o envio de uma Comissão de Inquérito. Os franceses já haviam se convencido de que a comissão era uma conspiração nefasta para privá-los de seus direitos sob o Acordo Sykes-Picot. Os britânicos, que haviam feito inicialmente uma série de ruídos afirmativos a respeito de sua intenção de participar da comissão, acabaram se distanciando dela sob uma combinação de pressões: a necessidade de acalmar as suspeitas francesas; e preocupação com as possíveis descobertas da comissão e seus efeitos na política britânica." (ALLAWI, 2014, p. 243)<sup>87</sup>

Diversos panfletos foram distribuídos durante os sermões que ocorriam nas mesquitas, como também em cidades e vilarejos. Com a ação, os nacionalistas tentavam cativar a opinião pública e convencê-los diante de suas demandas.

Faysal e seus colegas compuseram em um curto espaço de tempo um parlamento, denominado de Congresso Geral Sírio. O grupo era formado por delegados de cidades interioranas, como também por membros das principais famílias e tribos da Palestina e do Líbano. O objetivo era produzir uma declaração de um órgão legislativo com caráter oficial sobre as suas reivindicações, para posteriormente serem entregues à Comissão King-Crane.

---

<sup>86</sup> Do original: "(...), the fact-finding commission would defer consideration of Hashemite claims for months, during which time they would be free to dispose of Arab lands as they saw fit."

<sup>87</sup> Do original: "Behind the scenes in Paris, the United States was the only power backing the despatch of a Commission of Inquiry. The French had already convinced themselves that the commission was a nefarious plot to deprive them of their rights under the Sykes-Picot Agreement. The British, who had initially made a number of affirmative noises regarding their intention to participate in the commission, eventually distanced themselves from it under a combination of pressures: the need to allay French suspicions; and concern about the possible findings of the commission and its effects on British policy."

“Em sua resolução, os delegados do Congresso sírio exigiram completa independência política para a Síria dentro das fronteiras geográficas que a separavam da Turquia, Iraque, Najd, Hijaz e Egito. Eles queriam que seu país fosse governado como uma monarquia constitucional, com Amir Faysal como seu rei. Eles rejeitaram o princípio do mandato estabelecido no Artigo 22 do Pacto da Liga das Nações, argumentando que os árabes não eram menos privilegiados do que os búlgaros, sérvios, gregos e romenos, todos os quais haviam assegurado a total independência em relação aos Otomanos sem a tal tutela europeia. Os delegados sírios expressaram sua total disposição em assumir um mandato restrito a fornecer assistência técnica e econômica. Eles confiaram nos americanos para cumprir esse papel, ‘acreditando que a nação americana está mais distante de qualquer pensamento de colonização e não tem ambição política em nosso país.’ Se a América se recusar a servir, o povo sírio aceitaria um mandato britânico, mas eles rejeitaram qualquer papel para a França.<sup>88</sup>” (ROGAN, 2017, p. 161).

A declaração manifestava nitidamente os objetivos nacionais de seus integrantes, expressando a intencionalidade e a imperatividade da independência da Grande Síria. A Comissão norte-americana apreciou tanto a documentação, que apoiou as solicitações evidenciadas em seu relatório, como também expressou a necessidade de limitar a imigração judaica para a região (ROGAN, 2017, p. 162). Apesar do estudo realizado e do apoio estadunidense aos apelos da comunidade, tanto Grã-Bretanha como França o ignoraram completamente, dividindo a região com relação a suas necessidades.

Apesar do protagonismo norte-americano na Conferência de Paz e a evidente mensagem de que uma nova nação subia ao hall das potências mundiais, os EUA não se mostravam dispostos e até mesmo preparados para tomar uma posição nas questões que permeavam a Síria, muito menos se esta escolha lhes colocasse em direção oposta a França e Grã-Bretanha. “Faisal também se reuniu com Frank Lyon Polk, chefe da delegação dos EUA na conferência de paz, mas as discussões com ele

---

<sup>88</sup> Do original: “In their resolution, the delegates of the Syrian Congress demanded complete political Independence for syria within geograohic boundaries separating it from Turkey, Iraq, Najd, Hijaz, and Egypt. They wanted their country to be ruled as a constitutional monarchy, with Amir Faysal as their king. They rejected the mandate principle set out in Article 22 of the Covenant of the League of Nations outright, arguing that the Arabs were no less gifted than the Bulgarians, Serbians, Greeks, and Romenians, all of whom had secured full independence from the Otomans without such European tutelage. The Syrian delegates expressed their full willingness to come under a mandate that was restricted to providing technical and economic assistance. They most trusted the Americans to fulfill this role, ‘believing that the American Nation is farthest from any thought of colonization and has no political ambition in our country.’ Should America refuse to serve, the Syrian people would accept a British mandate, but they rejected any role for France whatsoever.”

não levaram a lugar nenhum. Os EUA simplesmente não estavam preparados para adotar uma posição sobre a questão síria.” (ALLAWI, 2014, p. 254)<sup>89</sup>.

A partição colocara a Síria e o Líbano - como duas localidades distintas - sob o sistema de mandato pertencente à França; em resposta à delimitação, no dia 8 de março de 1920, foi lida na cidade de Damasco uma declaração preparada pelo Congresso sírio (veementemente contra os franceses, como evidenciado na citação de Rogan), que anunciava a independência do Reino Árabe da Síria. Esse novo Estado seria governado pelo Monarca declarado, Faysal, e abarcaria a Síria, o Líbano e a Palestina.

O Rei esperava apoio britânico diante da oposição francesa, no entanto, fitou a recusa de ambos em reconhecer a independência de seu reino, como a omissão inglesa diante da invasão de sua potência inimiga. Em um esforço de resistência, as forças sírias tentaram deter os invasores enfrentando-os anteriormente a sua chegada a Damasco; o confronto ficou e ainda é conhecido como a Batalha de Maysalun.

“Forças francesas passaram pelos defensores em Maysalun para entrar em Damasco, dando início a uma infeliz ocupação colonial que duraria vinte e seis anos. No entanto, o significado simbólico de Maysalun se espalhou muito além das fronteiras da Síria. Para os árabes, essa pequena batalha representou a traição das promessas de guerra da Grã-Bretanha, a falência da visão do presidente norte-americano Woodrow Wilson da autodeterminação nacional e o triunfo do interesse colonial britânico e francês sobre as esperanças e aspirações de milhões de árabes. Maysalun foi equiparado ao pecado original, quando os europeus impuseram seu sistema estatal ao Oriente Médio, dividindo um povo que aspirava à unidade e colocando-os sob domínio estrangeiro contra sua vontade.<sup>90</sup>” (ROGAN, 2017, p. 163).

Como Rogan apresenta, a Batalha de Maysalun tem uma grande evidência simbólica para as comunidades árabes; Faysal não era uma unanimidade entre estes, chegou a perder popularidade por sua incapacidade em sustentar as promessas de independência que havia feito, porém o confronto significou a traição dos britânicos e

---

<sup>89</sup> Do original: “Faisal also met with Frank Lyon Polk, the head of the US delegation to the peace conference, but the discussions with him led nowhere. The US was simply not prepared to adopt a position on the Syrian issue”.

<sup>90</sup> Do original: “French forces swept past the defenders at Maysalun to enter Damascus, making the start of an unhappy colonial occupation that would last twenty-six years. Yet the symbolic significance of Maysalun spread far beyond the frontiers of Syria. To the Arabs, this small battle represented the betrayal of Britain’s wartime promises, the bankruptcy of U.S. president Woodrow Wilson’s vision of national self-determination, and the triumph of British and French colonial self-interest over the hopes and aspirations of millions of Arabs. Maysalun was equated with original sin, when the Europeans imposed their state system on the Middle East, dividing a people who aspired to unity and placing them under foreign rule against their will”.

das potências ocidentais diante dos árabes (que haviam lutado na Primeira Guerra Mundial pela Tríplice Entente), e de seu expresso interesse (como expresso pela Comissão King-Crane) em auto legislar-se. A década de 1920 se iniciava com os mandatos da Grã-Bretanha sobre o Iraque, a Transjordânia e a Palestina; e os da França sobre o Líbano e a Síria.

### 3.4 O Mandato Francês

Observou-se acima como as nações europeias possuíam forte antipatia perante a população nativa (com exceção dos bolsões compostos por cristãos, como no exemplo dos maronitas do Monte Líbano, que recebiam auxílio e proteção). Este sentimento somado à existência de grupos nacionalistas prontamente estabelecidos e da interferência direta nos arranjos sociais – principalmente em uma localidade marcada pela diversidade étnica e religiosa -, políticos e econômicos foram fatores primordiais para o desencadeamento de movimentos anticoloniais, assim os primeiros anos de imposição do mandato francês foram marcados por revoltas.

Em 1919 deflagrou-se uma insurgência nas “Montanhas Alauítas”, onde a comunidade não possuía a pretensão de tornar-se um país/nação independente, mas preservar a autonomia que possuía; apenas após dois anos a insurgência foi contida pelas forças coloniais (ROGAN, 2017, p. 225). No mesmo ano, nos arredores de Aleppo, iniciou-se uma revolta liderada por Ibrahim Hananu - oriundo de uma família proeminente de proprietários rurais da região – contra o mando francês, o movimento campesino logo tomou caráter nacionalista, sendo contido e derrotado somente em 1921 (ROGAN, 2017, g. 225-6).

Por sua vez, em decorrência da prisão do Dr. Abd al-Rahman Shahbandar<sup>91</sup> e de seus companheiros que ocupavam a liderança da organização secreta *Iron Hand Society*<sup>92</sup>, pelas forças francesas, deflagrou-se em abril de 1922 uma insurreição que

---

<sup>91</sup> Indivíduo com grande notoriedade devido a sua participação como tradutor da Comissão King-Crane de 1919 e da atuação como Ministro das relações exteriores do Rei Faysal em 1920.

<sup>92</sup> Organização clandestina fundada por homens influentes oriundos da dominação otomana (o Dr. Shahbandar) e composta por apoiadores do governo de Faysal sobre os árabes e almejando expulsar a França da localidade.

foi violentamente reprimida em poucos dias (ROGAN, 2017, p. 226-7). No entanto, a maior revolta do período iniciou-se no território Druso em 1925.

Os movimentos citados auxiliam na evidenciação da diversidade religiosa e étnica presente no território sírio. A localidade que a França pretendia comandar era composta de maioria muçulmana sunita, porém existiam bolsões com grandes números de Cristão Maronitas, Drusos e Alauítas.

“Essas minorias não eram apenas numerosas; elas eram comunidades vigorosas, frequentemente com um nível educacional mais elevado do que a maioria. Eles desempenharam, e ainda desempenham, um papel importante na vida econômica, política e cultural do país.” (M.B; H.G.L. 1940, p. 844)<sup>93</sup> O termo minoria pode levar a uma percepção equivocada sobre estes grupos, que possuíam grande importância em suas localidades.

“Para combater a ameaça de um movimento nacionalista unificado, os franceses escolheram empregar um esquema de dividir para governar, dividindo a Síria em quatro mini-Estados. Aleppo e Damasco foram assentados em duas administrações separadas para impedir que os nacionalistas urbanos das principais cidades da Síria se unissem em causa comum. Os franceses também previram Estados separados para as duas comunidades religiosas com longas histórias de autonomia territorial - os alauítas no oeste da Síria e os drusos ao sul. No modelo das políticas berberes de Lyautery, a França esperava por esses meios dar aos alauítas e drusos um interesse vasto no mandato, fator que os isolaria do nacionalismo urbano.” (ROGAN, 2017, p. 226)<sup>94</sup>

Eugene Rogan evidencia como a divisão do território foi pensada para minar a força de ação e arregimentação dos grupos e movimentos nacionalistas urbanos, alvo de grande preocupação durante todo o período de mandato, evidenciando o motivo de grandes cidades como Damasco, Aleppo e Hama possuírem sistemas mais repressivos em comparação a outras localidades; simultaneamente as forças coloniais

---

<sup>93</sup> Do original: “These minorities are not only numerous; they are vigorous communities, often with a higher standard of education than the majority. They have played, and still play, an important part in the economic, political and cultural life of the country”.

<sup>94</sup> Do Original: “To counter the threat of a unified nationalist movement, the French chose to employ a divide-and-rule scheme, splitting Syria into four mini-states. Aleppo and Damasco were made the seats of two separate administrations to keep the urban nationalists in Syria’s principal cities from making common cause. The French also envisaged separate states for the two religious communities with long histories of territorial autonomy – the Alawites in western Syria, and the Druze to the south. On the model of Lyautery’s Berber policies, France hoped by these means to give the Alawites and Druzes a vested interest in the mandate that would insulate them from urban nationalism.”

empenhavam-se para criar pontos de apoio e aliança entre as comunidades alauítas e drusas explorando a oposição diante a maioria sunita.

“O estabelecimento de sistemas de educação comunitária separados pela administração colonial francesa e o recrutamento de minorias para o corpo de oficiais do exército, a fim de suprimir revoltas nacionalistas sunitas, foram fatores que exacerbaram as tensões comunitárias.”<sup>95</sup> (PALI, 1981, p. 596)

A segregação e a rivalidade entre os grupos étnicos/religiosos regionais não foram exploradas apenas entre as comunidades sírias. Esta política colonial se mostrou presente também no Marrocos, outra possessão francesa; tentaram, aliás, exportar a experiência administrativa marroquina em grande escala para o Levante. No entanto, a medida não é de exclusividade francesa, os britânicos empreenderam ações similares em seus domínios ultramarinos como a experiência no Subcontinente Indiano.

As possessões francesas encontravam-se fragmentadas em cinco partes: Líbano (com grande presença de cristãos maronitas provenientes do Monte Líbano); Aleppo (majoritariamente muçulmana sunita), onde encontrava-se a localidade do Sanjaco de Alexandreta e Antióquia, que possuía certo grau de autonomia; Damasco (predominantemente composta por sunitas); o território Alauíta; e Jabal al-Druze (com a presença predominante de drusos).

## Imagem 2- Mapa do Mandato Francês em 1922

---

<sup>95</sup> Do original: “El establecimiento de sistemas de educación comunal separados por la administración colonial francesa y el recrutamiento de las minorías para el cuerpo de oficiales do ejército con el fin de suprimir los levantamientos nacionalistas sunnitas, fueron factores que exarcebaron las tenciones comunales.”



96

A imagem revela a fragmentação com nitidez (não necessariamente estas divisões correspondiam às províncias existentes no período). A faixa Norte do território (laranja) corresponde ao Estado de Aleppo, com a capital na cidade de mesmo nome. No Centro (amarelo) observa-se o Estado de Damasco, tendo como capital a cidade de Damasco. Ao Sul (azul), o Estado de Jabal al-Druze, tendo Sueida como sua capital. A Oeste (roxo), o Estado Alauíta, com capital em Latakia; e a Sudoeste (verde) o Grande Líbano, com capital na cidade de Beirute; as cidades litorâneas de Trípoli e Beirute eram compostas de maioria sunita e observadas pelos nacionalistas como um território sírio e não pertencente ao Monte Líbano.

“O novo Grande Líbano foi declarado independente em 31 de agosto de 1920 e recebeu uma constituição provisória. A ‘montanha’ alauíta (Latakia) tornou-se um território distinto. Os Drusos de Jabal al-Druze receberam autonomia em 4 de março de 1921 e sua independência foi anunciada em 5 de abril. Em 1924 os distritos de Aleppo e Damasco tornaram-se o Estado da Síria, formalmente estabelecido em 1 de janeiro de 1925, após tentativa, em vão na época, de incorporar a Latakia.” (M.B; H.G.L. 1940, p. 846-7)<sup>97</sup>

96

Disponível

em:

&lt;

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:French\\_Mandate\\_for\\_Syria\\_and\\_the\\_Lebanon\\_map\\_en.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:French_Mandate_for_Syria_and_the_Lebanon_map_en.svg)  
. Acessado em: 15/01/2020.

<sup>97</sup> Do original: “The new Great Lebanon was declared independent on August 31, 1920, and provided with a provisional constitution. The Alawyite ‘mountain’ (Latakia) became a separate territory. The Druses of the Jebel Druse received autonomy on March 4, 1921, and their independence announced on April 5. In 1924 the districts of Aleppo and Damasco became the State of Syria, formally established on Jan. 1, 1925, after attempt, vain at the time, to incorporate Latakia on it.”

Após um período sem grandes agitações e da percepção do alto custo da existência de diferentes Estados, a França optou por unir os distritos de Alepo e Damasco para formarem o Estado da Síria; convocando eleições para uma Assembleia Representativa (ROGAN, 2017, p. 227).

### 3.5 A Escalada de Tensão em Jabal al-Druze

Antes da realização das eleições, que estavam marcadas para outubro de 1925, mais precisamente em julho, eclodiu uma revolta no Estado Druso contra as forças francesas. Suas causas remetem ao período do estabelecimento da independência de Jabal al-Druze e da desconfiança criada pelo “acordo Franco-Druso”. O documento estabelecia que a região seria governada por um representante (governador) e um corpo de conselheiros locais, no entanto, como contrapartida deveriam aceitar o mandato francês, assim como a presença de soldados e conselheiros da nação colonizadora na plaga.

A desconfiança transformou-se em insatisfação rapidamente (ainda em 1921), pois a França tentou minar a influência do principal líder da região, o Sultão Pasha<sup>98</sup> al-Atrash, elevando ao cargo de governador Salim al-Atrash, uma personalidade menor dentro da sociedade baseada em clãs da comunidade drusa. “Sua elevação de uma posição na estrutura de poder drusa de *primus inter pares* para a de governador de um estado druso separado, no entanto, trouxe a Salim al-Atrash pouco mais que reconhecimento verbal de outros líderes drusos.”<sup>99</sup> (KHOURY, 2016, p. 153).

Salim possuía a legalidade que o cargo de governador e as forças francesas lhe conferiram, porém não dispunha de legitimidade diante das lideranças regionais, aspecto fundamental em uma comunidade patriarcal marcada pela concorrência entre as principais famílias e inclusive dentro do próprio seio parental. A família al-Atrash

---

<sup>98</sup> O termo “Pasha” foi empregado para denominar figuras de elevada estatura social, militar e administrativa, como governadores de províncias e generais. Foi empregado no Levante e no Egito, principalmente, durante os anos de dominação otomana.

<sup>99</sup> Do original: “His elevation from a position in the Druze power structure of *primus inter pares* to that of governor of a separate Druze state, however, gained Salim al-Atrash little more than verbal recognition from other Druze leaders.”

evidencia esta disputa nitidamente, já que o governador e o Sultão provinham do mesmo clã.

O esforço francês para quebrar com a estrutura de poder hierárquico e familiar presente em Jabal al-Druze tendia a encontrar resistência ferrenha. A primeira ocorreu justamente entre as forças colonizadoras e os homens do Sultão Pasha al-Atrash, que decorreu devido ao tratamento e destino empregados a um preso político diante dos olhos franceses e aliado perante a visão do Sultão. O cessar-fogo em 1923 se deu com a rendição do líder local e o estabelecimento de uma trégua.

“Mesmo antes da rendição do sultão al-Atrash, Salim Pasha havia se retirado como governador dos drusos de Jabal, deixando o comandante Trenga, o oficial francês de maior pontuação na época, temporariamente em sua função. Uma razão importante para a renúncia de Salim foi que ele havia sofrido uma perda considerável de influência entre os chefes de Atrash e com o *majlis*. Durante todo o seu governo, Salim al-Atrash havia brigado com o sultão Pasha, bem como com Abd-Ghaffar al-Atrash, o membro mais influente do *majlis* e o principal obstáculo à reforma administrativa francesa aos drusos de Jabal. A morte subsequente de Salim Pasha, em meados de setembro de 1923, levou a uma luta feroz dentro do clã Atrash por sucessão política. O fracasso do clã em concordar com um candidato a governador levou os *majlis* a saírem não apenas do clã Atrash, mas de toda a comunidade drusa, e a nomear o substituto de Trenga em Jabal al-Druze, capitão Gabriel Carbillet, como governador temporário. Então, enquanto as rivalidades de Atrash eram disputadas, *majlis* frustrados, manipulados por Carbillet, romperam completamente com a tradição política drusa e o confirmaram como governador.”<sup>100</sup> (KHOURY, 2016, p. 154-5).

A renúncia de Salim evidencia a força e influência do Sultão Pasha em seu clã, como também na “Montanha Drusa”. Enquanto este é observado como uma liderança administrativa e belicosa, Abd-Ghaffar al-Atrash compunha o grupo do *majlis*, que possui estrutura semelhante a uma assembleia legislativa.

Rogan expressa que nenhuma outra liderança se animou a correr o risco de angariar a antipatia do Sultão (ROGAN, 2017, p. 228), gerando um impasse e a

---

<sup>100</sup> Do original: “Even before Sultan al-Atrash’s surrender, Salim Pasha had retired as governor of the Jabal Druze, leaving Commandant Trenga, the highest-ranking French official at the time, temporarily in charge of his function. One important reason for Salim’s resignation was that he had suffered an appreciable loss of influence among Atrash chieftains and with the *majlis*. Throughout his governorship, Salim al-Atrash had quarreled with Sultan Pasha as well as with Abd-Ghaffar al-Atrash, the most influential member of the *majlis* and the major stumbling block to French administrative reform in the Jabal Druze. Salim Pasha’s subsequent death in mid-September 1923 led to a fierce struggle within the Atrash clan over political succession. The clan’s failure to agree on a candidate for governor led the *majlis* to go outside not only the Atrash clan but the entire Druze community, and to appoint Trenga’s replacement in the Jabal Druze, Captain Gabriel Carbillet, as temporary governor. Then, as Atrash rivalries were played out, a frustrated *majlis*, manipulated by Carbillet, broke with Druze political tradition altogether and confirmed him as governor.”

violação do acordo “Franco-Druso” ao se confirmar definitivamente Gabriel Carbillet como governador do “mini-Estado”. Apesar de sua eleição decorrer da concordância do setor legislativo da localidade, a sua legitimidade foi questionada, principalmente, pois os *majlis* representavam os seus próprios interesses e não a comunidade em sua totalidade, tencionavam romper com a hegemonia dos Lordes Drusos, atrelando suas ações às forças metropolitanas e aproveitando-se de um momento de indecisão e rixa dentro do clã al-Atrash.

O novo dirigente dedicou-se a quebrar as estruturas sociais, políticas e econômicas a séculos estabelecidas em Jabal al-Druze, levando a um descontentamento cada vez mais crescente. A maneira encontrada para dissipar o poder dos Lordes Drusos foi a tentativa de aplicar uma reforma agrária, medida que acarretaria na diminuição do controle político das grandes personalidades locais e na quebra do monopólio sobre a terra.

“Na primavera de 1925, o clã Atrash - deixando temporariamente de lado suas diferenças pessoais - enviou uma delegação a Beirute para reclamar sobre Carbillet ao Alto Comissário Sarrail. Os chefes de Atrash exigiram que um druso fosse nomeado governador, como prometido pelo Tratado Franco-Druso de 1921. Embora Sarrail se recusasse categoricamente a dispensar Carbillet, ele o instruiu a tirar uma licença em meados de maio. Nesse ínterim, o Alto Comissariado nomeou o capitão Antoine Raynaud, que estava estacionado em Jabal al-Druze por algum tempo, como governador provisório. Aparentemente mais em contato com a dinâmica da política drusa do que com Carbillet, Raynaud estabeleceu relações cordiais com o sultão al-Atrash às custas dos *majlis*, que eram compostos principalmente por dignitários drusos menores, que tinham sido o único apoio de Carbillet em Jabal. Perfeitamente ciente da fervilhante insatisfação com o governo de Carbillet, Raynaud relatou a Sarrail no início de junho que uma revolta era provável. Ele também sugeriu que uma maneira de evitar tal distúrbio seria realizar uma investigação em larga escala das alegações dos drusos contra Carbillet, em férias.”<sup>101</sup> (KHOURY, 2016, p. 158).

Apesar da realização da investigação e da constatação de uma insatisfação popular diante das medidas tomadas por Carbillet, o Alto Comissário Sarrail recusou-

---

<sup>101</sup> Do original: In the spring of 1925, the Atrash clan – temporarily laying aside its personal differences – sent a delegation to Beirut to complain about Carbillet to High Commissioner Sarrail. The Atrash chiefs demanded that a Druze be made governor, as promised by the Franco-Druze Treaty of 1921. Although Sarrail categorically refused to dismiss Carbillet, he instructed him to take a leave of absence in mid-May. In the interim, the High Commission appointed Captain Antoine Raynaud, who had been stationed in the Jabal Druze for some time, as provisional governor. Apparently more in touch with the dynamics of Druze politics than Carbillet, Raynaud struck up cordial relations with Sultan al-Atrash at the expense of the *majlis*, which was mainly composed lesser Druze dignitaries who had been Carbillet’s only support in the Jabal. Perfectly aware of the seething dissatisfaction with Carbillet’s rule, Raynaud reported to Sarrail at the beginning of June that a revolt was likely. He also suggested that one way to avoid such a disturbance would be to undertake a full-scale investigation of Druze allegations against the vacationing Carbillet.

se a receber a comitiva advinda de Jabal al-Druze, chegando a prender seus integrantes e enviá-los a Palmira devido a sua constante insistência. (MILLER, 1977, p. 553)

O Sultão Pasha al-Atrash havia permanecido em seu território de origem, já que havia suspeitado de uma possível emboscada. Porém, o ocorrido deu argumentos necessários para o líder arregimentar forças na “Montanha Drusa”, como também representou a situação limítrofe para a iniciação de uma busca intensa por aliados em outras regiões do território sírio. A associação que se apresentava mais promissora era a com os nacionalistas urbanos de Damasco.

### **3.6 A Grande Revolta Síria de 1925**

Desfrutando da anistia dada em 1925, Abd al-Rahman Shahbandar foi liberto da prisão, diante da possibilidade de concorrer à Assembleia Representativa do Estado da Síria, desta forma, estruturou um partido em junho do mesmo ano, denominado de o Partido do Povo, o qual fazia frente ao partido da união síria (que estava sendo patrocinado pelas autoridades francesas).

Na busca por parceiros, as lideranças drusas encontraram-se com Shahbandar para discutir uma ação coordenada, chegando a um acordo onde os Lordes da Montanha iniciariam o embate direto, até mesmo por possuírem maior capacidade bélica e liberdade de locomoção, já que Jabal al-Druze desfrutava de um maior grau de autonomia do que o Estado da Síria. Por sua vez, os nacionalistas de Damasco deveriam expandir a revolta às demais regiões, gerando uma convulsão generalizada (ROGAN, 2017, p. 229).

A investida deu-se a partir de julho de 1925 sob a liderança do Sultão Pasha al-Atrash. A França, desprevenida diante das ações iniciais, tentou evitar uma insurreição de proporções nacionais ao deslocar grande quantidade de contingentes de outros pontos da zona de mandato para Jabal al-Druze; simultaneamente empreendeu prisões e deportações de nacionalistas da região de Damasco, fazendo com que Shahbandar e seus companheiros buscassem refúgio com o Sultão al-Atrash.

“Revoltas primeiro em Hama e depois em Damasco no mês seguinte provocaram rebelião em todo o território sírio. Mas no final de outubro grandes áreas da Síria estavam em plena revolta. Não se tratava de uma revolta que consistia em várias revoltas locais isoladas, mas de uma revolta cujas partes componentes estavam intimamente ligadas. Ao contrário das esperanças francesas, uma ampla frente nacionalista havia sido forjada e com considerável facilidade.”<sup>102</sup> (KHOURY, 2016, p. 164).

Apesar da tentativa de supressão, a sublevação se expandiu para outras localidades, produzindo um levante generalizado. Os revoltosos se uniram na confrontação contra as forças coloniais francesas, fazendo com que diferenças étnicas, religiosas e regionais fossem deixadas de lado em uma ação marcadamente nacionalista.

O segundo ponto de ação ostensiva (depois de Jabal al-Druze) ocorreu na cidade de Hama. O influxo foi comandado por Fawzi al-Qawuqji, um ex-combatente da Batalha de Maysalun e criador do “Partido de Deus” (*Hizb Allah*), com forte capacidade de comoção popular devido a sua orientação religiosa.

Após contatos estabelecidos entre o Sultão druso e al-Qawuqji, no dia 4 de outubro foi lançado o ataque sobre a cidade de Hama, no entanto, em três dias as forças francesas haviam retomado a cidade, fazendo o movimento partir para outras localidades; e espalhando-se para os arredores da capital Damasco.

“Em 18 de outubro, a insurgência havia chegado à capital síria, onde homens e mulheres se uniam à resistência. Os homens que lutaram dependiam de suas esposas e irmãs para contrabandear alimentos e armas para eles em seus esconderijos. Sob o olhar atento de um soldado francês, uma esposa de Damasco carregava comida e armas para o marido fugitivo e seus amigos rebeldes.”<sup>103</sup> (ROGAN, 2017, p. 231).

A revolta em Damasco, local do movimento nacionalista urbano mais bem organizado, contou com amplo apoio populacional, existindo um esforço civil para abastecer e dar condições para que a luta contra as forças coloniais persistisse. Ao mesmo tempo, a cidade era o território onde a França mantinha maior rigor e repressão; a derrota europeia na capital traria grande repercussão e ânimo para os

---

<sup>102</sup> Do original: Uprisings first in Hama and then in Damascus in the following month ignited rebellion throughout Syrian territory. But the end of October large areas of Syria were in full revolt. It was not a revolt consisting of several isolated local uprisings, but rather one whose component parts were intimately linked. Contrary to French hopes, a broad nationalist front had been forged and with considerable ease.

<sup>103</sup> Do original: “By October 18, the insurgency had reached the Syrian capital, where men and women alike joined the resistance. The men who fought were reliant on their wives and sisters to smuggle food and arms to them in their hiding places. Beneath the watchful gaze of a French soldier, one Damascene wife carried food and weapons to her fugitive husband and his rebel friends.”

setores insurgentes em toda a extensão do mandato. Desta forma, os franceses se utilizaram de armamentos pesados, como metralhadoras e bombardeios aéreos, para vencerem definitivamente a batalha pela cidade.

As munições jogadas pelos aviões causaram impacto na população, destruindo diversas casas e levando ao óbito, tanto de revoltosos como também de civis que não se encontravam envolvidos diretamente no confronto; o sofrimento vivido pela população fez com que os beligerantes se retirassem de Damasco.

Em maio de 1926 o comando francês realocou diversas tropas que estavam servindo no Marrocos; e um ano depois a revolta generalizada que havia tomado o território sírio havia sido suprimida, conduzindo o Sultão Pasha al-Atrash e o Dr. Shahbandar e depois al-Qawuqji a buscarem exílio na Transjordânia.

Os objetivos da liderança drusa podem ter sido antigos e familiares - a retenção ou restauração de seu poder em Jabal - mas as táticas que adotaram eram claramente novas. Os líderes drusos tinham uma visão mais ampla das realidades políticas do que os historiadores haviam reconhecido anteriormente. Eles buscaram ativamente alianças além de Jabal que atravessam linhas regionais, de classe e religiosas e que, no processo, ajudaram a dar aos movimentos políticos na Síria maior amplitude e força.<sup>104</sup> (KHOURY, 2016, p. 167).

Apesar da luta em Jabal al-Druze expressar o descontentamento contra as forças francesas, diante de sua ingerência sobre estruturas e os arranjos políticos, econômicos e sociais havia séculos existentes; sua aproximação e coordenação com grupos de outras localidades do território sírio exteriorizaram o anseio compartilhado em superarem a dominação a que estavam sujeitos, dando novos vislumbres de uma possível ação conjunta, deixando de lado questões étnicas, regionais e religiosas, por um objetivo maior e comum.

### 3.7 Cooperação Honrosa

---

<sup>104</sup> Do original: "The Druze leadership's objectives may have been old and familiar - the retention or restoration of its power in the Jabal - but the tactics they adopted were clearly new. Druze leaders had a wider vision of political realities than historians have previously acknowledged. They actively sought alliances beyond the Jabal that cut across regional, class, and religious lines and that, in the process, helped to give political movements in Syria greater breadth and force."

O período denominado de “Cooperação Honrosa”, tanto por Rogan como Khoury, compreende o recorte de 1928 a 1933 e ficou marcado pela tentativa de maior diálogo entre o principal grupo político do momento, o “Bloco Nacional”, e o mandato francês.

O Bloco Nacional foi uma coalização composta por diferentes partidos que ambicionavam a dominação da política nacional, como a conquista da independência. Seus integrantes provinham de grandes famílias detentoras de terras, com prestígio social e econômico. O meio de reivindicação deveria ser primordialmente o diálogo entre as partes envolvidas.

“A própria existência do Bloco era baseada na luta contra a ocupação estrangeira, e os líderes da organização raramente procuravam contato ativo com as massas. O raciocínio deles era que a libertação da Síria da França tinha que vir antes que a economia e a sociedade pudessem ser reestruturadas. O ‘nacionalismo dos *paxás*’ nunca chegou a incluir problemas de desenvolvimento social e econômico interno, que eles consideravam contrários aos seus próprios interesses”.<sup>105</sup> (KHOURY, 2016, p. 264).

A organização não tinha interesse em satisfazer os apelos oriundos das massas sírias, era um grupo elitista que pretendia manter a posição de que dispunha na sociedade; a independência possibilitaria evitar a mudança das conjunturas políticas, sociais e econômicas, como também expandir suas influências.

Em 1928 foi realizada a eleição de uma Assembleia Constituinte. Esta desafiou os interesses coloniais franceses ao compor um documento que previa em seu texto a organização de um exército próprio, observando a Síria como uma localidade indivisível composta pelos territórios denominados no momento de Líbano, Síria, Transjordânia e Palestina. O escrito ainda dotava a figura presidencial de plenos poderes, como o de firmar tratados, promulgar lei marcial, anistiar e receber embaixadores. (KHOURY, 2016, p. 340). A França recusou o papel e após uma série de tentativas que não lograram nenhum avanço significativo, optaram pela suspensão da Assembleia Constituinte.

---

<sup>105</sup> Do original: “The Bloc’s very existence was predicated on struggle against foreign occupation, and the organization’s leaders rarely looked to active contact with the masses. Their reasoning was that the liberation of Syria from France had to come before the economy and society could be restructured. The ‘nationalism of the pashas’ never stretched so far as to include problems of internal social and economic development, which they perceived to be inimical to their own interests.”

Após diversas pressões sociais, políticas e econômicas<sup>106</sup>, o Alto Comissário do Levante, Henri Ponsot, aprovou em 1930 a Constituição Síria (contendo suas pontuações “polêmicas”); no entanto, adicionou uma nova cláusula que continuava a atrelar a região ao sistema de mandatos francês, impedindo o avanço em direção à independência e à soberania nacional.

A constância inalterada da realidade síria diante da opressão e o mando estrangeiro não geraram uma positividade ante o novo documento. Aliás, somou-se maior negatividade popular após o estabelecimento do Tratado Anglo-Iraquiano do mesmo ano, já que este detinha em um dos seus pontos principais o apoio britânico para a entrada do Reino do Iraque na Liga das Nações como um Estado independente, o que verdadeiramente ocorreu em 1932.

“O primeiro tratado que os franceses ofereceram, em novembro de 1933, ficou muito aquém da concessão da independência e foi rejeitado pelas Câmaras da Síria. A cooperação honrosa começou a dar lugar à resistência sistemática, culminando em uma greve geral de cinquenta dias convocada por nacionalistas sírios no início de 1936”<sup>107</sup>. (ROGAN, 2017, p. 240).

A França tentou estabelecer um documento em 1933, porém este continuava por perpetuar a dominação colonial no território sírio, ao mesmo tempo que não sedia aos pedidos nacionalistas pela unificação da localidade, que continuava segmentada em administrações autônomas. O desacordo deu fim às tentativas de uma negociação pacífica e permissiva, como a advogada pela “Cooperação Honrosa” (que obteve poucos resultados positivos na busca pela independência), dando lugar a uma nova onda de protestos e ações mais incisivas.

### **3.8 Vislumbres de um Novo Dissenso**

A entrada de Léon Blum (abertamente socialista) no cargo de primeiro-ministro francês em junho de 1936 reacendeu as esperanças dos nacionalistas sírios. O líder europeu prontamente abriu e firmou um projeto com o maior grupo político do país, o

---

<sup>106</sup>

<sup>107</sup> Do Original: “The first treaty the French offered, in November 1933, fell far short of granting independence and was rejected by the Syrian Chambers. Honorable cooperation began to give way to systematic resistance, culminating in a fifty-day general strike called by Syrian nationalists at the start of 1936.”

Bloco Nacional; faltavam apenas as ratificações de ambos os poderes legislativos para sua implementação. (ROGAN, 2017, p. 240).

“O Tratado Sírio previa ‘paz’, ‘amizade’ e ‘aliança’ entre a França e a Síria. Deveria começar assim que a Síria fosse aceita na Liga das Nações e duraria 25 anos. Além dos principais artigos do tratado, que apenas formalizavam as diretrizes gerais das relações franco-sírias e nunca estavam realmente em disputa, havia vários documentos em anexo definindo a posição militar da França na Síria, seus direitos e obrigações e as relações do estado sírio com os drusos, alauítas e outras minorias, e com o Líbano.”<sup>108</sup> (KHOURY, 2016, p. 467).

O Tratado Franco-Sírio previa a união de Jabal al-Druze e das “Montanhas Alauítas” ao Estado da Síria, fazendo com que a França adicionasse cláusulas que previam a proteção das minorias étnico-religiosas, assim como a manutenção de certo grau de autonomia de ambas as localidades. Em relação aos aspectos militares, a nação europeia manteria bases na região por tempo determinado, como também prestaria auxílio em caso de ações estrangeiras contra a soberania nacional. Além disso, os sírios não necessitariam pagar pelos investimentos francês despendidos nos anos anteriores.

O Acordo foi aprovado unanimemente pelos parlamentares sírios, porém teve sua votação protelada e o documento recusado em 1937, mesmo ano da renúncia de Léon Blum ao cargo – não por acaso -, já que vinha sofrendo diversas críticas de diferentes setores políticos de seu país.

“O partido colonial naturalmente ficou satisfeito com a mudança política para a direita, que ocorreu com a formação de um novo governo francês em 1937, liderado pelo socialista radical Edouard Daladier e, em particular, por seu compromisso com o império. Os socialistas radicais juraram ‘defender o império colonial ameaçado [da França], a segurança do território francês [e] as comunicações francesas no Mediterrâneo’. O novo Ministro das Relações Exteriores da França explicou ao Alto Comissário Martel em setembro de 1937 que, enquanto o Parlamento continuasse questionando a boa vontade e a sinceridade do governo sírio, o tratado nunca seria ratificado.”<sup>109</sup> (KHOURY, 2016, p. 486).

---

<sup>108</sup> Do original: “The Syrian Treaty provided for “peace,” “friendship,” and “alliance” between France and Syria. It was to commence as soon as Syria was accepted into the League of Nations and was to last for 25 years. Apart from the treaty’s main articles, which merely formalized the general guidelines of Franco-Syrian relations and were never really in dispute, there were a number of attached documents defining France’s military position in Syria, her rights and obligations, and the Syrian state’s relations with the Druzes, Alawites, and other minorities, and with Lebanon.”

<sup>109</sup> Do original: “The colonial party naturally was pleased by the political shift to the right that occurred with the formation of a new French government in 1937 headed by the Radical Socialist, Edouard Daladier, and, in particular, by its commitment to the empire. The Radical Socialists vowed to ‘defend [France’s] menaced colonial empire, the security of French territory [and] French communications in the Mediterranean.’ The new French Foreign Minister explained to High Commissioner Martel in September

Philip Khoury expressa como parte dos movimentos socialistas franceses apresentavam fortes aspectos nacionalistas e imperialistas, pois se associaram aos interesses coloniais, agindo para perpetuar seu império mundial e impedir a independência em termos palatáveis para qualquer nação que desejasse usufruir de sua soberania.

Desta forma, a constatação de Aflaq e al-Bitar sobre o socialismo europeu ocidental apresentada por Abu Jaber se torna mais notória e compreensível. “Tanto ele como Aflaq tinham certeza de que era inútil esperar a simpatia por sua causa vinda da França, independentemente de quem estivesse no poder ali. Isso os convenceu da ‘natureza imperialista’ do socialismo da Europa Ocidental”<sup>110</sup> (ABU JABER, 1966, p. 12).

Novas tentativas foram empreendidas para o estabelecimento de um tratado entre as localidades, porém foram recusadas pelos europeus quando a guerra já se mostrava no horizonte em 1939. No mesmo ano, a França cedeu a região de Alexandretta e Antióquia (Hatay) para que a Turquia se mantivesse neutra durante as confrontações, ação que já mostrava seus indícios um ano antes com o estabelecimento da independência da localidade, nomeada de “República do Hatay”. Os sírios não se mantiveram alheios à situação e iniciaram protestos contra a decisão unilateral francesa. Em resposta houve forte repressão, suspensão da Constituição e fechamento do parlamento. (ROGAN, 2017, p. 241).

### 3.9 O Confronto Externo e a Luta Interna

A Síria e o Líbano não se envolveram diretamente na Segunda Guerra Mundial, desta forma, não existiram confrontações entre as tropas do Eixo e dos Aliados em seus territórios, porém a região era estratégica para o domínio do Norte da África,

---

1937 that as long as Parliament continued to question the goodwill and sincerity of the Syrian government, the treaty would never be ratified.”

<sup>110</sup> Do original: “Both he and Aflaq were certain that it was futile to hope for sympathy for their cause from France, regardless of who was in power there. This convinced them of the ‘imperialist nature’ of Western European socialism.”

como também para o enfraquecimento e o esfacelamento dos impérios britânicos e franceses.

Em 1940 parte do território francês havia sido ocupado pelas tropas alemãs criando um governo subserviente às forças nazistas, denominado de “Regime de Vichy”. Como medida, o novo governo escalou Henri Dentz para o cargo de Alto Comissário no Levante, acarretando a entrada de uma maior quantidade de propaganda pró-Eixo na localidade.

Diante da oposição de forças, as lideranças do Bloco Nacional divergiram sobre suas ações; uma ala aproximou-se dos políticos franceses associados a Vichy. Estes observavam no avanço do Eixo sobre a Europa e o Norte da África uma maior possibilidade de conquista da independência nacional; enquanto isso, outros defendiam o estreitamento dos laços com os britânicos. (KHOURY, 2016, p. 590).

“Quando o Comissário Dentz ofereceu à Alemanha o uso das bases aéreas da Síria em maio de 1941, a Grã-Bretanha rapidamente interveio. Unidos com as Forças Francesas Livres anti-Vichy, chefiadas pelo general Charles de Gaulle, os britânicos ocuparam a Síria e o Líbano em junho-julho de 1941”<sup>111</sup> (ROGAN, 2017, p. 241).

A definição da Grã-Bretanha e da França no mesmo grupo durante a Segunda Guerra Mundial não suprimiu suas diferenças e atritos. As forças da França Livre mostravam-se profundamente receosas diante da presença de seus rivais históricos em suas zonas de mandato. Ao mesmo tempo, para acalmar os ânimos nacionalistas, esta prometeu completa independência à Síria e ao Líbano, compromisso que não cativou demasiadamente os grupos nacionalistas locais, principalmente, pois sua realização estava associada ao estabelecimento de um novo Tratado Franco-Sírio. Por sua vez, a medida mais bem vista pela população foi a integração de Jabal al-Druze e da Latakia ao Governo Sírio em 1942.

Existia uma incongruência no cenário. Como a Síria alcançaria a independência se suas liberdades políticas foram cassadas? Tentando expressar o seu interesse pelo cumprimento da promessa, a França convocou eleições para julho de 1943. O Bloco Nacional se sagrou o grande vencedor do processo eleitoral, elevando à

---

<sup>111</sup> Do original: “When Commissioner Dentz offered Germany the use of Syria airbases in May 1941, Britain was quick to intervene. United with the anti-Vicky Free French forces, headed by General Charles de Gaulle, the British occupied Syria and Lebanon in June-July 1941.”

presidência um de seus líderes mais proeminentes, Shukri al-Quwatli, oriundo de uma família abastarda de Damasco e proprietária de terras.

A França não almejava uma independência completa para as nações do Levante, temia perder sua influência na região; desta forma, relutava a entregar as tropas para o poder administrativo local, acarretando no inevitável desacordo constante. Como forma de ação, al-Quwatli (Presidente sírio) e al-Khoury (Presidente libanês) trabalharam coordenadamente para pressionar os franceses, como também para captar apoio internacional – advindo de países árabes, como o Egito, e potências globais, como os EUA e a URSS. (KHOURY, 2016, p. 614).

“Grandes manifestações anti-francesas foram realizadas no inverno de 1944 e na primavera de 1945. Quando a França anunciou que não abriria mão do controle do exército nacional da Síria, até que o governo da Síria assinasse um tratado, os governos da Síria e do Líbano recusaram negociações adicionais.”<sup>112</sup> (ROGAN, 2017, p. 244).

A Síria e o Líbano aproveitaram da “vantagem” que possuíam para exigirem suas demandas; esta “vantagem” se dava por diferentes fatores: pelas promessas francesas pela independência, pelo apoio internacional (tanto regional, como global), pela existência de manifestações populares e por possuírem governos legitimamente eleitos em condições democráticas. Recuar e aceitar as exigências imperialistas levaria o governo a consentir com a manutenção do sistema de mandato.

As revoltas persistiram e se acentuam ao longo de 1945; em resposta, a França agiu com forte ação bélica para suprimir contundentemente as movimentações. Damasco foi intensamente bombardeada, tendo como principais alvos suas construções administrativas.

“A Grã-Bretanha não podia mais ficar ociosa com as ações francesas que tinham o potencial de perturbar a política árabe geral da Grã-Bretanha. Portanto, o governo britânico interveio pela segunda vez em 18 meses, ordenando que as tropas francesas voltassem ao seu quartel. Os britânicos assumiram brevemente o controle militar até que o governo sírio pudesse retomar suas funções normais. Protestos da Liga Árabe, da qual a Síria havia sido um membro fundador dois meses antes, e da reunião da delegação síria na abertura das Nações Unidas em São Francisco, reverberaram por todo o Levante. As críticas internacionais à França também foram altas. Os sentimentos anti-franceses atingiram o nível mais alto de intensidade já conhecido na Síria. O ódio tomou conta dos corações do povo sírio e

---

<sup>112</sup> Do original: “Large anti-French demonstration were held in the winter of 1944 and spring of 1945. When France announced it would not surrender control over the Syria national army until the government of Syria had signed a treaty, the governments of Syria and Lebanon refused further negotiations.”

praticamente não houve contato entre autoridades francesas e líderes sírios por semanas.”<sup>113</sup> (KHOURY, 2016, p. 617).

O *modus operandi* francês para salvaguardar militarmente sua posição no Levante acabou por derrubá-la. A Grã-Bretanha não podia correr o risco de ter sua influência regional apequenada como a de seu rival histórico, as críticas internacionais se somavam e a causa sírio e libanesa ganhava mais envergadura e apoio.

Regionalmente, os países se organizavam e articulavam. A Liga Árabe foi oficialmente fundada em 22 de março de 1945, com seu documento ratificado pelo presidente sírio, conjuntamente com outros demais seis estadistas representando seus respectivos governos<sup>114</sup>. O 1º Artigo é relativo aos membros da organização e os possíveis ingressantes, sendo composta por países independentes<sup>115</sup>. Desta forma, já que a Síria é um integrante fundador, esta nação é observada como independente pelas demais. Ao mesmo tempo, no 2º Artigo do documento apela-se a ações conjuntas e coordenadas para resguardarem a soberania e a independência de todos os participantes<sup>116</sup>.

A manutenção do Mandato francês na Síria e no Líbano era insustentável e em julho de 1945 houve a concordância em transferir as tropas nacionais para o controle administrativo de ambos os Estados levantinos. A entrada dos países como membros fundadores da Organização das Nações Unidas (ONU) representou o reconhecimento internacional de sua independência, configurada fisicamente em 1946 com a retirada das últimas tropas francesas da região. (ROGAN, 2017, p. 246).

---

<sup>113</sup> Do original: “Britain could no longer stand idly by French actions had the potential to upset Britain's overall Arab policy. Therefore, the British government intervened for the second time in 18 months, by ordering French troops back to their barracks. The British briefly assumed military control until the Syrian government could resume its normal functions. Protests from the Arab League, of which Syria had been a founding member two months earlier, and from the Syrian delegation meeting at the opening of the United Nations in San Francisco, reverberated throughout the Levant. International criticism of France was also loud. Anti-French feelings reached the highest level of intensity ever known in Syria. Hatred raged in the hearts of the Syrian people and there was virtually no contact between French officials and Syrian leaders for weeks.”

<sup>114</sup> Os membros fundadores da Liga Árabe são: Egito, Síria, Líbano, Transjordânia, Iraque, Iêmen e Arábia Saudita.

<sup>115</sup> Documento completo está disponível em: < [https://avalon.law.yale.edu/20th\\_century/arableag.asp](https://avalon.law.yale.edu/20th_century/arableag.asp)>. Acessado em: 20/03/2020.

<sup>116</sup> Idem.

### 3.10 Novos pensamentos

A conquista da Independência nacional não expressava necessariamente uma mudança significativa na estrutura social do país. Os setores administrativos estavam ocupados pelo Bloco Nacional, coligação composta por indivíduos de famílias detentoras de terras e proeminência em cidades como Damasco, Homs e Aleppo. Há uma verdadeira e genuína busca pela autodeterminação e pela soberania síria, porém isto não se refletiu em um programa que tinha como principal objetivo assistir os setores menos favorecidos e promover políticas públicas que tentassem diminuir a desigualdade existente.

A oposição a este grupo e sua política de preservação do *status quo* mesclaram elementos religiosos, nacionalistas e de justiça social; como exemplo do Partido Comunista, do braço sírio da Irmandade Muçulmana (que nasce no Egito, fundada por Hasan al-Banna) e do Partido Baath. (HOURANI, 2006, p. 527-8).

Albert Hourani aponta que dois movimentos conseguiram se utilizar destes elementos com certa primazia; um personificado pelo líder egípcio Gamal Abdel Nasser (abordado no primeiro capítulo desta dissertação); e outro pelo Partido Baath.

Os indivíduos que compunham a organização foram profundamente influenciados pelos eventos ocorridos desde 1915; tendo crescido em ambientes de familiares nacionalistas, a imersão no cotidiano das reivindicações independentistas e na luta contra as forças francesas. Porém, sua atuação política mostrou-se com maior proeminência a partir de 1943, onde estabeleceram ações mais sistemáticas contra o mandato francês ao propagarem panfletos e escritos denunciando a opressão vigente. Chegaram até mesmo a apoiar o Presidente Shukri al-Quwatli e o seu gabinete após as eleições do mesmo ano, pois acreditavam na coordenação de esforços contra um inimigo mais proeminente e agressivo em busca da real independência e soberania nacional. (ABU JABER, 1966, p. 24).

O Baath trazia seu objetivo exposto em seu nome, tencionava fazer “renascer” a “comunidade árabe”. Este propósito só poderia ser atingido através de um processo de retroalimentação entre o *slogan* Baathista: “Unidade, Liberdade e Socialismo” e o conceito de *Inqilab* defendido por Aflaq – que imbricava em uma transformação

estrutural no espírito e no pensamento de cada indivíduo para revolucionar a sociedade.

O *Inqilab*, por sua vez, está condicionado a: “(1) consciência das realidades históricas e contemporâneas que exigiam uma transformação drástica; (2) um sentimento de responsabilidade enraizado em uma forte base moral; e (3) uma crença genuína na viabilidade, no estágio existente da história árabe (...).”<sup>117</sup> (KAYLANI, 1972, p. 5).

A retroalimentação ocorre, pois Aflaq determina que, para alcançar a unidade, a liberdade e o socialismo, a sociedade deveria ter alcançado a consciência histórica, a responsabilidade depositada em uma base moral e a confiança de sua praticabilidade; ao mesmo tempo que coloca que os três conceitos do slogan são fundamentais para a conquista do *Inqilab*. Obviamente o processo estaria a cargo dos indivíduos pertencentes ao Baath.

Tanto Nabil Kaylani como Robert Olson apontam para este paradoxo, que evidencia translucidamente a dificuldade desta ideologia alcançar as massas e ser inicialmente destinada a ganhar corpo nos redutos intelectuais.

### 3.11 O Nacionalismo Árabe

Albert Hourani, em sua obra *Uma história dos povos árabes*<sup>118</sup>, utiliza-se da expressão “Nacionalismo Popular” para evidenciar um conceito que permeou os países árabes durante as décadas de 1950 e 1960; desta forma, foi utilizado por diferentes grupos em diferentes países e com diferentes abordagens. O conceito possuía três elementos fundamentais e com grande capacidade de apelo à população: o não-alinhamento, a unidade árabe (nacionalismo árabe) e o socialismo (socialismo árabe) (HOURANI, 2006, p. 524-5).

---

<sup>117</sup> Do original: “(1) Awareness of the historical and contemporary realities which called for drastic transformation; (2) a feeling of responsibility rooted in a strong moral base; and (3) a genuine belief in the feasibility, at the existing stage of Arab history, (...).”

<sup>118</sup> HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

O Islã não foi abandonado completamente, ainda era um componente dentro do nacionalismo popular, uma linguagem poderosa diante das massas, sendo utilizado pelo Baath como um elemento que exportasse suas experiências a um nacionalismo árabe secular.

“Só há uma nação árabe, com direito a viver num único Estado unido. Foi formada por uma grande experiência histórica, a criação pelo Profeta da religião do Islã e da sociedade que a encarnou. Essa experiência pertencia não só aos muçulmanos árabes, mas a todos os árabes que se haviam apropriado dela como sua, e encarnavam-se como a base de sua pretensão a uma missão especial no mundo e a um direito de independência e unidade. Eles só podiam conseguir esse objetivo através de uma dupla transformação: primeiro do intelecto e da alma – uma apropriação da ideia da nação árabe através da compreensão e do amor – e depois do sistema político e social.” (HOURANI, 2006, p. 528-9).

A experiência proporcionada pelo advento do Islã não se limitou aos muçulmanos, mas apresentou-se a todos aqueles que entraram em contato sistêmico com suas ideias. Essa influência estava inserida na cultura local, como na utilização da língua, do calendário, a convivência constante com as rezas da sexta-feira e o Ramadã. Desta forma, a composição do senso de comunidade entre os muçulmanos (*umma*) era o exemplo empírico para a formação de um “corpo social árabe” que se refletiria em um Estado árabe unido, independente e soberano.

“O Islã, em certo sentido, terminou como uma influência moral e unificadora entre os árabes quando se espalhou para além dos não-árabes pálicos e intelectuais. Aflaq reconhece o Islã como um elemento do nacionalismo árabe, mas com a condição de que deve se subordinar ao movimento nacionalista secular. Em outras palavras, o nacionalismo árabe substituiu o Islã como a força motriz do povo árabe.”<sup>119</sup> (TORREY, 1969, p. 450).

Já para Zeine N. Zeine,

“O nacionalismo passou por várias mudanças de significado ao longo de sua evolução em vários estados. Mas se levarmos em consideração, basicamente, os elementos raciais, culturais e espirituais do nacionalismo, descobriremos que o nacionalismo árabe é um dos mais antigos nacionalismos do mundo. O verdadeiro nascimento do nacionalismo árabe ocorreu com a ascensão do Islã ... O que os árabes educados e esclarecidos estavam acordando [na virada do século] não foi para a consciência árabe, que nunca "dormiu", mas para uma vida política independente (ZEINE, 1958, p. 133)<sup>120</sup>

<sup>119</sup> Do original: “Islam in a sense, ended as a moral and unifying influence among the Arabs when it spread beyond the pale and intellectual non-Arabs. Aflaq recognizes Islam as an element in Arab nationalism, but on condition that it must subordinate itself to the secular nationalist movement. In other words, Arab nationalism has replaced Islam as the driving force of the Arab people.”

<sup>120</sup> Do original: “Nationalism has undergone several changes in meaning during the course of its evolution in various states. But if we take into consideration, basically, the racial, cultural and spiritual

O islamismo possui uma grande capacidade de arregimentação; assim como muitas outras religiões, a sua influência não poderia ser simplesmente abandonada ou subestimada, porém a sua utilização ocorreu para ressaltar e agir em direção a uma laicização.

A unidade árabe defendida pelo Baath acreditava na formação de um único Estado, que não poderia ser concebido através de guerras ou denominações, mas de um verdadeiro entendimento e de um pacto que levassem todos a se congregarem em um Estado, tanto espiritual como nacional (KAYLANI, 1972, p. 6).

As limitações do governo de al-Quwatli em seguir uma política propriamente “nacionalista árabe” – que previa a união com demais regiões – e seu comprometimento em preservar o *status quo* e o mando das classes tradicionais sírias fizeram que o Baath migrasse para a oposição já em 1946 com a independência.

“Antes de 1948, os tradicionalistas, apesar de suas omissões e comissões, possuíam supremacia e gozavam de considerável popularidade. Depois de 1948, subitamente se viram frente a frente com algo equivalente a uma falência política. Na Síria, mais do que qualquer outro país do Oriente Médio Árabe, 1948 marcou um divisor de águas; desagradou os conservadores liberais pró-Occidentais e ativou um movimento esquerdista como uma alternativa viável.”<sup>121</sup> (KAYLANI, 1972, p. 10).

Apesar das críticas ao governo tradicionalista de Shukri al-Quwatli, este ainda permaneceu com certa popularidade e credibilidade, que se findou com a veemente e traumática derrota para as tropas israelenses.

A guerra Árabe-Israelense que se iniciou em 1948 marcou o confronto entre os exércitos israelenses e as forças combatentes enviadas pela Trans-Jordânia, Líbano, Egito, Iraque e Síria. A comunhão dos Estados poderia representar os primeiros passos para uma união mais sistemática e concreta, onde as fronteiras impostas pelas

---

elements of nationalism, we find that Arab nationalism is one of the oldest nationalisms in the world. The true birth of Arab nationalism took place with the rise of Islam... What the educated and enlightened Arabs were waking up to [at the turn of the century] was not to Arab consciousness, which had never “slept” but to an independent political life”.

<sup>121</sup> Do original: “Before 1948 the traditionalists, despite their omissions and commissions, wielded supremacy and enjoyed considerable popularity. After 1948 they suddenly found themselves face to face with something tantamount to political bankruptcy. In Syria, more than any other country in the Arab Middle East, 1948 marked a watershed; it disgraced the pro-western liberal-conservatives, and activated a leftist movement as a feasible alternative.”

opressões estrangeiras seriam superadas pela derrota de um inimigo comum, somadas à libertação da Palestina.

O Baath atuou ativamente no confronto, tanto em combate, enviando voluntários e integrantes do Partido (como Aflaq e al-Bitar); assim como no angariamento de fundos e armamentos para os soldados.

A realidade foi cruel ao evidenciar que não havia uma união diante um objetivo (libertação da Palestina), mas diferentes interesses que envolviam a expansão territorial, o ônus pessoal da conquista, desconfiança e competição; resultando em descompasso na tentativa de dificultar as ações dos aliados e, por fim, na derrota trágica.

“O regime de Quwatli, tendo concordado em negociar o armistício, estava sentindo os tremores da derrota na Palestina. Houve manifestações em Latakia, e o exército estava de mau humor e rebelde. Em vez de pisar cautelosamente, o governo envolveu ainda mais a situação anunciando injustamente um corte no orçamento da defesa - um movimento não muito sutil para deixar o exército assumir a responsabilidade pelo fiasco palestino. A resposta dos militares foi rápida e conclusiva. Em 30 de março de 1949, o coronel Husni al-Za'im, em um golpe de Estado rápido e sem sangue, tomou o poder e derrubou Quwatli. A ação de Za'im não foi inspirada por um conflito na ideologia nem acionada por qualquer tipo de luta de classes. Os reformadores militares estavam interessados simplesmente em uma operação de limpeza doméstica que fortaleceria o estado sírio e colocaria um fim à corrupção do regime deposto.”<sup>122</sup> (KAYLANI, 1972, p. 11).

O golpe de Estado sofrido por al-Quwatli e perpetrado pelos militares, resultando na ascensão de Husni al-Zaim, expressou a descrença popular diante da classe política tradicionalista, ao mesmo tempo que inseriu os militares como instrumentos e protagonistas na ação política da Síria independente. Apesar da nova liderança não expressar uma mudança significativa nos quadros sociais da nação, o novo líder teve sua ação apoiada pelo Baath e chegou a acenar para medidas que diminuíssem o custo da vida no país, assim como a reformulação do exército e a independência feminina.

---

<sup>122</sup> Do original: “The Quwatli regime, having agreed to armistice negotiations, was feeling the tremors of the defeat in Palestine. There were demonstrations in Latakia, and the army was in a sullen and rebellious mood. Instead of treading warily, the government further embroiled the situation by injudiciously announcing a cut in the defence budget-a none too subtle move to let the army shoulder the responsibility for the Palestinian fiasco. The response of the military was prompt and conclusive. On 30 March 1949, Colonel Husni al-Za'im, in a swift and bloodless *coup d'etat*, seized power and toppled Quwatli. Za'im's action was neither inspired by a conflict in ideology nor actuated by any kind of class struggle. The military reformers were interested simply in a house-cleaning operation that would strengthen the Syrian state and put an end to the corruption of the ousted regime.”

No entanto, rapidamente perdeu o apoio partidário (inclusive o do Baath) ao tentar promulgar uma nova constituição que seria redigida por funcionários públicos. Assim, não haveria um debate amplo acerca do documento, mas algo plenamente imposto verticalmente.

O *coup d'état* gerou um efeito oposto aos interesses dos reformistas militares que tencionavam fortalecer o Estado. Na realidade, acabou por enfraquecer o regime democrático e empoderar personalidades que tivessem a capacidade de arregimentação política e de recursos.

Husni al-Zaim atuou para silenciar as críticas e perpetuar sua figura no poder ao pretender banir todos os partidos, porém em um segundo Golpe de Estado ainda em agosto de 1949, o militar foi derrubado e executado conjuntamente com seu primeiro-ministro pelo coronel Sami al-Hinnawi, que prontamente convocou uma coalizão governamental encabeçada por Hashim al-Atassi como Primeiro-ministro. O grupo contou com indivíduos de diferentes partidos como Michel 'Aflaq do Baath, que assumiu o ministério da educação, porém foi o Partido do Povo que dominou o gabinete.

A principal função da coalizão era a de organizar novas eleições para dar continuidade ao sistema democrático nacional, como também a de gerir o país até a posse dos eleitos. O Coronel al-Hinnawi não abandonou o cenário político e foi nomeado Chefe de Gabinete do Exército Sírio por al-Atassi. Ambos empreenderam esforços para uma inicial união entre a Síria e o Iraque, fortemente defendida e advogada pelo Partido do Povo, vislumbrando a criação de um futuro Estado Árabe do Crescente Fértil (Síria, Iraque, Transjordânia, Líbano e Iraque).

O Partido do Povo conquistou a maior quantidade de assentos no parlamento - 43 de 114 (MUFTI, 1996, p. 52) –, diferentemente do Baath, que obteve apenas 3 assentos; 'Aflaq não estava entre os nomes vitoriosos, fator que o fez resignar do cargo de ministro da educação, já que observou o processo eleitoral como fraudulento. Hashim al-Atassi deixou o cargo de Primeiro-Ministro e assumiu a Presidência do país, já que fora escolhido pelos parlamentares para exercer tal função. (MOUBAYED, 2006, p. 57).

O Baath migrou para a oposição e mostrou-se contra a união entre a Síria e o Iraque. Esta informação pode parecer paradoxal, devido ao nacionalismo árabe defendido pelo partido, porém o panorama apresentado não representava propriamente a crença de unidade defendida pelo grupo.

“Representantes da antiga ordem, como Rushdi al-Kikhia e Sabri al-'Asali, esperavam que uma associação com o Iraque neutralizasse a ameaça militar ao seu domínio contínuo. Por essa razão, Hawrani e os membros do Baath denunciaram o plano de unidade como uma conspiração imperialista”<sup>123</sup> (MUFTI, Malik. 1996, p. 52-3). Al-Kikhia fora um dos fundadores do Partido do Povo, enquanto al-'Asali pertencia ao Bloco Nacional, com forte associação ao presidente deposto Shukri al-Quwatli; ambos representavam o tradicionalismo que tentava voltar ao comando. Assim, era uma associação subserviente que atrelaria a Síria à monarquia Hachemita iraquiana (ameaçando seu *status* republicano) e seu principal parceiro comercial, a Grã-Bretanha (por mais que o Reino iraquiano tentasse maior autonomia com a união).

O unionismo do Partido do Povo tencionava o retorno de um sistema que favorecia as famílias dos grandes proprietários. Dentro da ideologia Baathista a união não levaria a uma transformação no espírito e no pensamento dos árabes (*Inqilab*), mas ao fortalecimento da elite, preservando o *status quo* que o Baath pretendia destruir. Desta forma, o apoio inicial do Partido Baath às medidas pró-união ao Iraque mostra-se mais estranho do que sua repulsa e denúncia.

Em dezembro de 1949 um novo Golpe de Estado foi perpetrado, derrubando o então Chefe de Gabinete do Exército Sírio, Sami al-Hinnawi, porém preservando al-Atassi na Presidência da República. O ato foi realizado pelo Coronel Adib al-Shishakli e com o apoio de Akram al-Hawrani, líder do Partido da Juventude (*Hizb al-Shabab*); estes tencionavam enfraquecer as influências Hachemitas no território sírio, evitando a união.

Entre os anos de 1949 e 1951 o militar manteve-se atuante atrás dos governos oficiais, porém permanecia como a figura detentora do poder. Durante o período ocorreram seis mudanças no cargo de Primeiro-Ministro, al-Shishakli impôs para o

---

<sup>123</sup> Do original: “Representatives of the old order such as Rushdi al-Kikhia and Sabri al-'Asali hoped that na association with Iraq would neutralize the military threat to their continued dominance. For that reason, Hawrani and the Ba'thist denounced the unity plan as an imperialist conspiracy.”

cargo de Ministro da Defesa o seu “homem de confiança”, Fawzi Selu, que atuava para impedir o sucesso do Partido do Povo em estabelecer uma união entre a Síria e o Iraque.

“Em dezembro de 1951, no entanto, o presidente Atasi pediu a Ma'ruf al-Dawalibi, outro membro do Partido do Povo, para formar um gabinete. Dawalibi aceitou o cargo, mas se recusou a dar o Ministério da Defesa a Fawzi Selu. Como resultado, Shishakli lançou outro golpe, prendendo o primeiro ministro e todos os membros do Partido do Povo. Todos os membros e estadistas pró-hashemitas também foram presos e o parlamento foi dissolvido. Em 24 de dezembro de 1951, o Presidente Atasi apresentou sua renúncia ao parlamento dissolvido, os verdadeiros representantes do povo, mas, em protesto, recusou-se a apresentar sua renúncia a Shishakli, que Atasi achava que não tinha direito legítimo de autoridade.”<sup>124</sup> (MOUBAYED, 2006, p. 172).

O Baath manteve uma postura analítica até 1951, acompanhando os eventos que se seguiam para determinar se apoiava ou não al-Shishakli, porém com o fechamento do Parlamento e o estabelecimento de medidas ditatoriais, o partido colocou-se como oposição ao sistema vigente.

Fawzi Selu assumiu a presidência da república, porém era apenas um “fantoche” diante das delimitações de al-Shishakli, que em 1952 dissolveu os partidos políticos e criou a sua própria organização, o Movimento de Libertação Árabe. Tanto o Baath como o Partido Socialista Árabe (antigo Partido da Juventude) foram banidos. Ao estabelecerem uma oposição mais atuante, 'Aflaq, al-Bitar e Hawrani foram presos, fugindo após alguns dias em direção ao Líbano.

### **3.12 O Socialismo Árabe**

Em 1953 o Partido Baath e o Partido Socialista Árabe se uniram para compor o Partido Socialista Árabe Baath, porém isso não significou uma mudança formal nas delimitações ideológicas formuladas por 'Aflaq e al-Bitar. “Hourani finalmente realizou

---

<sup>124</sup> Do original: “In December 1951, however, President Atasi asked Ma'ruf al-Dawalibi, another member of the People's Party, to form a cabinet. Dawalibi accepted the post but refused to give the Ministry of Defense to Fawzi Selu. As a result, Shishakli launched another coup, arresting the prime minister and all members of the People's Party. All members and pro-Hashemite statesmen were also arrested and parliament was dissolved. On December 24, 1951, President Atasi presented his resignation to the disbanded parliament, the true representatives of the people, but, in protest, refused to submit his resignation to Shishakli, who Atasi thought had no legitimate claim to authority.”

no Ba'th o que Lenin realizou no marxismo: ele o transformou em uma estratégia de ação política”<sup>125</sup> (KAYLANI, 1972, p. 7).

Apesar de sua atuação constante no cenário político sírio, o Baath continuava restrito aos setores mais intelectualizados da sociedade, tendo dificuldade em transformar sua ideologia em ações concretas. De acordo com Kaylani é com o ingresso de Akram al-Hawrani que o Partido assume uma mobilização política mais proeminente e efetiva, valendo-se dos profundos contatos e influências que a nova figura possuía dentro dos círculos militares. ‘Aflaq era um filósofo, um ideólogo que adentrou no círculo político, mas que nunca nutriu demasiado sucesso nesta última função; al-Hawrani era um político, um militante por excelência.

Akram al-Hawrani nasceu na cidade de Hama, localidade onde galgou proeminência entre os setores camponeses e influência entre os jovens oficiais de inclinação nacionalista; durante a década de 1940 alcançou militares de maior envergadura, tendo lutado ao lado destes durante a Guerra Árabe-Israelense de 1948 (KAYLANI, 1972, p. 10-1). O mesmo apoiou as ações de al-Zaim diante al-Quwatli, de al-Hinnawi sobre al-Zaim e de al-Shishakli (figura que nutriu relações próximas) perante al-Hinnawi.

“Por outro lado, tanto para os Baathistas quanto para Haurani, a aplicação do socialismo era necessária para a emancipação do povo da hegemonia econômico-política do tradicionalismo e uma condição prévia para a regeneração de toda a união árabe. O socialismo foi adotado como o único veículo confiável para o *Inqilab* de ‘Aflaq.”<sup>126</sup> (KAYLANI, 1972, p. 10).

O ideólogo Baathista interpretava o socialismo como uma ferramenta de emancipação diante do regime que se tentava superar, sendo um dos elementos fundamentais para o renascimento dos árabes. Diferia da interpretação marxista sobre a “luta de classes”, não que a rechaçasse por completo, mas observava com exagero o seu aspecto internacionalista, pois acreditava que os laços partilhados por grupos específicos em regiões específicas eram mais fortes e concretos diante de seu

---

<sup>125</sup> Do original: “Hourani ultimately performed on the Ba'th what Lenin performed on Marxism: he changed it into a strategy of political action.”

<sup>126</sup> Do original: “To the Ba'thists as well as to Haurani, on the other hand, the application of socialism was requisite for the emancipation, of the people from the economic-political hegemony of the traditionalism and a precondition for the regeneration of the entire Arab union. Socialism was embraced as the only reliable vehicle for ‘Aflaq *Inqilab*.”

respectivo nacionalismo do que a comunhão compartilhada pelo proletariado mundial (OLSON, 1982, p. 11).

O “socialismo árabe” defendido por ‘Aflaq era uma mescla de aspectos socialistas e nacionalistas e tencionava libertar não apenas a sociedade, mas principalmente o indivíduo e seu espírito, desta forma não era contra a propriedade privada, mas favorável à sua distribuição e limitação, opondo-se à perspectiva materialista e completamente nacionalizante encontrada no “socialismo-comunista”. A teoria, em seu cerne, não pretendia acabar com a luta de classes pela tomada de poder das camadas inferiores (apesar de condenar a exploração), mas tornar a distribuição da riqueza mais igualitária e a política acessível a todos aqueles com “talento”, defendendo um Estado democrático (TORREY, 1969, p. 452).

O fator “democrático” era visível diante das críticas ao regime de al-Shishakli, aspecto que levou ao encarceramento e exílio das lideranças baathistas. Estas, por sua vez, conseguiram retornar à Síria em outubro de 1953 devido a uma anistia dada pelo governo após diversos movimentos exigirem e se rebelarem pelo retorno da vida política democrática.

O comando nacional não estava mais sob a liderança do “testa de ferro”, Fawzi Selu, mas da própria “figura forte” do país, Adib al-Shishakli, e de seu partido, o Movimento de Libertação Árabe (organização criada para conectar o governo às massas), que havia conquistado 72 entre os 82 assentos parlamentares - em função do boicote eleitoral.

Objetivando uma ação coordenada contra a ditadura vigente, diversos partidos anteriormente rivais e de ideologias contrastantes uniram-se e estabeleceram um pacto em Homs, que tinha entre os integrantes o Partido Baath, o Partido do Povo, o Partido Nacional e o Partido Comunista.

“O primeiro passo foi uma greve estudantil em Aleppo, em 4 de dezembro de 1953, seguida por dois meses de distúrbios em todo o país. Shishakli finalmente impôs a lei marcial depois de esmagar uma revolta drusa em janeiro de 1954, mas quando um levante militar se espalhou da guarnição de Aleppo para outras unidades do exército em 25 de fevereiro, ele decidiu renunciar sem lutar e partiu para o exílio”<sup>127</sup>. (MUFTI, 1996, p. 56).

---

<sup>127</sup> Do original: “Their first move was a student strike in Aleppo on 4 December 1953, followed by two months of nationwide disturbances. Shishakli finally imposed martial law after crushing a Druze revolt

O confronto entre forças governamentais e combatentes revoltosos levou a Síria à beira de uma Guerra Civil. A renúncia de al-Shishakli apaziguou as animosidades e o encaminhou para o seu exílio em terras brasileiras.

O Baath não criticou apenas a política interna adotada por Adib al-Shishakli, que suprimiu liberdades individuais e acumulou poderes ditatoriais em sua figura; mas também suas ações externas, que aproximaram o país do bloco ocidental, concordando com o pretense estabelecimento de assentamentos de refugiados palestinos na Síria (ABU JABER, 1966, p. 32).

A oposição à política externa empregada era compreensível, pois havia rompido com o terceiro pilar contido no conceito de *Inqilab*, a liberdade ou o não-alinhamento dentro do Nacionalismo Popular de Albert Hourani.

### 3.13 O Não-alinhamento

Nas eleições de 1954 o Partido Socialista Árabe Baath conquistou 16 assentos no Parlamento, emergindo como a terceira organização com maior número de representantes, ficando atrás apenas do Partido do Povo (32) e do Partido Nacional (25), respectivamente, assim como do número geral de indivíduos independentemente eleitos (55). O crescimento da esquerda no poder legislativo apresentava o enfraquecimento do tradicionalismo na política nacional, apesar dos dados sobre os indivíduos sem filiação partidária indicarem a permanente força das grandes personalidades regionais.

“A eleição de 1954 mostrou-se vital para a história da Síria. O novo Parlamento era ‘fraco, inseparavelmente dividido e absolutamente sem orientação’. Foi uma presa fácil para um grupo tão bem organizado como o partido Ba’th. E a influência exercida por este pequeno grupo no novo Parlamento certamente foi desproporcional ao seu tamanho”.<sup>128</sup> (ABU JABER, 1966, p. 36).

---

in January 1954, but when a military uprising spread from the Aleppo garrison to other army units on 25 February, he decided to step down without a fight and left for exile”.

<sup>128</sup> Do original: “The election of 1954 proved vital to the history of Syria. The new Parliament was ‘weak, inseparably divided, and utterly lacking of direction’. It proved easy prey for such a tightly knit, well-organized group as the Ba’th party. And the influence exercised by this small group in the new Parliament was certainly out to proportion to its size.”

A organização e influência Baathistas lhes permitiam convocar greves e manifestações, evidenciando sua penetração nos círculos de trabalhadores e de estudantes; além disso, possuía influência nos redutos militares, impondo uma força coercitiva diante dos demais políticos e organizações partidárias.

Em abril de 1955 o Coronel Adnan al-Malki, militar de alta envergadura e com cargo governamental, foi assassinado em Damasco. Apesar de seu irmão ser filiado ao Baath e de sua proximidade com outros oficiais de elevada patente integrantes da organização política, o Coronel não era um membro oficial, porém foi elevado ao símbolo de mártir pela entidade após sua morte. (MOUBAYED, 2006, p. 70).

O homicídio foi cometido por militares integrantes do Partido Social Nacionalista Sírio (PSNS), fato que permitiu ao Baath a oportunidade de eliminar rivais potencialmente poderosos e com igual penetração nas forças armadas. Desta forma, membros proeminentes foram perseguidos, julgados e presos, levando ao desmantelamento político da organização.

Ainda em 1955 foi estabelecido um acordo econômico e militar, denominado de Pacto de Bagdá, o qual pretendia impedir a proliferação das influências soviéticas na região e acabou por atrelar o Reino do Iraque ao Bloco Ocidental (capitalista), como também tentou captar possíveis aliados na localidade. O resultado foi a criação de um Pacto Defensivo Mútuo entre Egito, Síria e Arábia Saudita, com o intuito de opor-se ao primeiro.

O Partido Baath fitou o Pacto de Bagdá como uma tentativa contra o controle imperialista que salvaguardasse a existência de Israel (ABU JABER, 1966, p. 39-40). Ao mesmo tempo passou a observar positivamente o Egito de Nasser, principalmente por sua retórica antiocidental e nacionalista (não egípcio, mas árabe).

O colonialismo havia afetado diretamente a região, com divisões arbitrárias, opressões sistemáticas e dominações diretas; após a independência nacional, as antigas metrópoles tentavam preservar as suas influências, ainda mais no período da Guerra Fria, onde o afastamento poderia significar a assimilação do país ao bloco socialista.

O terceiro elemento do *Inqilab*, a “liberdade”, mostrava-se na política externa do Baath, que defendia a prática do não-alinhamento; desta forma, recusava com veemência a associação clientelista ao bloco ocidental capitalista, que representava as antigas forças coloniais ou o bloco oriental socialista (que observavam com mais cautela do que repulsa).

“O socialismo sob o sistema comunista - uma vez que é uma teoria universalista e se esforça para concluir a revolução mundial - não pode realizar um reajuste econômico suficiente até alcançar a revolução mundial. Assim, as condições econômicas nos países comunistas são influenciadas e restringidas por esse objetivo. Isso inclui a preparação para a guerra e a competição com outras nações. Aflaq declarou que os estados comunistas adotam uma política de bloco e, assim, ‘ajudam o imperialismo’.”<sup>129</sup> (TORREY, 1969, p. 452).

O teórico baathista analisava que, em decorrência do sistema comunista não ter alcançado o seu objetivo de dispersão mundial (com o fim da luta de classes, a vitória do proletariado e dos camponeses sobre os detentores dos meios de produção e o fim do sistema capitalista), este necessitava agir em união entre Estados alinhados ideologicamente, para assim competir político, econômico e militarmente com nações capitalistas por zonas de ação e influência; desta forma atuava com a intenção de tutelar novas localidades e as associar ao seu grupo, perpetuando a política imperialista em ambos os lados.

“O ponto central do pensamento de Aflaq é a busca pela liberdade, concebida não apenas como emancipação da tirania política e da pobreza opressiva, mas a libertação do povo árabe, unificada em mente e espírito, unida na irmandade social. A liberdade deve, portanto, emanar da própria alma do árabe e ser estimada como parte indivisível de sua herança cultural. Aqui, novamente, o caminho para a liberdade é o da luta repleta de sacrifícios”<sup>130</sup> (KAYLANI, 1972, p. 6).

O elemento da “liberdade” era mais profundo do que a defesa do não-alinhamento e sua coordenação entre países (vide Conferência de Bandung) que buscavam maior autonomia dentro da dualidade que se apresentava no contexto da Guerra Fria; internamente atuava contra a opressão das classes fundiárias

---

<sup>129</sup> Do original: “Socialism under the communist system-since it is a universalist theory and strives to complete world revolution-cannot carry out a sufficient economic readjustment until it achieves world wide revolution. Thus economic conditions in the communist countries are influenced and restricted by this goal. This includes preparation for war and competition with other nations. 'Aflaq has declared that the communist states pursue a bloc policy and thus 'help imperialism'.”

<sup>130</sup> Do original: “Central to 'Aflaq's thinking is the quest for freedom, conceived not merely as emancipation from political tyranny and oppressive poverty, but the liberation of the Arab people, unified in mind and spirit, joined together in social brother- hood. Freedom should, therefore, emanate from the very soul of the Arab and be cherished as an indivisible part of his cultural heritage. Here again the path to freedom is that of struggle strewn with sacrifice.”

tradicionalistas e do *establishment* que a perpetuava, advogando pelas liberdades individuais como posse à terra (por mais que a quantidade fosse limitada), indistintamente de sua religião, local de nascimento ou classe social, porém não se finda em aspectos materiais, mas transcende à espiritualidade. A libertação deve ocorrer na própria alma do indivíduo, sacrificando sua atual existência (momentânea) corrompida para revolucionar seu espírito e alcançar o *inqilab*.

O acordo armamentista estabelecido entre o Egito e a Tchecoslováquia durante a Conferência de Bandung em 1955 elevou a imagem de Nasser diante das massas, assim o acordo passou a ser interpretado como uma vitória árabe e não unicamente egípcia sobre o imperialismo ocidental e Israel. (DAWISHA, 2016, p. 169).

O parlamento sírio, por sua vez, era composto por elementos de diferentes perspectivas políticas e ideológicas, tendo grupos que apoiavam uma maior aproximação ao Iraque (associado ao bloco ocidental capitalista) como o Partido do Povo, enquanto outros um estreitamento maior com o Egito (defensor do não-alinhamento) como o Partido Baath; após diversas confrontações, em meados de 1956 o primeiro-ministro Sabri al-Asali foi incumbido de compor um gabinete que prezasse pela união nacional. A ação levou al-Bitar ao cargo de Ministro do Exterior e Khalil Kallas ao Departamento de Economia Nacional.

Com a presença de dois baathistas ocupando cargos estratégicos no governo, o partido intensificou a sua pressão pelo estabelecimento de negociações que levassem a uma futura unificação com o Egito. O êxito veio com a composição de uma delegação constituída pelo primeiro-ministro, Sabri al-Asali (Partido Nacional), o Ministro do Exterior, Salah al-Bitar (Baath), e o Ministro do Interior, Ahmad Qanbar (Partido do Povo); no entanto com a eclosão do conflito de Suez o projeto foi interrompido.

“O ataque ao Egito em outubro de 1956 enfureceu o partido Ba‘th e convenceu o público sírio da natureza imperialista do Ocidente. Em 1957, o movimento esquerdista ganhou mais força”<sup>131</sup> (ABU JABER, 1966, p. 42). A vitória de Nasser em

---

<sup>131</sup> Do original: “The attack on Egypt in October, 1956, enraged the Ba‘th party and convinced the Syrian public of the imperialist nature of the West. In 1957 the leftist movement gained more momentum.”

Suez elevou a sua figura na região e no mundo; não era apenas uma demonstração da soberania nacional egípcia, mas o triunfo árabe sobre o imperialismo ocidental.

Na Síria, partidos associados e apoiadores do bloco capitalista enfrentaram queda de popularidade após os eventos ocorridos no Egito, como o Partido do Povo, grande defensor da união nacional com o Reino do Iraque, que, por sua vez, estava alinhado ao ocidente por sua política externa, exemplificada através do Pacto de Bagdá, conseqüentemente, os partidos esquerdistas, que possuíam discursos antiocidental, cresceram em popularidade e apoio.

Salah al-Bitar, como ministro do exterior, defendia o não-alinhamento; assim, o país estava aberto a negociações com diferentes nações, não importando sua “matriz ideológica”; seguindo este prisma, a Síria estabeleceu em 1957 um contrato com a Tchecoslováquia para a construção de uma refinaria de petróleo na cidade de Homs, assim como um acordo com a URSS que envolvia a prestação de auxílio técnico e financeiro.

A nomeação do coronel Afif al-Bizri, simpatizante do comunismo, ao cargo de Chefe de Estado-maior do Exército elevou ainda mais a preocupação do Bloco do Oeste (EUA), que temia observar a Síria ser tragada para o lado “inimigo”, desta forma passaram a confabular uma possível intervenção militar. A Turquia (aliada regional dos EUA) tornou a ação mais proeminente ao mover contingentes para sua fronteira sul, gerando grandes animosidades entre as potências mundiais e resultando no envio de soldados egípcios para a região da Latakia, com o intuito de prestar auxílio às forças sírias.

As negociações e a aproximação síria podem aparentar uma assimilação *de facto* ao Bloco do Leste (URSS), distanciando-se da retórica baathista defendida por al-Bitar como Ministro do Exterior, porém a união da Síria com o Egito no início de 1958, para a criação da República Árabe Unida (RAU), expressa a tentativa do Partido Baath de impedir a tomada de poder pelas forças comunistas (anteriormente aliadas contra o tradicionalismo, mas agora uma ameaça), profundamente ligadas à URSS e que cresciam exponencialmente e haviam penetrado dentro das camadas militares, políticas e civis.

Nasser possuía a envergadura e o carisma necessários para arrebataram as massas e conter uma escalada de poder dos comunistas em território sírio, também servia de exemplo, pois havia praticado expurgo e perseguições aos comunistas egípcios (entrando em choque com a URSS em certas ocasiões, apesar de nutrirem parceria comercial); desta forma, a sobrevivência política do Baath resultou na manutenção de seu neutralismo. Devemos lembrar que o estabelecimento de relações comerciais não significa necessariamente seu alinhamento com um ou outro lado.

“O primeiro passo direto foi dado em 9 de dezembro, quando 'Aflaq anunciou que o Ba'th estava elaborando um projeto de lei parlamentar para a união federal com o Egito. No final de dezembro, uma luta nos bastidores pelo controle do país estava sendo realizada a todo vapor entre os apoiadores dos Ba'th e uma aliança comunista-'Azm. Os egípcios usaram sua considerável influência para ajudar os Ba'th. A união foi anunciada em 23 de janeiro de 1958”<sup>132</sup>. (TORREY, 1969, p. 457).

O acordo só foi possível devido às manobras e alianças orquestradas pelo partido de 'Aflaq, al-Bitar e al-Hawrani; das falhas dos grupos rivais, que previam a recusa do presidente egípcio diante da proposta unionista; como também em decorrência do auxílio e da vontade do próprio Nasser, pois é difícil conceber como uma figura de tamanha envergadura tenha sido completamente passiva durante o processo.

Kaylani expressa que, após a queda vertiginosa da popularidade de partidos tradicionalistas e personalistas depois da “Crise de Suez”, três figuras surgiram com proeminente poder: Akram al-Hawrani (líder do Baath e com influência dentro dos círculos militares), Khalid al-'Azm (proveniente de família tradicional detentora de terras, mas apoiador dos setores de esquerda, tendo nutrido profunda relação com a URSS e atuado como Ministro da Defesa a partir de 1956) e 'Abd al-Hamid al-Sarraj (Chefe do Serviço de Inteligência) (KAYLANI, 1972, p. 20).

O confronto interno se dividiu, como analisou Torrey, entre os comunistas e 'Azm contra o Partido Baath e seus aliados, como al-Sarraj, que era um proeminente “nasserista”, colocando-se a favor da união com o Egito. Em 1958 o líder do Serviço

---

<sup>132</sup> Do original:” The first direct step was made on December 9, when 'Aflaq announced that the Ba'th was drafting a parliamentary bill for federal union with Egypt. By late December a behind-the-scenes struggle for control of the country was being carried out at full tilt between the Ba'th's supporters and a Communist- 'Azm alliance. The Egyptians used their considerable influence to assist the Ba'th. The union was announced on January 23, 1958.”

Secreto emergiu como o indivíduo mais poderoso do país; desse modo, sua aliança representou um avanço significativo em direção ao acordo entre as duas nações.

“Em 1 de fevereiro de 1958, Nasser esteve com o presidente Shukri al-Quwatli, da Síria, em Damasco, e anunciou a formação de um novo Estado, a República Árabe Unida. Nasser disse à enorme multidão que se reuniu para testemunhar o evento: *Hoje, o slogan do nacionalismo árabe se tornou realidade, hoje!*”<sup>133</sup> (ALEXANDER, 2005, p. 104).

Os dois movimentos que melhor representaram o conceito de Nacionalismo Popular formulado por Albert Hourani se “aglutinavam” (na realidade foi imposta como condição para a união a dissolução de todos os partidos políticos e a criação da organização política União Nacional); o Partido Baath poderia prover o sistema ideológico faltante ao movimento de Nasser, enquanto que o líder egípcio seria capaz de dispor sua envergadura, proeminência, carisma e todos os mecanismos que o auxiliavam e o propagavam, como o sistema de rádio e o protagonismo cultural. A República Árabe Unida havia tirado o sonho, a crença e a ideologia do “campo das ideias”, se tornando algo concreto, gerando grande comoção e esperanças muito além das massas do “mundo árabe”.

---

<sup>133</sup> Do original: “On 1 February 1958, Nasser stood with President Shukri al-Quwatli of Syria in Damascus and announced the formation of a new state, the United Arab Republic. Nasser told the huge crowd which had gathered to witness the event: *Today, the slogan of Arab nationalism became a reality, today!*”

## 4 AI-BARAZIL – BRASIL

Este capítulo tem como objetivo evidenciar a presença do nacionalismo árabe, representado pela República Árabe Unida, em solo brasileiro, assim será necessário determinar e analisar o contexto político brasileiro diante das dificuldades internas e externas estabelecidas durante a Guerra Fria.

### 4.1 O Contato entre o Brasil e o Levante

O Brasil possui uma aproximação histórica com as comunidades levantinas, que, através de fluxos migratórios iniciados em meados do século XIX (quando a região estava sob domínio do Império Turco-Otomano), deixaram suas localidades originárias e desembarcaram em portos brasileiros.<sup>134</sup>

Não é difícil caminhar, por exemplo, pela cidade de São Paulo e constatar a presença desta comunidade mediante comércios, restaurantes, nomes de ruas, clubes sociais, clubes recreativos, livros e figuras políticas com constantes mandatos dentro das estruturas municipais, estaduais e federais.

O contato entre essas localidades (Brasil e Levante) não é algo efêmero ou recente, mas concreto e histórico, que se desenvolveu espontaneamente devido ao “efeito corrente”, no qual os primeiros migrantes influenciavam a vinda de familiares e amigos, processo que não dispôs de incentivos governamentais. A relação entre o Brasil e a Síria só se iniciará em 1945 e resultará na abertura de uma delegação em Damasco apenas em 1951.

---

<sup>134</sup> Para mais informações sobre os processos migratórios: OSMAN, Samira Adel. *Entre o Líbano e o Brasil: Dinâmica Migratória e História Oral de Vida*. 2006. 288f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. FARAH, Paulo Daniel (ed.) *Presença Árabe na América do Sul*. São Paulo: Edições BibliASPA, 2010. PINTO, Paulo G. H. da R. *Árabes no Rio de Janeiro: Uma Identidade Plural*. 1ª Ed. Editora Cidade Viva, 2010. GATTAZ, André. *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*. 3ª edição, Salvador: Editora Pontocom, 2015. GREIBER, B.L.; MALUF, L.S.; MATTAR, V.C. *Memória da imigração: libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998. KHOURI, Juliana Mouawad. *Pelos Caminhos de São Paulo: a Trajetória dos Sírios e Libaneses na Cidade*. 2013. 281f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. KNOWLTON, Clark S. *Sírios e Libaneses: Mobilidade social e espacial*. Anhembi. 1960. TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*. 2ª edição ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

Apesar da conexão preexistente, o contato governamental para a composição de um tratado oficial entre o Brasil e a Síria ocorreu apenas em 17 de maio de 1960, através da representação física do unionismo árabe, a República Árabe Unida, resultando no estabelecimento de um Acordo Cultural.

A configuração do acordo pode gerar estranhamento, já que o país tinha Juscelino Kubitschek como Presidente da República, indivíduo defensor de ideias liberais e associação com o Bloco Ocidental representado pelos EUA, que anos antes havia aplicado com firmeza a “Doutrina Eisenhower”, política que pretendia deter o avanço soviético através de apoio econômico e militar (com um possível envio de tropas) a nações aliadas, o que surge em resposta ao clima de tensão gerada pela “Crise de Suez” em 1956.

A aproximação do Egito e da Síria por meio de acordos com a Tchecoslováquia e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (integrantes do Bloco Oriental) se mostrava uma ameaça diante das ambições capitalistas na região, como a manutenção das reservas petrolíferas - evidenciadas mediante o golpe de Estado no Irã em 1953 (possibilitado pelos EUA e pela Grã-Bretanha), que derrubou o Primeiro-ministro Mohammad Mosaddegh e reinstalou o Xá Reza Pahlavi ao poder.

Apesar dos estadunidenses terem dado auxílio econômico à Jordânia, o maior exemplo da aplicação da “Doutrina Eisenhower” no Oriente Médio foi o envio de tropas durante a Guerra Civil Libanesa de 1958, solicitadas pelo presidente libanês Camille Chamoun, que denunciava a influência da República Árabe Unida sobre as forças opositoras.

O conflito apresentou características de sectarismo religioso, tendo na oposição as comunidades muçulmanas (sunitas e xiitas), drusas e comunistas, que almejavam a renúncia do então presidente, além de medidas contra o imperialismo e a associação de Chamoun ao Bloco Ocidental.

As acusações de que a República Árabe Unida seguia prestando auxílio militar e financeiro, assim como ações propagandísticas concretas (através da “Voz dos Árabes”) aos opositores levaram uma comissão internacional ao Líbano com o objetivo de averiguar as respectivas denúncias.

Na situação, os cristãos, os anticomunistas, os drusos e nações como Israel, Turquia, Jordânia, Iraque, Irã e Paquistão apoiaram a permanência de Camille Chamoun, prestando auxílio ao então líder governamental.

Os EUA desembarcaram tropas no Líbano (e os britânicos na Jordânia) um dia após a Revolução Iraquiana de 1958 (14 de julho), que encerrou a monarquia nacional e colocou no poder um grupo de militares, que se mostraram, em um primeiro momento, aliados a Nasser, gerando grande temor aos estadunidenses em perderem mais um reduto de influência para apoiadores do presidente egípcio - por mais que o mesmo houvesse se aproximado dos norte-americanos e estivesse trabalhando em conjunto para resolver e negociar as questões que permeavam o território libanês. O evento se encerrou com a substituição presidencial de Camille Chamoun por Fuad Chehab, figura que defendia maior neutralismo na política nacional, apesar de manter elevada aproximação ao governo estadunidense.<sup>135</sup>

Apesar de uma nova proximidade de Nasser aos EUA, este ainda despertava desconfiança, até mesmo por sua política de não-alinhamento, que o fazia flutuar entre os setores, buscando associações que permitissem a realização de sua política internacional e desenvolvimento nacional. Desta forma, pode levar ao estranhamento configurar o estreitamento de relações entre Juscelino Kubistchek e o líder árabe, principalmente após os eventos no Líbano.

O governo de JK, por sua vez, pode ser configurado em dois momentos. O primeiro período que vai de 1955 a 1958 manteve a política de Café Filho e sua associação aos estadunidenses, já o segundo (1958 a 1960) se configura no retorno à “barganha política” empreendida pelos governos de Getúlio Vargas.

#### **4.2 A “barganha” de Vargas**

A Guerra Fria pode aparentar um período uniforme, porém apresentou flutuações em decorrência da localidade ou do momento observado. Analisar a

---

<sup>135</sup> Para maiores informações: DUTRA, José Ailton. *O Líbano e o Nacionalismo Árabe (1952 – 1967): o Nasserismo como projeto para o Mundo Árabe e o seu impacto no Líbano*. 2014. 417f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

experiência no continente africano, asiático ou europeu não necessariamente expressa um prelúdio ou intercorrência dos eventos vividos no continente americano.

A influência estadunidense se mostrou com maior intensidade na América. Desde o século XIX os EUA rechaçaram o colonialismo europeu no continente americano e expressaram seus interesses locais através da “Doutrina Monroe”. Desta forma, fugir da ação e defluência era complexo e exigia manobras políticas assertivas.

“A barganha nacionalista dos anos 1950, que marcou o último Governo Getúlio Vargas e a segunda metade do Governo Juscelino Kubitschek (através da Operação Pan-Americana), preparou o caminho para a Política Externa Independente da primeira metade dos anos 1960, durante os governos Jânio Quadros e João Goulart”. (VISENTINI, 2009, p. 13).

A barganha nacionalista empreendida por Vargas a partir de seu segundo governo (1951-54) significava apoiar as solicitações estadunidenses em questões estratégicas mediante o auxílio e apoio diante da industrialização brasileira. A ação alterou os rumos da política externa que chegaria a seu ápice com a PEI (Política Externa Independente) iniciada por Jânio Quadros e continuada por João Goulart.

Getúlio Vargas, ao retornar eleitoralmente “nos braços do povo”, rompeu com o governo anterior liderado pelo General Eurico Gaspar Dutra, que alinhou o país aos EUA de modo automático e subserviente. O militar e sua cúpula conservadora esperavam um relacionamento especial entre as nações, devido ao apoio e à ajuda efetiva prestadas durante a Segunda Guerra Mundial e com o início da Guerra Fria.

“Sob o ponto de vista norte-americano, o apoio da América Latina era um fato consumado e inegociável, não havendo então motivo algum para o Brasil receber tratamento privilegiado de Washington”. (VISENTINI, 2009, p. 67). A atenção estadunidense prestada durante a 2ª Guerra Mundial ao continente americano em função de sua importância estratégica e de recursos, fora deslocada para a Europa e a Ásia, regiões afetadas pesadamente pelo conflito mundial e que possuíam fronteiras concretas com o “inimigo soviético”. Desta forma, o governo Dutra obteve poucas conquistas em troca de sua sujeição.

Para as eleições de 1950, Getúlio Vargas amalgamou em sua campanha diversas alianças com partidos que representavam diferentes setores da sociedade civil, como o PTB, que apelava aos trabalhadores e seus respectivos sindicatos; o PSD, com representação do tradicionalismo brasileiro; o PSP, também com apelo à

classe trabalhadora com discursos progressistas; além de elementos pernambucanos da UDN, marcadamente antigetulista e comunicativa à classe média.

O presidente deparou-se com uma situação complexa, onde o país necessitava de um plano econômico que permitisse o desenvolvimento industrial e uma menor dependência das importações, que já havia tomado os setores de infraestrutura e de bens de capital<sup>136</sup>, enquanto que a produção de bens de consumo<sup>137</sup> chegava ao seu limite (VISENTINI, 2009, p. 70).

As camadas sociais vinham se estratificando desde a saída de Vargas em 1945. Em detrimento da urbanização e da industrialização crescente, desenvolveram-se em tamanho e força os industriais, os operários e a classe média urbanas. Por sua vez, entraram em declínio os cafeicultores, os produtores de alimentos e os comerciantes de artigos importados, no entanto, estes continuavam com grande influência dentro da sociedade, da política e da economia brasileira, já que o café permanecia como o principal produto exportado (SKIDMORE, 1988, p. 111). Deste modo, por consequência, cada medida visando ao desenvolvimento levaria a críticas por um dos grupos supracitados.

O processo de industrialização dependia da capacidade nacional de compra (que sofria com as flutuações do preço do café), do não comprometimento exorbitante da dívida externa, da infraestrutura para suprir os setores de produção - com a construção de estradas, de geradores de energia (hidroelétricas) e pontos de alimentação de combustível (que faltavam na realidade nacional) -, como também do controle da inflação crescente.

Vargas atacou as remessas de lucros enviadas ao exterior por empresas estrangeiras, pois as acusava de não investirem seus lucros no país que os tinha produzido. Ao mesmo tempo acusava as ações imperialistas estrangeiras, que tencionavam explorar os recursos e a população brasileira. A crítica resultou na

---

<sup>136</sup> Os “Bens de Capital” são elementos necessários para produzir novos bens, como máquinas. Desta forma, uma prensa industrial é um bem de capital, enquanto o ar-condicionado produzido é um bem de consumo.

<sup>137</sup> Os “Bens de Consumo” são aqueles feitos para o consumo familiar, coletivo ou individual, como alimentos, roupas e automóveis.

criação de um decreto que limitava o envio do ganho de empresas internacionais a suas matrizes em 10%.

No último mês de 1951 foi enviado ao Congresso o plano para a criação da Petrobrás, com o objetivo de melhorar a infraestrutura necessária para o processo de desenvolvimento industrial ambicionado pelo então presidente. A campanha pela criação da empresa estatal dividiu intensamente a opinião pública dos diversos setores da sociedade brasileira.

O discurso e as ações de Vargas não eram a expressão de um isolamento autoimposto ou da tentativa de se desgarrar do Bloco Ocidental, mas agiam para evitar a exploração estrangeira, utilizando-se de barganhas para conseguir os recursos necessários para o desenvolvimento de seu projeto, ao mesmo tempo que projetava a sua fala nacionalista diante das massas.

“O ano de 1952 foi marcado pelas oscilações do governo brasileiro: enquanto de um lado o governo criava o BNDE, denunciava a remessa irregular de lucros ao exterior, tomava medidas para discipliná-la, aprofundava o discurso nacionalista e negava-se a enviar tropas brasileiras para a Coréia, por outro lado, assinava o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos.” (VISENTINI, 2009, p. 70).

Visentini evidencia que a relação com o governo estadunidense ainda era importante na política externa e na economia brasileira, porém não deveria representar uma associação automática. A barganha empreendida possibilitava maiores ganhos às demandas brasileiras, como o represamento de parte do lucro em território nacional, por sua vez, sedia em determinados pontos estratégicos aos EUA, evidenciado pelo acordo militar, que tencionava segurar a América contra o inimigo. Assim os norte-americanos forneceriam aparato militar enquanto o Brasil concederia minerais como urânio<sup>138</sup>.

Quando as ambições não eram alcançadas havia um esforço em estabelecer contatos com outras regiões e países, alguns destes para empreender relações concretas e outros para reforçar a barganha diante dos estadunidenses (como o contato com o Leste europeu e a URSS).

---

<sup>138</sup> O acordo foi duramente criticado pelos civis e militares nacionalistas devido a seu caráter entreguista, no qual abria mão da soberania nacional por pressões estrangeiras.

Concomitantemente, foi durante o governo Vargas da década de 1950 que se tentou esparsamente uma aproximação com o Oriente Médio, como a abertura da Legação<sup>139</sup> brasileira em Damasco (1951)<sup>140</sup>, da Legação brasileira em Tel Aviv (1952), do estabelecimento da embaixada no Cairo (1953)<sup>141</sup> e da criação da embaixada brasileira em Beirute (1954).

No ano de 1952 também foi fundada a Câmara de Comércio Sírio-Libanesa, em resultado da união de industriais da comunidade para estreitar laços entre o Brasil e o “Oriente Médio” (KARAM, 2007, p. 28). Além disso, o ex-embaixador brasileiro no Cairo Ruy Amaral apontou em seu relatório que a partir da Revolução de 1952 ambos os países consolidaram suas relações<sup>142</sup>, ponto expresso através do estabelecimento de uma Embaixada brasileira na cidade do Cairo. Porém a situação apresenta certa complexidade, já que, de acordo com o artigo de Santos “Conexões Rio de Janeiro – Cairo: possibilidades analíticas acerca das relações Brasil e Egito a partir da imprensa escrita (1950 – 1954)”, e sua análise sobre as notícias do jornal baiano “A Tarde”, Vargas teria estabelecido trocas de honrarias com o Rei Farouk (de modo que o primeiro recebeu a ordem Mohammed Ali e o segundo, a ordem Cruzeiro do Sul), além da propagação de rumores de que o Brasil seria o local escolhido pelo monarca deposto para residir em seu exílio. (SANTOS, 2019, p. 129, 131).

As opções não necessariamente são excludentes e realçariam o caráter “oportunista” e multifacetário de Getúlio Vargas, desta forma, poderia ter apresentado simpatia diante do monarca egípcio e posteriormente alterado sua perspectiva mediante os rumos tomados pela Revolução de 1952. O decreto nº 32.290 de 20 de fevereiro de 1953 expõe documentalmente a elevação do *status* da missão

---

<sup>139</sup> Representação diplomática permanente de um Governo, junto de outro, de categoria inferior à de embaixada e dirigida por um ministro. Significado disponível em: < <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/lega%C3%A7%C3%A3o>>. Acessado em: 23 de junho de 2020.

<sup>140</sup> Documento disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30081-22-outubro-1951-340410-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 23/06/2020.

<sup>141</sup> Documento disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-32290-20-fevereiro-1953-326955-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 31/08/2020.

<sup>142</sup> De acordo com o relatório do embaixador brasileiro no Cairo, Ruy Amaral, ao fim de sua gestão em 2019: “As relações Brasil-Egito, estabelecidas em 1924, quando o Brasil abriu uma Legação no Cairo, consolidaram-se a partir da proclamação da República egípcia, em 1952. A influência exercida pelo Egito no Mundo Árabe, onde ocupa posição geográfica central e possui a mais numerosa população (um em cada quatro árabes é egípcio), além do papel de liderança desempenhado junto às nações em desenvolvimento, constituíram fatores de reaproximação entre os dois países”. Disponível em:< <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7959089&ts=1559165496499&disposition=inline>>. Acessado em 24/06/20.

diplomática brasileira no Cairo, ação esta que não gerou acordos culturais e econômicos imediatos; já a aproximação do presidente brasileiro e Farouk deve ser fitada com certa cautela, pois tem sua afirmação provinda, aparentemente, de um único periódico.

O ano de 1953 marcou um ponto de inflexão no mandato de Vargas. Dwight D. Eisenhower havia sido eleito presidente dos EUA, enrijecendo a política externa mundial ao estabelecer um confronto mais ostensivo contra a expansão soviética (vide “Doutrina Eisenhower”). Desta forma, as nações “amigas” dos estadunidenses deveriam assumir uma postura de atrelamento espontâneo ao bloco ocidental. A posição autoritária passou a tornar cada vez mais complexa a possibilidade da barganha empreendida pelo líder brasileiro.

O processo de industrialização nacional vinha aumentando as pressões sociais, conjuntamente com a inflação, que tornava o custo de vida mais elevado e afetava diretamente o operariado, elevando sucessivamente seu descontentamento e expondo a desigualdade social crescente. A radicalização se expandia com o persistente debate sobre a criação da estatal petrolífera, que ainda tramitava no Congresso Nacional e seria sancionada em 3 de outubro de 1953.

A queda do prestígio presidencial, as críticas constantes oriundas da oposição cada vez mais agressiva e a crescente necessidade do estancamento das animosidades levaram a uma reorganização ministerial, com a entrada de Oswaldo Aranha no Ministério da Fazenda e de João Goulart no Ministério do Trabalho.

“Através de suas mudanças ministeriais de junho de 1953, Vargas havia embarcado em uma nova estratégia política, baseada em um esforço para mobilizar a classe operária sem afastar os industriais. Essa estratégia seria muito difícil, quando as verdadeiras medidas de estabilização se fizessem sentir. Os trabalhadores pediam aumentos de salários, para compensar a inflação, e os industriais pressionavam o governo no sentido de manter a política creditícia que havia possibilitado o extraordinário surto industrial, entre 1948 e 1952”. (SKIDMORE, 1988, p. 149).

A citação evidencia e exemplifica as pressões sociais e a tentativa do líder político em amalgamar grupos sociais contrastantes, porém, ao optar pelo nome do petebista João Goulart no Ministério do Trabalho, Vargas fazia um aceno aos operários e seus respectivos sindicatos, pendendo para o campo à esquerda, fator visto com preocupação pela classe média e os tradicionalistas, que tinham o exemplo sindicalista de Perón à frente.

“Particular ênfase é dada à recuperação europeia ocidental e, sobretudo, a grande novidade é a simpatia expressa pelas lutas de libertação e pelo nacionalismo do Terceiro Mundo, acompanhadas de explícita denúncia do imperialismo e do colonialismo. Há, sem dúvida, um tom que insinua uma conjunção de interesses entre uma América Latina, vítima do imperialismo, e o mundo afro-asiático em processo de emancipação, ainda sujeito ao colonialismo”. (VISENTINI, 2009, p. 85).

A retórica contra o imperialismo e o colonialismo permaneciam no discurso de Getúlio Vargas. Ambas as experiências aproximavam o Brasil da Ásia e da África, que no pós-segunda guerra vinham acentuando suas lutas por independência e autodeterminação diante do jugo europeu – como evidenciado nos capítulos anteriores no caso egípcio e sírio. As similaridades apresentaram-se como vislumbres para uma pretensa ampliação das relações exteriores brasileiras, que chegarão a sua efetivação com o implemento da Política Externa Internacional (PEI), no início da década de 1960.

A aproximação com regiões e nações que sofreram historicamente com o colonialismo e as influências e ações imperialistas se mostrava como uma oportunidade possível diante da necessidade de buscar investidores que colocassem capital no território brasileiro, porém ainda se mostra possível fitar a ação como mais uma medida que reforçasse a barganha diante do governo estadunidense, que se apresentava cada vez mais rígido em suas negociações.

As pressões internas continuam a se avolumar, adentrando com maior profundidade nos redutos militares, com protestos dos jovens oficiais que reclamavam dos baixos salários e pleiteavam por melhores equipamentos. No entanto, não somente neste, o presidente sofria ofensivas de diferentes grupos, como os operários, que reivindicavam aumento salarial significativo (João Goulart recomendou 100%) diante da inflação; a classe média, que temia o levante popular e o aumento demasiado do salário mínimo que os atrelariam mais configuradamente às classes inferiores da sociedade; os setores elevados, que não pretendiam arcar com o aumento exponencial da folha de pagamento; além dos udenistas, categoricamente antigetulistas.

A situação política se agravou após o ex-ministro do exterior João Neves da Fontoura alegar a existência de negociações envolvendo um acordo entre Argentina, Brasil e Chile (Pacto ABC) para a composição de um grupo contra os estadunidenses. A exposição muniu a oposição (com forte caráter pró-EUA), que adentrou com um

processo de impeachment diante do Congresso Nacional. No entanto, Vargas ainda permanecia com maioria no legislativo (com apoio do PTB e PSD) e conseguiu derrubar a iniciativa udenista.

O comércio com os EUA se mostrava vital à política externa brasileira e o seu projeto de desenvolvimento. As ações de Vargas tencionavam promulgar uma independência maior diante da potência mundial, ao mesmo tempo que barganhava melhores acordos; na realidade, o presidente nunca tencionou romper com a política vinda de Washington.

Apesar da demissão de Jango do Ministério do Trabalho após sua sugestão relativa ao salário mínimo, o Chefe de Estado, em uma tentativa de aproximar-se mais categoricamente das massas de trabalhadores e fazê-los apoiar seu governo vacilante, anunciou em 1º de maio de 1954 o aumento de 100% do piso básico salarial.

A oposição tornou-se mais agressiva e proeminente, chegando a seu ápice após a tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda, voz do antigetulismo radical udenista, por membros ligados à guarda presidencial. Pressionado e em vias de um golpe militar, Getúlio Vargas comete suicídio. Em seu “penúltimo ato”, redigiu uma carta que denunciava a espoliação estrangeira e a associação e anuência de determinados setores internos. O documento produziu tamanho fervor que os “caminhões de entrega do jornal oposicionista *O Globo* foram queimados pela multidão enfurecida, que se lançou ao assalto ao edifício da Embaixada dos Estados Unidos”. (SKIDMORE, 1988, p. 149).

### **4.3 Transição com Café, Luz e Ramos**

A morte de Getúlio Vargas pegou desprevenida sua oposição, distanciando-os do acesso ao cargo mais elevado da administração pública nacional. Café Filho assumiu a presidência da república em um período de fortes pressões sociais, econômicas e políticas; o mesmo representava uma dualidade diante dos antigetulistas, principalmente entre os mais ferrenhos, pois concomitantemente a seu conservadorismo e à ruptura no mesmo mês da morte de seu antecessor, afirmou seu “legalismo” ao evidenciar que: “(...) considerava seu governo como um regime interino,

que tinha a responsabilidade primordial de continuar a estabilização econômica e presidir a eleição de seu sucessor constitucional". (SKIDMORE, 1988, p. 182).

O período transitório apresentou uma elevada associação aos estadunidenses. De acordo com Visentini, o Brasil continuou a manter relações com o Leste Europeu e os países do "Terceiro Mundo", porém o governo não se esforçou para o seu crescimento diplomático ou comercial (como visto no último mandato de Vargas), mantendo um tom cordial. Por sua vez, a América Latina foi deixada em segundo plano em detrimento dos EUA (VISENTINI, 2009, p. 93).

Apesar do crescimento das produções industriais, a inflação e o pagamento da dívida externa continuavam a gerar dificuldades econômicas e sociais. O presidente possuía pouca capacidade de ação devido ao curto período de mandato; desta forma, suas ações eram limitadas.

As maiores agitações ocorreram em âmbito interno, devido à nova derrota da UDN nas eleições presidenciais de 1955 para os candidatos da associação PSD-PTB (Juscelino Kubitschek – João Goulart). A perspectiva de um golpe começou a permear com maior proeminência na esfera política entre os oposicionistas (personificados através a liderança de Carlos Lacerda) e aprofundaram-se após o ataque cardíaco sofrido por Café Filho, que levou à posse do então Presidente da Câmara, Carlos Luz, em 8 de novembro de 1955.

"No entender do General Lott e da maioria das altas patentes militares, havia em 9-10 de novembro um grave perigo de que o presidente interino estivesse ligado aos golpistas e planejasse bloquear a posse de Kubitschek e Goulart"<sup>143</sup> (LOUREIRO JÚNIOR, p. 319-22 *apud* SKIDMORE, 1988, p. 195). O "golpe pró-legalidade" liderado por Lott e que encerrou o governo de 3 dias de Luz, acarretou na posse de Nereu Ramos (então presidente do Senado) após vitória nas eleições realizadas na Câmara dos Deputados em 11 de novembro.

Como se não bastassem as sucessivas intercorrências dramáticas, no dia 21 de novembro, o ex-presidente afastado por problemas médicos, Café Filho, estava recuperado e tencionava voltar ao cargo máximo da administração pública brasileira.

---

<sup>143</sup> O temor foi explicitado em um memorando (de 14 de novembro) redigido pelos ministros das forças armadas de Nereu Ramos. LOUREIRO JÚNIOR. Golpe de novembro. pg. 319-22 *apud* SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 195.

Porém, com fortes pressões dos militares da situação – que cercaram prédios governamentais, assim como feito na derrubada de Carlos Luz –, o congresso votou pela manutenção de Ramos e posteriormente pelo estabelecimento de um estado de sítio com a duração de 30 dias, que seria prorrogado até a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

#### **4.4 O Esforço Conciliatório**

O governo JK continua sendo lembrado por seus sucessos - na industrialização - e fracassos econômicos (dívida externa e inflação). O plano de governo ambicionou desde o início implementar avanços expressivos, aspiração visível na retórica de progredir 50 anos em apenas 5 (tempo referente à duração de um mandato presidencial, que não tinha possibilidade de reeleição). Porém, deve-se ressaltar a perspicácia do então Presidente da República em esforçar-se para promover uma estabilidade política.

No Brasil, como supracitado, as pressões sociais e políticas vinham se avolumando e agravando desde a posse de Getúlio Vargas. Thomas Skidmore defende que a aplicação do projeto de industrialização de Kubitschek foi possível devido à sua capacidade política de improvisação e “(...) na marcante habilidade de Kubitschek em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos” (SKIDMORE, 1988, p. 207).

A política externa empreendida nos primeiros anos do governo alinhava mais expressamente o Brasil aos Estados Unidos da América, levando ao distanciamento de nações socialistas ou de localidades que estivessem lutando por independência e soberania nacional – principalmente na África e na Ásia – diante das forças imperialistas.

“No governo de Kubitschek, o nacional-desenvolvimentismo ficou mais evidente, mais nítido, tendo sido explicitamente estabelecido como fundamento da política externa. Soluções para problemas nacionais eram buscadas no contexto externo e o projeto de desenvolvimento nacional baseava-se em uma política de atração do capital estrangeiro favorecida pela conjuntura internacional: na América Latina, em especial, recrudescia a decepção pela falta de atenção norte-americana ao continente; com isso, afloravam os nacionalismos, o antiamericanismo e o anti-imperialismo. Juscelino Kubitschek procurou fazer conviverem duas tendências relevantes: acelerado crescimento

industrial (com alinhamento automático em relação a Washington) e nacionalismo". (MANZUR, 2014. p. 179.)

O estadista tentou equilibrar o pêndulo entre uma associação constante e irrestrita aos estadunidenses - favorecendo sua política externa e os investidores estrangeiros em solo brasileiro - ao mesmo tempo que cortejou a ala nacionalista. JK tentava evidenciar que a industrialização traria frutos para os diferentes setores da sociedade, até mesmo dentre aqueles com dissonância ideológica e de classe. Apesar de seus esforços, mostra-se incontestável que a primeira parte de seu governo foi marcada pelo alinhamento ao bloco ocidental em função da necessidade de angariar recursos para a promoção de seu projeto nacional.

Enquanto o Brasil optava pela integração ao Ocidente em função de seu desenvolvimento nacional, o Egito nacionalizava o "Canal de Suez" para amealhar recursos que lhe permitissem construir a Barragem de Assuã, obra fundamental para aumentar as terras produtíveis do país e fortalecer sua economia. A ação gerou a invasão do exército israelense e posteriormente de franceses e ingleses, que ambicionavam retomar o ponto estratégico, como também derrubar o líder egípcio de seu posto.

As ações deflagradas em Suez elevaram as tensões mundiais a níveis preocupantes; desta forma, logo após o início das confrontações entre forças egípcias e israelenses, o Conselho de Segurança da ONU foi convocado. O documento da ONU delimitou em 2 de novembro de 1956 (Resolução 997) um cessar-fogo, que foi "realçado" pelas ameaças soviéticas de ações beligerantes em defesa do Egito. No dia 7 do mesmo mês, através da resolução 1001 foi criada a "Força de Emergência das Nações Unidas" (UNEF em inglês), a qual o Brasil e mais seis países (Canadá, Ceilão, Colômbia, Índia, Noruega e Paquistão) foram convocados a compor devido a seus *status* de membros observadores.

Os pelotões enviados atuariam apenas em território egípcio - já que o governo israelense se recusou a receber combatentes a serviço das Nações Unidas em seu Estado - com instruções de compor um perímetro de neutralidade, assegurando o fim das hostilidades e a retirada dos contingentes estrangeiros invasores (franceses, israelenses e britânicos) do Egito. A nação anfitriã, como expõe Arraes Filho, possuía a capacidade de solicitar a retirada das tropas internacionais de seu território mediante diálogo com a Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho Consultivo das

Forças Emergenciais (ARRAES FILHO, 2009, p. 54), como o fez em 1967, dando fim à operação.

“Diante do apêlo que lhe foi dirigido, como Estado membro das Nações Unidas, a fim de contribuir para a formação da Fôrça de Emergência, julgou o Gôverno brasileiro que não poderia fugir à responsabilidade que deriva de sua incontestável importância no cenário mundial. Assim, o Ministério das Relações Exteriores julgou dever propor ao Senhor Presidente da República – e o fêz em Exposição de Motivos de 8 de novembro – que fôsse solicitada a devida anuência do Congresso Nacional. Sua Excelência, concordando com as razões expostas, dirigiu-se, em Mensagem de 8 de novembro, ao Congresso, o qual, por Decreto de Lei do dia 22, autorizou o Poder Executivo a tomar as providências que se fizessem necessárias para que o Brasil contribuísse com um batalhão para a constituição da Fôrça de Emergência” (Relatório MRE, 1956, p. 63).

Em 15 de dezembro de 1956 foi criado o “Batalhão Suez”, o qual partiu do território brasileiro em 11 de janeiro de 1957 e chegou a seu destino em 02 de fevereiro, atuando majoritariamente na vigilância, no desarme de minas terrestres, assim como impedindo a passagem de israelenses para o Egito e de egípcios para Israel, funções desempenhadas até o fim da missão internacional em 1967.

O relatório exposto acima evidencia a tentativa do governo nacional em projetar o país como um protagonista das ações políticas do continente americano e do mundo; desta forma, atribuía-se a responsabilidade ante ações globais, mesmo que essa responsabilidade possa lembrar práticas imperialistas perpetradas pelas potências europeias através do neocolonialismo (como um “fardo do homem branco” em sua “missão civilizatória”).

Suellen Borges de Lannes, em sua dissertação, concebeu três possibilidades para o Estado brasileiro concordar com a participação da missão de paz: o alinhamento aos EUA, a inserção na esfera internacional e os interesses econômicos no Oriente Médio (DE LANNES, 2009, p. 11).

Como supracitado, apesar da tentativa em desvencilhar-se das influências e da dependência aos estadunidenses, o país continuava se sujeitando às delimitações expostas pela potência capitalista, principalmente em assuntos observados como estratégicos por Washington. Desta forma, seguir o voto dos EUA durante os pleitos ocorridos nas Nações Unidas perpetuava as tradições históricas do país. Por sua vez, o envio de contingente brasileiro ao Egito seguiu a aprovação dos estadunidenses para a composição da “Força de Emergência das Nações Unidas”.

“O apoio dado pelos Estados Unidos para o processo de formação da missão facilitou a participação brasileira, já que com o envio de soldados o Brasil não estaria prejudicando as suas relações com o vizinho do norte. Mas dois pontos devem ser levados em consideração. Primeiro, nesse contexto, a bipolaridade da Guerra Fria não é sentida, afinal, Estados Unidos e União Soviética se aliaram e apoiaram as soluções encontradas pelas Nações Unidas. A questão central estava no “racha” do lado ocidental, que separou os interesses estadunidenses dos britânicos e franceses. Um segundo ponto diz respeito ao objetivo da missão. E é nesse ponto que o americanismo se mostra insuficiente para explicar (...)” (DE LANNES, 2009, p. 83).

A autora trata com certa irreflexão a oposição imposta pelas constantes disputas entre os blocos, pois a concordância de seus dois representantes não expressa o completo abandono de exaltações e desconfianças, assim ter um aliado como o Brasil em uma força de paz que ressalte e proteja as fronteiras de seu maior associado regional (Israel) pode ter grande valia.

O “racha”, no que lhe concerne, aparentou evidenciar um reforço dos EUA ante seu “cargo” de liderança do mundo capitalista e da periculosidade em ver-se arrastado para um conflito atômico com a URSS, porém não significou o encerramento de relações ou um golpe definitivo perante as influências das antigas nações imperialistas europeias no Oriente Médio. No primeiro capítulo desta dissertação, Mansfield expressou como o Egito não saiu completamente ileso ou vitorioso do processo, mas sofre um pesado boicote do bloco capitalista e não apenas de suas figuras europeias, apresentando uma consonância de ações (MANSFIELD, 1967, p. 52). Na segunda parte, demonstrou-se como o prestígio europeu vem declinando no Levante em relação aos estadunidenses, principalmente desde o pós-primeira guerra mundial exemplificado através dos apelos do Congresso Sírio durante a visita da Comissão King-Crane; desta forma, explicitou-se muito mais uma rusga entre aliados do que propriamente uma quebra estrutural.

O objetivo da missão pode expressar o apoio brasileiro diante da votação e a manutenção de sua associação aos norte-americanos, mas não necessariamente em toda sua completude, principalmente ao levar em consideração sua participação com contingentes militares.

“No xadrez internacional, a relação custo/benefício da missão favorecia a participação brasileira. O respaldo das Nações Unidas, a não participação de potências, o que criou um vácuo que poderia ser ocupado pelo Brasil e o caráter policial e não agressor ou interventor fizeram com que a missão fosse vista como uma oportunidade pelos decisores” (DE LANNES, 2009, p. 83).

A sujeição às delimitações estadunidenses não é sólida o suficiente para acarretar no envio de tropas brasileiras para atuarem em território egípcio por dez anos. Desta forma, como defendido por De Lannes, o Brasil observou a situação de modo oportuno, vislumbrando a possibilidade de ganhar e firmar proeminência nas Nações Unidas, mantendo sua postura de defensor perante resoluções pacíficas. A autora, por fim, rechaça sua última hipótese e aponta como as relações comerciais ainda eram tímidas entre o Brasil e o Oriente Médio em 1956.

Assim os eventos que marcaram a aceitação do convite das Nações Unidas e a formação do “Batalhão Suez” estão inseridos no desenvolvimentismo associado (1956-1958) que marca a primeira metade da política externa do governo Kubitschek e perpetua a sujeição histórica brasileira aos EUA, somado à busca por protagonismo e prestígio internacional.

#### **4.5 O Retorno à “Barganha”**

O endividamento internacional, o crescimento do custo de vida, a inflação (decorrente dos gastos públicos, dos empréstimos a setores privados, do aumento do salário real e da construção da nova sede federal) resultavam do projeto e da aplicação desenvolvimentista dos anos iniciais do governo de Juscelino; a isto, somam-se ainda as críticas oposicionistas oriundas da UDN. Por sua vez, os produtos brasileiros sofriam com a concorrência das mercadorias africanas, que entravam com tarifas reduzidas em suas metrópoles ou ex-metrópoles coloniais (VISENTINI, 2009, p.105-106). Desta forma, houve a necessidade de aplicar novas (ou velhas) estratégias frente as dificuldades internas e externas à implantação do programa industrial do então presidente da república. Em 1958 a política externa brasileira tomou novas diretrizes.

“Ao novo Chanceler caberia impulsionar a recém-lançada OPA, a retomada da política de barganha face aos Estados Unidos e a ampliação dos horizontes diplomáticos brasileiros: a América Latina em primeiro lugar, o mundo afro-asiático, os países socialistas e outros centros capitalistas passaram a merecer maior atenção” (VISENTINI, 2009, p.106).

Francisco Negrão de Lima assumia a pasta com grandes demandas, sendo a OPA (Operação Pan-Americana) uma das mais desafiadoras entre estas. JK enviou a Eisenhower o projeto que realçava a importância da composição de um programa

continental, multilateral e aplicável no longo prazo, que assegurasse a atenção e o auxílio estadunidense ao desenvolvimento das metas econômicas latino-americanas (SKIDMORE, 1988, p. 215).

A Operação Pan-Americana acabou levando à criação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), a composição de um possível mercado comum - Alalc (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) e o *Comitê dos 21* (no Conselho da OEA – Organização dos Estados Americanos), para debater formas de implementação dos objetivos ressaltados pela OPA (VISENTINI, 2009, p.112). Porém, os EUA desde o início não empreenderam grandes esforços para a concretização dos apelos latino-americanos e só passaram a dar maior atenção ao continente com a entrada física da influência soviética por meio da associação e do financiamento ao movimento cubano.

Como supracitado e exposto por Visentini, as dificuldades econômicas e as pressões sociais decorrentes levaram a política externa brasileira ao retorno à “barganha” empreendida costumeiramente por Vargas durante suas gestões. O então presidente reatou laços com países do Bloco Oriental assim como vislumbrou diversas possibilidades de estabelecer relações multilaterais com nações que estavam se tornando independentes no continente africano e asiático.

“(...) várias Embaixadas e representações diplomáticas foram abertas na Ásia e, em menor medida, na África: Ceilão, Coréia do Sul, Tailândia, Malásia, Filipinas, Vietnã do Sul, Gana e nas colônias portuguesas de Angola e Moçambique. Além disso, várias missões de observação foram enviadas à Ásia. O Brasil, por sua vez, foi visitado por várias missões e autoridades afro-asiáticas, mas manteve os contatos num nível modesto, especialmente no tocante à África” (VISENTINI, 2009, p.115-6).

Deve-se ressaltar que os contatos brasileiros com os Estados recém-independentes ocorriam mediante o reconhecimento destas nações por suas antigas metrópoles coloniais, evidenciando o contínuo alinhamento e consentimento às votações e ações empreendidas pelas potências Ocidentais (EUA, Grã-Bretanha e França).

Além das representações diplomáticas expostas acima, o Brasil, em 28 de fevereiro de 1958 (três dias após o reconhecimento estadunidense), abriu uma

Embaixada no Cairo por meio do decreto nº 43.294<sup>144</sup>. A ação pode gerar estranheza, pois desde 1953 o Brasil havia mudado o *status* de sua representação diplomática no Egito de uma Legação para uma Embaixada.

O fato ocorreu devido à formação da República Árabe Unida (RAU) em 1 de fevereiro de 1958<sup>145</sup>. O decreto expõe: “Art. 1º Fica criada a Embaixada do Brasil junto à República Árabe Unida, com sede no Cairo” (BRASIL, 1958; Documento 1 – anexo). Como a localidade já possuía um corpo diplomático, o documento vem reconhecendo, por parte do governo brasileiro, a legalidade e a legitimidade do novo Estado. “Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário” (BRASIL, 1958; Documento 1 – anexo). O segundo tópico expõe a ruptura e a revogação de delimitações contrastantes, como a existência da Embaixada brasileira no Egito, pois este unira-se à Síria formando uma nova nação, uma nova identidade, assim a representação do Brasil não era no Cairo, capital egípcia, mas no Cairo, a sede administrativa da RAU. Deste modo, o estreitamento das relações multilaterais ambicionado por Kubitschek passava pela aceitação e pelo reconhecimento frente ao panorama internacional.

Ainda em 28 de fevereiro de 1958, um novo decreto (nº 43.295)<sup>146</sup> determinou “Art. 1º Fica criado o Consulado Geral do Brasil em Damasco, Província da Síria, República Árabe Unida”. (BRASIL II, 1958; Documento 2 – anexo). Anteriormente à medida, a representação brasileira se dava através de uma Legação composta em 1951, que foi oficialmente revogado por meio do segundo artigo: “2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário” (BRASIL II, 1958; Documento 2 – anexo). A fundação de um Consulado Geral em Damasco evidencia a importância dada à República Árabe Unida pelo governo brasileiro, pois é apenas após a sua formação que há uma mudança de *status* hierárquico da missão diplomática brasileira na região. Desta forma, como De Lanne ressaltou, talvez JK não teria mandado o “Batalhão Suez” com a intenção de estabelecer relações comerciais ou o estreitamento de laços regionais, porém com a

---

<sup>144</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43294-28-fevereiro-1958-382112-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 08/06/2020.

<sup>145</sup> A formação da República Árabe Unida foi anunciada em 01 de fevereiro de 1958, porém a data utilizada como oficial é 22 de fevereiro de 1958, momento onde o referendo popular sírio optou pela união (PARKER, 1962, p. 18).

<sup>146</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43295-28-fevereiro-1958-382114-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 08/06/2020.

mudança diante da política externa brasileira e a envergadura alcançada por Nasser perante o unionismo empreendido e a retórica neutralista, esta perspectiva pode ter se alterado.

Os capítulos anteriores apresentaram um panorama histórico tanto egípcio quanto sírio, expondo os eventos que levaram à ascensão de Nasser, do Baath e da união nacional. Na primeira parte, observamos como o nacionalismo árabe ganhou força e projeção devido à sua utilização pelo líder egípcio, portanto a ideologia que circulou com maior intensidade e era explorada por filósofos e líderes nacionais - como Abd Allah al-Nadim, Mustafa Kamil, Saad Zaghlul e Taha Husayn - era o nacionalismo egípcio, que expunha o particularismo da localidade. Também não devemos esquecer da capacidade de captação e arregimentação do Islã, expresso através da Irmandade Muçulmana.

No segundo capítulo, retratou-se a realidade síria exibindo o complexo panorama existente. O nacionalismo árabe, que encontrou sua expressão mais ressonante no Partido Baath, também não foi uma unanimidade no território, tendo que competir com o tradicionalismo regional pautado em características étnicas e religiosas, como exemplificado pela figura e o movimento do Sultão Pasha al-Atrash em Jabal al-Druze; as influências de Faysal e suas ambições monárquicas; o nacionalismo defensor da “Grande Síria”; a dispersão e o crescimento do comunismo e do Partido Social Nacionalista Sírio (PSNS) – criado pelo libanês Antoun Saadeh, que veio com a família para o continente americano e, depois de alguns anos morando nos EUA, radicou-se no Brasil, onde permaneceu de 1921 a 1930, quando retornou ao Líbano, porém voltou a terras brasileiras entre 1938-1939 ambicionando expandir o partido, momento em que fundou o jornal “*Suriya al-Jadida*” (Nova Síria), que circulou em São Paulo até 1941 (BERCITO, 2019, p. 71).

O Egito e a Síria possuíam características políticas, econômicas, linguísticas e sociais particulares, desta forma, a união nacional para a fundação da República Árabe Unida trouxe a intensificação e uma reafirmação identitária “árabe” em detrimento da “síria” e da “egípcia”. O reconhecimento internacional permitia trabalhar e ampliar esta nova identidade e soberania, evidenciando às demais comunidades do “mundo árabe” e aos árabes que viviam em outras localidades que era possível a

composição de um Estado que se colocasse como um agente ativo dentro das relações internacionais.

Os contatos entre as comunidades migrantes (assim como as de seus descendentes) e a terra de origem não haviam arrefecido, mas se mantinham “estáveis”, como evidenciado pela experiência de Antoun Saadeh e sua intenção de expansão partidária. Além disso, pode-se ressaltar a importância da comunidade árabe migrante vinda às Américas através do *Adab al-Mahjar*<sup>147</sup> - movimento intelectual literário iniciado no século XX e praticado por imigrantes que expunham a dialética entre as origens e a nova realidade.

“A união de 1958 entre Síria e Egito na República Árabe Unida (RAU) e a união de seus respectivos corpos diplomáticos no Brasil chamaram a atenção dos diretores da Câmara - ainda majoritariamente descendentes de sírio-libaneses - interessados em ampliar ‘as relações com os países árabes’. No mesmo ano, eles se reuniram com o Cônsul Geral da República Árabe Unida no Brasil e adotaram o nome de Câmara de Comércio Árabe Brasileira (Câmara de Comércio Árabe Brasileira 1998, pg. 37 in: KARAM, 2007, p. 31)”.<sup>148</sup>

A Embaixada da República Árabe Unida em solo brasileiro enraizou-se na rua Muniz Barreto na então capital federal, o Rio de Janeiro. O imóvel fora adquirido em 1951 e pertencia ao governo sírio, porém após 1958 converteu-se no estabelecimento do corpo diplomático da RAU.

Karam ressalta como a “Câmara de Comércio Sírio-Libanesa” adotou o nome de “Câmara de Comércio Árabe Brasileira” em 1958 devido à criação da República Árabe Unida e de suas influências.

Apesar de ser composta em sua grande maioria por integrantes de famílias oriundas da Síria, há um fator econômico por meio do qual vislumbrou a possibilidade de expandir as relações para as demais localidades árabes. Mediante a perspectiva de difusão comercial, o autor argumenta que houve necessidade de adequar-se à

---

<sup>147</sup> Para aprofundamento do tema, vide FARAH, Paulo Daniel. “Árabes e descendentes no Brasil: das primeiras presenças no país à renovação cultural na América do Sul” in *Presença Árabe na América do Sul*. São Paulo: Edições BibliASPA, 2010.

<sup>148</sup> Do original: “The 1958 union between Syria and Egypt in the United Arab Republic (UAR) and the joining of their respective diplomatic corps in Brazil caught the attention of the chamber’s directors—still overwhelmingly of Syrian–Lebanese descent—who were interested in widening ‘relations with Arab countries’. In the same year, they met with the General Consul of the United Arab Republic in Brazil and adopted the name Arab Brazilian Chamber of Commerce.”

linguagem, aos eventos e à identidade que se apresentavam na localidade que se almejava penetrar.

As influências da República Árabe Unida não podem ser encaradas com nugacidade. Mesmo configurando a mudança do nome da Câmara de Comércio de “Sírio-Libanesa” para “Árabe Brasileira” como um interesse explicitamente comercial, este evento só ocorre mediante o influxo gerado pelo Estado recém composto. Assim há a presença e a atuação da ideologia pan-arabista em solo brasileiro.

“Tal arabismo, no entanto, é distinto de sua manifestação anterior na década de 1950. Naquela época, a câmara ‘Síria e Libanesa’ mudou seu nome para ‘Árabe Brasileiro’, refletindo o apogeu do nacionalismo árabe na união de três anos entre a Síria e o Egito como a República Árabe Unida. O arabismo atual da Câmara tem mais a ver com mudanças socioeconômicas dentro e fora do Brasil (KARAM, 2007, p. 38).<sup>149</sup>”

John Karam destrincha a situação ao expressar que a mudança de nome ocorrida em 1958 reflete o *status* elevado alcançado pelo nacionalismo árabe defendido e representado pela RAU, reforçando a perspectiva de que a ideologia adentrou e atuou em território brasileiro, mesmo que inicialmente de maneira indireta.

“A criação da RAU reverberou em todo o mundo árabe e Nasser se assegurou de que assim fosse. Ele conclamou todos os Estados árabes a se juntarem à RAU em sua inevitável marcha rumo à unidade e à glória e desafiou a Jordânia e o Iraque a seguirem os passos da Síria e Egito. Seus discursos eram transmitidos pelo rádio e as ruas do mundo árabe ficavam vazias, pois todos iam para casa ouvi-lo e, depois, as populações saíam pelas ruas exigindo que seus governantes cedessem aos apelos de Nasser e ingressassem na RAU” (BARNETT in: FERABOLLI, 2013, p. 57).

A linguagem era a do pan-arabismo defendido e explorado por Nasser nos discursos transmitidos através dos aparelhos de rádio, onde se apelava para a composição de um único Estado árabe (sobre sua liderança) que caminharia em direção à glória, desta forma era a supressão das identidades anteriormente estabelecidas artificialmente em detrimento do “ser e reconhecer-se árabe”. A pressão popular perante os governos da Jordânia, do Iraque e do Líbano era tremenda - ainda mais após a união do Iêmen do Norte à República Árabe Unida (formou-se uma confederação denominada de Estados Árabes Unidos). Não responder ao

---

<sup>149</sup> Do original: “Such Arabness, however, is distinct from its prior manifestation in the 1950s. At that time, the ‘Syrian and Lebanese’ chamber had changed its name to ‘Arab Brazilian,’ reflecting the zenith of Arab nationalism in the three-year union between Syria and Egypt as the United Arab Republic. The chamber’s current Arabness has more to do with socioeconomic changes in and beyond Brazil.”

chamado e recusar-se à agregação de modo veemente era descartar o código mais aceito pela população, o nacionalismo árabe.

#### 4.6 Atuação diplomática

O embaixador escolhido por Nasser para atuar em território brasileiro foi Jamal al-Farra, nascido na cidade de Damasco. Muitas conjecturas podem ser levantadas a respeito de sua nomeação, como a possível escolha de um representante diplomático sírio para atuar em um país com laços históricos com populações migrantes oriundas desta localidade. No entanto, mostra-se um fato também a proeminência do indivíduo designado para a função.

O enviado atuou como embaixador da Síria na Suécia - e não residente na Noruega, Dinamarca e Finlândia - durante o regime de Adib Shishakli; posteriormente em 1955 (governo de Hashim al-Atasi) foi embaixador na República Democrática Alemã e com o governo de Shukri al-Quawatli, em 1956, tornou-se embaixador residente na URSS e como não residente na República Popular da Polônia. “Em 1958, a Síria e o Egito se fundiram para formar a República Árabe Unida (RAU) e o presidente Gamal Abd al-Nasser nomeou Farra como embaixador da RAU no Brasil. Ele ocupou o cargo até que a RAU foi dissolvida em setembro de 1961”<sup>150</sup> (MOUBAYED, 2006, p. 409).

Farra era um profissional destacado na política externa síria, tanto que ocupou um cargo proeminente dentro do tencionado território alemão e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, grande líder do bloco oriental e uma das principais potências mundiais do período. Além disso, após a experiência brasileira, foi ministro de relações exteriores e embaixador na Alemanha Ocidental e na Itália (MOUBAYED, 2006, p. 410).

A pesquisa não conseguiu constatar documentalmente as possíveis intenções de Nasser em estabelecer uma figura tão proeminente em solo brasileiro, porém não se pode verificar a situação como um mero acaso, principalmente ao se observar o

---

<sup>150</sup> Do original: “In 1958, Syria and Egypt merged to form the United Arab Republic (UAR) and President Gamal Abd al-Nasser appointed Farra UAR ambassador to Brazil. He held office until the UAR was dissolved in September 1961”.

grande contingente de árabes e seus descendentes no país. Jamal al-Farra atuou ativamente durante o seu período de embaixador da República Árabe Unida no Brasil e seu contato com a “comunidade árabe” foi constante.

Documento Iconográfico 1 – Evento em homenagem a Riskallah Jorge

## HOMENAGEM AO DESPRENDIMENTO

*Sob as vistas do Sr. Nagib Riskallah, descerram a placa comemorativa da inauguração do Edifício Riskallah Jorge, Dna. Zakie Riskallah Jorge e o Embaixador Jamal El Farra*



Acima, observa-se a participação de Farra na inauguração do edifício social do Esporte Clube Sírio, construção que foi nomeada em tributo a Riskallah Jorge Tahan. O homenageado nasceu na cidade de Aleppo (com família oriunda da Armênia) e no final do século XIX migrou para o Brasil, mais precisamente para a cidade de São Paulo, local onde estabeleceu uma próspera empresa de fundição de cobre, posteriormente também explorou outros ramos empresariais, estes fatores o levaram a uma acentuada ascensão econômica e social.

<sup>151</sup> SÍRIO. *Homenagem ao Desprendimento*. Nº 33, Jan – Fev, 1959, p. 16.

O personagem atuou ativamente dentro da comunidade migrante em solo brasileiro (participou da criação do Clube Sírio Libanês), até mesmo mediante contribuições para a construção da Igreja Apostólica Armênia do Brasil (inicialmente em 1938 e posteriormente em 1949), do Hospital Sírio e do prédio principal do Esporte Clube Sírio.

No documento iconográfico, observa-se a homenagem prestada no dia 6 de dezembro de 1958 a esta personalidade com grande influência e contribuições dentro da comunidade sírio-libanesa brasileira. Devido a seu falecimento em 1949, o mesmo foi representado por sua esposa (Dna. Zakie Riskallah Jorge) e seu filho Nagib Riskallah.

Como supracitado Farra era de origem síria, porém naquele momento representava a República Árabe Unida, que prestava tributo através da presença e participação no evento. Desta forma, apesar do Esporte Clube Sírio não ter assumido uma nova nomenclatura que abarcasse a identidade evocada e trabalhada (a de ser e se reconhecer como árabe) pelo nacionalismo árabe empreendido pela RAU, a presença de seu representante expressa o reconhecimento diante da unificação empreendida nos primeiros meses de 1958. Não há sentido em consentir com o comparecimento de um representante de uma nação cuja legalidade e legitimidade não se reconheçam.

Documento Iconográfico 2 – Reportagem do evento

# Inauguração do Edifício-Sede

## DOAÇÃO DE UM MILHÃO DE CRUZEIROS PELA FAMÍLIA RIZKALLAH PARA O INÍCIO DAS OBRAS DO GINÁSIO!

**INAUGURAÇÃO DO EDIFÍCIO SÉDE** — No dia 6 de Dezembro de 1958, a Diretoria do Esporte Clube Sírio, promoveu uma reunião festiva, em sua sede social, afim de prestar uma justa homenagem ao Com. Riskallah Jorge, o qual soube durante sua útil existência prestar a tôdas as entidades e associações da nossa coletividade, o mais decisivo e desinteressado apôio, principalmente ao nosso clube, para o que, não só éle como tôda a sua família colaboraram e ainda colaboram decididamente pelo seu progresso.

Essa homenagem consistiu na inauguração oficial do Edifício Séde, com o nome do saudoso Com. Riskallah Jorge.

Para que essa reunião tivesse a expressão a que fazia jús, apesar dos insistentes pedidos da família para que se constituísse uma festa íntima, a Diretoria aproveitando a estada nesta Capital do Exmo. Snr. Embaixador da Rep. Arabe Unida, Sr. Jamal El Farra, convidou-o para, juntamente com a Exma. Sra. D. Zakkie Riskallah Jorge, paraninfar o ato.

Assim é que às 18 horas com

a presença do Embaixador Sr. Jamal El Farra, do Consul. Abdul Magid Trabussi de diversos presidentes de Clubes co-irmãos, e de outras personalidades, fez uso da palavra, em nome do Esporte Clube Sírio o nosso Conselheiro Deputado Camillo Aschkar, o qual, em brilhante improviso soube traduzir toda a gratidão do nosso Clube, da nossa gente, não só ao saudoso homenageado como a tôda a família Riskallah Jorge, que tem sabido continuar, e mesmo ampliar as obras e as realizações do eu patrono. ➡

*O dr. Alberto Rizkallah, em nome de sua família, faz, solenemente, a oferta de um milhão de cruzeiros para o início das obras do ginásio.*



152

O segundo documento iconográfico apresenta o início da matéria jornalística e a sua mais completa exaltação à figura homenageada. É ainda no mesmo trecho que

se revela o convite para o comparecimento, na posição de paraninfo, do então embaixador da RAU, Jamal al-Farra, que fazia visita à cidade de São Paulo e prontamente atendeu à solicitação, porém este não foi o único membro do corpo diplomático do país; a ocasião também contou com a presença de Abdul Magid Trabussi, encarregado do cargo de Cônsul da República Árabe Unida – o mesmo havia atuado como embaixador da Síria no Chile em 1957.

O evento pareceu vantajoso para ambas as partes envolvidas. De um lado, a família e o clube recebiam diplomatas que atestavam a importância da instituição e da personalidade homenageada para além da perspectiva comunitária, em âmbito internacional, mais precisamente, no que se refere a sua localidade de origem.

Por um outro prisma, o tributo reuniu diversas personalidades de “clubes coirmãos”, assim, vários membros proeminentes da comunidade sírio-libanesa brasileira estavam presentes na ocasião, tornando um momento interessante para que os representantes da “recém-composta” República Árabe Unida estabelecessem contatos. Além de que a simples presença de ambos os encarregados traduzia a ideologia da nação que representavam.

#### Documento Iconográfico 3 – Troféu Juscelino Kubitschek



*O Presidente do Clube explica ao Embaixador da RAU, o significado do Troféu Juscelino Kubitschek*

153

O documento acima mostra o presidente do Esporte Clube Sírio, Afif Cury, apresentando e explicando o significado do troféu do “Torneio Juscelino Kubitschek”. A competição foi concebida em Minas Gerais pelo Esporte Clube Sírio de Belo

<sup>153</sup> SÍRIO. *Inauguração do Edifício-Sede*. Nº 33, Jan – Fev, 1959, p. 20.

Horizonte no ano de 1952 como uma forma de prestar um tributo ao então Governador do Estado. O campeonato tencionou congregar em uma disputa esportiva a comunidade sírio-libanesa do Brasil, desta forma, reuniram em um quadrangular de basquetebol o idealizador, o Esporte Clube Sírio de São Paulo, o Clube Sírio Libanês do Rio de Janeiro e, na falta de um representante, convidaram o Minas Tênis Clube, que prontamente aceitou.

A cena é um tanto curiosa, pois exhibe um troféu que tem o intuito de congregar a comunidade sírio-libanesa residente em solo brasileiro e que presta homenagem a Juscelino Kubitschek, antigo governador de Minas Gerais e então Presidente da República, a um diplomata que representa uma nação que evoca a união dos estados árabes e é o resultado da agregação de dois destes (a Síria e o Egito).

#### Documento Iconográfico 4 – Chegada do embaixador e sua comitiva



*Chegada do Embaixador e sua comitiva*

154

O documento iconográfico acima evidencia a chegada da comitiva da República Árabe Unida ao evento, sendo recepcionada por Afif Cury, então presidente do Esporte Clube Sírio. No entanto, deve-se atentar ao plano de fundo, onde se evidenciam três bandeiras: a do Estado de São Paulo, a do Brasil e a da RAU.

Muitas bandeiras empregadas por países árabes (Egito, Síria, Iraque, Jordânia, Kuwait, Palestina, Sudão, Emirados Árabe Unidos e Iêmen) se utilizam da combinação de quatro cores (vermelho, branco, verde e preto), mudando apenas a sua

<sup>154</sup> SÍRIO. Inauguração do Edifício-Sede. Nº 33, Jan – Fev, 1959, p. 21.

estruturação. Sua ocorrência não é coincidência, baseiam-se nos padrões de cores usados na bandeira da Revolta Árabe de Hussein contra o Império Turco-Otomano iniciada em 1916. Cada cor representava um período ou um movimento islâmico de importância – o preto simboliza o Profeta Muhammad, o branco reflete o Califado Omíada, o verde alude ao Califado Fatimída e o vermelho remete aos Carijitas. E foram através das ambições e promessas territoriais feitas ao Xerife de Meca, assim como por meio de sua luta contra a opressão otomana, que essas cores juntas passaram a representar as perspectivas pan-arabistas (al-Husri; Khaldun, 1966, p. 46)

A bandeira presente na fotografia era a da RAU, mas pode passar despercebida, pois é igual à utilizada pelo Estado sírio na atualidade - dividida em três partes, sendo a superior vermelha, o meio branco contendo duas estrelas verdes e a parte inferior preta. Este símbolo em questão foi adotado apenas em 1958 após a união da Síria com o Egito (representados pelas estrelas centrais). Anteriormente a este momento, o Estado sírio utilizava uma bandeira que também era dividida em três partes, porém a parte superior era verde, o centro branco com três estrelas vermelhas que simbolizavam revoltas anticoloniais e a sua parte inferior trazia a cor preta.

O ato de hastear a bandeira da República Árabe Unida evidencia o reconhecimento da comunidade representada pelo Esporte Clube Sírio diante da unificação anunciada nos primórdios de 1958, expressando e dando legitimidade à ação dentro de uma coletividade com proeminência e alcance considerável na esfera política e econômica do Brasil (como observado pelo exemplo de Riskallah Jorge Tahan).

Nenhuma nação tem o seu símbolo visual hasteado em outro país ou região sem o devido reconhecimento internacional ou local. Tomamos como exemplo a República da Somalilândia, que em 1991 declarou a sua independência da Somália, mas não é reconhecido internacionalmente, desta forma não tem sua bandeira exposta na ONU, em competições internacionais ou no Brasil.

#### **4.7 Contatos se estreitam**

Os últimos anos do governo de Juscelino Kubitschek foram conturbados. O Presidente da República tentava conciliar a conclusão de seu “Plano de Metas” com um programa anti-inflacionário que tencionava estabilizar os aumentos constantes gerados pela inflação. As dificuldades se acentuavam não apenas pela simples incompatibilidade diante de uma perspectiva de manutenção dos altos investimentos e de um programa de austeridade, mas devido às pressões vindas de diferentes setores que se avolumavam; no entanto, as provenientes do exterior reservaram especial preocupação. Pareceres negativos vindos dos EUA e do FMI (Fundo Monetário Internacional), relativo ao programa de contenção, poderiam significar uma dificuldade em acessar novos empréstimos ou renegociações internacionais.

“Em junho de 1959, Kubitschek fez sua opção. No meio de uma efervescente atmosfera política, deu ordens a seus representantes em Washington para que rompessem as negociações com o FMI. Diante do dilema da escolha entre prosseguir o programa para a obtenção de suas metas e a necessidade de conter a economia doméstica a fim de satisfazer os credores estrangeiros e os partidários brasileiros do programa antiinflacionário, Kubitschek optou pelo primeiro caminho” (SKIDMORE, 1988, p. 223).

JK capitaneou o evento a seu favor dando à ação perspectivas e justificativas nacionalistas, elementos que renderam diversos elogios provenientes de diferentes espectros da sociedade brasileira descontentes com a postura estadunidense em relação ao Brasil. A conclusão do plano desenvolvimentista era primordial para suas perspectivas propagandísticas e políticas, que vislumbravam um novo mandato a partir de 1965; já a iminência do fim de sua administração permitia que o político deixasse os problemas resultantes de seu governo para o próximo chefe do executivo.

“A medida e o tom do discurso visavam não só obter apoio interno, como desafiar Washington a reagir de forma mais positiva, pois os Estados Unidos recusavam créditos demandados pelo Brasil e esvaziavam a OPA. Como de costume, os americanos desejavam apenas discutir projetos específicos por país, recusando a discussão de um plano econômico abrangente para a região” (VISENTINI, 2009, p.116).

O foco de Eisenhower permanecia na ilha próxima à Florida, relegando pouca atenção aos demais países americanos e suas perspectivas desenvolvimentistas, descaso este que gerou descontentamento em diferentes camadas da comunidade brasileira como a imprensa, estratos marcadamente anti-imperialistas, nacionalistas, entre outros.

Quando os estadunidenses constataram a dificuldade de isolar as influências da Revolução Cubana unicamente a seu território – como visto através da visita de

Fidel Castro ao Brasil ainda em 1959 – decidiram dedicar maior atenção aos demais países que compunham o continente americano. Com as alterações impostas pelos eventos e os conflitos internacionais, o Brasil conseguiu no ano seguinte estabelecer negociações mais vantajosas com o FMI.

A política externa brasileira não retornou ao estágio de associação irrestrita diante da “benevolência” dos EUA e do FMI, mas permaneceu com o empreendimento de sua “barganha” no restante do governo Kubitschek. Deve-se ressaltar que apesar da busca por maior autonomia internacional a medida só iria transformar-se em um programa efetivamente multilateral a partir da implementação da “Política Externa Independente” (PEI) iniciada com Jânio Quadros.

As medidas retomadas por JK não eram levianas ou arranjadas desorganizadamente, desta forma o Brasil buscava novas oportunidades e parcerias, apesar das limitações autoimpostas (negociar apenas com nações recém-independentes que possuíssem reconhecimento de suas antigas metrópoles coloniais, manter relações superficiais com o bloco oriental) e da dificuldade em transpassar as influências estadunidenses e de seus apoiadores incondicionais dentro da sociedade brasileira.

Com a política externa buscando maior autonomia e seguindo as perspectivas e diretrizes da “barganha” iniciada em 1958, os anos finais da década de 1960 marcaram uma maior aproximação entre o Brasil e a República Árabe Unida, expressos tanto em níveis civis e comunitários, como também institucionais, entre duas nações soberanas que buscavam o estabelecimento de ações multilaterais.

Documento Iconográfico 5 – Festa do Rei Momo



O cônsul da Rau, Sr. Ali Hamdi Hussein, Sra. Salim Rizkallah Jorge, Sra. do cônsul e o Presidente Salim Rizkallah Jorge, Sr. Jamil Maluf, Dr. Hene Mansour Sadek

155

No documento, observa-se a presença do cônsul da RAU participando de um evento social do Esporte Clube Sírio. O contato entre a associação recreativa e o corpo diplomático foi constante durante a existência da nação em questão. Ressalta-se que o comparecimento não se resumiu a momentos solenes, que envolviam tributos a figuras proeminentes da comunidade, mas abarcou diferentes festejos, como a “festa do Rei Momo”, exposta acima. O “Rei Momo” é uma figura comumente escolhida para representar o grande rei do carnaval. O festejo, por sua vez, não é historicamente criado em território brasileiro, mas se integrou fundamentalmente em sua cultura.

#### Documento Iconográfico 6 – Festa do Rei Momo II

<sup>155</sup> SÍRIO II. *Festa do Rei Momo II*. Nº 39, Abr, 1960, p. 19.



*Alfredo N. Rizkallah, Presidente Salim Rizkallah Jorge, Vice-Cônsul da R.A.U., o Cônsul da R.A.U. e Sra., D. Alice Rizkallah e Sra. Alberto Rizkallah.*

156

Estabelecer diálogos e contatos com membros proeminentes da comunidade migrante, assim como cultivá-los, são importantes para mostrar proximidade e preocupação, principalmente na tentativa de galgar cada vez mais legitimidade e adeptos ante as ideias defendidas pela composição e existência da República Árabe Unida. A ação não fugia ou se mostrava excepcional ou algo jamais realizado anteriormente, mas a exemplificação de um dos trabalhos efetuados pelo corpo diplomático, resguardar sua “população” e descendentes em outras localidades.

Os documentos iconográficos apresentados evidenciam a tentativa e o esforço dos diplomatas da RAU, portanto do próprio Estado que representavam, em estabelecerem diálogos e se mostrarem “sensíveis” a indivíduos historicamente oriundos de seu território (principalmente aqueles detentores de envergadura política e econômica). Além disso, não se deve esquecer que muitos destes ainda possuíam contatos com seus locais de origem, podendo constituir um ponto de influência significativo em regiões que ambicionavam captar em seu círculo gravitacional, como por exemplo o Líbano.

Alguns destes pontos podem aparentar estranheza por sua sutileza, mas a atuação diplomática é complexa e demanda diferentes abordagens. No primeiro

<sup>156</sup> SÍRIO II. *Festa do Rei Momo*. Nº 39, Abr, 1960, p. 21.

capítulo, evidenciou-se o papel central do protagonismo cultural e tecnológico egípcio na região. Nasser se utilizou de materiais didáticos, de professores, da fama e do amor exacerbado à cantora Umm Kulthum e, principalmente, da rádio “A Voz dos Árabes”. O líder sabia se utilizar de diversos elementos para propagar sua ideologia.

#### Documento Iconográfico 7 – Arraial



*A mesa do Presidente e Vice-Presidente, Srs. Salim Rizkallah Jorge e Afij Cury, que contou com a honrosa presença do Cônsul e Consulesa da RAU. Além das espôsas dos presidentes, vemos também a sra, Michel Nahas.*

157

Acima, observa-se novamente a presença de um membro do corpo diplomático da República Árabe Unida participando de uma festa com nuances populares, tradicionalmente compartilhada pelos brasileiros. Ressalta-se a interação cultural entre as localidades.

O contato não ocorreu apenas dentro da comunidade migrante ou com seus descendentes, mas também em outros ambientes e com personalidades políticas do Brasil. No dia 20 de janeiro de 1960, o jornal carioca “Luta Democrática” noticiou a homenagem realizada ao embaixador da RAU, Jamal El-Farra, em um restaurante da cidade do Rio de Janeiro (matéria transcrita integralmente em anexo).

O tributo referia-se à partida do diplomata para a Síria, onde gozaria de suas férias. O evento contou com diversas personalidades do quadro comunitário e da política brasileira, como o deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro Tenório Cavalcanti, que conjuntamente com Hugo Badessarini fundara o jornal em evidência, “Luta Democrática”, que expunha suas perspectivas políticas através de uma

<sup>157</sup> SÍRIO III. *Arrasta-pé do Sírio*. Nº40, Jul- Ago, 1960, p. 12.

linguagem sensacionalista e com apelo populista. O periódico apresentou certa penetração dentro da população carioca.

O parlamentar montou forte oposição ao governo de Getúlio Vargas, assim como permaneceu antagônico ao governo Kubitschek; filiado à UDN aproximou-se de Carlos Lacerda e sua retórica agressiva, porém Cavalcanti possuía um apelo mais popular do que o seu colega de partido, acessando com mais facilidades as camadas mais populares da sociedade. O mesmo recebia diversas ameaças de morte, tendo sofrido alguns atentados de fato, andava fortemente armado com uma submetralhadora (confiscada pelo exército) e longas vestes, sendo comumente denominado de “o homem da capa preta” (a história virou um filme estrelado por José Wilker). Também foi investigado pelo assassinato do delegado Albino Imparato (1953), evento que mobilizou diferentes figuras políticas em sua defesa.<sup>158</sup>

Ainda compareceram ao evento o embaixador da República do Líbano, Raif Abillama, o desembargador Milton Barcelos, o deputado federal pelo Rio de Janeiro Benjamin Farah, os conselheiros Alberto Curi (Líbano) e Mahomed Ali (República Árabe Unida), representantes eclesiásticos, convidados, o deputado eleito pelo Ceará Ernesto Valente e membros da União Sírio-Brasileira - organizadora do evento.

A ocasião foi tomada de discursos que enalteceram o homenageado, como observado nas palavras de Afif Habib Abduche, Secretário da União Sírio-Brasileira: “S. Exa. durante a permanência entre nós, pelo seu elevado grau de cultura e inteligência, a par de sua grande bondade, conquistou toda nossa estima, simpatia e profunda admiração” (LUTA DEMOCRÁTICA, 1960. p. 2). O texto obviamente apresenta aspectos tendenciosos, pois é um evento destinado ao tributo a Jamal al-Farra, assim seria contraditório observar críticas, porém se pode observar que houve um contato constante entre o diplomata e a organização que estava sendo representada, reforçando a aproximação com comunidades árabes.

“Vários outros oradores se seguiram, como o deputado Benjamin Farah, o sr. conselheiro da embaixada da República Árabe Unida, sr. Mahomed Ali, o desembargador, Milton Barcelos, - muito aplaudido, - S. Exa. o embaixador do Líbano, sr. Emir Raif Abillama e, finalmente, o deputado Tenório Cavalcanti que, num vibrante improviso, discorreu sôbre a positiva atuação do ilustre

---

<sup>158</sup> Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cavalcanti-tenorio>>. Acessado em: 17/10/2020.

embaixador da RAU, junto ao nosso País, que tão bem se plantou na simpatia do povo brasileiro.” (LUTA DEMOCRÁTICA, 1960. p. 2).

O trecho acima expõe as diferentes personalidades que dedicaram algumas palavras para o embaixador da República Árabe Unida, mostrando-se interessante observar a presença do diplomata libanês na ocasião, principalmente em função dos eventos que permearam os conflitos de 1958 e as acusações feitas a Gamal Abdel Nasser, o presidente da RAU. Ainda se expressa a fala de Tenório Cavalcanti, que revelou que existe uma atuação para além do quadro comunitário e que esta, em seu ponto de análise, é positiva, deixando uma boa imagem e aceitação por parte da população brasileira.

“O deputado Ernesto Valente, da bancada do Ceará, antes do agradecimento do homenageado pediu a palavra em nome de sua terra, dirigiu ao sr. Jamal El-Farra, carinhosa saudação. Comovido, o embaixador agradeceu a homenagem. Na oportunidade fez um brinde aos presidentes do Brasil, da RAU e da República do Líbano. Referiu-se com entusiasmo e com simpatia ao gesto de moças brasileiras em enviar presentes para o povo árabe. Disse ainda que na sua infância, através de fotografias, admirava a paisagem do Norte e Nordeste do Brasil. Finalizando prometeu visitar aquelas regiões brasileiras, quando do seu regresso, bem como a residência do deputado Tenório Cavalcanti. O parlamentar fluminense, adiantou ao embaixador da RAU, que as portas de sua residência estariam abertas para S. Exa. a qualquer hora e em qualquer oportunidade.” (LUTA DEMOCRÁTICA, 1960. p. 2).

Pode-se constatar a fala de mais um legislador brasileiro destinada à figura em destaque, este provindo da região nordeste do país. Por sua vez, Jamal al-Farra expressa o seu agradecimento, perpassando a homenagem e o respeito para os três governantes das nações presentes na ocasião, Juscelino Kubitschek do Brasil, Gamal Abdel Nasser da República Árabe Unida e Fuad Chehab do Líbano. Segue expondo o envio de presentes para o “povo árabe”, não para os sírios e os egípcios, assim consta-se na retórica do representante diplomático a ideologia exposta e defendida por seu país, onde se suprimiram as identidades anteriores em detrimento de outra fortemente trabalhada.

Por fim, encerra-se a notícia com a revelação da intencionalidade de Al-Farra em conhecer outras regiões do país, assim como a casa de Tenório Cavalcanti, que se mostrou receptivo e hospitaleiro; sua residência era conhecida nacionalmente como a “fortaleza”, localidade fortificada devido aos atentados sofridos pelo deputado.

A reportagem, por mais que exalte profundamente a figura homenageada e todos os envolvidos no evento, expõe a ação do embaixador da República Árabe

Unida dentro do ambiente parlamentar brasileiro, revelando contatos com figuras de diferentes espectros políticos, como Tenório Cavalcanti, filiado à UDN e integrante de uma ala mais radical e agressiva (antivarguista e na oposição ferrenha às ações do governo JK); por outro lado há a figura de Benjamin Farah, integrante do PSP de Adhemar de Barros, que posteriormente retornará ao PTB de João Goulart; já Ernesto Valente era associado ao PSD, “partido tradicionalista” que lançava Henrique Teixeira Lott à corrida eleitoral. Desta forma, só abordando as personalidades existentes, observa-se que Al-Farra tramitava entre os diferentes quadros políticos nacionais e aparentemente com relativo prestígio.

As relações entre as nações não permearam apenas diante de seus cidadãos, de suas associações comunitárias ou de seus integrantes políticos, mas se configuraram de modo institucional, através da tentativa de aprofundamento dos laços por meio de um Acordo Cultural.

#### **4.8 O Acordo Cultural**

O tratado foi firmado por Fernando Ramos de Alencar (Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil) e Hussein Zulfikar Sabri (Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Árabe Unida) em 17 de maio de 1960 e logo em seu primeiro parágrafo expressava sua intencionalidade: “O presente Acordo tem por finalidade promover e desenvolver, por meio de uma colaboração amistosa, as relações entre os dois países, nos domínios do ensino, da ciência, das letras e das artes” (BRASIL III, 1963. p. 266).

Como o documento não expressa uma relação comercial entre ambas as nações, a temática do acordo e sua relevância podem, muitas vezes, ser relegadas a segundo plano, evidenciando o reflexo da sociedade capitalista contemporânea, que estipula valor e importância mediante a capacidade produtiva. No entanto, negligenciar o contato cultural é descuidar de um dos principais elementos utilizados por Nasser para a propagação de sua imagem e ideologia.

“As Partes Contratantes esforçar-se-ão por tornar mais bem conhecidos os patrimônios culturais respectivos, por meio de conferências, concertos, exposições, manifestações artísticas, competições desportivas, difusão de programas de rádio, de televisão e de cinematografia, assim como pelo

Intercâmbio e tradução de livros e periódicos, e demais meios apropriados”. (BRASIL III, 1963. p. 266).

O segundo artigo estabelece e expõe o compromisso de investir na propagação de elementos culturais da nação estrangeira em seu território. A gama de áreas a serem ressaltadas e trabalhadas são diversas, porém algumas podem ser destacadas com maior ênfase e primazia, como os concertos, que foram explorados por Nasser principalmente através da imagem e da voz da cantora egípcia Umm Kulthum; sua propagação e carisma irradiavam fortemente ao “mundo árabe” e conseqüentemente àqueles que mantinham vínculos com a região - como os imigrantes e seus descendentes.

“Em canções e músicas, o Egito não tinha rivais. Cantores e músicos egípcios eram nomes conhecidos em toda a região, a mais amada e venerada deles era a majestosa Umm Khulthum, um ícone árabe, cujos lendários concertos de cinco horas na primeira quinta-feira do mês reuniram pessoas em torno de seus aparelhos de rádio em Bagdá, Damasco, Casablanca, Ammam e outras cidades do mundo árabe. Umm Khulthum reinou suprema, a rainha incomparável da canção árabe, transcendendo os conflitos interárabes, até sua morte em 3 de fevereiro de 1975”<sup>159</sup> (DAWISHA, 2016. p. 143).

Apesar do estilo próprio das músicas árabes - com diferenças expressivas em relação à europeia, estadunidense e brasileira -, seu canal de propagação e alcance não deve ser menosprezado, principalmente em uma nação onde parte de sua população é composta por indivíduos de famílias ou que propriamente são oriundos da Síria e do Líbano - locais fortemente influenciados pela música egípcia.

A música tinha e ainda tem a capacidade de solapar as barreiras estatais e falar a comunidades mais volumosas, como a árabe, deste modo não era uma produção do Egito, mas do mundo árabe, ressignificando a identidade dos ouvintes. Assim, representa um forte componente de arregimentação para um país que evoca a desconstrução das barreiras artificiais impostas pelos europeus para a composição de uma nova estruturação unificada.

A obra musical revela ou altera a percepção pré-existente sobre outra localidade e cultura, assim se pode observar o exemplo da Bossa Nova e sua

---

<sup>159</sup> Do original: “In song and music, Egypt had no rival. Egyptians singers and musicians were household names throughout the region, the most beloved and revered of whom was the majestic Umm Khulthum, an Arab icon, whose legendary five-hour concerts on the first Thursday of the month gathered people around their radio sets in Baghdad, Damascus, Casablanca, Ammam, and other cities throughout the Arab world. Umm Khulthum reigned supreme, the unrivaled queen of Arab song, transcending inter-Arab conflicts, until her death on February 3, 1975”.

penetração na Europa, EUA e Japão; ou do sucesso atual representado pelo K-Pop no Brasil e em parte do mundo, o que significou um aumento efetivo no número de turistas em direção à Coreia do Sul (muitos deles brasileiros) e conseqüentemente das cifras da economia. Concomitantemente, transmite uma visão positiva da nação originária dos artistas a seus ouvintes.<sup>160</sup>

A cultura expandiria o conhecimento sobre a República Árabe Unida, tornando sua imagem positiva ou menos desconhecida, fator que poderia contribuir para estabelecer acordos comerciais futuros, como também maior atuação e escopo dentro da diplomacia internacional. O mesmo pode ser compreendido em relação ao Estado brasileiro, que tenta se desvencilhar das amarras históricas de uma aproximação irrestrita às potências do bloco ocidental.

“Os filmes americanos eram populares, como eram em quase todo o mundo, e os franceses no Magreb, mas também se exibiam amplamente filmes feitos no Egito. Em 1959, sessenta longas-metragens foram produzidos no Cairo; a maioria era de filmes musicais românticos, de um tipo que se fizera desde o início, mas havia alguns mais sérios, de realismo social. Eles aumentaram a consciência comum dos árabes, espalhando por toda parte um acervo de imagens, uma familiaridade com vozes egípcias, árabe coloquial egípcio e música popular egípcia, que substituía a andaluza no Magreb” (HOURANI, 2006. p. 512-3).

O setor cinematográfico também permite uma instrumentalização que auxilia na propagação de ideias, interpretações de mundo, modos de vida e reconstruções da memória. O partido nazista se utilizou largamente de películas durante seus anos de poder na Alemanha, tanto para entretenimento como para a expansão da propaganda estatal<sup>161</sup>.

O caso estadunidense auxilia na exemplificação diante da reconstrução da memória, pois estes lançam incansáveis filmes que retratam sua participação na Segunda Guerra Mundial, ressaltando o heroísmo patriótico e a fluidez quase natural de sua luta contra a opressão, apresentando seu papel de guardião da liberdade mundial, expressando a dualidade da luta do “bem” (EUA) contra o mal” (Hitler); no entanto, esquecem de mencionar que conviveram durante décadas com a existência e o contato com países que possuíam governos fascistas, como o franquista na

---

<sup>160</sup> Para maiores informações: < <https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2019/05/23/k-pop-e-poder-como-coreia-do-sul-investiu-em-cultura-e-colhe-lucro-e-prestigio-de-idolos-como-bts.ghtml>>.

<sup>161</sup> Para maiores informações: < [dw.com/pt-br/regime-nazista-instrumentalizou-cinema-até-o-fim-da-segunda-guerra/a-53341467](http://dw.com/pt-br/regime-nazista-instrumentalizou-cinema-até-o-fim-da-segunda-guerra/a-53341467)>.

Espanha e o salazarista em Portugal; ou até mesmo de citar a população civil de Hiroshima e Nagasaki que foram pulverizadas pelos ataques nucleares.

As películas permitiriam apresentar a imagem da comunidade árabe que se tentava expressar, mudar e até mesmo criar. Podiam também gerar em seus telespectadores a contemplação do novo e do semelhante, principalmente ao abordar temáticas românticas e de dilemas sociais.

As duas principais áreas culturais trabalhadas com profunda maestria por Nasser estão inclusas no segundo parágrafo do acordo cultural entre o Brasil e a República Árabe Unida. A primeira são os programas de rádios, utilizados como peças fundamentais para o contato direto entre o líder da RAU e a população que se tentava atingir, sendo a “Voz dos Árabes” a mais poderosa e influente entre as demais.

“Grande parte dos programas transmitidos por todas as estações – entrevistas, músicas e peças – organizava-se no Cairo, e também disseminara um conhecimento do Egito e sua maneira de falar. A estação mais influente dessa época foi “A Voz dos Árabes”, transmitida do Egito para os países vizinhos, expressando em tom estridente as aspirações dos árabes na ótica do Egito. Algumas vozes egípcias tornaram-se conhecidas em toda parte – a do governante do país, Gamal ‘Abd al-Nasser, e a da mais famosa das cantoras egípcias, Umm Kulthum; quando ela cantava, todo o mundo árabe ouvia.” (HOURANI, 2006, p. 513).

Como evidenciado no primeiro capítulo, a estação constituiu-se como uma ferramenta de luta, influência e ação de Nasser na política regional, revelando que a questão cultural deve ser observada e compreendida com profunda seriedade e importância. A segunda área que requer maior atenção é relativa aos periódicos; dentre todos, o *Al-Ahram* merece destaque.

“Mais uma vez, os do Cairo eram os mais largamente lidos e influentes. *Al-Ahram* continuou sendo o mais famoso, com uma circulação de centenas de milhares de exemplares. A imprensa egípcia era relativamente livre até a subida ao poder dos políticos militares em 1952, mas depois disso ficou sob o controle do Estado, até ser nacionalizada em 1960, juntamente com outras grandes empresas. Mesmo depois, os jornais egípcios continuaram sendo amplamente lidos, porque mostravam como os governantes do país viam o mundo; os artigos de Hasanayn Haykal, editor de *al-Ahram*, eram acontecimentos políticos importantes”. (HOURANI, 2006. p. 513).

A prevalência cultural egípcia - e agora da República Árabe Unida – e seu modo de utilização perante a sua região não seriam transpostos similarmente ao Brasil, mas poderiam significar a promoção com maior eficiência de uma visão positiva de sua

nação e ideologia, ressaltando assim a devida importância de acordos e ações que tenham enfoques culturais.

“As Partes Contratantes favorecerão e estimularão o envio, de um país ao outro, de professores das diversas categorias de ensino, de pesquisadores científicos, de estudantes e estagiários, de artistas e de representantes de outras profissões de caráter cultural ou técnico (BRASIL III, 1963. p. 267). O terceiro artigo também expressa uma prática que já havia sido explorada por Nasser (o envio de profissionais da educação para países do “mundo árabe”). Desta vez não eram apenas produções humanas expostas através de diferentes mídias, mas personificações da cultura, do conhecimento e da ideologia; exemplos concretos do sucesso e das ações governamentais.

“Embora o Egito precisasse de seus professores para atender à enorme expansão da educação, o governo continuou e, de fato, aumentou a tradicional exportação de professores para escolas de outros países árabes. Os professores egípcios não eram apenas um testemunho vivo da primazia do Egito, mas também das políticas e princípios de Nasser.”<sup>162</sup> (DAWISHA, 2016. p. 150).

O envio de professores da República Árabe Unida para outras localidades do globo, expandindo a prática para além das fronteiras do “mundo árabe” - principalmente para nações que compunham o denominado “terceiro mundo” -, perpassava puramente a propagação da imagem e da cultura da nação representada pelo profissional da educação, mas incidia no contato latente com sua ideologia.

Gamal Abdel Nasser, Josip Broz Tito e Jawaharlal Nehru destacaram-se como os principais líderes do movimento dos não-alinhados, que teve em Bandung no ano de 1955 uma reunião inaugural para discutir a força e a coordenação dos países que compunham o “Terceiro Mundo”, já em julho de 1961 a “Conferência Neutralista do Cairo” e em setembro do mesmo ano a I “Conferência dos Países Não Alinhados” sediada em Belgrado – todos os eventos contaram com a participação brasileira na condição de observador.

O Presidente da República eleito em 1960, Jânio Quadros, nutria profunda admiração pelas lideranças supracitadas, assim como por suas ações frente a

---

<sup>162</sup> Do original: “Even though Egypt needed its teachers to service the huge expansion in education, the government continued, indeed increased, the country’s traditional export of teachers to schools of other Arab countries. Egyptian teachers were now not just a living testimony to Egypt’s primacy, but also to Nasir’s policies and principles.”

polarização mundial. A “Política Externa Independente” ou PEI possuiu elementos e evocações semelhantes às defendidas pelo movimento encabeçado em 1955, principalmente diante da valorização da independência e da soberania nacional. “A primeira fase da PEI abarcou o Governo Jânio Quadros, e nela esse enigmático simpatizante de De Gaulle, Nasser e Tito, apoiou-se numa espécie de neutralismo temperado, visando obter uma posição importante para o Brasil no cenário mundial” (VISENTINI, 2009. p. 131). O surgimento de novos Estados decorrentes das lutas de descolonização na África e na Ásia e o exercício da autodeterminação por estes países apresentavam um novo panorama de inserção brasileira na política internacional, onde influiria sobre as nações recém-independentes, podendo ser projetada a posição de destaque dentro deste agrupamento, assim como despontavam a Índia de Nehru, a Iugoslávia de Tito e a República Árabe Unida de Nasser.

“Outros aspectos também marcantes da política externa proposta por JQ referiam-se à defesa do direito de autodeterminação dos povos e ao não alinhamento do país aos dois pólos da Guerra Fria, representados pela União Soviética e pelos Estados Unidos; daí a referência de JQ a Nasser, um dos principais expoentes dos países do chamado Terceiro Mundo nessa busca de maior autonomia diante das grandes potências naquele período, com o uso dos *slacks*.” (QUELER, 200. p.78).

Queller analisa a simbologia presente no vestuário de Quadros, mais precisamente em sua predileção pelos *slacks*, uma combinação de blusa longa com quatro bolsos e calça, composta com tecidos mais leves e que remetem a vestuários usados por estrangeiros na exploração da savana ou a vestes militares, similares às portadas por Nasser durante sua carreira no exército e nos primeiros anos de governo. A utilização teria sido empreendida para representar o líder da RAU, que por constituir uma das lideranças do movimento dos não-alinhados, personificava a defesa da independência e da soberania, princípios onde uma nação poderia comercializar conforme suas necessidades e perspectivas de desenvolvimento, não tendo que ser obrigatoriamente arrastada para a órbita de um dos blocos.

Os *slacks* chegaram a se tornarem um decreto presidencial, que os delimitavam como uniformes oficiais dos funcionários públicos federais, atingindo diferentes graus dentro da estratificação dos servidores<sup>163</sup>. Antes do pleito presidencial, ainda em julho

---

<sup>163</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/24/em-1961-presidente-janio-quadros-criou-uniforme-para-os-funcionarios-federais>>. Acessado em: 01/11/2020.

de 1959, durante a passagem de Jânio pela cidade de Istambul, a revista “O Cruzeiro” o apresentou com vestimenta “à Nasser” (QUELER, 2008. p.159).

Imagem 1 – Jânio travestido de Nasser



164

É dentro desta profunda admiração de Jânio Quadros por Gamal Abdel Nasser e dos demais líderes citados que Helmi Nasr, professor enviado pela República Árabe Unida para o Brasil, expressa os primórdios da fundação da seção de Estudos Orientais (contendo sete cursos, dentre estes o de árabe) pela Universidade de São Paulo em 1962.

“É uma história interessante: Jânio Quadros, quando assumiu a presidência, foi visitar os líderes orientais da época: Gamal Abdel Nasser – que, então, gozava de enorme prestígio em todo o mundo –, Nehru e outros. Voltando ao país, cheio de admiração por esses estadistas, decidiu criar, no Brasil, estudos orientais e pediu à Universidade de São Paulo que criasse esses cursos. A USP, em atenção ao pedido do presidente, resolveu criar sete cursos: árabe, hebraico, russo, chinês, japonês, armênio e sânscrito e contatou os países correspondentes, em busca de professores que se dispusessem a vir para cá. Ora, nessa época, os países árabes credenciados no Brasil eram três: Síria,

<sup>164</sup> A legenda da foto diz: “DE OLHOS abertos e roupa à Nasser, Jânio falar para “O Cruzeiro” sobre os problemas nacionais, desde o petróleo (petróleo é soberania) até às emissões”.

Líbano e Egito. A USP escreveu para esses três países e, para sorte minha – este é um país maravilhoso –, só o Egito respondeu afirmativamente. O presidente Nasser, em atenção a Jânio Quadros, empenhou-se pessoalmente para que a Universidade designasse também um professor para o Brasil e, como disse, esse não era um problema de fácil solução. Como não houvesse resposta por parte da Universidade, uma semana depois, o presidente Nasser tornou a exigir uma solução rápida para o caso. Pressionado pela insistência do presidente, o diretor da Faculdade resolveu propor-me – afinal, o francês é uma língua semelhante ao português – que viesse ao Brasil. Daí a onze dias, veja só, chegava eu ao Brasil! O primeiro projeto previa a permanência de um ano como professor visitante, mas, quando o pedido chegou ao ministro da Educação, ele ponderou que só um ano para o Brasil era muito pouco e propôs dois anos. [...]” (NASR in: HANANIA; LAUAND, 2012. p. 196).

A explicitação exposta por Nasr leva a alguns questionamentos. Nasr salienta como a criação do departamento de Estudos Orientais resultou de uma solicitação de Jânio Quadros à USP; durante o governo do mesmo a República Árabe Unida permanecia unificada, fazendo com que não pudesse haver três países árabes credenciados no Brasil (Egito, Síria e Líbano), já que existiam apenas dois (RAU e Líbano) – como supracitado através do estabelecimento das embaixadas -, obviamente que o processo poderia ter sido iniciado durante a gestão Quadros e se prolongado até o ano seguinte, momento onde a Síria e o Egito já se encontravam separados (28 de setembro de 1961), apesar dos egípcios manterem o nome até 1971.

O entrevistado relata o esforço pessoal de Nasser para encontrar um profissional que cumprisse também com as solicitações de Quadros, já que estavam enviando dois professores, um para o Chile e outro para a Austrália (NASR in: HANANIA; LAUAND, 2012. p. 196). Helmi Nasr relata a dificuldade em encontrar um educador que falasse português e como a situação levou a seu convite, apesar da formação e domínio do francês, resultando em sua chegada ao solo brasileiro em 1 de maio de 1962. Desta forma, é provável que todo o processo tenha se iniciado na gestão de Jânio e se prolongado até o governo de João Goulart, principalmente pela real admiração de Quadros pelos líderes do movimento dos não-alinhados e devido a todo o impasse gerado pela posse de Goulart, que só assumiu o cargo presidencial com toda sua envergadura e plenitude em 1963, com o retorno do Brasil ao sistema presidencialista, escolhido através de plebiscito popular.

Apesar de aprovado pelo Senado brasileiro apenas em 14 de junho de 1963, o Acordo Cultural estabelecido com a República Árabe Unida durante a gestão JK concedia prerrogativas para a criação do curso de árabe da USP e a vinda de Helmi

Nasr ao Brasil. Como supracitado o seu terceiro artigo estimulava o envio de professores entre as partes signatárias, por sua vez, o parágrafo terceiro do quarto artigo cumpriu parcialmente seu objetivo que solicitava que: “As Partes Contratantes favorecerão o estabelecimento de uma cátedra de Idioma Português e de Literatura Brasileira nas universidades da R.A.U., e de uma cátedra de Língua e de Literatura Árabe nas universidades brasileiras”. (BRASIL III, 1963. p. 267).

A composição e a atuação oficial do curso de árabe dentro dos quadros acadêmicos da Universidade de São Paulo em 1962 surgiram mediante as influências políticas e culturais de um dos projetos de “Unidade Árabe” em sua concretude e execução, que era o representado pela República Árabe Unida, mesmo que esta já tivesse se fragmentado de sua composição original.

A participação do embaixador da RAU, Jamal al-Farra, em eventos da comunidade árabe radicada no Brasil, sendo alguns destes com temáticas regionais; o contato do mesmo com políticos de diferentes espectros, envergadura e partidos; a mudança de nome da “Câmara de Comércio Sírio-Libanesa” para “Câmara de Comércio Árabe Brasileira” como um reflexo da criação da RAU; o Acordo Cultural entre o Brasil e a República Árabe Unida; a profunda admiração de Jânio Quadros pelas ações e a personalidade de Gamal Abdel Nasser; e a efetiva composição oficial de um curso que abarcava a Língua e a Literatura Árabe dentro de prerrogativas do tratado anteriormente criado, resultando na vinda de um profissional da educação como líder e articulador do plano de ensino; evidenciam a atuação e influência do pan-arabismo da República Árabe Unida em território brasileiro.

A pouca alimentação do tratado no ano de sua aprovação e nos subsequentes pode ser compreendida dentro do conturbado cenário político que permeou o Brasil. Com a renúncia de Jânio Quadros (até o momento com suas motivações ocultas), o próximo na linha de sucessão era João Goulart, Vice-presidente, no entanto, este se encontrava distante do território nacional, na China (então polo comunista). Além disto, o mesmo era fitado como uma ameaça - devido a sua inclinação política e associação aos sindicatos – por setores militares, por políticos conservadores e liberais, e por parte da sociedade civil.

Após uma escalada de tensão que quase resultou em uma guerra civil, Jango foi autorizado a participar do sistema parlamentarista recém-criado, no qual possuía

poderes reduzidos. É somente através de um plebiscito popular, que optou pelo retorno ao presidencialismo, que em 1963 Goulart assumiu a presidência da república com seus poderes *de facto*.

“A política brasileira para o mundo afro-asiático em 1963-1964 pautou-se nitidamente por um recuo com relação às formulações iniciais da PEI. As razões disso residiam na inviabilização do neutralismo como estratégia externa para o Brasil, bem como na tentativa de melhorar as relações com Portugal e os Estados Unidos” (VISENTINI, 2009, p.185-186).

O Ministro das Relações Exteriores, João Augusto de Araújo Castro, acreditava no declínio do movimento dos não-alinhados em função da diminuição das tensões entre os blocos, assim, com a queda na polarização, a terceira via também se enfraquecia. O mesmo advogou por uma maior atenção ao continente americano e suas possibilidades, tendo em 1964 renovado um Acordo Militar com os EUA a pedido do então general Humberto Castelo Branco, transpassando a figura presidencial.

João Goulart gastou grande parte de suas energias no cargo mais alto da administração pública brasileira tentando afastar as suspeitas criadas em torno de sua figura, tanto internas como externas. Porém, com a combinação de ambos, sofreu um golpe civil-militar nos primórdios de abril de 1964.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo desta dissertação, que abordou o Egito e os eventos que levaram à “Revolução de 1952” e posteriormente à integração à República Árabe Unida em 1958, foi possível estabelecer um panorama mais ampliado sobre a luta contra a colonização britânica e a busca por independência e por soberania nacional.

Como se observou, a resistência se deu através de diferentes movimentos ideológicos, como o nacionalismo egípcio, que foi explorado por lideranças políticas e intelectuais – Abd Allah al-Nadim, Mustafa Kamil, Saad Zaghlul e Taha Hussein foram algumas delas – que apontaram a unicidade e a peculiaridade do Egito na região geográfica em que estava inserido. Em um país majoritariamente muçulmano, a força do islã e o apelo à *umma* também não devem ser ignorados, e o grupo que melhor se arregimentou utilizando-se desta linguagem foi a Irmandade Muçulmana.

Por sua vez, o nacionalismo árabe passou a ganhar maior proeminência dentro do território egípcio com o envolvimento da nação perante as questões e as deflagrações que se desenvolviam na Palestina. Assim, a participação do Egito na Conferência de Londres em 1939, ao lado de outros territórios árabes, ressaltando os interesses e perspectivas comuns, aproximou o país das temáticas e dos elementos que permeavam o pan-arabismo.

A formação da Liga Árabe em 1945 e a cooperação entre seus membros evidenciaram que o Egito efetivamente pertencia ao “Mundo Árabe”. Sua participação não era meramente decorativa ou efêmera mas ocupava uma posição de destaque devido ao seu tamanho e à sua demografia.

Conforme se apontou, foi a “Guerra Árabe-Israelense” de 1948-1949 que - em função de seus eventos profundamente dramáticos e traumáticos para as comunidades árabes participantes - propiciou o aumento no número de adeptos do nacionalismo árabe dentro do território egípcio. Seus resultados não foram imediatos, em um primeiro momento acabaram por reforçar a unicidade egípcia e a importância de focar em seus assuntos internos, projetando ainda mais o nacionalismo egípcio.

Foi apenas com a consolidação de Gamal Abdel Nasser como presidente do Egito, em 1954, que o nacionalismo árabe passou a ser utilizado como uma ferramenta propagandística ostensiva, trazendo à tona e revivendo os fatos e sentimentos que permearam as confrontações entre os Estados árabes e o israelense em 1948 e 1949 para evidenciar o sofrimento comum dos combatentes e habitantes das nações derrotadas e a semelhança diante dos traumas deixados pelos processos coloniais sofridos perante as potências europeias do período.

Em 23 de julho de 1952, um grupo composto dentro dos segmentos do exército egípcio e denominado de “Oficiais Livres” desencadeou um movimento que rapidamente isolou o monarca, Farouk I, e tomou o poder. A pesquisa comprovou como o ajuntamento contou com o apoio e auxílio de partidos comunistas e da Irmandade Muçulmana, assim como também não representava toda a estrutura militar, descartando a retórica de um protagonismo natural e orgânico das forças armadas sobre o processo revolucionário.

A manutenção do poder dos Oficiais Livres sobre a estrutura governamental contou com a perseguição e o desmantelamento de organizações rivais, sendo estas compostas pelos estratos sociais e grupos que estavam no cargo de mando anteriormente ao “23 de julho” - como o Partido *Wafd* -, ou aliados que rumaram para a oposição, como os partidos comunistas, setores do exército – artilharia e cavalaria – e, posteriormente, a Irmandade Muçulmana. Até mesmo a figura que deu cara ao movimento em suas primeiras ações e anos, o general Mohammed Naguib, havia renunciado devido a confrontações com Nasser.

Gamal Abdel Nasser não foi um pensador pan-arabista nos moldes de pessoas que se dedicaram a desenvolver teorias sobre o tema (como Michel Aflaq); foi um líder político pragmático que transformava a teoria em ação. Como evidenciado durante o primeiro capítulo, possuía ações e retóricas que o aproximavam da vertente egípcia do movimento nacionalista, no entanto foi ao notar que as comunidades árabes tinham sofrido com as ações imperialistas na região e mantinham movimentos de resistência diante dessas que o nacionalismo árabe foi percebido e utilizado pelo líder egípcio em função de seu potencial e capacidade de arregimentação.

Os discursos e ações anti-imperialistas que defendiam a independência e a soberania local, como o posto de liderança dentro do movimento dos não-alinhados,

os ataques ásperos e constantes devido à aproximação dos Reinos Hachemitas com a Grã-Bretanha, o acordo armamentista com a Tchecoslováquia e o resultado vitorioso nas confrontações em Suez catapultaram Nasser como o grande líder do “Mundo Árabe”, a figura que dava feições humanas ao nacionalismo árabe.

O Chefe de Estado utilizou-se do protagonismo cultural e da capacidade estrutural do Egito para propagar e elevar sua imagem e seu governo entre os habitantes das demais nações que compunham os países árabes. Desta forma, Nasser canalizou o nacionalismo árabe através de sua figura e de sua personalidade.

O segundo capítulo dedicou-se a analisar o processo de criação e atuação do Partido Baath desde o ano de 1943 até o empreendimento da união entre os Estados da Síria e do Egito para a composição da República Árabe Unida em 1958.

O Estado da Síria, assim como o conhecemos - com suas divisões geográficas atuais -, é uma criação do imperialismo europeu, mais precisamente da partição das antigas possessões do Império Turco-otomano entre a Grã-Bretanha e a França. Apesar de negociações e promessas estabelecidas pelos ingleses a Hussein mediante apoio e ações belicosas contra o governo otomano durante a Primeira Guerra Mundial, a divisão territorial suprimiu a vontade e as perspectivas de seus habitantes para satisfazer as potências europeias que tinham se sagrado vencedoras do conflito mundial. Destarte, o Levante foi fragmentado em diferentes colônias, sendo a Síria e o Líbano locais de mando francês e a Transjordânia, Iraque e a Palestina de domínio britânico.

“A população da Síria está dividida em muitos grupos minoritários diferentes, embora quase todos sejam de língua árabe; e a geografia do terreno resultou em um grau notável de diversidade local”<sup>165</sup> (PARKER, 1962, p. 16). Como se procurou mostrar, o território sírio é marcado por uma diversidade étnica e religiosa, onde a maioria populacional é composta por muçulmanos sunitas, porém existem “bolsões” com grandes números de drusos e alauítas, os quais possuíam elevado domínio político, econômico e social de suas localidades. Esta estratificação foi amplamente explorada pelas forças coloniais para que conseguissem empreender um controle

---

<sup>165</sup> Do original: “Syria’s population is divided into many different minority groups, although nearly all of these are Arabic-speaking; and the geography of the land has resulted in a considerable degree of local diversity”.

administrativo e militar na região, ao mesmo tempo em que pontos de apoio foram estabelecidos para maior contenção diante da maioria sunita.

A “Grande Revolta Síria de 1925” exemplifica o proeminente poder da estrutura de clãs presente em Jabal al-Druze e como houve uma verdadeira união de esforços contra as forças coloniais francesas, deixando em segundo plano questões étnicas, religiosas e regionais.

Esta união em prol da libertação nacional trouxe ao mesmo campo agrupamentos naturalmente opostos, como os tradicionalistas do Bloco Nacional - que almejavam a independência, mas não uma mudança significativa na estrutura social da nação - e o Partido Baath – que evocava uma mudança revolucionária na realidade como também na espiritualidade dos indivíduos. Porém, após décadas de luta e resistência, a conquista da independência em 1946 levou os grupos para suas devidas posições confrontantes.

Como esta dissertação ressaltou, diferentes perspectivas ideológicas permearam o território: o nacionalismo sírio, que tinha em um de seus modelos mais populares a defesa e a composição da “Grande Síria”, encontrou no Partido Social Nacionalista Sírio (PSNS) um de seus grandes expoentes – grupo este que apresentou circulação dentro da comunidade sírio-libanesa radicada no Brasil, já que seu criador, Antoun Saadeh, morou por certo tempo em território brasileiro (de 1921 a 1930, quando retornou ao Líbano, e depois, de volta ao Brasil, entre 1938-1939); o tradicionalismo pautado nas divisões étnicas e religiosas defendidas pelas grandes famílias detentoras de terras; o comunismo exposto por grupos com fortes ligações com a URSS; as ambições monárquicas de Faysal e seus simpatizantes, como o Partido do Povo que vislumbrava com bons olhos a união da Síria com o Estado Hachemita iraquiano; e o nacionalismo árabe, que tinha o Partido Baath como seu mais proeminente representante.

O Baath havia sido criado por Michel Aflaq e Salah al-Din al Bitar e possuía como ideologia uma retroalimentação entre o conceito de *inqilab* – uma transformação no pensamento e no espírito de cada habitante – e o *slogan* do partido: “Unidade, Liberdade e Socialismo”. O islã era fundamental, pois havia provido experiência histórica, elementos culturais e identitários a todos os árabes, não apenas aos

muçulmanos. Desta forma, deveria ser utilizado como um passo para a laicização e não para ressaltar o aspecto religioso do território.

A união defendida pelo Partido Baath deveria compor apenas um Estado árabe, no entanto sua formação não poderia ser o resultado de uma guerra, mas de uma verdadeira mudança espiritual e nacional dos indivíduos em prol da composição de uma nação.

A complexidade de sua ideologia fez com que o partido inicialmente permanecesse restrito às camadas mais intelectualizadas da sociedade. Assim, foi apenas com a união do Partido Baath e do Partido Socialista Árabe para a formação do Partido Socialista Árabe Baath em 1953, e com a entrada de Akram al-Hawrani em suas fileiras, que o grupo se expandiu, principalmente dentro dos círculos militares.

A derrota na “Guerra Árabe-Israelense” em 1949 levou à descrença popular perante os tradicionalistas que se perpetuavam no poder. O então presidente, Shukri al-Quwatli, sofreu um golpe de Estado após tentar responsabilizar o exército sírio pela derrota, o coronel Husi al-Zaim subiu ao posto mais alto da administração pública, porém uma nova ação derrubou Al-Zaim e levou o coronel Sami al-Hinnawi ao poder.

Em dezembro de 1949 o terceiro golpe de Estado foi perpetrado, desta vez pelo coronel Adib al-Shishakli, que governou indiretamente e depois diretamente até 1954, ano em que renunciou devido à escalada de tensão que quase culminou em uma guerra civil. O mesmo rumou para terras brasileiras, local em que viveu até o seu assassinato em 1964 na cidade de Ceres, em Goiás, por um druso sírio que almejava vingar-se pelas ações contra as comunidades drusas que tinham vitimado seus familiares.

Com o retorno à vida democrática os partidos de esquerda mostraram-se fortalecidos em detrimento dos grupos tradicionalistas, como se procurou apresentar. O Partido Baath valeu-se da fragilidade do novo Parlamento eleito ainda em 1954 e possuía a capacidade de convocar greves e manifestações devido à sua penetração entre estudantes, trabalhadores e militares. Desta forma, conseguiu se utilizar de sua organização e arregimentação para pressionar os parlamentares a aprovarem demandas almejadas.

As vitórias de Nasser com a composição do acordo armamentício com a Tchecoslováquia e posteriormente com os eventos em Suez elevaram o discurso anti-imperialista entre as massas. Desta forma, os partidos mais à esquerda que continham este elemento dentro de suas retóricas acabaram crescendo em apoio e popularidade. Após a eliminação do Partido Social Nacionalista Sírio como uma ameaça política ainda em 1955, devido à sua relação na morte do coronel Adnan al-Malki, a grande ameaça à preponderância baathista surgia dos setores comunistas.

A moral e a envergadura que Gamal Abdel Nasser possuía no território sírio tinham a capacidade de afastar as massas das influências comunistas, além de ainda possuir experiência diante da perseguição e do expurgo dos mesmos. No entanto, os baathistas ainda necessitavam de apoio interno para efetivar a associação com o Egito.

A aproximação do Partido Baath com um “nasserista” convicto, que também era o indivíduo mais poderoso do país, Abd al-Hamid al-Sarraj, Chefe do Serviço de Inteligência, representou um ponto significativo para a efetiva união entre o Estado sírio e o egípcio.

Os dois movimentos que melhor evocaram e utilizaram o nacionalismo árabe uniam-se para efetivamente colocar em prática, mesmo que inicialmente, um de seus elementos fundamentais, a composição de um único Estado Árabe. O Baath poderia prover a ideologia faltante em Nasser e o líder emprestar sua proeminente envergadura e mecanismos de propagação.

“Os árabes em todo os lugares ouviram as notícias da fusão com espanto atordoado, que rapidamente se transformou em euforia descontrolada. Celebrações espontâneas ocorreram em muitas partes do mundo árabe e as pessoas se parabenizaram em suas casas, nas ruas e em seus escritórios. Um influente jornalista descreveu o anúncio da RAU como ‘o melhor momento da história dos árabes desde as ... vitórias de Saladino [al-Ayyubi]’.<sup>166</sup>” (Taha In: DAWISHA, 2016. p. 200).

A República Árabe Unida era mais do que uma nação, mas o início da concretização de perspectivas longínquas, não apenas de união, mas do retorno ao

---

<sup>166</sup> Do original: ““Arabs everywhere heard the News of the merger with stunned amazement, which quickly turned into uncontrolled euphoria. Spontaneous celebrations occurred in many parts of the Arab world, and people congratulated one another in their homes, o the streets, and in their offices. One influential journalist described the announcement of the UAR as ‘the greatest hour in the history of the Arabs since the... victories of Salah al-Din [al-Ayyubi]’.”

protagonismo e da proeminência vividos gloriosamente nos tempos de Saladino, onde os inimigos europeus seriam derrotados e expulsos de seu território.

“Ele escreve que Damasco foi imediatamente invadida por hordas de pessoas de Aleppo, Hama, Homs, Latikiya e de outros distritos da Síria. Junto com seus compatriotas damascenos, eles preencheram cada rua e cada praça da capital. Incapazes de conterem suas alegrias, eles cantaram, ouviram orações patrióticas improvisadas, dançaram a *dabka* (dança popular síria) e intentaram slogans poéticos instantâneos que eram cantados ritmicamente e repetidos por todos.”<sup>167</sup> (DAWISHA, 2016. p. 201).

Adeed Dawisha expõe a descrição de Akram al-Hawrani sobre as comemorações que ocorreram nas ruas após o anúncio da unificação. A RAU surgia no “Mundo Árabe”, assim como no cenário internacional, como a expressão física do nacionalismo árabe, desta forma a ideologia saía do campo etéreo das ideias para a concretude da vida cotidiana. Todavia deve-se ressaltar que o modelo empreendido pela República Árabe Unida de modo algum significava o único retrato do nacionalismo árabe.

Como evidenciou-se no terceiro capítulo da dissertação, o unionismo representado pela RAU obteve penetração e agiu ativamente no território brasileiro, devidamente relacionado aos aspectos internos e externos que caracterizaram a política nacional.

A segunda metade do governo Juscelino Kubitschek marcou o retorno à “barganha” iniciada ainda com Getúlio Vargas. O então presidente da república buscou estreitar laços e empreender relações multilaterais com nações que se tornavam independentes no continente africano e asiático, assim como retomou negociações com países pertencentes ao bloco oriental.

O reconhecimento por parte do governo brasileiro da legalidade e da legitimidade da República Árabe Unida ocorre neste contexto e se expressa por meio do estabelecimento de uma embaixada do Brasil no Cairo, capital da RAU, e de um Consulado Geral na cidade de Damasco, por sua vez os corpos diplomáticos da Síria e do Egito se uniram, refletindo a nova composição que havia se formado.

---

<sup>167</sup> Do original: ““He writes that Damascus was immediately invaded by hordes of people from Aleppo, Hama, Homs, Latikiya, and other Syrian districts. Along with their Damascene compatriots, they filled every street and every square of their capital. Unable to contain their joy, they sang, listened to impromptu patriotic orations, dance the *dabka* (Syrian folk dance), and made up instant poetic slogans that were rhythmically sung and repeated by all.”

Podemos observar as influências, mesmo que indiretas, do nascedouro da RAU até mesmo na mudança de nome da “Câmara de Comércio Sírio-Libanesa” para “Câmara de Comércio Árabe Brasileira” efetivada em 1958, assim a penetração da nova nação que surgia no “Mundo Árabe” possibilitava uma expansão vertiginosa em seus interesses comerciais. Logo a adoção da retórica do nacionalismo árabe personificado pelo novo Estado que emergia deu-se de modo muito mais econômico do que político ou ideológico.

Outra atuação do nacionalismo árabe no Brasil se evidenciou a partir do contato entre a representação diplomática da República Árabe Unida e a comunidade sírio-libanesa radicada em território brasileiro, que ocorreu por meio de eventos solenes (homenagens a figuras proeminentes dentro do quadro comunitário) e recreativos (em festas populares como as “juninas” e as carnavalescas). Estes encontros, especialmente no contexto que envolve imigrantes árabes, ressaltam a oportunidade para o estreitamento dos laços de modo mais veemente com um setor da sociedade brasileira com proeminência econômica, social e política, além de propriamente legitimar a existência da nação nascente – como exposto com o hasteamento da bandeira de ambas as localidades.

Ainda foi contemplado o contato do embaixador da RAU, Jamal al-Farra, com diferentes espectros políticos da realidade brasileira, como a anti-varguista e liberal (ou entreguista), UDN; o tradicionalista, PSD e o trabalhista, PSP. Estas relações foram deflagradas através do periódico “Luta Democrática”.

Por fim, o “Acordo Cultural” concebido em 1960 entre o Estado brasileiro e a República Árabe Unida estipulava medidas e delimitações para incentivar trocas culturais, políticas e educacionais entre as nações envolvidas. O tratado construído ainda no Governo de Juscelino Kubitschek concedia prerrogativas para a composição de um curso de árabe na Universidade de São Paulo – solicitado pelo presidente sucessor e profundo admirador das lideranças do movimento dos não-alinhados, Jânio Quadros -, assim como a chegada de professores estrangeiros, como *de facto* ocorreu em 1962 com o desembarque do egípcio Helmi Nasr em solo brasileiro.

Como exposto durante a pesquisa, a Síria e o Egito possuíam características econômicas, sociais, políticas e ideológicas dissonantes. Contudo, seus processos históricos levaram à emergência dos dois principais movimentos (um personificado

por Nasser e outro pelo Baath) da década de 1950 e 1960 que conseguiram se utilizar com eficiência do socialismo árabe, do não-alinhamento e principalmente do nacionalismo árabe. A República Árabe Unida surge do acordo inicial coordenado por ambos e torna-se a materialização das aspirações e das retóricas representadas por um modelo específico de nacionalismo árabe.

As influências e as ações indiretas ou diretas da RAU no Brasil refletem não apenas o Estado em questão, mas a ideologia que o compôs e norteou. Desta forma, o nacionalismo árabe representado pela República Árabe Unida atuou efetivamente em território brasileiro, conforme demonstrou esta dissertação, que procurou também analisar seus efeitos e realizações em solo brasileiro, incluindo mas não apenas a abertura de um curso de árabe dentro de uma das melhores universidades da América Latina.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU JABER, KAMEL S. *Arab Ba'th Socialist Party History, Ideology, and Organization*. Syracuse University Press: New York, 1966.

ALENCASTRE, Amilcar. *Oswaldo Aranha: O Mundo Afro-Asiático e a Paz*. Coleção Lindolfo Collor. Serviço de Documentação do M.T.P.S. (Ministério do Trabalho e Previdência Social), 1961.

ALEXANDER, Anne. *Nasser: His Life and Times*. The American University in Cairo Press: Cairo, 2005.

ALLAWI, Ali A. *Faisal I of Iraq*. Yale University Press: New Haven and London, 2014.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. *História, Memória e Deserto: Os Soldados Brasileiros no Batalhão Suez (1957-1967)*. 2009. 293f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

ASWANY, Alaa al. *O Edifício Yacubian*. Tradução de Paulo Daniel Farah. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora: Editora Schwarcz S. A. 2008.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora: Editora Schwarcz S. A. 2008.

BARBOUR, Nevill. *Impressions of the United Arab Republic*. Royal Institute of International Affairs, v.36, n. 1, Jan. 1960.

BERCITO, Diogo. *Nacionalismo em uma Nova Síria: Antoun Saadeh e o Mahjar Latino-Americano*. São Paulo: Malala, v.7, nº 10, pp. 70-80, ago. 2019.

BISHARA, Azmi. *The Army and Political Power in the Arab Context: Theoretical Issues*. Al Muntaha, v.1, nº 1, pp. 11-37. April 2018. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.31430/almuntaha.1.0011>>. Acessado em: 26 de Novembro de 2018.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. 10ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANCO, Carlos Castello. *A Renúncia de Jânio*. Brasília: Edições do Senado Federal, V. 234, 2017.

CHEJNE, Anwar G. *Attitudes toward Pan-Arabism*. *The Middle East Journal*, v.11, n.3, pp.253-268, verão.1957. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4322922>> Acessado em 07 de Novembro de 2017.

DAWISHA, Adeed. *Arab nationalism in the twentieth century: from triumph to despair*. Princeton: Princeton University Press, 2016.

DAWISHA, Adeed (Ed.); DAWISHA, Karen (Ed.) et al. *The Soviet Union in the Middle East: Policies and Perspectives*. Heinemann for the Royal Institute of International Affairs, 1982.

DUTRA, José Ailton. *O Líbano e o Nacionalismo Árabe (1952 – 1967): o Nasserismo como projeto para o Mundo Árabe e o seu impacto no Líbano*. 2014. 417f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FERABOLLI, Sílvia. *Relações Internacionais do Mundo Árabe: Os Desafios de Realização da Utopia Pan-Arabista*. Editora Juruá.

HANANIA, Aínda; LAUAND, Jean. *Helmi Nasr, pioneiro dos estudos de Árabe no Brasil*. *Educação e Linguagem*, v. 15, n. 26, jul-dez. 2012, pp. 192-205.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *O Pensamento Árabe na era liberal: 1798-1939*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

AI-HUSRI, Sati; KHALDUN, Abu. *The day of Maysalun: A Page of Modern History of the Arabs*. The Middle East Institute: Washington, DC, 1966.

KARAM, John Tofik. *Another Arabesque: Syrian-Lebanese Ethnicity in Neoliberal Brazil*. Philadelphia: Temple University Press, 2007.

KAYLANI, Nabil M. *The Rise of the Syrian Ba'ath, 1940-1958: Political Success, Party Failure*. *International Journal of Middle East Studies*, v. 3, n.1, pp. 3-23, January, 1972. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/162353>>. Acessado em 01 de dezembro de 2019.

KHALID, Rashid. *The Origins of Arab Nationalism*.

KHOURY, Philip. *The Paradoxical in Arab Nationalism: Interwar Syria Revisited*. In: *Rethinking in Arab Middle East*. Org. Israel Gershoni e James Jankwski. Nova Iorque: Columbia University Press, 1997.

KHOURY, Philip. *Syria and the French Mandate: The Politics of Arab Nationalism, 1920-1945*. Princeton University Press, 2016.

LANDIS, Joshua. *Shishakli and the Druzes: Integration and Intransigence*. In: PHILIPP, T.; SCHABLER, B. *The Syrian Land: Processes of Integration and Fragmentation*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1998. p. 369 -396.

DE LANNES, Suellen Borges. "O Batalhão Suez e a política externa de JK: Um caso de alinhamento?". 2009. 93f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

MAHFUZ, Naguib. *Miramar*. 1ª edição, São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2003.

MANSFIELD, Peter. *Nasser e a Revolução Egípcia*. Civilização Brasileira, 1967.

MANZUR, Tânia. *A Política Externa Independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio*. Lua Nova, São Paulo, 93: 169-199, 2014.

M.B; H.G.L. *Syria and Lebanon: The States of the Levant under French Mandate*. *Bulletin of International News*, v.17, n.14, pp.841-851, July, 13.1940. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/25642818>>. Acessado em 02 de dezembro de 2019.

DE MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *Ásia, África e a Política Independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1961.

\_\_\_\_\_. *O Brasil e o mundo ágio-africano*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

MILLER, Joyce L. *The Syrian Revolt of 1925*. *International Journal of Middle East Studies*, v.8, n.4, pp.545-563, October, 1977. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/162567>>. Acessado em 05 de fevereiro de 2020.

MOUBAYED, Sami. *Steel and Silk: Men and Women who shaped Syria 1900-2000*. Cune Press: 2006.

MUFTI, Malik. *Sovereign Creations: Pan-Arabism and Political Order in Syria and Iraq*. Cornell University Press: New York, 1996.

NASSER, Gamal Abdel. *A Revolução no Mundo Árabe*. 1ª edição, São Paulo: Editora Edarli, 1963.

NAJJAR, F. M. *Islam and Socialism in the United Arab Republic*. Sage Publications, v.3, n.3, pp.183-199, jul.1968. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/259705>> Acessado em 31 de Outubro de 2017.

OLSON, Robert W. *Ba'th and Syria, 1947-1982: The Evolution of Ideology, Party and State from the French Mandate to the Era of Hafiz Al Asad*. The Kingston Press: New Jersey, 1982.

PALI, Santiago Quintana. *Etnicidad y clase: La minoría Dominante 'alawi Minoría en Siria*. *El Colegio De Mexico: Estudios de Asia y Africa*, v. 16, n. 4, pp. 579-627, Oct.-Dec., 1981. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/40312058>>. Acessado em 28 de Janeiro de 2020.

PARKER, J. S. F. *The United Arab Republic*. *The Royal Institute of International Affairs*, v.38, n.1, pp.15-28, jan.1962. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/2611377>>. Acessado em: 31 de Outubro de 2017.

PODEH, Elie; WINCKLER, Onn. *Rethinking Nasserism: Revolution and Historical Memory in Modern Egypt*.

QUELER, Jefferson José. *Entre o Mito e a Propaganda Política: Jânio Quadros e sua imagem pública (1959 – 1961)*. 2008. 349f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

*Relatório do Ministério das Relações Exteriores (1956)*. Disponível em: <[http://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio\\_1956.pdf](http://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1956.pdf)>. Acessado em: 13/07/2020.

*Resolution 997 (ES-I)*. United Nations, General Assembly. Disponível em: <<https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/0/5B887DCDB63624F7852560DF0066D4B0>>. Acessado em: 13/07/2020.

*Resolution 1001 (ES-I)*. United Nations, General Assembly. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/208418>>. Acessado em: 13/07/2020.

ROGAN, Eugene. *The Arabs: a history*. Nova Iorque: Basic Books, 2017.

SALES, Anselma Garcia de. *A Construção da identidade Palestina: Análise Discursiva do Poema “Carteira de Identidade” de Mahmud Darwich, e outros Textos Palestinos*. 2010. 103f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Mateus José da Silva. *Conexões Rio de Janeiro – Cairo: possibilidades analíticas acerca das relações Brasil e Egito a partir da imprensa escrita (1950 -1954)*. Faces da História, Assis/SP, v.6, nº2, p.117-138, jul./dez., 2019.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, C. G. *Arab Nationalism: A Study in Political Geography*. Geographical Association, v.43, n.4, pp.229-242, nov.1958. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/240564206>> Acessado em 31 de Outubro de 2017.

SOARES, Luiz Gustavo da Cunha. *Se tivéssemos armas: Duas estratégias narrativas diante da libertação nacional no Egito*. 2015. 130f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORREY, Gordon H. *The Ba'ith: Ideology and Practice*. *Middle East Journal*, v. 23, n.4, pp. 445-470, 1969. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4324510>>. Acessado de 28 de janeiro de 2020.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964)*. 2ª edição revisada e ampliada. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

ZEINE, N. ZEINE. *The Emergency of Arab Nationalism with a Background Study of Arab-Turkish Relations in the Near East*. Delmar, 1958.

## FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Decreto nº 43.294, de 28 de fevereiro de 1958. *Criação da Embaixada do Brasil junto à República Árabe Unida, com sede no Cairo*. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, RJ, pg. 3921, 28 jan. 1958. Também disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43294-28-fevereiro-1958-382112-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 08/06/2020.

BRASIL II. Decreto nº 43.295, de 28 de fevereiro de 1958. *Criação do Consulado Geral em Damasco, República Árabe Unida*. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, RJ, pg. 3922, 28 jan. 1958. Também disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43295-28-fevereiro-1958-382114-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 08/06/2020.

BRASIL III. *Decretos Legislativos*: Volume V (1960-1963). Senado Federal: Subsecretaria de Anais. Brasília, DF. Decreto Legislativo nº 10, de 1963. pg. 266 – 268.

SÍRIO. *Inauguração do Edifício-Sede*. Nº 33, Jan – Fev, 1959. Pg 16-22.

SÍRIO II. *Festa do Rei Momo*. Nº 39, Abr, 1960. Pg 19,21.

SÍRIO III. *Arrasta-pé do Sírio*. Nº40, Jul- Ago, 1960. Pg 12.

LUTA DEMOCRÁTICA. *Grande Homenagem ao Embaixador da RAU*. Rio de Janeiro. 20 de janeiro de 1960. pg. 1 e 2. Disponível em:<[http://memoria.bn.br/pdf/030678/per030678\\_1960\\_01827.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/030678/per030678_1960_01827.pdf)>. Acessado em: 08/06/2020.

## ANEXO

### Documento 1

#### DECRETO Nº 43.294, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1958

Cria a Embaixada do Brasil junto à República Árabe Unida, com sede no Cairo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, itens I e VI, da Constituição, Decreta:

Art. 1º Fica criada a Embaixada do Brasil junto à República Árabe Unida, com sede no Cairo.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

Juscelino Kubitschek  
José Carlos de Macedo Soares

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 28/02/1958

#### **Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/2/1958, Página 3921 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1958, Página 236 Vol. 2 (Publicação Original)<sup>168</sup>

---

<sup>168</sup> Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43294-28-fevereiro-1958-382112-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 08/06/2020.

## Documento 2

### DECRETO Nº 43.295, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1958

Cria o Consulado Geral em Damasco, República Árabe Unida.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 16 do Decreto-lei número 9.121, de 3 de abril de 1946, decreta:

Art. 1º Fica criado o Consulado Geral do Brasil em Damasco, Província da Síria, República Árabe Unida.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1958; 137º da Independência e 70º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK  
José Carlos de Macedo Soares

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 28/02/1958

#### **Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/2/1958, Página 3922 (Publicação Original)
- Coleção de Leis do Brasil - 1958, Página 236 Vol. 2 (Publicação Original)<sup>169</sup>

---

<sup>169</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43295-28-fevereiro-1958-382114-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 08/06/2020.

## Documento 3

**HOMENAGEM AO DESPRENDIMENTO**

*Sob as vistas do Sr. Nagib Riskallah, descerram a placa comemorativa da inauguração do Edifício Riskallah Jorge, Dna. Zakie Riskallah Jorge e o Embaixador Jamal El Farra*



170

Documento 4

# Inauguração do Edifício-Sede

## DOAÇÃO DE UM MILHÃO DE CRUZEIROS PELA FAMÍLIA RIZKALLAH PARA O INÍCIO DAS OBRAS DO GINÁSIO!

**INAUGURAÇÃO DO EDIFÍCIO SÉDE** — No dia 6 de Dezembro de 1958, a Diretoria do Esporte Clube Sírio, promoveu uma reunião festiva, em sua sede social, afim de prestar uma justa homenagem ao Com. Riskallah Jorge, o qual soube durante sua útil existência prestar a tôdas as entidades e associações da nossa coletividade, o mais decisivo e desinteressado apôio, principalmente ao nosso clube, para o que, não só éle como tôda a sua família colaboraram e ainda colaboram decididamente pelo seu progresso.

Essa homenagem consistiu na inauguração oficial do Edifício Séde, com o nome do saudoso Com. Riskallah Jorge.

Para que essa reunião tivesse a expressão a que fazia jús, apesar dos insistentes pedidos da família para que se constituísse uma festa íntima, a Diretoria aproveitando a estada nesta Capital do Exmo. Snr. Embaixador da Rep. Arabe Unida, Sr. Jamal El Farra, convidou-o para, juntamente com a Exma. Sra. D. Zakkie Riskallah Jorge, paraninfar o ato.

Assim é que às 18 horas com

a presença do Embaixador Sr. Jamal El Farra, do Consul. Abdul Magid Trabussi de diversos presidentes de Clubes co-irmãos, e de outras personalidades, fez uso da palavra, em nome do Esporte Clube Sírio o nosso Conselheiro Deputado Camillo Aschkar, o qual, em brilhante improviso soube traduzir toda a gratidão do nosso Clube, da nossa gente, não só ao saudoso homenageado como a tôda a família Riskallah Jorge, que tem sabido continuar, e mesmo ampliar as obras e as realizações do eu patrono. ➡

*O dr. Alberto Riskallah, em nome de sua família, faz, solenemente, a oferta de um milhão de cruzeiros para o início das obras do ginásio.*



171

## Documento 5



Fala em nome do E. C. Sírio, o Conselheiro Deputado Camilo Ashcar, agradecendo a doação da família Riskallah.



Dr. Antonio Jorge Riskallah, agradece a homenagem prestada



Em seguida, foi descerrada a placa, pelo Exmo. Sr. Embaixador e por D. Zakie, placa que traduz em seus dizeres, indelévelmente o reconhecimento constante do Clube.

Com a palavra o nosso companheiro de Diretoria Dr. Antonio Jorge Riskallah, agradeceu em nome da família em expressões eivadas do mesmo amor e do mesmo carinho que todos sentimos ao nos referirmos ao Clube, que, com tanto esforço e dedicação, vemos crescer e se desenvolver; um legítimo patrimonio nosso, representando mais um elo do trabalho da nossa coletividade para esta terra amiga e acolhedora.

Ainda se ouviam as palavras de todos os presentes quando outro rebento dessa grande e querida familia Alberto Nagib Riskallah, atendendo a resolução tomada no momento pelos filhos do Com. Rizkallah Jorge Snrs. Jorge Riskallah, Nagib Riskallah e Salim Riskallah, nos trouxe através de uma mensagem para nós muito cara, o seguinte:

«Sn. s. Diretores e Associados do Esporte Clube Sírio. Com os corações ainda comovidos, ante a homenagem que acabastes de prestar à memória de nosso querido e saudoso avô e empolgados pelo vosso contagiante entusiasmo, acabo de receber, precisamente neste momento histórico da vida de nosso clube, em que se inaugura sua sede social acabo de receber, de nossa familia a feliz incumbência de ir ao encontro do anseio e do sonho dourado de todos os esportistas e associados desta magnifica praça de esportes oferecendo em nome da Familia Rizkallah Jorge, a importancia de um milhão de cruzeiros, destinada as obras da



172

## Documento 6



*Sr. Nagib Riskallah, Embaixador da RAU, Sr. Jamal Al-Farra, Sr. Jorge Riskallah e Sr. Salim Rizkallah.*

→  
 construção de seu ginásio coberto.

Que esta contribuição para as obras do ginásio coberto, senhoras e senhores, seja a semente lançada no fértil terreno de vossos corações, a fim de que ela germine e brote em breve em uma estrutura de concreto armado, destinada a ser a força moral e espiritual de gerações futuras e destinada ao engrandecimento sempre crescente deste nosso querido Esporte Clube Sírio.»

— Dessa forma sentindo que no momento o problema mais sério e mais caro para todo o quadro associativo, seria a construção

do ginásio, êsses nossos companheiros de quadro associativo e de lutas não quiseram deixar esfriar o entusiasmo da continuidade de nossas realizações; souberam no momento e no instante oportuno lançar a semente que possibilitará a construção dessa peça que tanta falta nos faz.

Ofereceram uma quantia vultuosa, um milhão de cruzeiros, destinando-a especificamente como o primeiro impulso a ser dado para a construção do ginásio.

Tal a significação tem para êles o sentido dessa obra que a doação será, conforme decidiram, empregada, exclusivamente, na construção do ginásio.

## Documento 7



O Presidente do Clube explica ao Embaixador da RAU, o significado do Troféu Juscelino Kubitschek

## O Clube já dispõe de Massagista

PARA ATENDER  
AOS SENHORES  
ASSOCIADOS!

AOS SÁBADOS A  
TARDE E AOS  
DOMINGOS PELA  
MANHÃ !



## CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA ALBERTO NAGIB RIZKALLAH

Alfredo Nagib Rizkallah  
Alberto Nagib Rizkallah

R. Florencio de Abreu, 15/  
3.º andar — Con. 305  
Tels.: 35-7232 — 33 2532  
e 37-3073

O Sr. Jamal Al-Farra, registra em  
nosso Livro de Atas, suas impres-  
sões sobre a visita e homenagem  
prestada.

174

## Documento 8



Momento em que o Secretário Geral do Clube, Sr. Alberto Saad, dá início à reunião, lendo a ata.

VOCE QUE É  
SÍRIO-LIBANÊS

pode contar com o  
BANCO MERCANTIL  
DE DESCONTOS  
FINACIAMENTOS !  
DESCONTOS !  
COBRANÇAS  
CAUÇÕES



Chegada do Embaixador e sua comitiva

## Documento 9



*O Sr. Fares Dabague palestra com o Embaixador. O Sr. Dabague foi presidente do Esporte Clube Sírio em 13 eleições, realizadas entre os anos de 1922 e 1938. Foi um dos presidentes mais combatidos dos que já passaram pelo Clube, enfrentando as mais sérias dificuldades e percalços comuns naquela fase agitada da então incipiente "Jóia do Aeroporto". O esforço e sacrifício de homens do estofo de um Fares Dabague, foram a semente que germinada, possibilitou a colheita de frutos tão magníficos que hoje desfrutamos. Rendemos, sinceramente, nossas homenagens a êsse pioneiro dos difíceis anos passados.*

## Aidar Netto & Irmão

ARMARINHO EM GERAL POR ATACADO

RUA 25 DE MARÇO, 320 — FONE 32-0455 — S. PAULO

176

## Documento 10



O cônsul da Rau, Sr. Ali Hamdi Hussein, Sra. Salim Rizkallah Jorge, Sra. do cônsul e o Presidente Salim Rizkallah Jorge, Sr. Jamil Maluf, Dr. Hene Mansour Sadek

177

## Documento 11



Alfredo N. Rizkallah, Presidente Salim Rizkallah Jorge, Vice-Cônsul da R.A.U., o Cônsul da R.A.U. e Sra., D. Alice Rizkallah e Sra. Alberto Rizkallah.

178

<sup>177</sup> SÍRIO II. *Festa do Rei Momo*. Nº 39, Abr, 1960. p. 19.

<sup>178</sup> SÍRIO II. *Festa do Rei Momo II*. Nº 39, Abr, 1960. p. 21.

## Documento 12



*A mesa do Presidente e Vice-Presidente, Srs. Salim Rizkallah Jorge e Ajij Cury, que contou com a honrosa presença do Cônsul e Consulesa da RAU. Além das espósas dos presidentes, vemos também a sra. Michel Nahas.*

Dia 18 de junho, foi verdadeiramente festivo no "arraial" do Esporte Clube Sírio. Como tôdas as festas juninas que são realizadas na Sede do nosso clube essa também foi coroada de êxito.

O trabalho extenuante da Comissão Social foi sobejamente compensado pela excelente frequência que lotou nossas dependências. Ornamentada a caráter pelas hábeis mãos femininas da Comissão, o que mais se destacou como trabalho manual, foram as cabeças de caipira, feitas com côco da Bahia pintados.

A revista "Sírio", certa de expressar o sentimento da maioria dos associados cumprimenta à Direção Social e à Comissão pela magnífica realização que nos proporcionou em junho.

### JORGE DIAB MALUF

ADVOGADO

RUA 15 DE NOVOEMBRO, 200

11.º andar — salas 2 e 5 —

Das 16,30 às 18 horas

Fones: 33-6816 - 36-2769

## Arrasta-pé no arraial do Sírio



*Até um realejo e o periquito da sorte tivemos em nosso baile junino.*

179

### Documento 13

Luta Democrática (Transcrição da notícia)<sup>180</sup>

#### GRANDE HOMENAGEM AO EMBAIXADOR DA RAU

Discurso do sr. Afif Habib - Improviso de Tenório - O sr. Jamal El-Farra mostra desejo de visitar a residência do parlamentar fluminense - Personalidades presentes

No restaurante da “Mesbla”, na Rua do Passeio, prestou-se carinhosa homenagem ao embaixador da RAU (República Árabe Unida), Sr. Jamal El-Farra, ao ensejo de sua próxima viagem de férias à Síria. Estiveram presentes várias personalidades, inclusive o deputado Tenório Cavalcanti. A homenagem constou de um banquete e, na ocasião o sr. Jamal El-Farra foi saudado pelo dr. Afif Habib Abduche, secretário da União Sírio-Brasileira. Foi seguido o discurso do sr. Afif Habib:

Exmo. sr. Embaixador da República do Líbano, sr. Raif Abillama, exmo. sr. desembargador Milton Barcelos, exmo. sr. deputado Benjamin Farah, reverendíssimos representantes eclesiásticos, exmos. srs. Alberto Curi e Mohamed Ali, digníssimo conselheiros das embaixadas do Líbano e da República Árabe Unida. Exmos. srs. Convidados, minhas senhoras e meus srs.

A União Sírio Brasileira, sente-se profundamente honrada em proporcionar essa reunião a S. Exa. O sr. dr. Jamal El-Farra, embaixador da República Árabe Unida, no Brasil, que viajará a Síria, em gozo de merecidas férias.

S. Exa. durante a permanência entre nós, pelo seu elevado grau de cultura e inteligência, a par de sua grande bondade, conquistou toda nossa estima, simpatia e profunda admiração.

Nós desejamos ao querido embaixador, uma feliz viagem e proveitoso descanso. Afirmamos nesse momento, que no seu regresso, aqui estaremos para receber S. Exa. de braços abertos e o coração transbordante de alegria. Que Deus lhe acompanhe.

---

<sup>180</sup> LUTA DEMOCRÁTICA. *Grande Homenagem ao Embaixador da RAU*. Rio de Janeiro. 20 de janeiro de 1960. pg. 1 e 2. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/pdf/030678/per030678\\_1960\\_01827.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/030678/per030678_1960_01827.pdf)>. Acessado em: 08/06/2020.

Quero acentuar nosso reconhecimento e estima aos nossos caríssimos amigos do querido Líbano, que tão gentilmente compareceram a esta solenidade. Igual agradecimento faço às inúmeras sociedades Árabes que se fizeram representar, associando-se às nossas manifestações. A todos muito obrigado e a certeza de nossa simpatia.

Ao término de sua breve saudação, o secretário da União Sírio Brasileira passou a palavra ao sr. Jorge S, presidente da união Sírio-Brasileira, que no idioma árabe, saudou, também, o homenageado. O sr. Oscar Curi saudou também o embaixador Jamal El-Farra, interpretando o sentimento da União Sírio-Brasileira falando por seus diretores e corpo de associados. Vários outros oradores se seguiram, como o deputado Benjamin Farah, o sr. conselheiro da embaixada da República Árabe Unida, sr. Mohamed Ali, o desembargador, Milton Barcelos, - muito aplaudido, - S. Exa. o embaixador do Líbano, sr. Emir Raif Abillama e, finalmente, o deputado Tenório Cavalcanti que, num vibrante improviso, discorreu sobre a positiva atuação do ilustre embaixador da RAU, junto ao nosso País, que tão bem se plantou na simpatia do povo brasileiro.

O deputado Ernesto Valente, da bancada do Ceará, antes do agradecimento do homenageado pediu a palavra em nome de sua terra, dirigiu ao sr. Jamal El-Farra, carinhosa saudação. Comovido, o embaixador agradeceu a homenagem. Na oportunidade fêz um brinde aos presidentes do Brasil, da RAU e da República do Líbano. Referiu-se com entusiasmo e com simpatia ao gesto de môças brasileiras em enviar presentes para o povo árabe. Disse ainda que na sua infância, através de fotografias, admirava a paisagem do Norte e Nordeste do Brasil. Finalizando prometeu visitar aquelas regiões brasileiras, quando do seu regresso, bem como a residência do deputado Tenório Cavalcanti. O parlamentar fluminense, adiantou ao embaixador da RAU, que as portas de sua residência estariam abertas para S. Exa. a qualquer hora e em qualquer oportunidade.

## Documento 14

### Decreto Legislativo nº 10, de 1963<sup>181</sup>

Aprova o Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida, assinado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em 17 de maio de 1960.

Art. 1º - É aprovado o Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida, assinado no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, em 17 de maio de 1960.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de junho de 1963. – Aura Moura Andrade, Presidente do Senado Federal

#### **Acordo Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a República Árabe Unida**

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Árabe Unida, Inspirados nos altos princípios da Carta da Nações Unidas, Animados do desejo de estreitar os laços de amizade existentes entre os dois países, Resolveram concluir um Acordo Cultural e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Governo dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Fernando Ramos de Alencar, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; e

O Governo da República Árabe Unida, Sua Excelência o Senhor Hussein Zulfikar Sabri, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Os quais, após terem exibidos seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, convierem seguinte:

#### **Artigo 1.º**

---

<sup>181</sup> BRASIL III. *Decretos Legislativos: Volume V (1960-1963)*. Senado Federal: Subsecretaria de Anais. Brasília, DF. Decreto Legislativo nº 10, de 1963. p. 266 – 268.

O presente Acordo tem por finalidade promover e desenvolver, por meio de uma colaboração amistosa, as relações entre os dois países, nos domínios do ensino, da ciência, das letras e das artes.

### **Artigo 2.º**

As Partes Contratantes esforçar-se-ão por tornar mais bem conhecidos os patrimônios culturais respectivos, por meio de conferências, concertos, exposições, manifestações artísticas, competições desportivas, difusão de programas de rádio, de televisão e de cinematografia, assim como pelo Intercâmbio e tradução de livros e periódicos, e demais meios apropriados.

### **Artigo 3.º**

As Partes Contratantes favorecerão e estimularão o envio, de um país ao outro, de professores das diversas categorias de ensino, de pesquisadores científicos, de estudantes e estagiários, de artistas e de representantes de outras profissões de caráter cultural ou técnico.

### **Artigo 4.º**

1. As Partes Contratantes favorecerão e estimularão entre as universidades, escolas e institutos superiores; estabelecimentos de ensino técnico, médio, normal e artístico; laboratórios científicos; museus e bibliotecas; associações científicas e artísticas dos dois países.

2. Concederão, em seus respectivos territórios, todas as facilidades possíveis aos sábios, pesquisadores e missões científicas da outra Partes Contratante, a fim de ajuda-los a efetuar pesquisas científicas, principalmente facilitando-lhes o acesso a bibliotecas, arquivos, coleções dos museus e terrenos para eventuais escavações arqueológicas.

3. As Partes Contratantes favorecerão o estabelecimento de uma cátedra de Idioma Português e de Literatura Brasileira nas universidades da R.A.U., e de uma cátedra de Língua e de Literatura Árabe nas universidades brasileiras.

### **Artigo 5.º**

As Partes Contratantes favorecerão e estimularão, em seus respectivos territórios, as visitas e viagens de informação pedagógica de membros do pessoal de ensino, ou de funcionários especializados em matéria educacional, da outra Parte.

#### **Artigo 6.º**

Cada Parte Contratante concederá, anualmente, no mínimo, duas bolsas de estudo, estipendiadas a estudantes pós-graduados, profissionais, técnicos, cientistas ou artistas, enviados por um país ao outro, para aperfeiçoarem seus conhecimentos.

2. Aos brasileiros e árabes, beneficiários dessas bolsas, será concedida dispensa de formalidades administrativas e do pagamento de taxas de matrícula, de exame e de outras taxas do mesmo gênero.

3. Cada Parte Contratante consignará, em seus respectivos orçamentos, no mais breve prazo possível, dotações especiais para pagamento das bolsas de que trata o § 1.º

#### **Artigo 7.º**

1. Os serviços competentes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação e Cultura do Brasil procederão, em colaboração com o representante diplomático da R.A.U. no Brasil, à elaboração de um programa anual de execução do presente Acordo no território brasileiro.

2. Paralelamente, os serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Educação na R.A.U., em colaboração com o representante diplomático no Brasil na R.A.U., procederão à elaboração de um programa anual de execução do presente Acordo no território da República Árabe Unida.

#### **Artigo 8.º**

Sempre que houver necessidade, as Partes Contratantes consultar-se-ão sobre a oportunidade de organizar, no Brasil ou na República Árabe Unida, uma reunião para a aplicação no presente Acordo. As Partes Contratantes designarão seus respectivos representantes para essas reuniões.

#### **Artigo 9.º**

1. O presente Acordo será ratificado tão logo forem preenchidas as formalidades legais em uso em cada um dos Estados Contratantes, e entrará em vigor um mês após a troca dos instrumentos de ratificação, a efetuar-se na cidade do Cairo, no mais breve prazo possível.

2. O presente Acordo terá a duração de cinco anos. Se não for denunciado até o prazo de seus meses antes da data de sua expiração, considerar-se-á o mesmo tacitamente prorrogado por tempo ilimitado, reservando-se cada Parte Contratante, nesse caso, o direito de denunciá-lo a qualquer momento, mediante notificação prévia de seis meses à outra.

### **Artigo 10º**

O presente Acordo é feito em dois exemplares, redigidos, cada qual, nas línguas portuguesa, árabe e francesa, sendo os três textos oficiais. Entretanto, em caso de divergência, quanto à sua interpretação ou sua aplicação, somente o texto francês fará fé.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima indicados firmam o presente Acordo e nele apõem os seus respectivos selos.

Feito no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, aos dezessete dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta.

Fernando Ramos de Alencar

Hussein Zulfikar Sabri